

RELATÓRIO E CONTAS

2009

Actividade Individual e Consolidada

Relatório do Conselho de Administração

Índice

Órgãos Sociais (Banco)	3
Órgãos Sociais (Capital de Risco)	4
Quadro Directivo	5
Sinopse do Desempenho Consolidado	6
Factos Relevantes	7
Enquadramento da Actividade	14
Actividade	23
Perspectivas para 2010	66
Agradecimentos	69
Proposta de Aplicação de Resultados	70
Titulares de Participações Qualificadas	71
Relatório sobre o Governo da Sociedade	72
Relatório de Responsabilidade Social e Sustentabilidade	85
Demonstrações Financeiras	89
Anexo às Contas Consolidadas	100
Anexo às Contas Individuais	173
Relatório e Parecer Conselho Fiscal	238
Certificação Legal Contas Consolidadas	241
Certificação Legal Contas Individuais	243

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Caixa Geral de Depósitos, S.A., representada por
Dr. José Lourenço Soares

Secretários

Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., representada por
Dr. José Filipe de Sousa Meira
Gerbanca, SGPS, S.A., representada por
Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Conselho de Administração

Presidente

Dr. Jorge Humberto Correia Tomé

Vice-Presidente

Dr. José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Presidente da Comissão Executiva

Dr. Luís Lopes Laranjo

Administradores Executivos

Dr. António Carlos Bastos Martins
Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho
Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

Administradores Não Executivos

Dr. Rui Manuel do Vale Jordão Gonçalves Soares
Dr. José Pedro Cabral dos Santos
Dr. José Manuel Carreiras Carrilho

Conselho Fiscal

Presidente

Dr. Hernâni da Costa Loureiro

Vogais

Eng. António José Nascimento Ribeiro
Dr. João Sousa Martins

Suplente

Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

Revisor Oficial de Contas Efectivo

Deloitte & Associados, SROC, representada por
Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Revisor Oficial de Contas Suplente

Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

Comissão de Vencimentos

Gerbanca, SGPS, S.A., representada por
Dr. Henrique Pereira Melo
Dr. Vitor José Lilaia da Silva

Órgãos Sociais (Capital de Risco)

Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Dr. António Pereira Grada Ferreira

Secretário

Dr^a. Carla Maria Gomes dos Santos

Conselho de Administração

Presidente

Dr. Alcides Saraiva de Aguiar

Vogais

Caixa Geral de Depósitos, S.A. representada por

Dr. Alfredo Manuel Antas Teles

Dr. José Manuel Carreiras Carrilho

Caixa – Banco de Investimento, S.A., representado por

Dr. José Carlos Athaide dos Remédios Furtado

Prof. Doutor Vasco Maria de Portugal e Castro de Orey

Fiscal Único

Revisor Oficial de Contas Efectivo

Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por

Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Revisor Oficial de Contas Suplente

Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

Caixa Capital, SCR, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Dr. António Pereira Grada Ferreira

Secretário

Dr^a. Ana Cristina Pinheiro Vieira Rodrigues de Andrade

Conselho de Administração

Presidente

Dr. Alcides Saraiva de Aguiar

Vogais

Caixa Geral de Depósitos, S.A. representada por

Dr. Alfredo Manuel Antas Teles

Dr. José Manuel Carreiras Carrilho

Caixa – Banco de Investimento, S.A., representado por

Dr. José Carlos Athaide dos Remédios Furtado

Prof. Doutor Vasco Maria de Portugal e Castro de Orey

Fiscal Único

Revisor Oficial de Contas Efectivo

Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por

Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Revisor Oficial de Contas Suplente

Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

Comissão de Vencimentos

Membro: Henrique Pereira Melo

Membro: Vitor José Lilaia da Silva

Quadro Directivo (Banco)

- **Direcção Financeira e de Estruturação**
 - Francisco Santos
- **Direcção de Intermediação Financeira**
 - Valentim Martins
- **Direcção de *Corporate Finance* - Dívida**
 - Paulo Serpa Pinto
- **Direcção de *Corporate Finance* - Assessoria**
 - Francisco Rangel
- **Direcção de Mercado de Capitais - Acções**
 - Ana Santos Martins
- **Direcção de *Project* e *Structured Finance***
 - Sérgio Monteiro
- **Direcção de Planeamento, Controlo do Risco e Organização**
 - António Gregório
- **Direcção de Operações**
 - Miguel Freire
- **Direcção de Contabilidade**
 - João Gonçalves
- **Direcção de Sistemas de Informação**
 - Ema Campos
- **Gabinete de Médias Empresas**
 - Ana Rocha Homem
- **Mesa de Sindicação e Vendas**
 - Leonor Canedo
- **Gabinete de *Research***
 - João Lourenço
- **Gabinete de Assuntos Jurídicos**
 - Grada Ferreira
- **Gabinete de Recursos Humanos e Administrativos**
 - Manuel Cunha
- **Gabinete de *Compliance***
 - Ália Pereira da Silva
- **Gabinete de Auditoria Interna**
 - Fernando Oliveira

Sinopse do Desempenho Consolidado

	Consolidado			Individual
	2009	2008	%Qresc	2009
	milhares €	milhares €	2009/2008	milhares €
Do Ano				
Margem Financeira Alargada	35.297	24.612	43,4%	34.648
Comissões Líquidas	62.534	60.119	4,0%	58.246
Resultados Operações Financeiras	20.136	4.743	324,5%	14.251
Produto Bancário (*)	117.967	89.474	31,8%	107.145
Custos de Estrutura (GGA+Amortiz Exerc.)	-29.178	-27.006	8,0%	-26.372
Provisões / Imparidades	-34.320	-18.771	82,8%	-29.581
Outros Custos e Proveitos Líquidos	2.232	-1.098	-303,2%	1.898
Resultados Antes de Impostos	56.700	42.599	33,1%	53.090
Impostos sobre Lucros	-11.093	-12.357	-10,2%	-11.121
Resultado Líquido	45.607	30.242	50,8%	41.969
CASHFLOW	92.176	62.407	47,7%	83.773
No final do ano				
Carteira de Crédito	878.631	865.410	1,5%	891.860
Carteira de Títulos e Derivados	953.330	921.312	3,5%	878.010
Depósitos de Clientes	139.125	119.162	16,8%	146.444
Activo Líquido	1.930.507	1.896.964	1,8%	1.927.765
Capital Social	81.250	81.250	0,0%	81.250
Capitais Próprios (antes da apropriação de Resultados)	212.966	160.196	32,9%	184.468
Rácio de Solvabilidade Individual				
Solvabilidade	8,85%	8,67%	2,1%	8,85%
Rátios de Performance				
ROE	17,64%	15,88%	11,1%	18,53%
ROA	2,36%	1,59%	48,0%	2,18%
Custos Estruturais Ajustados(**)/ PB	23,38%	28,42%	-17,7%	23,14%

(*) Não inclui Outros Custos e Proveitos

(**) Ajustados pela incorporação de proveitos com empregados cedidos.

Factos Relevantes

O ano de 2009 representou mais um desafio ganho pelo Caixa – Banco de Investimento (CaixaBI). O desempenho do Banco ultrapassou as expectativas expressas no seu Plano de Actividades e Orçamento, tendo obtido o melhor produto bancário e os melhores resultados financeiros de sempre. Os negócios angariados e concretizados representam um movimento ascendente de afirmação do CaixaBI, quer a nível nacional quer mesmo internacional, com esta vertente a tornar-se cada vez mais importante no conjunto da sua actividade.

O banco de investimento do Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD), usufrui do *rating* que a Fitch Ratings confirmou em Setembro de 2009 para a CGD, de AA- para o médio e longo prazo.

Resultados

Em 2009, o **produto bancário** do CaixaBI, cresceu 31,8%, sobre o ano anterior, atingindo o valor de **€ 118 milhões**. Este montante incorpora € 62,5 milhões de **Comissões**, rubrica que cresceu 4% sobre o ano anterior.

O exercício de 2009 fechou com um **resultado líquido** de **€ 45,6 milhões**, o que representou um acréscimo de 50,8% sobre o ano anterior. O **cash flow** subiu 47,7% de 2008 para 2009.

O rácio *cost to income* conheceu uma acentuada melhoria por força do crescimento do produto bancário, tendo descido para 23,4%.

M€	2009	2008	2009/2008
Produto Bancário	118,0 €	89,4 €	31,8%
Margem Financeira	35,3 €	24,6 €	43,4%
Comissões	62,5 €	60,1 €	4,0%
Operações Financeiras	20,1 €	4,7 €	324,5%
Custos de Estrutura	29,2 €	27,0 €	8,0%
Resultado Líquido	45,6 €	30,2 €	50,8%
Cash Flow	92,2 €	62,4 €	47,7%
Cost to Income	23,4%	28,4%	-17,7%

Reconhecimento

A consistência do seu desempenho, aliada à sua capacidade de inovação e desenvolvimento de negócio, tem garantido ao Banco, quer o reconhecimento internacional dos principais analistas e a conquista de galardões de reconhecimento, quer a sua figuração em lugares de destaque dos *rankings* das principais *League Tables*.

Assim, a revista **Global Finance** elegeu o CaixaBI como o **Melhor Banco de Investimento em Portugal em 2009**.



Também a revista **Euromoney** distinguiu o CaixaBI como **Melhor Banco de Equity em Portugal em 2009**.



- Na área de mercado primário de **Dívida**, o *ranking* da **Bloomberg** colocou o Banco, pelo terceiro ano consecutivo, como o **primeiro bookrunner de emissões obrigacionistas** em Euro de emitentes de base nacional.

Ranking 2009 - Emissões Obrigacionistas de Emitentes Portugueses

Rank	Bookrunner	Share (%)	Amount (Euro mln)	# Issues	2008 Rank	2007 Rank
1	Caixa - Banco de Investimento	9,1	3.248,33	19	1	1

Fonte: Bloomberg

- Na área de **Assessoria Financeira**, o CaixaBI consolidou a sua posição no mercado de fusões e aquisições em Portugal, tendo participado em 13 operações anunciadas ou concretizadas, colocando-o em **2º lugar de acordo com o ranking da Bloomberg**.

O Banco assessorou um consórcio liderado pelo Grupo A. Silva & Silva na aquisição de uma participação de 99,92% no capital da Cintra Aparcamientos, operação que o **Jornal de Negócios** distinguiu como o **Negócio do Ano em Portugal**.

- Também na área de **Project Finance**, os diversos *rankings* vieram posicionar o CaixaBI entre os principais *players* mundiais:
- 9º lugar mundial como MLA de PFI/PPP Project Finance Loans (Dealogic)**

Global PFI/PPP Project Finance Loans - 2009				
Ranking	Mandated Lead Arranger	Montante (\$ m.)	% Quota	N.º Operações
1	State Bank of India	5,091	13.2	10
2	Korea Development Bank	2,860	7.4	10
3	National Australia Bank	1,815	4.7	14
4	IDBI Bank	1,782	4.6	5
5	Santander	1,408	3.6	23
6	BBVA	1,395	3.6	20
7	Calyon	1,392	3.6	15
8	Westpac Banking Corp	1,300	3.4	4
9	CaixaBI/CGD	1,062	2.7	10
10	Sumitomo Mitsui Banking Corp	927	2.4	13

Fonte: Dealogic

- 10º lugar mundial como *bookrunner* de Project Finance Bonds (Dealogic)

Bookrunner of Global Project Finance Bonds - 2009				
Ranking	Bookrunner	Montante (\$ m.)	% Quota	N.º Operações
1	Credit Suisse	2,060	18.6	5
2	Citigroup	815	7.4	2
3	HSBC	743	6.7	1
4	RBS	704	6.4	3
5	Bank of America	658	5.9	3
6	Deutsche Bank	642	5.8	3
7	JPMorgan	550	5.0	2
8	Morgan Stanley	517	4.7	2
9	Goldman Sachs	400	3.6	2
=10	CaixaBI/CGD	351	3.2	1
=10	Millennium BCP	351	3.2	1
=10	Espirito Santo Financial Group	351	3.2	1
=10	BBVA	351	3.2	1

Fonte: Dealogic

- 6º lugar EMEA como MLA de Project Finance Loans (Thomson Reuters)

EMEA Project Finance Loans - Mandated Arrangers - 2009				
Ranking	Mandated Arranger	Montante (\$ m.)	% Quota	N.º Operações
1	BNP Paribas	4,070.5	6.5	42
2	Calyon	3,324.1	5.3	38
3	BBVA	2,932.4	4.7	41
4	Santander	2,768.3	4.4	45
5	Societe Generale	2,510.5	4.0	35
6	CaixaBI/CGD	2,209.2	3.5	25
7	Sumitomo Mitsui Finl Grp Inc	1,893.2	3.0	23
8	UniCredit Group	1,604.6	2.6	16
9	Natixis	1,469.4	2.3	21
10	RBS	1,418.1	2.3	14

Fonte: Thomson Reuters

- 3º lugar na Península Ibérica como MLA de Project Finance Loans (Dealogic)

Mandated Arranger - Península Ibérica - 2009				
Ranking	Mandated Arranger	Montante (\$ m.)	% Quota	N.º Operações
1	Banco Santander	3.043	20,0	52
2	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA	1.710	11,2	36
3	CaixaBI/CGD	1.388	9,1	14
4	Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Madrid - Caja Madrid	1.254	8,2	32
5	Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona - La Caixa	1.252	8,2	29
6	Banco BPI	634	4,2	6
7	Instituto de Credito Oficial - ICO	526	3,5	10
8	Credit Agricole	490	3,2	7
9	Banco de Sabadell	460	3,0	15
10	Societe Generale	398	2,6	8

Fonte: Dealogic

- 1º lugar em Portugal como MLA de Project Finance Loans (Dealogic)

Mandated Arranger - Portugal - 2009				
Ranking	Mandated Arranger	Montante (\$ m.)	% Quota	N.º Operações
1	CaixaBI/CGD	1.101	42,1	12
2	Banco BPI	634	24,2	6
3	Espirito Santo Financial Group	292	11,2	7
4	Banco Santander	255	9,8	3
5	Societe Generale	93	3,6	2
6	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA	62	2,4	2
7	Banco Comercial Portugues - Millennium BCP	55	2,1	3
8	Banco Internacional do Funchal - Banif	36	1,4	2
9	BNP Paribas	36	1,4	1
9	Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Madrid - Caja Madrid	36	1,4	1

Fonte: Dealogic

Em 2009, o Banco protagonizou negócios de referência nesta área, que foram considerados internacionalmente Negócios do Ano. Foram distinguidos com o estatuto de **Deal of the Year** os seguintes negócios onde o CaixaBI foi *MLA /Adviser*:

- **Rodoanel** – **Americas Transport Deal of the Year** (Project Finance international)
– **Latin America Transport Deal of the Year** (Project Finance magazine)
- **Hospital de Braga** – **Europe Health Deal of the Year** (Project Finance magazine)
- **Odebrecht /Norbe** – **Americas Deal of the Year** (Project Finance international)
– **Latin America Oil & Gas Deal of the Year** (Project Finance magazine)
- **Porto do Pecém I** – **Latin America Power Deal of the Year** (Project Finance magazine)

Negócios

O CaixaBI protagonizou a sua liderança em negócios emblemáticos, cujo destaque se faz pelas seguintes áreas:

Mercado de Capitais - Dívida

No mercado primário de obrigações, o CaixaBI esteve, durante o ano de 2009, envolvido em 23 emissões, em 19 das quais na qualidade de líder, *performance* que, de acordo com o *ranking* da Bloomberg, colocou o Banco, e pelo terceiro ano consecutivo, como o primeiro *bookrunner* de emissões obrigacionistas em Euro de emitentes de base nacional.

Bookrunners de Emissões Obrigacionistas de Emitentes de Base Nacional Ranking 2009				
Rank	Bookrunner	Quota	Montante (M€)	Nº Emissões
1	CaixaBI	8,6	3.248	19
2	HSBC	8,3	3.125	12
3	Barclays Capital	8,2	3.100	15
4	BES Investimento	7,4	2.795	10
5	JP Morgan	5,7	2.129	10

Fonte: Bloomberg

No segmento da Dívida Soberana, a Dívida Pública Portuguesa continuou a constituir uma das prioridades de actuação do CaixaBI, designadamente no quadro do seu estatuto de Operador Especializado em Valores do Tesouro (OEV), destacando-se em 2009:

- O estatuto de *Joint Lead Manager* na nova emissão *benchmark* a 5 anos da República Portuguesa (OT 3,60% Outubro 2014), no montante de Euro 3,25 mil milhões;
- O estatuto de *Co-Lead Manager* na emissão *benchmark* a 10 anos da República Portuguesa (OT 4,75% Junho 2019), no montante de Euro 4 mil milhões.

Mercado de Capitais - Acções

Durante o ano de 2009, o CaixaBI consolidou mais uma vez a sua posição de destaque ao nível de mercado de capitais em Portugal, tendo sido a instituição financeira líder em número de operações concluídas, como pode ser constatado pela tabela abaixo construída a partir de informação disponibilizada pela CMVM.

Assessor	Nº Operações	Montante Proporcional (milhões de euros)
CaixaBI	6	200
Millennium BCPI	3	24
BESI	2	165
JP Morgan	1	257
Credit Suisse	1	257
UBS	1	257
Calyon	1	257
BBVA	1	21
Banca IMI	1	21
Evolution Securities	1	21
Nomura International	1	21
ING Bank	1	21
Keefe Bruyette & Woods	1	21

Nota: Exclui aumentos de capital de Grupos onde se inserem os próprios intermediários financeiros.

Foram concretizadas com sucesso Ofertas Públicas de Aquisição sobre acções representativas do capital social da Cires, da Vista Alegre Atlantis e da V.A. Grupo tendo o CaixaBI sido responsável pela respectiva Organização e Montagem. A operação de mercado de capitais de maior dimensão concretizada em 2009 em Portugal foi a Oferta Pública de Subscrição do Banco Espírito Santo no montante de 1.200 milhões de euros na qual o CaixaBI participou na qualidade de *Co-Lead*.

Corporate Finance – Assessoria

Na área de Assessoria Financeira, o CaixaBI consolidou a sua posição no mercado de fusões e aquisições em Portugal, tendo participado em 13 operações anunciadas ou concretizadas, tal como publicado pela Bloomberg.

League Table M&A - 2009 - Portugal			
Rank	Adviser	Volume (US\$ MM)	Deal Count
1	BES Investimento	12.922	25
2	CaixaBI	10.322	13
3	BNP Paribas	8.236	2
4	Millennium BCP	8.182	2
5	Morgan Stanley	2.284	2

Source: Bloomberg, 19-01-2009

No decurso do ano de 2009, o CaixaBI participou nas operações de fusões e aquisições mais relevantes ocorridas no mercado português, designadamente:

- A aquisição de 99,92% da Cintra Aparcamientos por um consórcio liderado pelo Grupo A. Silva & Silva. Com esta aquisição, o Grupo A. Silva & Silva passou a deter 370 mil lugares de estacionamento em cinco países e a ser o maior *player* ibérico bem como a quarta maior empresa europeia do sector.

- A aquisição conjunta pela Galp Energia e pela Morgan Stanley Infrastructure de parte do negócio de distribuição e comercialização de gás natural da Gas Natural SDG, S.A., na região de Madrid.

Project e Structured Finance

No ano de 2009 prosseguiu a dinâmica de mercado que esta área vinha a conhecer, permitindo evidenciar o efeito conjugado da capacidade financeira do Grupo CGD e de execução do CaixaBI. Os *rankings* internacionais colocaram o CaixaBI entre os principais *players* mundiais, conforme *League Tables* atrás publicadas.

Em 2009, conforme também já mencionado, o Banco protagonizou negócios de referência nesta área, que foram considerados internacionalmente Negócios do Ano.

O Grupo Caixa Geral de Depósitos esteve envolvido em operações num montante aproximado de € 1,673 mil milhões, atribuído quase na sua totalidade a operações em Portugal (84%) e o restante ao Brasil (8%), Espanha (7%) e Moçambique (1%).

Pela sua importância, dimensão ou características são de destacar as seguintes operações:

- Subconcessão **Baixo Tejo**: projecto rodoviário *greenfield* em Portugal com portagens reais e pagamentos de disponibilidade, liderado pela Brisa, que apresenta um prazo de concessão de 30 anos;
- **IberWind**: refinanciamento do portfólio eólico da Magnum Capital através de *project bonds* (modalidade de financiamento pioneira em Portugal);
- Subconcessão **Baixo Alentejo**: projecto rodoviário *greenfield* em Portugal com portagens reais e pagamentos de disponibilidade, liderado pelo Grupo Dragados/Iridium, que apresenta um prazo de concessão de 30 anos;
- Subconcessão **Litoral Oeste**: projecto rodoviário *greenfield* em Portugal com portagens reais e pagamentos de disponibilidade, liderado pela Brisa, que apresenta um prazo de concessão de 30 anos.
- **Hospital de Braga**: construção e gestão clínica do novo hospital de Braga, liderado pela Somague, Grupo José de Melo e Edifer, por um prazo de 30 anos;
- Subconcessão **Algarve Litoral**: projecto rodoviário *greenfield* em Portugal com pagamentos de disponibilidade, liderado pelo Grupo Dragados/Iridium, que apresenta um prazo de concessão de 30 anos;
- **Hospital de Loures**: construção e gestão clínica do novo hospital de Loures, liderado pela Mota-Engil e Espírito Santo Saúde, por um prazo de 30 anos;

Área Financeira e de Estruturação

A gestão da carteira de negociação impulsionou um elevado *turnover*, tendo-se obtido um desempenho 5% acima do iTraxx e 2,4% acima do iBoxx.

O incremento de operações de reestruturação e de negócios com novos clientes resultou num crescimento de 23% no montante total coberto.

Na actividade de *Liquidity Provider*, o CaixaBI continuou a ser o líder reconhecido.

Intermediação Financeira

A plataforma de internet do Banco – Caixadirecta *Invest* – apresentou uma subida de 15% nos volumes intermediados, revelando a sua crescente implantação no mercado.

Num ano que conheceu uma acentuada quebra nos volumes transacionados na Euronext Lisbon, o desempenho do CaixaBI revelou um comportamento melhor que o do mercado.

Sindicação e Vendas

A criação de uma Mesa de Sindicação e Vendas revelou a sua oportunidade, em 2009, ano que reuniu condições muito favoráveis para emissões de dívida.

A sua intervenção ficou ligada ao sucesso de um número significativo de emissões de primários de mercado de capitais, em que o CaixaBI participou como *Joint Lead Manager*.

Ainda em 2009, o Banco colocou mais de 445 emissões de Papel Comercial, num montante superior a € 12 mil milhões.

Capital de Risco

O exercício de 2009 constituiu o primeiro ano de implementação da estratégia aprovada no final do ano transacto para a Área de Capital de Risco, tendente a impulsionar o desenvolvimento desta indústria, consolidar a posição de liderança no sector e proporcionar às empresas e empreendedores instrumentos de capitalização adequados ao desenvolvimento das suas estratégias de inovação, crescimento e internacionalização.

O Grupo CGD afecta ao capital de risco recursos de montante superior a 500 milhões de euros, na dupla qualidade de investidor em fundos sob gestão de terceiros e, fundamentalmente, de operador directo através da Caixa Capital, que tem vindo a reforçar a sua capacidade de actuação com condições organizativas e financeiras que permitam sustentar convenientemente o desenvolvimento da actividade.

A Área de Capital de Risco dispõe de veículos ajustados aos diferentes segmentos-alvo, tendo sido constituídos em 2009 o Fundo Caixa Empreender + e o Fundo Caixa Mezzanine, que com o Fundo Grupo CGD e o Fundo Energias Renováveis integram o portfolio de fundos sob gestão da Caixa Capital. Em paralelo, no intuito de colmatar lacunas no mercado, o Grupo Caixa participou na criação de vários fundos especializados, atribuídos à gestão de entidades com vocação para actuar nomeadamente no capital semente, na reestruturação empresarial ou em sectores de actividade relevantes.

À Caixa Capital cabe investir em projectos empresariais liderados por equipas de gestão qualificadas, que consubstanciem negócios com elevado potencial de crescimento e valorização, perspectivem uma adequada remuneração dos capitais próprios e contribuam para gerar riqueza e bem-estar social, de forma responsável e sustentada.

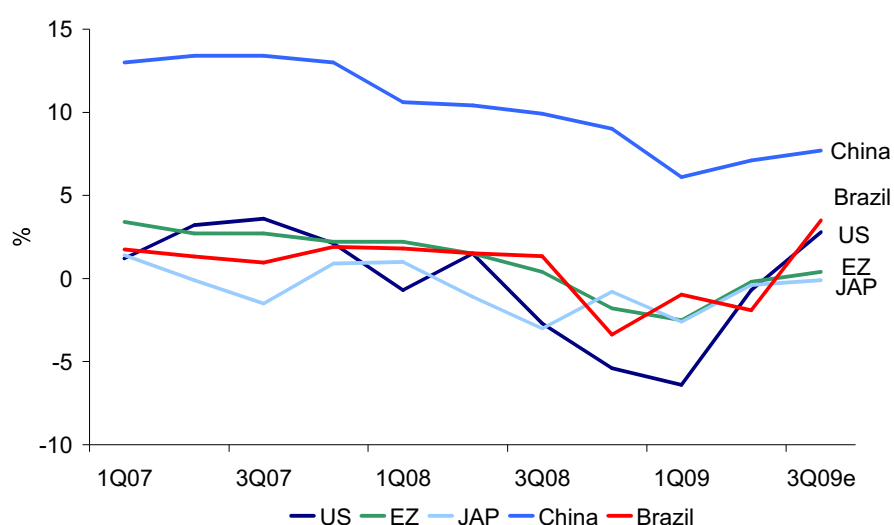
Da totalidade dos activos sob gestão directa da Caixa Capital, o volume de participações no final de 2009 ascendia a 296 milhões de euros, aplicados em 32 empresas, sendo de realçar que 85% da carteira corresponde a investimentos realizadas nos últimos três anos. Durante o ano 2009 foram analisadas 215 propostas de investimento, tendo sido realizados investimentos no montante de 72 milhões de euros e ficado ainda por concretizar projectos aprovados de mais 42 milhões de euros. Por outro lado, foram concretizados diversos desinvestimentos, que a preço de custo totalizaram 37 milhões de euros.

Economia Internacional

Evolução Global

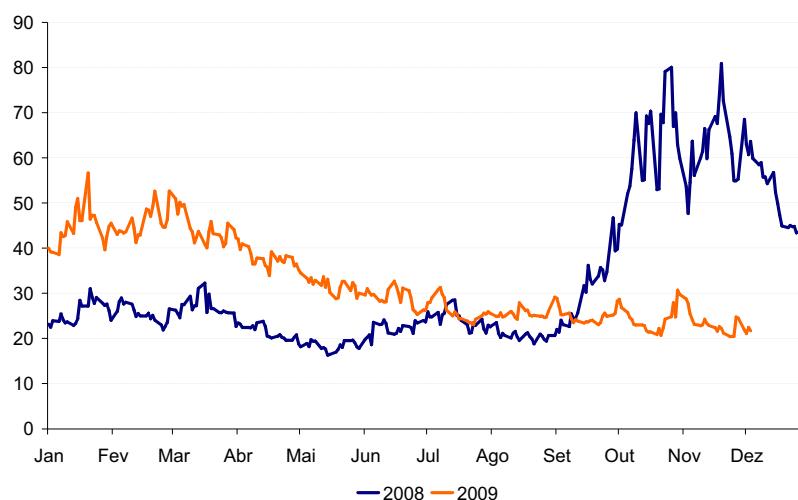
O primeiro trimestre de 2009 ficará provavelmente para a história como um dos mais voláteis dos mercados financeiros e simultaneamente caracterizados por um período de contracção muito acentuado do PIB na generalidade dos países, porventura o mais significativo desde a grande depressão de 1929.

Evolução do PIB (valores trimestrais)



Fonte: CaixaBI Equity Research

Volatilidade do S&P 500

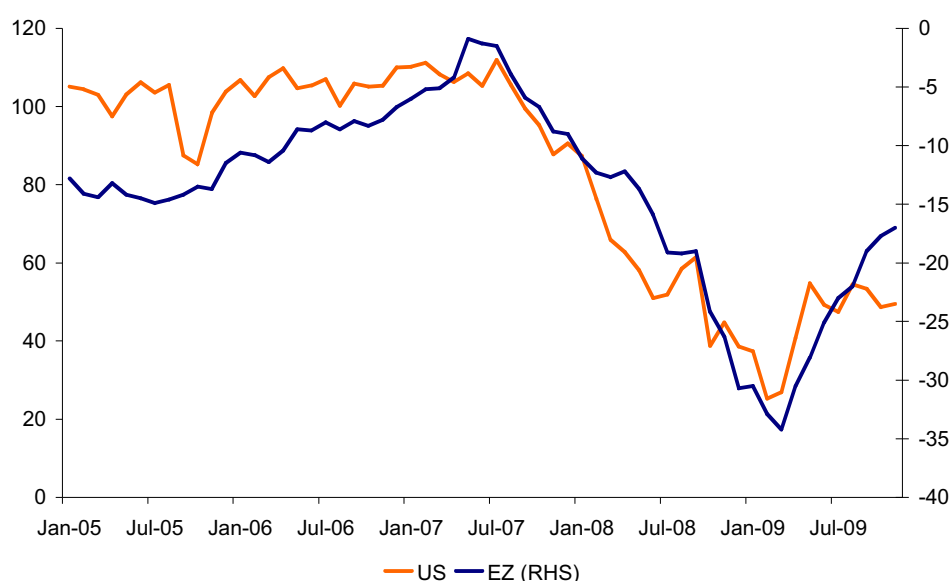


Fonte: CaixaBI Equity Research

A crise, que inicialmente tinha características predominantemente financeiras, acabou por se generalizar, afectando transversalmente quase todos os sectores, pela dependência dos mesmos do sector financeiro, ao gerar dificuldades significativas no acesso ao crédito e problemas de liquidez. Em muitos casos as dificuldades apenas foram ultrapassadas através do recurso a intervenções dos diferentes governos.

Como forma de preservar, numa primeira fase, as principais instituições do sistema financeiro, e de atenuar os efeitos negativos da crise dos mercados financeiros sobre a economia real, os reguladores, as autoridades monetárias e os governos foram capazes de tomar várias decisões que se mostraram apropriadas e que conseguiram gradualmente repor a confiança dos diferentes intervenientes e contribuir para uma progressiva estabilização dos mercados financeiros.

Evolução dos índices de confiança nos EUA e ZE



Fonte: CaixaBI Equity Research

O apoio ao sector bancário foi uma das primeiras e principais medidas tomadas pelos bancos centrais, e que não se limitaram a uma descida das suas taxas de intervenção, mas passaram pela realização de operações concertadas de cedência de liquidez, utilizando instrumentos até então vedados para essas intervenções.

As decisões de natureza política deram, igualmente, um contributo importante para a estabilização do sector financeiro. As medidas postas em prática passaram genericamente por: (i) possibilidade de nacionalização ou tomada de participações pelo Estado nos bancos com dificuldades como contrapartida da cedência dos fundos necessários; (ii) prestação de garantias para que as instituições financeiras passassem a ter acesso ao mercado de crédito, o que não estava a acontecer; (iii) disponibilização de linhas para re-capitalização das instituições bancárias.

A nível económico foram ainda apresentados programas de incentivo ao investimento com o objectivo de contribuir para uma dinâmica de crescimento na generalidade dos países.

A reunião do G20, realizada no início de Abril de 2009 em Londres, aprovou algumas ideias importantes para estimular a actividade económica a nível global, entre as quais

salientamos as seguintes: (i) aumento dos fundos que serão utilizados para apoiar as economias com mais dificuldades, parte dos quais serão geridos por organizações internacionais como o FMI ou o Banco Mundial; (ii) maior supervisão do sistema financeiro a nível global e estender a regulação a novas áreas; (iii) maior apoio ao comércio internacional através do combate ao proteccionismo.

Assim, como consequências das medidas tomadas assistimos gradualmente a uma melhoria dos níveis de confiança dos vários agentes económicos, o que se reflectiu numa recuperação dos mercados accionistas a nível internacional e também numa descida dos *spreads* de crédito para a generalidade dos sectores, incluindo o financeiro. A nível económico muitos países apresentaram já no segundo e terceiro trimestre de 2009 crescimento positivas ao nível do PIB, pelo menos a nível trimestral, embora em termos anuais as principais economias devam apresentar uma contracção.

A maior estabilização do sector financeiro foi igualmente visível pela capacidade de alguns dos maiores bancos a nível mundial realizarem operações de aumento de capital de montantes significativos para reforçarem a sua base de capital e/ou resgatar os recursos obtidos junto de entidades públicas.

Salienta-se, no entanto, que os países mais desenvolvidos registaram descidas mais acentuadas do produto, enquanto que as economias emergentes mostram maior resiliência e deverão apresentar, em muitos casos, variações positivas do PIB já no ano de 2009.

De acordo com as estimativas mais recentes do FMI (publicadas a 1 de Outubro), admite-se que a economia mundial em 2009 poderá registar uma contracção de 1.1%, com os países mais desenvolvidos a apresentarem uma contracção de 3.4% (Estados Unidos: -2.7%; Zona Euro: -4.2% e Japão: -5.4%), enquanto que as economias emergentes e em desenvolvimento poderão registar um crescimento de 1.7% (entre os quais se destacam a China e a Índia).

Para o ano de 2010 o FMI estima agora um crescimento do PIB a nível mundial de 3.1%, valores ainda abaixo dos verificados entre 2004 e 2007 (o PIB a nível mundial cresceu entre 4.5% e 5.2% durante este período), sendo claramente suportado pelo desempenho das economias emergentes (+5.1% vs +1.3% estimado para os países desenvolvidos).

Estimativas para o PIB dos principais países

	2006	2007	2008	2009e	2010e
Euro Zone	3.0%	2.8%	0.6%	-4.0%	0.7%
Germany	3.2%	2.5%	1.3%	-5.0%	1.2%
France	2.4%	2.3%	0.3%	-2.4%	0.9%
Spain	4.0%	3.6%	0.9%	-3.8%	-0.7%
Portugal	1.4%	1.9%	0.0%	-2.9%	0.5%
Italy	2.0%	1.6%	-1.0%	-5.0%	0.2%
United Kingdom	2.9%	2.6%	0.7%	-4.4%	0.9%
US	2.7%	2.1%	0.4%	-2.5%	2.5%
Japan	3.9%	3.8%	1.2%	-2.7%	2.1%
Brazil	4.0%	5.7%	5.1%	-0.5%	3.5%
World Economy	5.1%	5.2%	3.0%	-1.1%	3.1%

Fonte: CaixaBI Equity Research

Continuará, no entanto, a ser necessário manter os incentivos ao crescimento económico, quer pela via monetária quer pela via orçamental e fiscal, por um período de tempo relativamente longo, de forma a contribuir para a consolidação da retoma da actividade económica a nível global.

Numa primeira fase as pressões inflacionistas não deverão ser muito significativas, o que favorecerá a manutenção de políticas monetárias expansionistas.

As menores pressões inflacionistas são explicadas por:

- O preço das principais matérias-primas encontra-se em valores abaixo dos máximos atingidos durante o primeiro semestre de 2008, o que só por si tem efeito positivo nas variações mensais e homólogas dos preços (consumidor e produtor);
- Menor pressão ao nível do consumo privado, num período em que se verifica uma desalavancagem das principais economias e em que a taxa de desemprego deverá permanecer em valores relativamente elevados.

O que favorecerá a manutenção de políticas monetárias expansionistas nos principais blocos económicos.

Persistem, no entanto, vários factores de risco para as principais economias, e que poderão levar a adiamento da retoma da actividade. Entre esses factores destacamos os seguintes:

- Expectativa de manutenção da taxa de desemprego em níveis elevados por um período de tempo relativamente longo, na medida em que existe um hiato entre uma variação mais positiva do PIB e uma maior dinâmica ao nível da criação de postos de trabalho, o que a verificar-se poderá contribuir para um menor dinamismo da procura interna nos diferentes países;
- Manutenção de restrições ao nível da oferta de crédito, reflectindo a fraqueza do balanço dos bancos, mas também a necessidade dos mesmos continuarem a reforçar o seu capital para fazer face a perdas ainda não registadas nas suas carteiras de crédito e/ou investimento, bem como para cumprir novas exigências do ponto de vista regulamentar;
- Verifica-se uma menor disponibilidade para se assumir riscos não garantidos por parte das instituições financeiras, que optam por canalizar os seus excedentes de liquidez para aplicações de curto prazo junto dos bancos centrais a taxas relativamente baixas;
- Os montantes associados aos estímulos de natureza orçamental contribuíram para aumentar os défices orçamentais bem como os rácios de dívida pública, em alguns casos para valores preocupantes, o que poderá condicionar as políticas orçamentais desses países por um período relativamente longo. Assim, a margem para colocar em prática estímulos adicionais poderá ser reduzida. Por outro lado, poderá existir pressão adicional para se iniciar o processo de reequilíbrio das contas públicas mais cedo ou mais rapidamente;

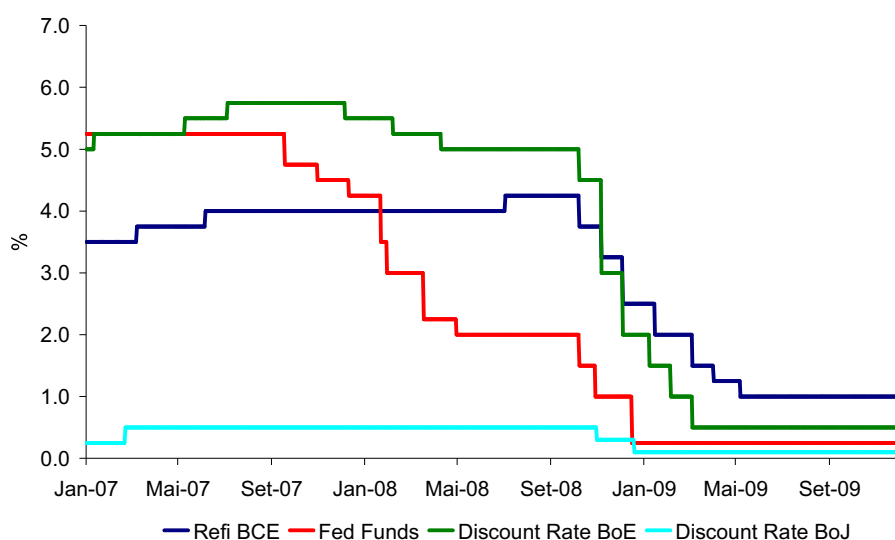
Taxas de intervenção dos Bancos Centrais

Depois de durante o ano de 2008 a Reserva Federal Americana ter descido a sua taxa de intervenção por 7 vezes, numa amplitude total de 4.00% para 0.25%, com o objectivo de responder ao abrandamento económico, bem como à instabilidade dos mercados financeiros, ao longo de todo o ano de 2009 o FED manteve inalterada a sua política monetária, privilegiando a cedências de fundos ao sector financeiro como forma de estimular uma retoma mais rápida da actividade económica.

O Banco de Inglaterra desceu por 3 vezes a sua taxa de intervenção (de 2% para 0.5%), como resposta aos indicadores negativos para a economia britânica.

O BCE desceu as taxas directoras numa amplitude total de 150 bps entre Janeiro e Maio, colocando a Refi nos 1.0%. Após a reunião realizada no início de Maio as autoridades monetárias europeias mantiveram inalteradas as suas taxas directoras. Contudo, o BCE efectuou várias operações de cedência de liquidez com maturidade mais alargadas, sem limite de montante e em regime de taxa fixa, o que permitiu um reequilíbrio dos mercados monetários.

Evolução das Taxas de Intervenção dos Bancos Centrais



Fonte: CaixaBI Equity Research

Economia Portuguesa

A economia portuguesa foi afectada de forma significativa pela crise económico-financeira que se verificou a nível internacional, tendo o PIB registado uma descida acentuada entre meados de 2008 e o primeiro trimestre de 2009. A contracção da economia portuguesa é explicada por:

- Redução acentuada das exportações nacionais reflectindo o enquadramento externo muito negativo, em particular nos principais mercados de destino das exportações nacionais, como a Espanha, Alemanha e França (os principais mercados para a exportação de mercadorias), mas também da Irlanda e da Inglaterra que constituem dois importantes mercados para o sector de turismo a nível nacional;

- Descida significativa do investimento, reflectindo as expectativas mais negativas da generalidade dos agentes económicos, o que levou a um adiamento das suas intenções de investimento, mas também pelas dificuldades acrescidas que se verificaram no acesso ao crédito (aumento de *spreads* e uma menor disponibilidade por parte das instituições financeiras para assumirem riscos não garantidos);
- Contracção, embora menos acentuada, do consumo privado, numa conjuntura em que se verifica uma descida do rendimento disponível das famílias por via do aumento da taxa de desemprego (situando-se no final do 3º trimestre nos 9.8%, o que compara com 7.6% que se verificava no final de 2008).

Contudo, o segundo e o terceiro trimestres foram já caracterizados por uma taxa de crescimento positiva do PIB (em relação ao trimestre anterior o crescimento foi de 0.4% e de 0.9%, respectivamente), mas, mais importante, por uma melhoria quase generalizada dos indicadores de confiança depois dos mínimos históricos atingidos no início do ano, em linha com o verificado pela generalidade das economias europeias.

Tendo em conta o referido anteriormente as empresas enfrentaram ao longo dos últimos meses uma conjuntura negativa a vários níveis:

- Redução significativa da procura, quer a nível interno quer externo, tanto ao nível dos bens transaccionáveis como dos não transaccionáveis, de que são exemplo o turismo ou os serviços; A redução da procura externa (resultante da redução do consumo e do investimento na generalidade dos países europeus) acabou por penalizar muito o sector exportador nacional, composto na maioria dos casos por PME;
- Restrições adicionais no acesso ao crédito, quer por via da subida dos *spreads* associados às operações, quer por uma maior aversão ao risco por parte dos investidores em geral e das instituições financeiras em particular;
- Aumento da concorrência a nível global, por via da entrada nos mercados internacionais de empresas de países que baseiam a sua competitividade em baixos custos de produção, em particular de países da Europa de Leste e asiáticos (que apresentam custos associados ao trabalho mais baixos);
- Reduzida capacidade de liderar os processos de inovação nos sectores em que essas empresas estão incluídas, como forma de captar segmentos de mercado interessantes a nível internacional.

Num contexto mais positivo de algumas das principais economias de destino das exportações nacionais (como é o caso da Alemanha, França e Angola), mas em que Espanha deverá continuar a ser uma excepção, poderá haver suporte a uma melhoria gradual da actividade económica a nível nacional.

Nas suas previsões mais recentes, o FMI reviu em alta as estimativas em relação ao comportamento do PIB português tanto para 2009 como para 2010, apontando para valores acima dos estimados para a Zona Euro. Assim, para 2009 o FMI estima agora uma contracção do PIB português de 3.0% e para 2010 este organismo estima um crescimento de 0.4%. A Comissão Europeia estima valores para o PIB de -2.9% e +0.3%, respectivamente em 2009 e 2010. As previsões da OCDE são um pouco mais optimistas, apontando para valores de -2.8% em 2009 e +0.8% em 2010.

Contudo, também em Portugal as medidas anti-crise que foram postas em prática, mas também a contracção significativa do produto, estão a ter reflexos negativos ao nível das

contas públicas (défice orçamental e dívida pública), estimando-se que o défice orçamental possa situar-se acima de 8% no corrente ano, enquanto que o peso da dívida pública no PIB poderá ser superior a 77%.

Assim, assumem um papel relevante para o crescimento da economia nacional no futuro o investimento (público e privado, nomeadamente em infra-estruturas e tudo o que esteja associado a um aumento da competitividade da economia nacional), bem como uma cada vez maior orientação para as exportações com maior valor acrescentado.

A taxa de inflação permaneceu em valores negativos durante grande parte do ano de 2009, reflectindo não só os ajustamentos verificados ao nível dos preços das principais matérias-primas nos mercados internacionais, mas também a menor pressão por parte do consumo privado.

Indicadores para a Economia Portuguesa

	2006	2007	2008	2009e	2010e
PIB	1,4%	1,9%	0,0%	-2,9%	0,5%
Consumo Privado	1,9%	1,6%	1,7%	-1,0%	0,6%
Consumo Público	-1,4%	0,0%	0,7%	1,4%	0,6%
Investimento	-0,7%	3,1%	-0,7%	-13,3%	0,4%
Procura interna	0,7%	1,7%	1,0%	-3,2%	0,6%
Importações	5,1%	6,1%	2,7%	-14,4%	1,0%
Exportações	8,7%	7,8%	-0,5%	-14,5%	1,7%
CPI (Y-o-Y)	2,7%	3,0%	2,4%	-1,0%	1,3%
Taxa de desemprego	7,7%	8,1%	7,7%	9,5%	9,4%
Defice Orçamental (%PIB)	-3,9%	-2,6%	-2,6%	-8,4%	-8,5%
Dívida Pública (%PIB)	64,8%	63,5%	66,4%	74,6%	84,8%

Fonte: CaixaBI Equity Research

Mercados Financeiros

Mercado Cambial

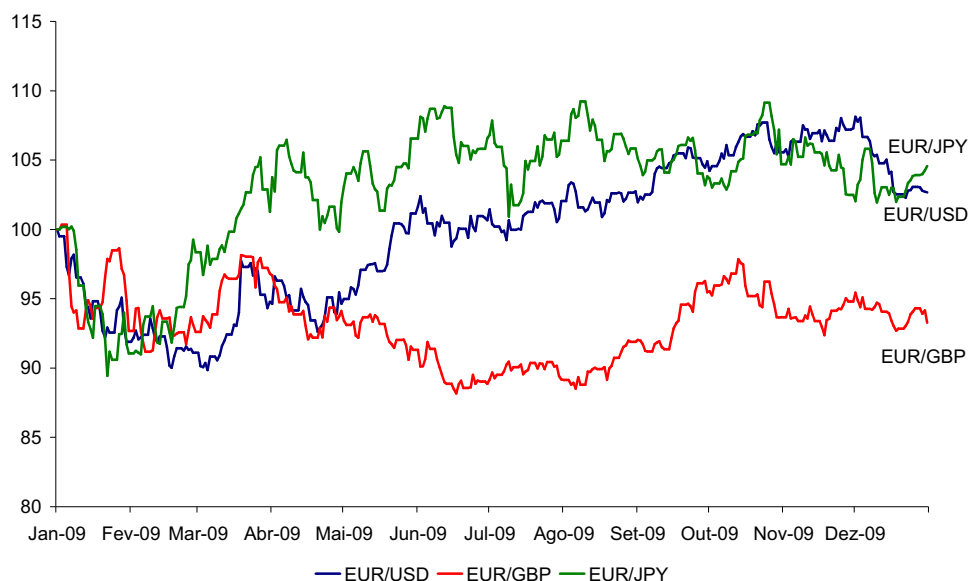
O euro registou durante o primeiro trimestre de 2009 uma desvalorização contra o dólar, tendo corrigido na segunda metade do ano. A performance em relação ao iene seguiu a mesma tendência, enquanto que contra a libra a moeda única registou uma desvalorização durante todo o ano face a preços de fecho de 2008.

O euro registou uma cotação média de 1.3945 face ao dólar no ano de 2009, atingindo um máximo de 1.5094 no início de Dezembro e um mínimo de 1.2543 nos primeiros dias de Março.

Em relação à libra esterlina, o intervalo de variação situou-se entre 0.8437 e 0.9603, com a cotação média a ficar nos 0.8913.

Em relação ao iene, o mínimo foi de 113.28 e o máximo 138.36, com a média a situar-se em 130.38.

Evolução EUR/USD, EUR/GBP e EUR/JPY (base100)

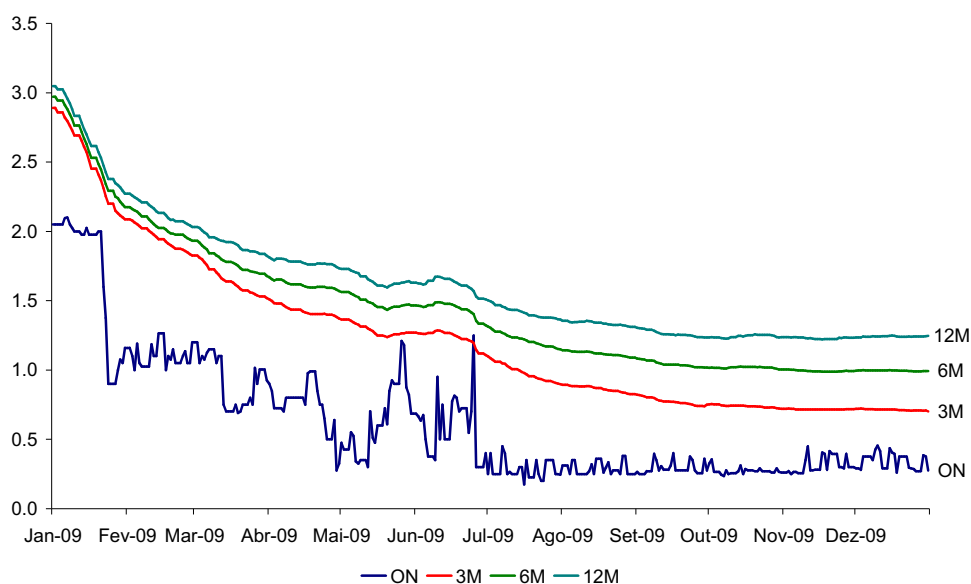


Fonte: Bloomberg, CaixaBI Equity Research

Mercado Monetário

As consequências da crise do *subprime* nos Estados Unidos tiveram repercussões na economia real naquele país e no resto do mundo. As taxas de juro na Zona Euro registaram uma quebra ao longo do ano, com as autoridades monetárias a tentarem estimular a actividade económica ao providenciarem um aumento de liquidez ao sistema financeiro.

Evolução das Taxa O/N e Euribor a 3, 6 e 12 meses



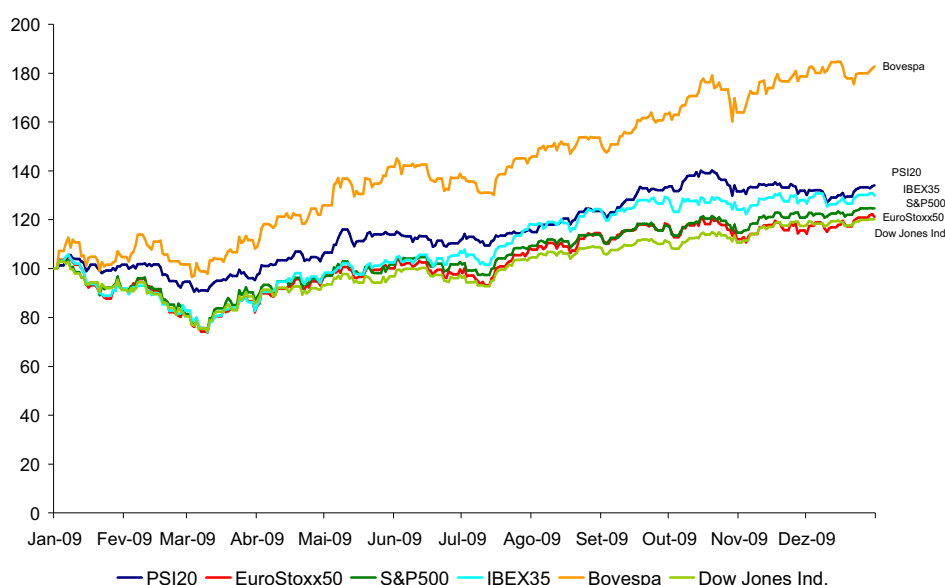
Fonte: Bloomberg, CaixaBI Equity Research

Mercado de Capitais

Mercado Accionista

Depois das quebras significativas que se verificaram nos principais índices bolsistas em 2008, o ano de 2009 registou uma recuperação importante, nomeadamente a partir de Março. Os planos governamentais nos Estados Unidos, Europa e em outras economias desenvolvidas, suportaram o movimento de retoma. O PSI20 subiu 33.5% em 2009, o Euro Stoxx 50 valorizou 21.1%, o IBEX35 29.8%, o S&P500 23.5% e o Dow Jones Industrial 18.8%. O Brasil foi uma das primeiras economias a dar sinais de retoma, com o mercado de capitais doméstico a registar forte valorização, tendo o Bovespa subido 82.7% em 2009.

Evolução de alguns Índices



Fonte: Bloomberg, CaixaBI Equity Research

Mercado Obrigacionista

A curva soberana alemã observou um aumento da inclinação durante 2009, com a zona curta a seguir o movimento de descida das taxas de juro de referência e com o lado longo a incorporar uma melhoria da performance económica ao registar o aumento de taxas.

Estrutura de Negócio

Dentro do Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD), o negócio de banca de investimento está autonomizado no CaixaBI, que actua em sintonia com as estruturas comerciais da CGD, visando incrementar o *cross-selling*. O Banco desenvolve produtos e serviços, orientados para os clientes do universo de sectores que compõem o seu mercado alvo – as grandes e médias empresas, os institutos públicos e autarquias, os investidores institucionais e promotores de grandes projectos de investimento de dimensão nacional e regional, e ainda os particulares com investimentos na área de *trading*.

O CaixaBI tem privilegiado a sua presença nos mercados-alvo das empresas portuguesas. Seguindo esta estratégia, o Banco tem-se posicionado com vantagens competitivas no perímetro Portugal – Espanha – Brasil – África lusófona, sem deixar de acolher no seu horizonte geográfico outras localizações onde os seus Clientes desejem estar.

Para servir aquele modelo estratégico, o Banco está comercialmente organizado numa lógica de direcções de produto, que permite a cobertura tanto da vertente doméstica como da internacional.

A sua elevada especialização reflecte-se na disponibilização de um serviço financeiro de excelência e focado nas seguintes áreas:

- ✓ *Structured Finance*
- ✓ *Corporate Finance* de Dívida
- ✓ *Corporate Finance* de Acções
- ✓ Mercado de Capitais
- ✓ Sindicação
- ✓ Assessoria a Gestão de Risco a Empresas
- ✓ *Project Finance*
- ✓ Crédito de médio e longo prazo, doméstico e internacional
- ✓ Intermediação Financeira
- ✓ Capital de Risco / *Private Equity*

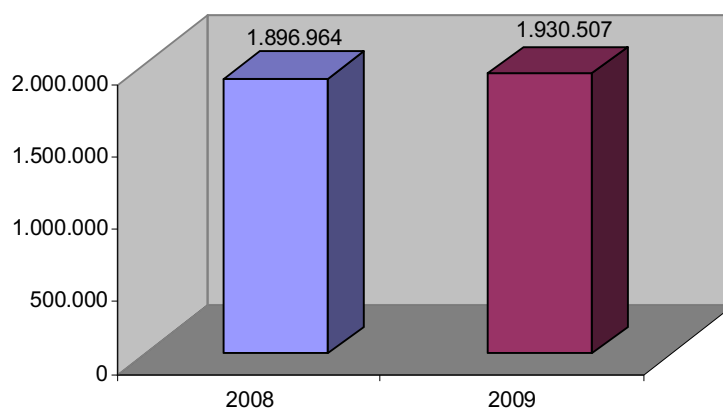
O CaixaBI possui, complementarmente, um serviço independente de *research*, integrado no *European Securities Network* – uma rede pan-europeia de bancos de investimento – o que lhe permite usufruir de uma perspectiva europeia imprescindível para se estar presente em mercados com vincadas características de globalização.

As áreas de *research* acompanham a evolução dos mercados financeiros nacionais e internacionais, no intuito de apoiar os investidores no processo de tomada de decisão associado à gestão das suas carteiras de activos.

Desempenho Consolidado

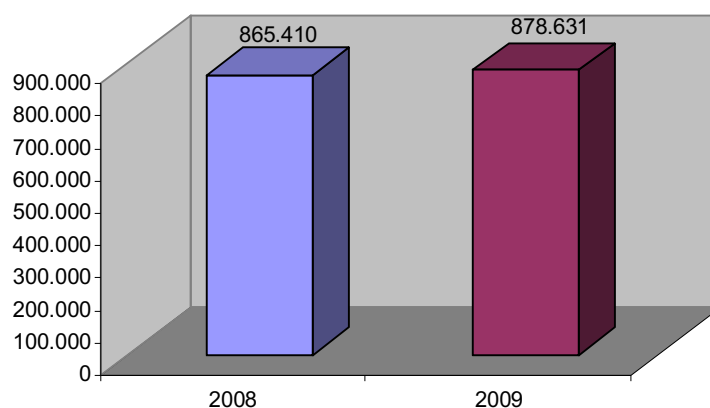
O **activo líquido** consolidado teve um crescimento de 1,8% em 2009, para 1.930.507 milhares de euros, o que representou mais 33.543 milhares de euros do que os 1.896.964 milhares de euros no final de 2008.

Evolução do Activo Líquido (m €)



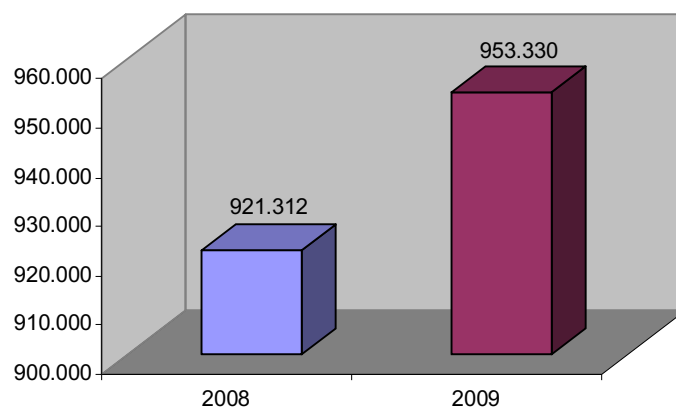
A **Carteira de Crédito** fixou-se em 878.631 milhares de euros, um acréscimo de 13.221 milhares de euros, ou seja, 1,5% sobre os 865.410 milhares de euros do ano anterior.

Evolução da Carteira de Crédito (m €)

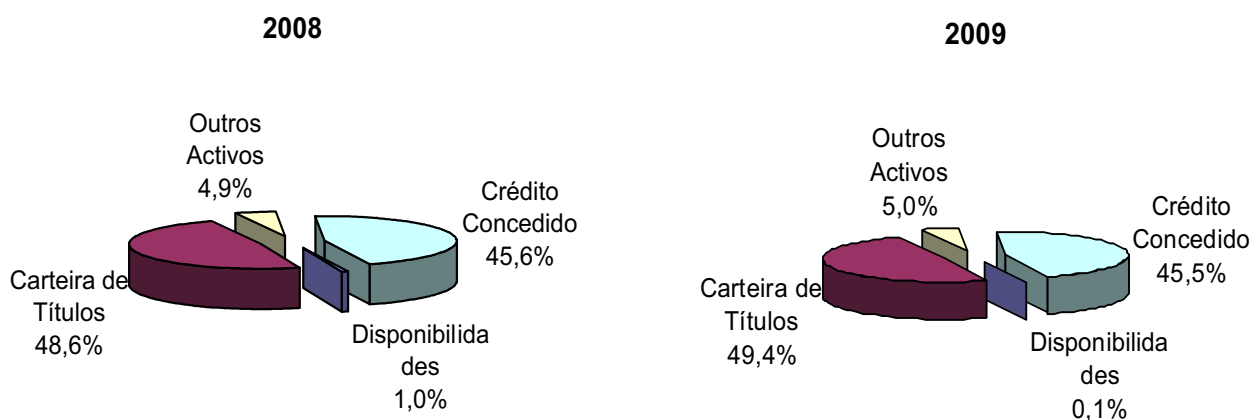


Relativamente à **Carteira de Títulos e Derivados**, alcançou um montante de 953.330 milhares de euros, um crescimento de 32.018 milhares de euros, ou seja 3,5% sobre 921.312 milhares de euros com que se havia encerrado o ano anterior.

Evolução da Carteira de Títulos e Derivados (m €)

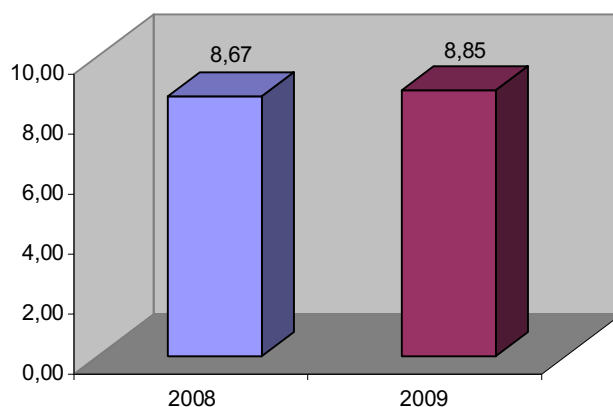


A estrutura do **Activo** em 2008 e em 2009 foi a que se apresenta abaixo:



Em 2009 o comportamento do **rácio de solvabilidade individual** melhorou 0,2 pontos percentuais sobre o nível do final do ano anterior, ou seja, fixou-se em 8,85% face aos 8,67% registados no fecho de 2008.

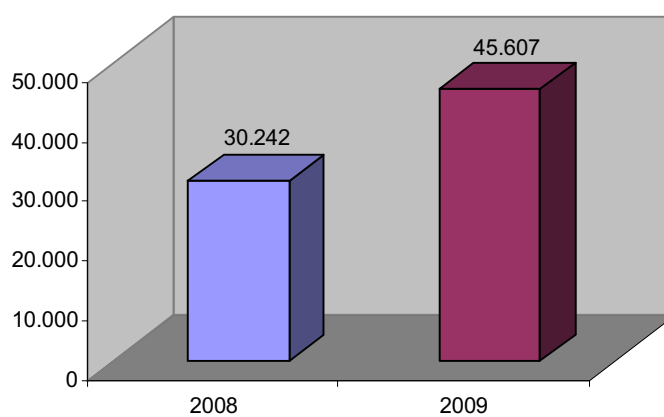
Evolução do Rácio de Solvabilidade (%)



Resultados e Rácios

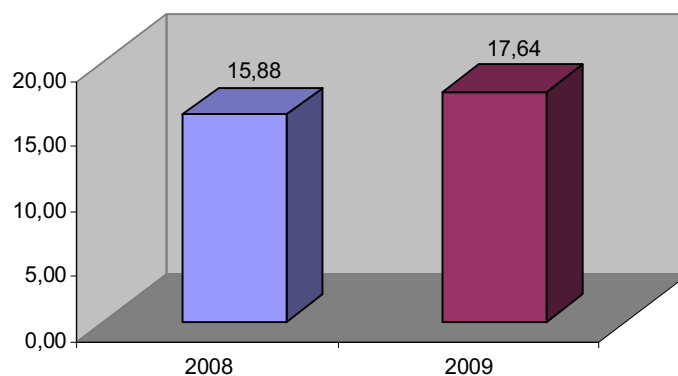
Os **resultados consolidados líquidos** cresceram 15.365 milhares de euros, para 45.607 milhares de euros, um crescimento de 50,8% sobre o resultado obtido em 2008, de 30.242 milhares de euros.

Evolução do Resultado Consolidado Líquido (m €)



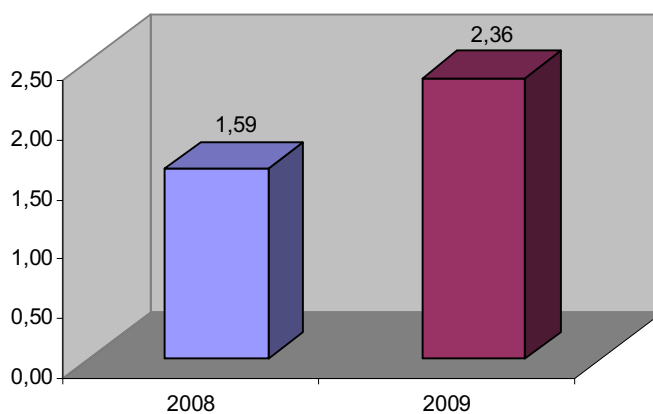
A **rendibilidade dos capitais próprios** (antes da apropriação do resultado do exercício) melhorou face ao ano anterior, fixando-se em 17,64% no final de 2009, contra os 15,88% verificados no final de 2008.

**Evolução da Rentabilidade dos Capitais Próprios
(%)**

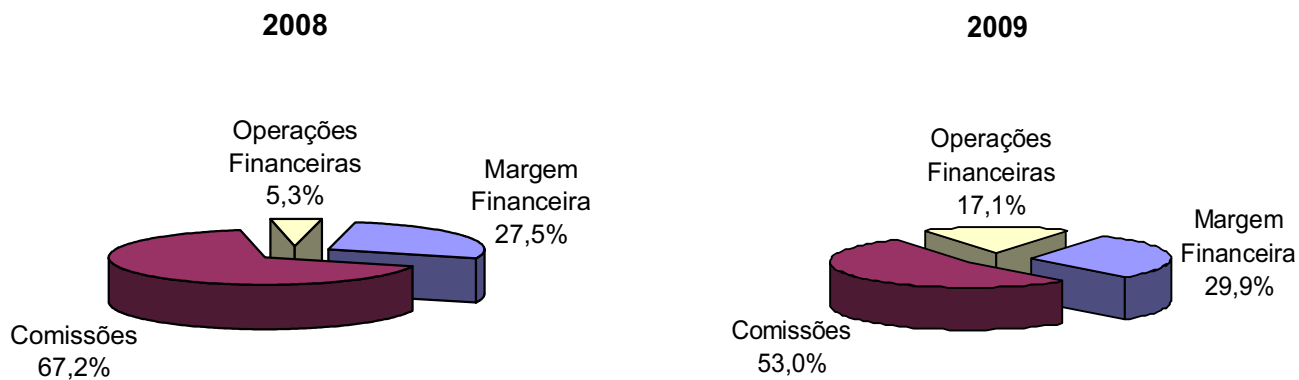


A **rendibilidade dos activos** ultrapassou o limiar dos 2%, passando de 1,59% registada em 2008 para 2,36% no final do ano em análise.

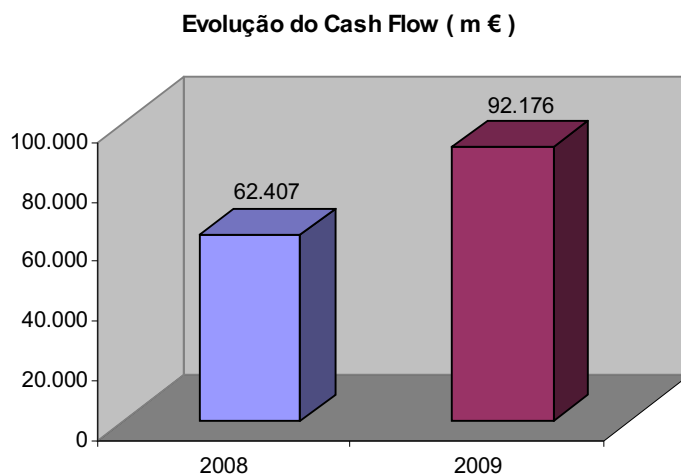
Evolução da Rentabilidade dos Activos (%)



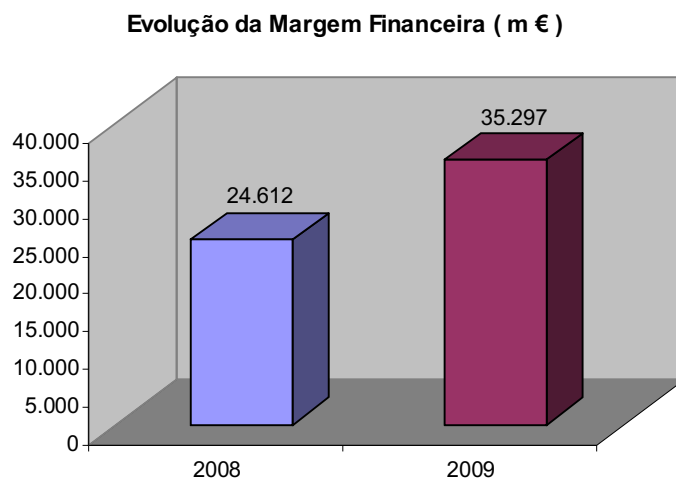
O **Produto Bancário** alcançou 117.967 milhares de euros, um incremento de 31,8% sobre o exercício anterior que fechou com 89.474 milhares de euros, contribuindo as comissões com 53%.



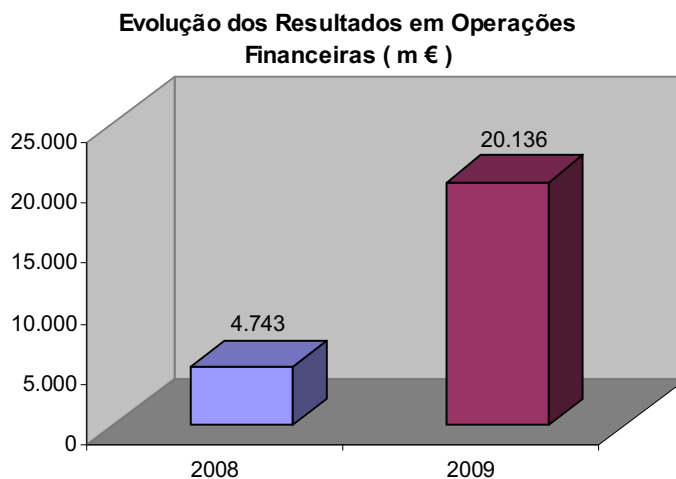
O **cash flow**, por sua vez, conheceu um crescimento de 47,7%, alcançando 92.176 milhares de euros no final de 2009, contra 62.407 milhares de euros no final de 2008.



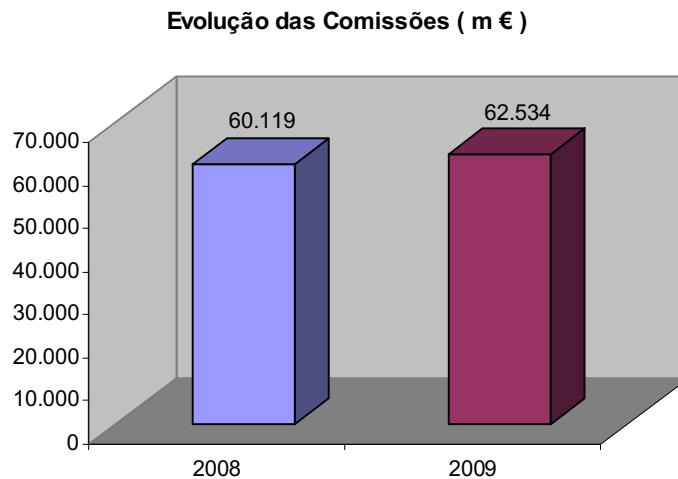
Na análise ao produto bancário, e começando pela **margem financeira**, evidencia-se o seu desempenho com um crescimento de 43,4% sobre o ano anterior. No final de 2009, esta rubrica acumulou 35.297 milhares de euros contra 24.612 milhares de euros em 2008.



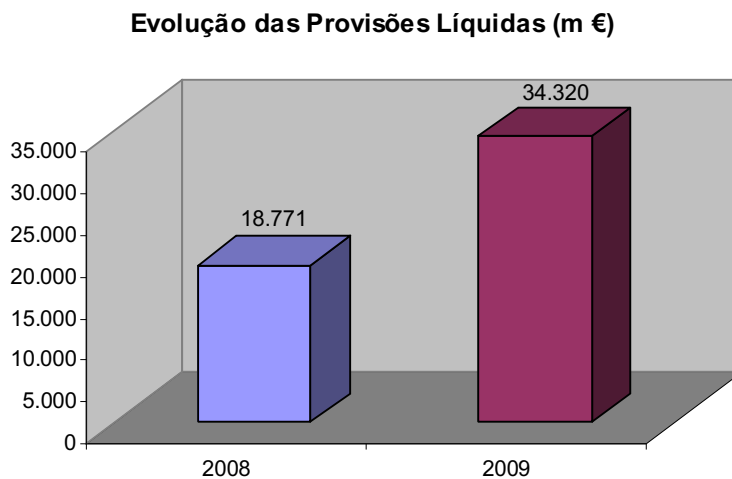
Os **resultados em Operações Financeiras** tiveram, em 2009, um desempenho positivo, passando de 4.743 milhares de euros em 2008 para 20.136 milhares de euros em 2009.



As **comissões** líquidas continuam a representar a principal rubrica do produto bancário, e alcançaram o seu melhor desempenho de sempre, tendo registado 62.534 milhares de euros em 2009, contra 60.119 milhares de euros conseguidos em 2008.



Na rubrica de **provisões / imparidades**, procedeu-se ao reforço do seu nível em 34.320 milhares de euros, contra 18.771 milhares de euros de reforço no ano anterior.



Mercado de Capitais - Dívida

Os elevados desafios que continuaram a colocar-se ao longo de todo o ano de 2009, reflexo ainda da situação de crise vivida nos mercados financeiros bem como da conjuntura de acentuada recessão económica mundial, não obstaram a que a actividade do CaixaBI nestas vertentes da sua actuação beneficiasse do elevado dinamismo revelado pelos mercados obrigacionistas, em particular pelo mercado primário obrigacionista Euro, o qual registou um volume máximo de actividade. Assinala-se, também, a reabertura, no último trimestre do ano, embora de forma ainda tímida, do mercado europeu de titularização, em que, após mais de dois anos sem registo de operações destinadas à colocação junto de investidores finais, se observaram as primeiras colocações públicas de novas emissões.

Mercado de Capitais – Dívida

No ano de 2009, o CaixaBI continuou a posicionar-se como uma instituição de referência na área do Mercado de Capitais – Dívida, designadamente nos sectores obrigacionista e do papel comercial.

No mercado primário de obrigações, o CaixaBI esteve, durante o ano de 2009, envolvido em 23 emissões, em 19 das quais na qualidade de líder, *performance* que, de acordo com o *ranking* da Bloomberg, colocou o Banco, e pelo terceiro ano consecutivo, como o primeiro *bookrunner* de emissões obrigacionistas em Euro de emitentes de base nacional.

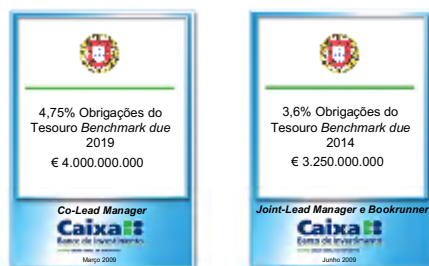
Ranking 2009 - Emissões Obrigacionistas de Emitentes Portugueses

Rank	Bookrunner	Share (%)	Amount (Euro mln)	# Issues	2008 Rank	2007 Rank
1	Caixa - Banco de Investimento	9,1	3.248,33	19	1	1

Fonte: Bloomberg

No segmento da **Dívida Soberana**, a Dívida Pública Portuguesa continuou a constituir uma das prioridades de actuação do CaixaBI, designadamente no quadro do seu estatuto de Operador Especializado em Valores do Tesouro (OEVT), destacando-se em 2009:

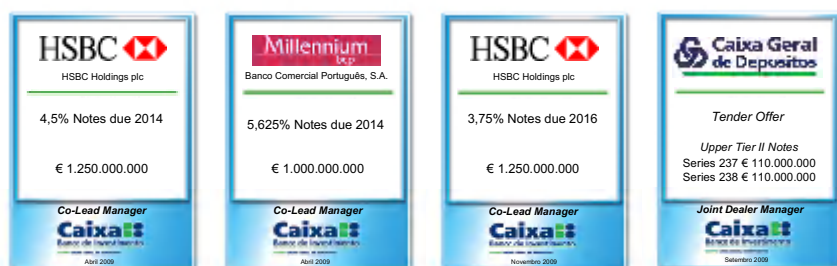
- O estatuto de *Joint Lead Manager* na nova emissão **benchmark a 5 anos da República Portuguesa** (OT 3,60% Outubro 2014), no montante de € 3,25 mil milhões;
- O estatuto de *Co-Lead Manager* na emissão **benchmark a 10 anos da República Portuguesa** (OT 4,75% Junho 2019), no montante de € 4 mil milhões.



No segmento da **Dívida Privada**, o CaixaBI liderou 18 emissões durante o ano de 2009, incluindo 8 do total das 11 emissões de *Eurobonds* efectuadas naquele período por emitentes *corporate* nacionais.



Além das emissões abaixo ilustradas, no segmento da Dívida Privada, o CaixaBI actuou como *Joint Dealer Manager* na *Tender Offer* lançada pela Caixa Geral de Depósitos sobre duas emissões *Upper Tier II* num montante total de € 220 milhões.



No **Papel Comercial**, o CaixaBI, em 2009, organizou e liderou 22 novos Programas num montante total de cerca de € 5,2 mil milhões, entre os quais se destacam os seguintes de montante igual ou superior a € 100 milhões:



A assessoria no estabelecimento de Programas de *Euro Medium Term Notes*, enquanto instrumento que potencia elevada flexibilidade no acesso ao mercado obrigacionista, nomeadamente ao mercado de *Eurobonds*, constitui outra das prioridades de actuação do CaixaBI na vertente do Mercado de Capitais – Dívida.

Nesta vertente, em 2009 o CaixaBI actuou como *Co-Arranger* do Programa de Obrigações sobre o Sector Público da Caixa Geral de Depósitos, o qual continua a constituir o único do género em Portugal, assim como *Joint Arranger* do Programa de *Euro Medium Term Notes* da Parpública S.G.P.S..



Financiamento Estruturado de Activos

Na vertente do Financiamento Estruturado de Activos destaca-se o seguinte envolvimento do CaixaBI em transacções concluídas no exercício de 2009:

- *Joint Arranger e Joint Lead Manager* de duas operações de titularização de créditos da **EDP – Serviço Universal** (empresa de comercialização regulada de electricidade do Grupo EDP), envolvendo os créditos referentes aos ajustamentos tarifários dos anos de 2007 e de 2008 (operação **EnergyOn No. 1 Securitisation Notes**, no montante total de € 1.258.600.000) e do ano de 2009 (operação **EnergyOn No. 2 Securitisation Notes**, no montante total de € 442.450.000).



- *Sole Arranger* de uma operação de titularização de créditos hipotecários residenciais do **Banco Caixa Geral Espanha**, no montante de € 400 milhões.



As operações **EnergyOn** distinguiram-se pelo seu carácter inovador, constituindo a primeira titularização de activos regulatórios em Portugal. A elevada qualidade dos créditos titularizados, associada às características da estrutura concebida para cada uma das operações, permitiu a atribuição pela Moody's Investors Service de notação de *rating* Aaa a 99,60% do montante dos títulos emitidos no contexto de cada uma dessas mesmas operações.

A operação de titularização de créditos hipotecários residenciais do Banco Caixa Geral Espanha, a qual teve o CaixaBI como *Arranger* exclusivo e foi efectuada ao abrigo da lei espanhola de titularização, evidenciou o carácter crescentemente internacional das capacidades de estruturação do Banco também nesta área.

Mercado de Capitais - Acções

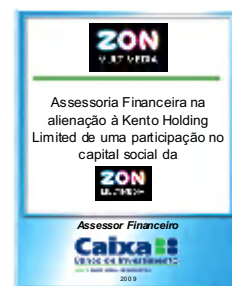
O mercado accionista em Portugal foi caracterizado em 2009 pela ausência de IPOs e de aumentos de capital, com excepção de alguns incrementos de capital pontuais levados a cabo por alguns bancos com vista ao cumprimento dos rácios de capital definidos pelo Banco de Portugal. Em Espanha, a actividade de mercado de capitais foi também bastante diminuta não tendo sido realizadas ofertas relevantes em termos de dimensão, com excepção de alguns aumentos de capital. No que respeita ao mercado brasileiro, após um 1º semestre bastante desfavorável, a partir de Agosto de 2009 foi concretizado com sucesso um conjunto relevante de ofertas.

O reconhecimento do Banco como um *player* de referência no mercado de capitais de títulos de rendimento variável ficou mais uma vez reforçado com a obtenção do prémio “**Best Equity House in Portugal**” em 2009 atribuído pela Euromoney.



O Banco concretizou com sucesso as seguintes operações no mercado de capitais:

- Assessoria Financeira à ZON na alienação à Kento Holding Limited de uma participação no capital social da ZON.



- Assessoria Financeira à Caixa Geral de Depósitos na alienação à Kento Holding Limited de uma participação no capital social da ZON.



- Assessoria Financeira à Cinveste na alienação à Kento Holding Limited de uma participação no capital social da ZON.



- Co-Manager para a tranche internacional no âmbito da Oferta Pública de Distribuição Primária de acções da **CCR (Brasil)**.



- Co-Manager para a tranche internacional no âmbito da Oferta Pública de Distribuição Primária de acções do **Banco Santander (Brasil)**.



- Organização e Montagem de Aquisição Potestativa pela **Shin-Etsu** de acções representativas do capital social da Cires.



- Organização e Montagem de Oferta Pública de Aquisição pela **Cerutil** de acções representativas do capital social da V.A. Grupo.



- Organização e Montagem de Oferta Pública de Aquisição pela **Shin-Etsu** de acções representativas do capital social da Cires.



- Organização e Montagem de Oferta Pública de Aquisição pela **Cerutil** de acções representativas do capital social da Vista Alegre Atlantis e Assessoria Financeira à Cerutil no âmbito da análise da estrutura de capital da Vista Alegre Atlantis.



- Assessoria financeira no âmbito da análise da estrutura de capital e opções de *funding* da **Galp Energia**.



- *Co-Lead* no âmbito da Oferta Pública de Subscrição do **Banco Espírito Santo**.



A operação de mercado de capitais de maior dimensão concretizada em 2009 em Portugal foi a Oferta Pública de Subscrição do Banco Espírito Santo no montante de € 1,2 mil milhões na qual o CaixaBI participou na qualidade de *Co-Lead*. Salienta-se ainda a concretização com sucesso das Ofertas Públicas de Aquisição sobre acções representativas do capital social da Cires, da Vista Alegre Atlantis e da V.A. Grupo tendo o CaixaBI sido responsável pela respectiva Organização e Montagem.

O CaixaBI prestou ainda assessoria à Galp Energia no âmbito da análise da sua estrutura de capital e de alternativas de *funding* para o seu plano de investimentos. O CaixaBI foi o

único banco português a prestar este serviço de assessoria, tendo apresentado o seu relatório individualmente à empresa tal como os outros dois bancos contratados.

Adicionalmente, refira-se a assessoria prestada no âmbito do processo de alienação pela ZON Multimédia, Cinveste e Caixa Geral de Depósitos à Kento Holding Limited, de acções representativas de 10% do capital social da ZON Multimédia. Esta operação permitiu reforçar a base accionista da empresa e consolidar a parceria estratégica que a ZON Multimédia tem para o mercado angolano.

Não obstante a conjuntura bastante desfavorável que se fez sentir ao longo do ano, o CaixaBI procurou posicionar-se no Brasil, em parceria com o Banco Caixa Geral - Brasil, tendo em conta a oportunidade existente em virtude da reabertura do mercado primário neste país no 3º trimestre de 2009. Neste âmbito, o CaixaBI participou com o estatuto de *Co-Manager* na tranche internacional das Ofertas Públicas de Distribuição Primária de acções do Banco Santander (Brasil) e da CCR – Companhia de Concessões Rodoviárias, reforçando assim a sua presença internacional na área de mercado de capitais.

De salientar que a Oferta do Banco Santander (Brasil) correspondeu ao maior IPO do mundo em 2009 tendo ascendido a cerca de 13,2 mil milhões de reais (5,1 mil milhões de euros). Na posição de *Co-Manager* em ambas as operações, o CaixaBI contribuiu activamente para a diversificação geográfica da colocação daquela oferta.

Durante o ano de 2009, o CaixaBI consolidou mais uma vez a sua posição de destaque ao nível de mercado de capitais de acções em Portugal, tendo sido a instituição financeira líder em número de operações concluídas, como pode ser constatado pela tabela abaixo construída a partir de informação disponibilizada pela CMVM.

Assessor	Nº Operações	Montante Proporcional (milhões de euros)
CaixaBI	6	200
Millennium BCPI	3	24
BESI	2	165
JP Morgan	1	257
Credit Suisse	1	257
UBS	1	257
Calyon	1	257
BBVA	1	21
Banca IMI	1	21
Evolution Securities	1	21
Nomura International	1	21
ING Bank	1	21
Keefe Bruyette & Woods	1	21

Nota: Exclui aumentos de capital de Grupos onde se inserem os próprios intermediários financeiros.

Corporate Finance – Assessoria

A conjuntura económica e financeira desfavorável conduziu a que as operações de fusões e aquisições, apresentassem durante o ano de 2009 um decréscimo significativo, face ao ano anterior, quer a nível mundial, quer a nível europeu, mantendo-se a tendência já evidenciada em 2008. No entanto, no último trimestre foi já visível uma ligeira recuperação do mercado, especialmente a nível mundial. Assim, a nível mundial, o ano de 2009 assistiu a um decréscimo de 31% no valor total destas transacções, enquanto que a nível europeu a queda do mercado foi mais acentuada, situando-se em 55%.

Operações de Fusões e Aquisições

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Mercado Mundial	3.421	1.656	1.168	1.020	1.564	1.947	2.774	3.126	1.744	1.209
Tx Cresc.	13,7%	-51,6%	-29,5%	-12,7%	53,3%	24,5%	42,5%	12,7%	-44,2%	-30,6%
Mercado Europeu	1.400	683	619	451	636	863	1.331	1.573	899	404
Tx Cresc.	9,8%	-51,2%	-9,4%	-27,2%	41,0%	35,7%	54,2%	18,2%	-42,8%	-55,1%

Fonte: Bloomberg

Na área de Assessoria Financeira, o CaixaBI consolidou a sua posição no mercado de fusões e aquisições em Portugal, tendo participado em 13 operações anunciadas ou concretizadas, tal como publicado pela Bloomberg.

League Table M&A - 2009 - Portugal			
Rank	Adviser	Volume (US\$ MM)	Deal Count
1	BES Investimento	12.922	25
2	CaixaBI	10.322	13
3	BNP Paribas	8.236	2
4	Millennium BCP	8.182	2
5	Morgan Stanley	2.284	2
6	Citi	2.009	4
7	JP Morgan	1.844	5
8	UBS	1.615	2
9	Banco Santander	1.145	1
10	Rothschild	1.139	1

Source: Bloomberg, 19-01-2009

Neste ano, o CaixaBI concretizou com sucesso os seguintes projectos:

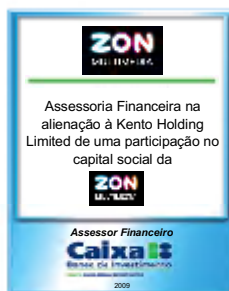
- Assessoria Financeira a um consórcio liderado pelo **Grupo A. Silva & Silva** na aquisição de uma participação de 99,92% no capital da Cintra Aparcamientos.



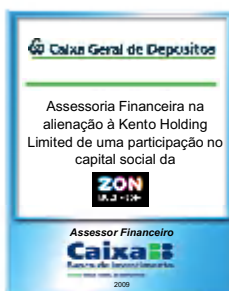
- Assessoria Financeira à **Galp Energia** no âmbito de um consórcio para a aquisição de activos de distribuição e comercialização de gás natural na região de Madrid à Gas Natural.



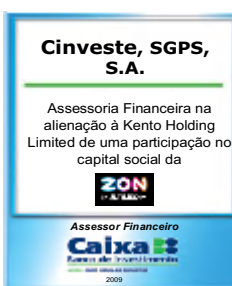
- Assessoria Financeira à **ZON** na alienação à Kento Holding Limited de uma participação no capital social da ZON.



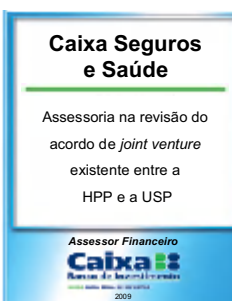
- Assessoria Financeira à **Caixa Geral de Depósitos** na alienação à Kento Holding Limited de uma participação no capital social da ZON.



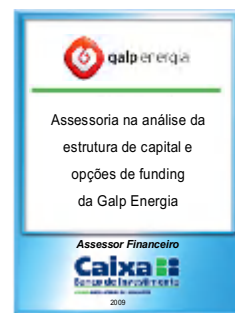
- Assessoria Financeira à **Cinveste** na alienação à Kento Holding Limited de uma participação no capital social da ZON.



- Assessoria Financeira à **Caixa Seguros** no âmbito do processo de revisão do acordo de *joint venture* existente entre a HPP e a USP.



- Assessoria Financeira à **Galp Energia** no âmbito da análise da estrutura de capital e opções de *funding* da Empresa.



- Assessoria Financeira à **Cavalum** no âmbito da avaliação económica e financeira da Empresa.



- Assessoria Financeira ao **Grupo Amorim/ Interfamília II** na análise e emissão de uma opinião técnica relativa a diferentes avaliações económicas e financeiras da holding do Grupo Amorim.



No decurso do ano de 2009, o CaixaBI participou nas operações de fusões e aquisições mais relevantes ocorridas no mercado português, designadamente:

- A aquisição de 99,92% da Cintra Aparcamientos por um consórcio liderado pelo Grupo A. Silva & Silva. Com esta aquisição, o Grupo A. Silva & Silva passou a deter 370 mil lugares de estacionamento em cinco países e a ser o maior *player* ibérico bem como a quarta maior empresa europeia do sector. Esta tratou-se de uma das maiores transacções de sempre assessoradas pelo CaixaBI. A conclusão desta transacção é ainda mais relevante pelo facto do negócio ter sido fechado num enquadramento de mercado bastante difícil para a área de fusões e aquisições, num ano em que o número de transacções de dimensão relevante foi bastante reduzido.
- A aquisição conjunta pela Galp Energia e pela Morgan Stanley Infrastructure de parte do negócio de distribuição e comercialização de gás natural da Gas Natural SDG, S.A., na região de Madrid. A assessoria do CaixaBI à Galp Energia contribuiu para a conclusão bem sucedida do negócio permitindo deste modo a esta Empresa aumentar a sua presença no mercado espanhol de comercialização de gás natural. Este negócio deverá permitir ainda que a Galp Energia alavanque operacionalmente a sua experiência no mercado português de gás natural como empresa líder na distribuição e comercialização, com mais de 900.000 clientes, aproveitando as oportunidades de crescimento em Espanha, um mercado com

fortes perspectivas de crescimento e elevada atractividade para um *player* ibérico com a dimensão e ambição da Galp Energia. Com esta operação a Galp Energia passou a ter uma carteira de cerca de 1,3 milhões de clientes na Península Ibérica.

- O CaixaBI teve um papel activo na assessoria à operação de alienação pela ZON, Caixa Geral de Depósitos e Cinveste de parte das suas participações no capital social da ZON Multimédia, representando 10% do seu capital social, à Kento Holding Limited, o que permitiu à ZON consolidar as bases para uma parceria em Angola que se realizará através de uma *joint-venture* a qual será detida em 30% pela ZON Multimédia e em 70% pela SOCIP – Sociedade de Investimentos e Participações, S.A., com o objectivo de desenvolver uma oferta de TV por subscrição por satélite.

Project e Structured Finance

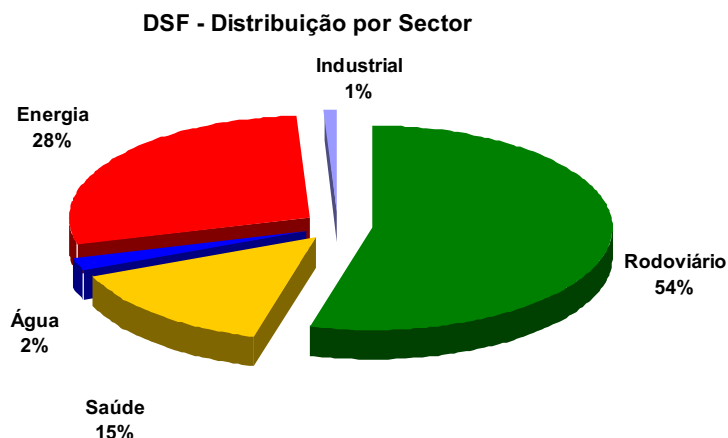
Durante o ano de 2009, o Banco participou na estruturação de 17 transacções de *project finance*, tal como descrito no quadro seguinte:

Projecto	Montante da Dívida	Sector	País
Subconcessão Baixo Tejo	436.100.000 €	Rodoviário	POR
Subconcessão Baixo Alentejo	401.500.000 €	Rodoviário	POR
Subconcessão Litoral Oeste	600.150.000 €	Rodoviário	POR
Hospital de Braga - Infraestrutura	141.076.000 €	Saúde	POR
Hospital de Braga - Serviços	46.052.000 €	Saúde	POR
Renomar (Refinanciamento)	512.000.000 €	Energia	ESP
Subconcessão Algarve Litoral	174.360.060 €	Rodoviário	POR
Águas Azambuja	7.500.000 €	Água	POR
Global3 (Refinanciamento)	279.000.000 €	Energia	ESP
Martel Wind (Refinanciamento)	998.100.000 €	Energia	POR
Águas de Gondomar	52.900.000 €	Água	POR
Central de Pecém	706.910.552 €	Energia	BRA
Hospital de Angra	75.700.000 €	Saúde	POR
Norbe VIII e IX	926.896.552 €	Energia	BRA
Rodoanel Oeste	648.275.862 €	Rodoviário	BRA
Infinita Renovables (Refinanciamento)	202.000.000 €	Energia	ESP
Hospital de Loures	30.000.000 €	Saúde	POR
Total	6.238.521.026 €		

Nota: os projectos Central de Pecém, Norbe, Rodoanel e Cinac são transacções em US\$ tendo-se utilizado o câmbio EUR/US\$ de 1,45

As operações implicam um envolvimento total do Grupo Caixa Geral de Depósitos em aproximadamente € 1,673 mil milhões, sendo que este montante foi atribuído quase na sua totalidade a operações em Portugal (84%) e o restante ao Brasil (8%), Espanha (7%) e Moçambique (1%).

Em termos sectoriais, de realçar o peso do sector rodoviário (54%) e energético (28%) no total das operações em que o Grupo CGD esteve envolvido, o que revela o seu dinamismo em termos nacionais e internacionais.



Pela sua importância, dimensão ou características são de destacar as seguintes operações:

- **Subconcessão Baixo Tejo:** projecto rodoviário *greenfield* em Portugal com portagens reais e pagamentos de disponibilidade, liderado pela Brisa, que apresenta um prazo de concessão de 30 anos;



- **IberWind:** refinanciamento do portfólio eólico da Magnum Capital através de *project bonds* (modalidade de financiamento pioneira em Portugal);



- **Subconcessão Baixo Alentejo:** projecto rodoviário *greenfield* em Portugal com portagens reais e pagamentos de disponibilidade, liderado pelo Grupo Dragados/Iridium, que apresenta um prazo de concessão de 30 anos;



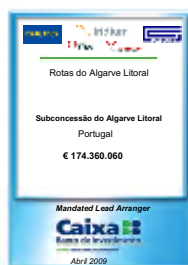
- **Subconcessão Litoral Oeste:** projecto rodoviário *greenfield* em Portugal com portagens reais e pagamentos de disponibilidade, liderado pela Brisa, que apresenta um prazo de concessão de 30 anos.



- **Hospital de Braga:** construção e gestão clínica do novo hospital de Braga, liderado pela Somague, Grupo José de Melo e Edifer, por um prazo de 30 anos;



- **Subconcessão Algarve Litoral:** projecto rodoviário *greenfield* em Portugal com pagamentos de disponibilidade, liderado pelo Grupo Dragados/Iridium, que apresenta um prazo de concessão de 30 anos;



- **Hospital de Loures:** construção e gestão clínica do novo hospital de Loures, liderado pela Mota-Engil e Espírito Santo Saúde, por um prazo de 30 anos;



A nível internacional é de salientar a expansão geográfica com o acompanhamento de operações no **Brasil**, através da participação em três operações cujo *financial close* ocorreu na 2ª metade do ano:

- **Porto do Pecém I:** projecto de construção e exploração de 2 grupos de produção de energia eléctrica do **Grupo EDP e MPX** no Brasil;



- **CCR:** Apoio na estruturação do financiamento da concessão rodoviária Rodoanel Oeste;



- **Norbe:** apoio ao financiamento de 2 barcos de prospecção de petróleo do Grupo Odebrecht;



Também em **Moçambique**, o Banco participou numa operação no final do ano e fez a assessoria e estruturação de algumas operações actualmente em curso, sendo de salientar a:

- **Concessão Ponte de Tete:** assessoria financeira ao consórcio liderado pela Ascendi e pela Soares da Costa;
- **Concessão Ponte de Catembe – Ponta do Ouro:** assessoria financeira ao consórcio liderado pela Ascendi.

O número de projectos que o CaixaBI acompanha enquanto Banco Agente aumentou 18% em 2009, sendo, actualmente, responsável pelo agenciamento de mais de 100 projectos.

O Banco tem assessorado a **CREDIP**, tendo continuado a desenvolver, durante o ano de 2009, um conjunto de actividades relevantes que iniciou no exercício de 2008. Em Junho foi concluída com sucesso a operação de Cessão de créditos intercalar à implementação de sistemas de portagens reais nas Concessões SCUT da Costa de Prata e do Grande Porto. Adicionalmente, em Julho concluiu-se com sucesso o processo de estruturação da implementação de sistemas de portagens reais na SCUT do Norte Litoral, S.A., com base numa estrutura de financiamento idêntica à utilizada nas concessões da SCUT da Costa de Prata e do Grande Porto.

Em termos de operações cujo financiamento é estruturado numa base *corporate*, o destaque, ao longo do ano de 2009, vai para o contínuo e crescente envolvimento na identificação de mandatos que garantam ao CaixaBI a presença nas *league tables* na qualidade de *Mandated Lead Arranger*.

Reflexo da conjuntura é a maior dificuldade de algumas empresas enfrentarem o cenário de restrições ao nível da liquidez com impacto directo na sua capacidade para solver os seus compromissos, tendo-se consequentemente verificado um dinamismo crescente nas operações de reestruturação de passivo e de refinanciamento de dívida.

No âmbito de operações de aquisição de empresas é de realçar o LBO para aquisição da Cintra Aparcamientos consórcio liderado pela Emparque, S.A. o qual representou o *deal* com maior notoriedade no mercado Português e no qual o CaixaBI desempenhou o papel de Co-líder, tendo estruturado e montado o financiamento necessário para a sua concretização, num montante global de até € 400 milhões. A transacção foi uma oportunidade única de uma empresa portuguesa, líder no sector, conseguir atingir um lugar de destaque ao nível ibérico, passando assim o Grupo A. Silva & Silva a ser o 4º operador em toda a Europa.

No enquadramento acima descrito destacamos a participação do Grupo CGD nas seguintes transacções:

- Acquisition Finance da Farma APS (Grupo Generis) por consórcio liderado pela **Magnum Capital** no montante de € 80 milhões + € 7 milhões de apoio à actividade corrente da Target ;
- Linha Back-up às notações de rating em vigor da **EDP – Energias de Portugal, S.A.** (“EDP”) e a EDP Finance BV (“EDP Finance”) num total de €1,6 mil milhões;
- Financiamento de longo prazo, no montante de USD 114 milhões, para a construção pela **EFACEC** de uma fábrica de transformadores eléctricos no estado da Geórgia (nos Estados Unidos da América);
- Aquisição Finance da Cintra Aparcamientos pela **Emparque** incluindo o refinanciamento parcial do passivo de algumas empresas do Grupo Emparque e do Grupo Cintra no montante de total € 400 milhões;
- Financiamento a longo prazo, no montante de € 809 milhões, para refinanciamento do **Grupo Alfonso Gallardo**.
- **Cinac**: financiamento da expansão de uma fábrica de cimento em Nacala;

Verifica-se a evidência do sector energético, representando cerca de 37% do conjunto de operações, estruturadas na sua maioria (perto de 75%) em Portugal.

	Montante da Dívida	Participação do Grupo CGD	Assinatura	Sector	País
Magnum Capital - Aquisição Generis	87.000.000 €	17.400.000 €	Janeiro	Industrial	POR
EDP - Back up facility	1.600.000.000 €	100.000.000 €	Março	Energia	POR
Efacec Fábrica de Transformadores (Georgia)	84.475.732 €	42.237.866 €	Março	Energia	POR
Project Arsenal (Aquisição Cintra Aparcamientos)	400.342.692 €	94.097.667 €	Julho	Parques Estacionamento	POR
Fundiestamo	40.000.000 €	40.000.000 €	Dezembro	Imobiliário	POR
Galp Energia	10.000.000 €	10.000.000 €	Dezembro	Energia	POR
Alfonso Gallardo (Refinanciamento)	809.118.000 €	108.618.000 €	Dezembro	Siderúrgico	ESP
Cinac	13.793.103 €	13.793.103 €	Dezembro	Industrial	MOZ
Total	3.044.729.527 €	426.146.636 €			



A actividade de acompanhamento da carteira de crédito do CaixaBI e de operações originadas no banco de investimento para o Grupo CGD, tem vindo a ser determinante para a adequação dos processos à realidade das empresas e ao enquadramento de mercado, com particular destaque para o posicionamento dos bancos.

Médias Empresas

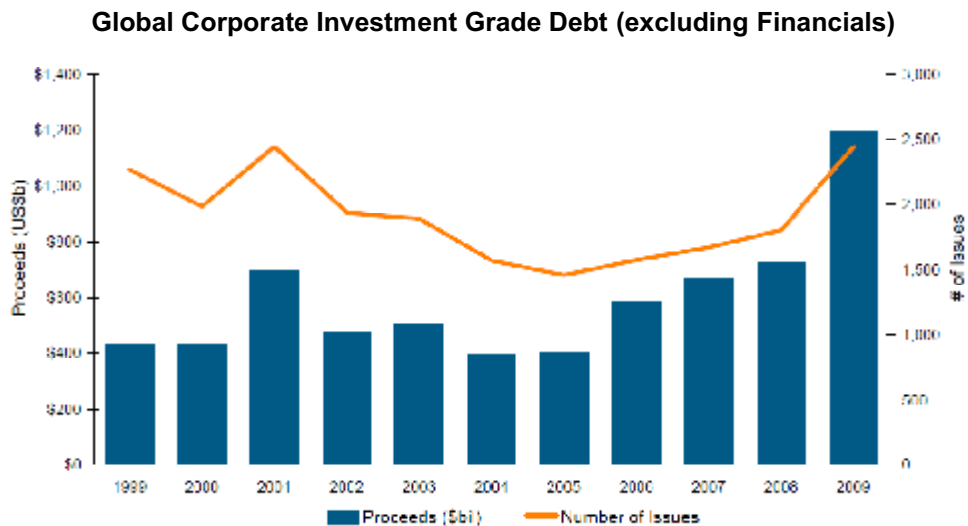
O *target* das médias empresas começa a ser trabalhado no CaixaBI, aproveitando as estruturas comerciais da CGD. A actividade, durante o ano de 2009, focou-se sobretudo na elaboração e desenvolvimento dos mandatos de Assessoria Financeira angariados, e na montagem de Sindicatos Bancários.

Um factor diferenciador tem sido conseguido com a venda do produto PME Multivantagem, o qual tem vindo a ter crescimentos muito significativos nos últimos anos, e atingido, até ao final de 2009, um montante em carteira de cerca de € 430 milhões.

Área Financeira e de Estruturação

Carteira de Negociação

O ano de 2009 conheceu um significativo incremento das emissões em mercado primário, com o montante global a alcançar um crescimento de 29%. Em destaque o sector não financeiro, com o montante total emitido globalmente por *Investment Grade Corporates* a atingir \$1.200 biliões, valor superior ao máximo anual de sempre.



Source: Thomson Reuters

A grande procura por esta classe de activos acabou por se reflectir nos *spreads* que registaram um estreitamento sem precedentes quer em termos de amplitude quer em termos de rapidez. O gráfico abaixo apresenta a evolução dos *spreads*, (Itraxx Europe Generic) desde o início do ano. Este índice iniciou o ano nos 177 bp, tendo ultrapassado em Março os 200 bp, para encerrar o ano nos 80 bp.

Evolução dos iTraxx Europe Generic em 2009

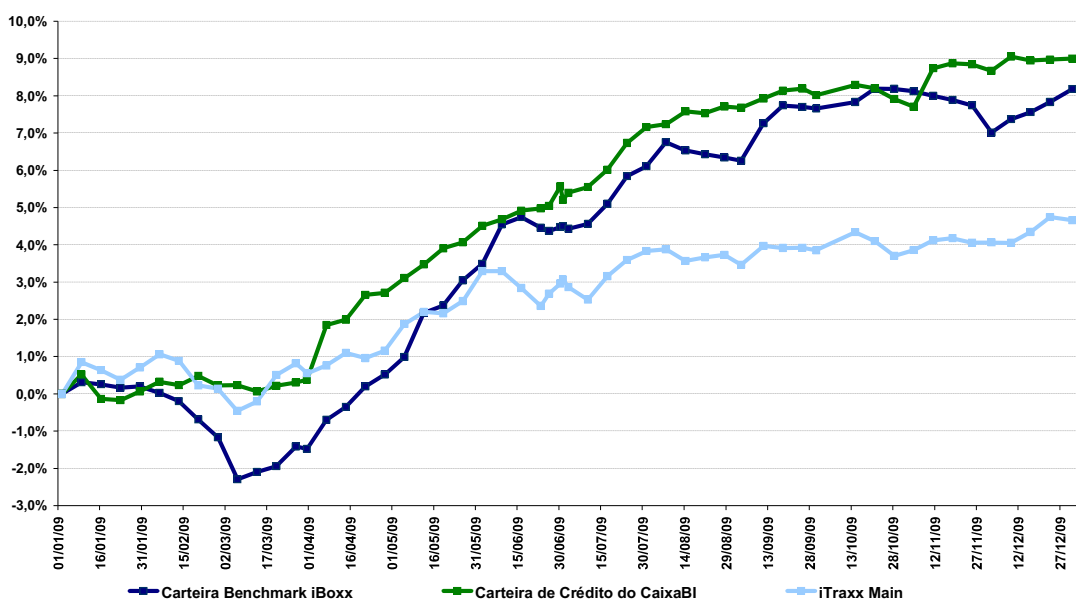


Source: Bloomberg

Resultados da Carteira de Negociação

Esta carteira encerrou o ano de 2009 com uma *performance* relativa e absoluta muito acima das expectativas. Em termos de *performance* relativa, a gestão da carteira, fruto de uma gestão activa e com elevado *turnover*, conseguiu mais 5% que o iTraxx e mais 2,4% que o iBoxx. Para além dos ganhos em operações financeiras destacamos ainda o resultado obtido em margem financeira, que superou igualmente as expectativas, beneficiando quer dos *spreads* historicamente elevados, quer da inclinação da curva de rendimentos.

Desempenho da Carteira de Negociação vs iTraxx Main vs iBoxx



A carteira de negociação apresenta a seguinte *performance* em 2009:

Performance da Carteira de Negociação

Rotação da Carteira		14x
RoE		313%
Margem %		3,09%
Performance relativa versus (iTraxx)		+4,34%
Performance relativa versus (iBoxx)		+0,81%

Actividade de OEVT e de *Liquidity Provider*

A actividade de *market-making* de dívida pública em mercado secundário foi condicionada pela manutenção do cenário registado no final de 2008, ou seja, a ausência de liquidez e a elevada volatilidade, o que obrigou o IGCP a alterar os critérios de cumprimento dos *market-makers*, que passaram a ser avaliados numa base relativa entre eles. Por outro lado, o alargamento dos *spreads* para níveis históricos máximos contribuiu igualmente para uma maior dificuldade na gestão das posições.

A partir do terceiro trimestre observou-se algum regresso da liquidez ao mercado, embora insuficiente, e um consequente estreitamento nos *spreads bid/ask*, factores que conduziram a um maior conservadorismo na nossa estratégia de *market-making*.

O CaixaBI apresentou uma das melhores *performances* em termos de *compliance*, tendo obtido o 4º lugar em 15 OEVT. No que respeita à quota de mercado, o CaixaBI terminou o ano no 12º lugar em 27 participantes, a mesma posição que ocupou no *ranking* global divulgado pelo IGCP.

Compliance Anual	
2009	CBI
MCR	96%
MSPR	4

MCR - Monthly Compliance Ratio
MSPR - Monthly Spread Performance Ranking (1 to 15)

A actividade de *Liquidity Provider* sobre vários títulos cotados na Euronext Lisboa, como a Cofina, Orey Antunes, Reditus, Altri, Inapa, Ibersol, Martifer e Soares da Costa, manteve-se a bom ritmo. Trata-se de uma área de negócio onde o CaixaBI foi pioneiro e onde continua a ser o líder incontestável.

A própria Euronext reconhece a perfeição do desempenho desta actividade, atribuindo ao CaixaBI o *rating* máximo “A” em todos os títulos e categorias.

Assessoria de Gestão de Risco a Empresas

O ano de 2009 revelou-se como um ano bastante fértil no que concerne à contratação e desenho de operações de cobertura de risco de taxa de juro, cambial, matérias-primas e de acções.

Registou-se um aumento de volume de negócio de novos clientes e novas operações, bem como um incremento de reestruturações de operações mais antigas, tendo o Banco registado um crescimento de cerca de 23% no montante total coberto.

Intermediação Financeira

O segmento de acções do mercado de capitais registou um crescimento acentuado ao longo de 2009, em particular a partir de meados de Março, corrigindo parte das quedas verificadas no ano anterior. Os planos governamentais nos Estados Unidos, Europa e em outras economias desenvolvidas, suportaram o movimento de retoma. O PSI20 subiu 33.5% em 2009, o Euro Stoxx 50 valorizou 21.1%, o IBEX35 29.8%, o S&P500 23.5% e o Dow Jones Industrial 18.8%. O Brasil foi uma das primeiras economias a dar sinais de retoma, com o mercado de capitais doméstico a registar forte valorização, tendo o Bovespa subido 82.7% em 2009

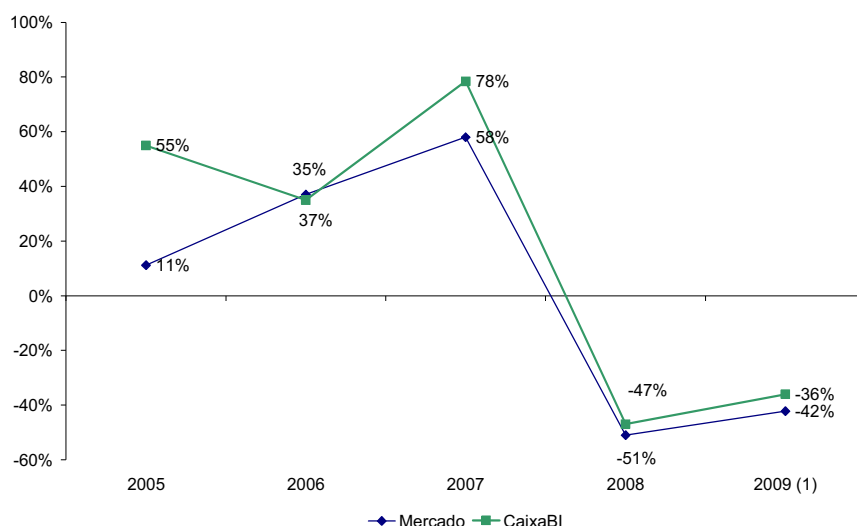
É possível deduzir, através de uma análise diária de volumes de negócios intermediados, que a liquidez do mercado nacional sofreu uma drástica redução durante todo o ano.

Análise de Evolução do Negócio de Intermediação Financeira

Apesar de se ter verificado uma valorização ao nível dos principais índices bolsistas durante o ano de 2009, que foi acompanhada pelo PSI20 (+33.5%), como referido anteriormente, verificou-se uma descida acentuada ao nível dos volumes transaccionados na Euronext Lisbon durante o último ano comparativamente com o período homólogo (-42% quando analisamos as transacções no mercado secundário a contado de acções – dados disponibilizados pela CMVM).

Contudo, o desempenho alcançado pelo CaixaBI em 2009 voltou a ser positivo ao nível do negócio de intermediação financeira de acções na Euronext Lisbon, na medida em que os volumes intermediados registaram descidas inferiores às verificadas no mercado, como se pode verificar no gráfico seguinte.

Variação dos Volumes Transaccionados Mercado vs CaixaBI (Acções)



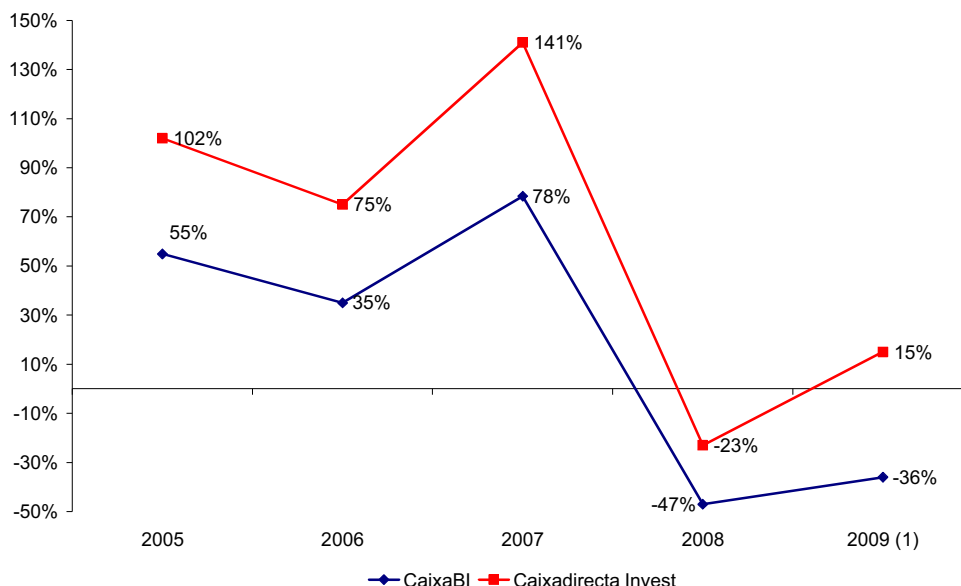
Fonte: CMVM

Nota: (1) até Novembro de 2009

Verificou-se assim, mais uma vez, um ganho real de quota por parte do CaixaBI no negócio de intermediação financeira sobre títulos negociados na Euronext Lisbon.

Num enquadramento negativo ao nível dos volumes globais transaccionados no mercado accionista (-42%), destaca-se positivamente o desempenho da plataforma de internet do CaixaBI, Caixadirecta Invest, que no ano de 2009 apresentou uma subida de cerca de 15% nos volumes intermediados (até Novembro de 2009).

Variação dos Volumes Transaccionados no CaixaBI (Acções)



Fonte: CMVM

Nota: (1) até Novembro de 2009

Operações de Mercado Primário

No ano de 2009 não se verificou qualquer operação de oferta Pública Inicial de Acções (IPO) no mercado accionista português, destacando-se, contudo, a realização da operação de aumento de capital do Banco Espírito Santo (BES), na qual o CaixaBI obteve o estatuto de *co-lead* (EUR 1.2b).

Neste enquadramento o Banco focou a sua atenção no reforço do relacionamento com os investidores institucionais, pelo que se intensificaram as acções de *marketing* envolvendo empresas portuguesas e estrangeiras junto dos investidores nacionais e internacionais em colaboração com as áreas de research do CaixaBI e dos restantes membros da ESN.

Ao longo do ano o CaixaBI organizou e participou em vários *Road-Shows* em diferentes países europeus que envolveram responsáveis da Altri, BES, Brisa, Cimpor, EDP Renováveis, Galp Energia, Jerónimo Martins, Martifer, Mota-Engil, Portugal Telecom, REN, Soares da Costa, Sonae, Sonae Indústria, Sumol + Compal e ZON Multimédia.

O CaixaBI, em conjunto com os restantes parceiros da ESN, organizou e participou em 3 seminários internacionais que envolveram empresas portuguesas: um seminário em Londres (Maio) para apresentação de *Mid Caps* Europeias, nos quais estiveram presentes responsáveis da Cimpor, Sonae e Zon Multimédia; um seminário de empresas europeias em Nova Iorque (Outubro), no qual estiveram presentes a Sonae e a REN e um seminário

de empresas do sector de energias renováveis a nível ibérico em Madrid (Abril), em que estiveram representadas a EDP Renováveis e a Martifer.

Ao nível de operações realizadas no âmbito do mercado primário de acções, destaca-se a participação do Banco em duas operações realizadas no Brasil (IPO do Santander Brasil e aumento de capital da CCR – participada da Brisa) com o estatuto de *co-manager*, seguindo desta forma o processo de internacionalização que o CaixaBI está a colocar em prática.

Sindicação e Vendas

O ano de 2009 apresentou condições excepcionais e únicas em termos de mercado de emissões de dívida. As medidas de suporte ao sector financeiro permitiram a sustentabilidade e a manutenção da liquidez nos mercados e da confiança dos agentes e investidores.

Com a criação desta oportunidade, a grande maioria dos Emitentes veio a mercado, emitindo produtos de dívida. Este factor, aliado ao crescimento significativo das emissões Soberanas, devido à necessidade dos Governos de angariar fundos para fazer face aos respectivos planos de apoio económico e financeiro, fizeram com que o ano de 2009 fosse um ano atípico em termos de emissões, quer em volume quer em número de emissões (Bloomberg).

Os prémios de novas emissões, que no início do ano eram significativamente elevados, registaram uma tendência decrescente ao longo do ano, acompanhando a recuperação dos mercados, nomeadamente, da liquidez e confiança dos investidores.

No que respeita a transacções em mercado secundário, os *spreads bid/offer*, que no início do ano apresentavam diferenciais inusitados, registaram igualmente uma recuperação significativa para níveis mais razoáveis, porém ainda longe dos níveis anteriores à crise.

Foi neste contexto que esta área do Banco desenvolveu a sua actividade, participando num número significativo de emissões de primários de mercado de capitais, salientando-se as seguintes, em que participou como *Joint Lead Manager*:

- ***METROPOLITANO DE LISBOA E.P. – Colocação de uma Emissão de Obrigações do Metro de Lisboa, com garantia do Estado Português, no montante de € 400.000.000 com um cupão de 5,75% e maturidade 4 de Fevereiro de 2019.***

O CaixaBI foi *Joint Lead Manager* desta emissão em conjunto com mais três Bancos Internacionais.

- ***CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS – Colocação de uma Emissão de Obrigações CGD, no montante de € 1.250.000.000 com um cupão de 5,125% e maturidade 19 de Fevereiro de 2014.***

O CaixaBI foi *Joint Lead Manager* desta emissão em conjunto com mais quatro Bancos Internacionais.

- ***REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS S.G.P.S. – Colocação de um Tap da Emissão de Obrigações da REN no montante de € 300.000.000 com um cupão de 6,375% e maturidade 10 de Dezembro de 2013.***

O CaixaBI foi *Joint Lead Manager* desta emissão em conjunto com mais três Bancos Internacionais.

- ***REDE FERROVIÁRIA NACIONAL, E. P. E. – Colocação de uma Emissão de Obrigações de REFER, com garantia do Estado Português, no montante de € 500.000.000 com um cupão de 5,875% e maturidade 18 de Fevereiro de 2019.***

O CaixaBI foi *Joint Lead Manager* desta emissão em conjunto com mais três Bancos Internacionais.

- **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS – Colocação de uma Emissão de Obrigações CGD, no montante de € 1.000.000.000 com um cupão de 4,375% e maturidade 13 de Maio de 2013.**

O CaixaBI foi *Joint Lead Manager* desta emissão em conjunto com mais quatro Bancos Internacionais.

- **PORTUGAL TELECOM – Colocação de uma Emissão de Obrigações Portugal Telecom, no montante de € 1.000.000.000 com um cupão de 6% e maturidade 30 de Abril de 2013.**

O CaixaBI foi *Joint Lead Manager* desta emissão em conjunto com mais três Bancos Internacionais.

- **REPÚBLICA DE PORTUGAL – Colocação de uma Emissão de Obrigações Tesouro de Portugal, no montante de € 3.250.000.000 com um cupão de 3,60% e maturidade 15 de Outubro de 2014.**

O CaixaBI foi *Joint Lead Manager* desta emissão em conjunto com mais quatro Bancos Internacionais.

- **SANTANDER TOTTA – Colocação de uma Emissão de Obrigações Santander Totta, no montante de € 1.000.000.000 com um cupão de 3,75% e maturidade 12 de Junho de 2012.**

O CaixaBI foi *Joint Lead Manager* desta emissão em conjunto com mais quatro Bancos Internacionais.

- **ELECTRICIDADE DE PORTUGAL – Colocação de uma Emissão de Obrigações Electricidade de Portugal, no montante de € 1.000.000.000 com um cupão de 4,75% e maturidade de 26 de Setembro de 2016.**

O CaixaBI foi *Joint Lead Manager* desta emissão em conjunto com mais cinco Bancos Internacionais.

- **PARPÚBLICA – Colocação de uma Emissão de Obrigações Parpública, no montante de € 800.000.000 com um cupão de 3,50% e maturidade 8 de Julho de 2013.**

O CaixaBI foi *Joint Lead Manager* desta emissão em conjunto com mais cinco Bancos Internacionais.

- **CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS – Colocação de uma Emissão de Obrigações do Sector Público (Covered Bond) CGD, no montante de € 1.000.000.000 com um cupão de 3,625% e maturidade 21 de Julho de 2014.**

O CaixaBI, uma vez mais inovando no mercado português, colocou a primeira Emissão de Obrigações do Sector Público em Portugal, tendo sido *Joint Lead Manager* em conjunto com mais três Bancos Internacionais.

- **REDE FERROVIÁRIA NACIONAL, E. P. E. – Colocação de uma Emissão de Obrigações de REFER, com garantia do Estado Português, no montante de € 500.000.000 com um cupão de 4,675% e maturidade 16 de Outubro de 2024.**

O CaixaBI foi *Joint Lead Manager* desta emissão em conjunto com mais três Bancos Internacionais.

- **PORTUGAL TELECOM – Colocação de uma Emissão de Obrigações Portugal Telecom, no montante de € 750.000.000.000 com um cupão de 5% e maturidade 04 de Novembro de 2019.**

O CaixaBI foi *Joint Lead Manager* desta emissão em conjunto com mais quatro Bancos Internacionais.

O CaixaBI actuou ainda como *Co-Lead Lead Manager/Bookrunner* numa emissão de € 700 milhões a 4 anos para a Galp e como *Sole Bookrunner* numa emissão de € 25 milhões a 3 anos para o Banco Invest com Garantia do Estado Português. Ambas as emissões foram parcialmente sindicadas em mercado.

E como *Co-Lead* nas seguintes emissões:

OT 4,75% 14 de Junho de 2019 – € 4 mil milhões
 HSBC 4,5% 30 de Abril de 2014 – € 1,25 mil milhões
 BCP 5,625% 23 de Abril de 2014 – € 1,0 mil milhões
 Banif 3,25% 8 de Maio de 2012 – € 500 milhões
 HSBC 3,75% 30 de Novembro de 2016 – € 1,25 mil milhões

Em Setembro, a CGD realizou uma operação de recompra de duas emissões de dívida subordinada perpétua a taxa variável *Upper Tier II*. O CaixaBI actuou como *Dealer Manager* juntamente com o Bank of America Merrill Lynch. A recompra incidiu sobre duas emissões idênticas, uma emitida pela CGD Paris e a outra pela CGD Finance, sucursal de Cayman.

O Banco fez ainda um *Private Placement* com a REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. no montante de € 50 milhões, 4 anos, a taxa variável.

Papel Comercial

Em 2009, o CaixaBI colocou mais de 445 emissões de Papel Comercial, num montante total acima dos € 12,275 mil milhões nas quais participou e colocou € 5,126 mil milhões em coordenação e com o apoio da estrutura de Grandes Empresas da CGD.

Capital de Risco

Enquadramento

No contexto de crise que marcou o ano 2009, persistiram os factores de ordem estrutural que se vêm revelando determinantes para que a indústria de capital de risco apresente uma limitada implantação no mercado nacional.

O constrangimento maior surge do lado da procura, tanto no que concerne à escassez de projectos de raiz com elevado potencial, como no que se refere à indisponibilidade das empresas mais competitivas em optar pela abertura do capital.

Neste mercado tão reduzido, a oferta de capital de risco tende a circunscrever-se a operadores com um espectro de actuação nacional, dispondo de carteiras pouco diversificadas, de vocação essencialmente generalista e com dificuldade em lidar com projectos que requeiram conhecimento especializado ao nível dos sectores ou tecnologias.

O modelo de financiamento da economia permanece assim centrado quase que exclusivamente na intermediação bancária, e a capacidade de reforço dos capitais próprios das empresas é condicionada na generalidade dos casos, à disponibilidade financeira do núcleo base de accionistas e aos meios gerados pela exploração.

Porém, os desafios inerentes a uma matriz estrutural da economia em profunda reformulação, em presença de mercados de dívida mais restritivos e de mercados de capitais a não propiciarem liquidez, requerem uma indústria de capital de risco capacitada para satisfazer uma procura emergente associada à necessidade de:

- Dotar um número crescente de empresas de capacidade competitiva em mercados mais alargados;
- Potenciar o surgimento e desenvolvimento de projectos empresariais com vocação global, designadamente em indústrias baseadas no conhecimento e tecnologia aplicada.

Posicionamento

A Caixa Geral de Depósitos estabeleceu, no final de 2008, o quadro de Prioridades Estratégicas para a Área de Capital de Risco tendentes a impulsionar o desenvolvimento desta indústria, consolidar a posição de liderança no sector e proporcionar às empresas e empreendedores instrumentos de capitalização adequados ao desenvolvimento das suas estratégias de inovação, crescimento e internacionalização.

Refira-se que o Grupo CGD afecta actualmente à actividade de capital de risco recursos de montante superior a 500 milhões de euros, na dupla qualidade de investidor em fundos sob gestão de terceiros e, fundamentalmente, de operador directo através da Caixa Capital.

Cabe à Caixa Capital investir em projectos empresariais liderados por equipas de gestão qualificadas, que consubstanciem negócios com elevado potencial de crescimento e valorização, perspectivem uma adequada remuneração dos capitais próprios e contribuam para gerar riqueza e bem-estar social, de forma responsável e sustentada.

A Caixa Capital, que ao longo da década havia centrado a actividade de capital de risco num segmento bem definido das operações de dimensão relevante, maioritariamente de

capital-desenvolvimento geralmente associadas à banca de investimento, passou no último ano a assumir um objectivo de maior abrangência dispondo de fundos orientados para os diferentes segmentos-alvo.

A Caixa Capital gere cinco veículos de investimento - a Caixa Desenvolvimento (SGPS), o Fundo Grupo CGD, o Fundo Energias Renováveis, o Fundo Caixa Empreender + e o Fundo Caixa Mezzanine. Da totalidade dos activos sob gestão directa da Caixa Capital, o volume de participações no final de 2009 ascendia a 296 milhões de euros, aplicados em 32 empresas. De assinalar que aproximadamente 84,5% da carteira (i.e. 250 milhões de euros), corresponde a investimentos realizadas nos últimos três anos.

Conforme adiante se explicita, ao longo do ano verificou-se a seguinte evolução na carteira de fundos geridos pela Sociedade:

- Constituição do FCR Empreender + – Caixa Capital, com um capital de € 25 milhões, encontrando-se realizados € 7,5 milhões.
- Constituição do FCR Mezzanine – Caixa Capital, encontrando-se realizados € 30 milhões, do seu capital de € 100 milhões.
- Reforço do capital do FCR Grupo CGD – Caixa Capital, em € 164,7 milhões (passando de € 174,6 milhões para € 339,4 milhões), tendo já sido realizados € 100 milhões desse reforço.

O Caixa Empreender + pretende confrontar uma lacuna na oferta no mercado do capital de risco-capital semente e contribuir para uma *equity chain* transversal ao ciclo de desenvolvimento dos negócios de criação recente, com preponderância para as indústrias baseadas no conhecimento e tecnologia aplicada.

Para o efeito, estabeleceram-se três planos distintos de intervenção:

- Estimular jovens com elevado potencial e quadros empresariais qualificados a desenvolverem novas realidades económicas (start-ups);
- Conferir novos horizontes aos projectos empresariais inovadores de mérito comprovado (follow-on investments);
- Aportar recursos a veículos de investimento geridos por terceiras entidades que disponham de uma clara especialização ou particular aptidão lidar com os empreendedores.

A solução Caixa Mezzanine visa proporcionar formas alternativas de capitalização para as empresas de dimensão intermédia, contemplando as especificidades das PME. Consiste num instrumento de financiamento híbrido, que combina características de capital e de dívida, correspondendo assim a um patamar intermédio entre essas duas dimensões estruturantes no balanço das empresas.

Nota ainda para o reforço do capital do FCR Grupo CGD – Caixa Capital, que se insere no processo de reorganização das carteiras de participadas dos fundos pré-existent para observância das novas vocações ditadas pela reformulação estratégica do ano transacto, tendo suportado a transferência de activos da Caixa Capital e da Caixa Desenvolvimento no montante global de € 60 milhões.

Em conformidade com a trajectória prosseguida, têm-se vindo a introduzir alterações ao modelo de governação, por forma a dotar a Sociedade das condições de gestão e organizativas que permitam sustentar convenientemente o desenvolvimento da actividade.

Refira-se que a Área de Capital de Risco do Grupo CGD se encontra concentrada na Caixa Capital que, para o efeito, está dotada de um quadro de 18 colaboradores.

Actividade

Ao longo do ano, a Caixa Capital analisou as oportunidades de investimento apresentadas para efeitos de eventual enquadramento nos quatro fundos de capital de risco sob gestão. O total de projectos em carteira em 2009 ascendeu a 215, tendo 166 sido recepcionados no ano e 49 transitado de 2008. Foram arquivados ou recusados 154 projectos, encontrando-se ainda em análise 45 e tendo sido aprovados 16.

Nesta amostra, em termos sectoriais é de realçar a importância das tecnologias de informação (19% dos projectos analisados), destacando-se ainda os sectores de serviços (18%), indústria (16%) e energia (15%). Já no que diz respeito à tipologia dos investimentos, verifica-se que os projectos de *seed / start-up* foram os mais representativos.

Referenciam-se, de seguida, as transacções efectuadas:

- **Novas Participações:**
 - Vila Galé – Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A.
 - Logoplaste Investimento, SGPS, S.A.
 - MWH – Gestão de Recursos Naturais, S.A.
 - Mesquita ETVIA – Construção de Vias de Comunicação, S.A.
 - Critical Links, S.A.
 - Fundo ACTec (Capital Semente COTEC)
- **Reforço das Participações:**
 - A. Silva & Silva – Imobiliário e Serviços, S.A.
 - Eurofrozen – Indústria e Comércio de Produtos Alimentares, S.A.
 - Pinewells, S.A.
 - Smartwatt – Eficiência Energética e Microgeração, S.A.
- **Alienação das Participações:**
 - Felino – Fundição e Construção Mecânicas, S.A.
 - Hélios I – Energy Investments S.L. e Hélios II – Hyperion Energy Investments S.L.
 - MARL Energia - Central Fotovoltaica, S.A.
 - Plataforma, SGPS, S.A.
 - Prado Karton S.A.
 - Torre Confeções, S.A.
 - MIF – Manuel Inácio & Filhos, SGPS, S.A.
- **Redução de Participações:**
 - Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A.
 - Grupo Visabeira, SGPS, S.A.
 - La Seda de Barcelona, S.A.
 - Sumol+Compal, S.A.
 - FCR AICEP Capital FIEP

Em suma, foram concretizados até ao final do ano 7 operações que, em conjunto com os reforços de participações representaram um investimento de € 72,3 milhões. Os projectos aprovados mas ainda não concretizados implicam um investimento potencial na ordem dos € 42,4 milhões. Foram concretizados € 36,7 milhões de desinvestimentos (valor de custo) e efectuada a transferência de uma participação relevante para a Caixa Geral de Depósitos.

Relativamente ao desenvolvimento das duas novas áreas de negócio, foram constituídos os dois fundos de capital de risco já referidos, criadas as bases para a sua operacionalização, estabilizado o inerente quadro relacional no mercado, realizadas as acções de promoção e confrontado o fluxo de mais de uma centena de projectos entretanto submetidos. Importa destacar que:

- Para o Caixa Empreender+ está instituído um modelo de funcionamento em rede, envolvendo instituições do sistema científico e tecnológico, agências públicas (p.e. INPI), estruturas associativas (p.e. Cotec), redes de business angels (FNABA e APBA), corporate ventures, operadores de capital de risco e de capital semente, bem como o recurso a uma plataforma tecnológica suportada na Internet para assegurar funcionalidades básicas na interacção com os promotores. Proceder-se-á ainda à agregação em torno da marca Caixa Empreender de toda a oferta do Grupo neste segmento.
- Para o Caixa Mezzanine está em curso um ciclo de encontros com empresários no intuito de se constituir uma carteira de referência para gerar um efeito de demonstração, já que se visa um estrato de empresas com elevado potencial de valorização, em que se verifique uma particular dinâmica de modernização, crescimento e expansão, podendo envolver processos de concentração empresarial, sucessão e de tomada de controlo por gestores.

Controlo de Gestão

O CaixaBI promove uma cultura de controlos que se tem reflectido positivamente nos resultados alcançados. A contribuição dos OE para a eficácia do controlo interno, actuando em vectores, que permitem obter e controlar a informação existente de maneira fiável e atempada, tem as seguintes referências:

- Definição de objectivos comerciais em termos de mercados alvo não quantificados, e sujeitando todas as propostas de crédito aos Conselhos de Crédito, quer do CaixaBI quer da CGD;
- Segregação de funções, a qual permite que a aprovação, execução, processamento e contabilização de qualquer transacção seja continuamente monitorizada e controlada por estruturas independentes;
- Controlo da informação financeira efectuado numa base diária, em relação às transacções realizadas no dia útil imediatamente anterior;
- Controlo dos riscos de mercado efectuado diariamente e reportado à Administração e a outros órgãos relevantes, sob a forma de relatórios que espelham as diversas posições que o Banco detém no fecho do dia útil anterior. O sistema de controlo dos riscos de mercado permite que todas as posições sejam reconciliadas diariamente entre os órgãos de suporte e os de negócio;
- Reavaliação da posição em produtos derivados, permitindo avaliar a exposição, quer potencial quer global, da Contraparte ou Cliente;
- Implementação de procedimentos e dotação de sistemas para a monitorização e controlo do risco operacional, incluindo a prevenção para assegurar a continuidade de negócio.

Através da sujeição da sua estrutura a estes mecanismos, o CaixaBI subscreve os princípios adoptados em matéria de controlo interno:

- a) o cumprimento dos objectivos de gestão estabelecidos;
- b) o uso económico e eficiente dos recursos;
- c) o adequado controlo dos vários riscos e a guarda de activos;
- d) a fiabilidade e integridade da informação financeira e de gestão;
- e) o cumprimento das legislações e regulamentos, bem como dos procedimentos internos.

Com o objectivo de reforçar os diversos níveis de controlo, a estrutura orgânica do CaixaBI tem um Gabinete de *Compliance* e um Gabinete de Auditoria Interna. Sempre numa óptica de contribuição para o alcance de resultados financeiros positivos, de forma consistente, mantendo uma gestão prudente da situação de liquidez, de consumo de capital e de controlo de riscos assumidos, nomeadamente:

- avaliação a cada momento da posição financeira e do nível de riscos assumidos;
- apreciação do cumprimento das obrigações regulamentares, mormente em matéria de requisitos de capital, solvabilidade e liquidez.

Em total articulação com a CGD, o CaixaBI dedica particular atenção ao tema do Risco Operacional.

O Banco de Portugal aprovou a metodologia *standard* para o grupo CGD, incluindo o banco de investimento, continuando-se a investir significativamente em recursos, para adopção e adaptação das ferramentas que o Grupo usa para monitorização e gestão do risco operacional.

Ainda nesta vertente, o Banco tem vindo a afinar o seu Plano de Continuidade de Negócio, como ferramenta indispensável para assegurar um adequado nível de conforto perante eventuais adversidades.

O Banco elabora trienalmente um Plano Estratégico, para sistematizar a estratégia e quantificar objectivos. Por sua vez, o Plano de Actividades e Orçamento, cuja eficácia é tanto quantitativa como qualitativa, fixa anualmente objectivos medidos pela avaliação do risco, e quantifica-os com a colaboração de cada órgão da estrutura.

Gestão dos Custos de Estrutura

O rácio *cost to income* surge como o mais significativo indicador de equilíbrio entre o controlo dos custos de estrutura do Banco e a sua estrutura de negócio. O CaixaBI apresenta consistentemente valores bastante abaixo do *benchmark* para o sector, ou seja abaixo de 40%.

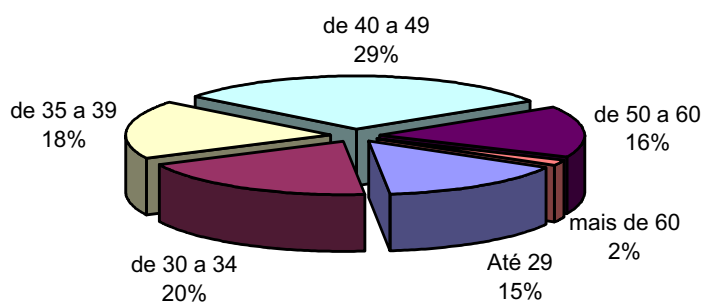
Uma vez mais, no exercício de 2009, a conjugação do controlo dos custos de estrutura com o significativo crescimento do produto bancário, permitiram melhorar o índice de produtividade fixando-o em 23,4%.

Gestão dos Recursos Humanos

Ao capital humano é atribuída importância fundamental no desenvolvimento da actividade do Banco. Quer a sua manutenção, quer a sua contratação são tratadas, no CaixaBI, sob rigorosos padrões de qualidade ética e técnica. O Banco promove constantemente formação adequada às suas áreas de negócio e *back office*, proporcionando aos colaboradores oportunidades de aperfeiçoamento e valorização profissional, através da frequência de mestrados e pós-graduações na área financeira, bem como pela frequência de cursos de línguas, nomeadamente da língua inglesa e espanhola, e de diversos seminários ou acções pontuais de formação, tanto em Portugal como no estrangeiro.

O Banco apresenta-se com uma estrutura humana muito jovem, em que mais de metade dos seus colaboradores tem idades inferiores a 39 anos. O CaixaBI incorpora nos seus quadros, anualmente, vários jovens recém licenciados, constituindo uma das vertentes da responsabilidade social do Banco.

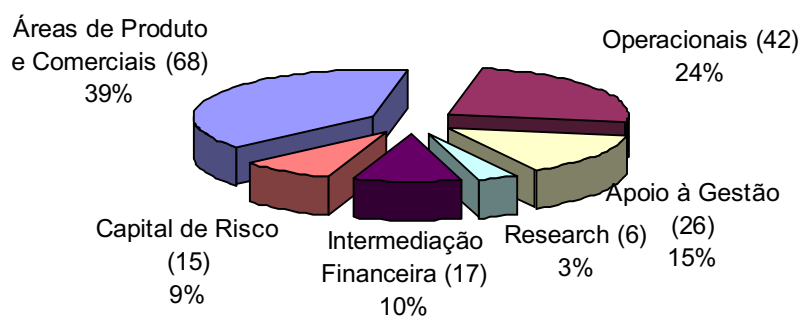
RH por Escalões Etários



O Banco vai ajustando a sua estrutura de recursos humanos às necessidades definidas no Plano Estratégico e aos desafios de mercado, assegurando uma saudável capacidade para inovar e protagonizar o alcance dos objectivos delineados. No final de 2008, o Banco, em base individual tinha 159 colaboradores, descendo 3 face aos 162 do final de 2008.

Relativamente à actividade consolidada do Banco, o gráfico abaixo distribui por áreas funcionais um total de 174 colaboradores, menos 1 do que no final do ano anterior.

RH por Áreas Funcionais



O último relatório divulgado pelo FMI confirma que a economia mundial está a recuperar, embora apoiada, sobretudo, no forte desempenho das potências emergentes. As previsões apontam para uma contracção mundial de 1,1% em 2009, seguida de um crescimento de 3,1% em 2010. Espera-se, no entanto, que o PIB na Zona Euro apresente um crescimento marginalmente positivo de 0,3% em 2010, enquanto que para Portugal o crescimento estimado é de 0,4%. O FMI adverte ainda que a retoma deverá ser lenta uma vez que a estabilização da situação no sistema financeiro irá levar à retirada gradual dos apoios públicos com os consequentes impactos nomeadamente ao nível da actividade económica.

Ao longo de 2010, o quadro recessivo global deverá começar a dissipar-se, ainda que de forma muito gradual, num contexto de progressiva regularização das condições financeiras à escala global e de recuperação gradual da procura mundial, designadamente no que se refere aos mercados de destino das exportações portuguesas.

Uma maior estabilidade dos mercados financeiros deverá transmitir maior confiança, podendo-se verificar na segunda metade de 2010 e ano de 2011 a uma consolidação do crescimento das principais economias mundiais.

O crescimento económico deverá assentar em vários factores:

- Crescimento do investimento público;
- Taxas de juro em níveis baixos;
- Euro forte;
- Diminuição da taxa de desemprego a partir de meados de 2010;
- Reestruturação do sector empresarial e financeiro, em grande medida, já concretizada.

Não obstante a elevada incerteza ainda existente quanto à evolução do mercado de capitais em 2010, uma eventual melhoria do mesmo em Portugal é expectável que venha a reflectir-se positivamente no mercado de capitais de acções durante o próximo ano, aproveitando o Banco a posição de liderança nesta área de negócio. Adicionalmente, o Banco pretende continuar a desenvolver operações *cross border* no âmbito do processo de internacionalização do CaixaBI quer no Brasil, através da sua parceria com o Banco Caixa Geral Brasil, quer em Espanha, através da sua Sucursal.

Neste quadro, não se antecipam no decorrer de 2010 grandes alterações face ao nível de actividade de fusões e aquisições verificado em 2009, sendo de prever que apenas no segundo semestre se possa assistir a uma recuperação mais consistente do mercado. De facto, tendo em conta as perspectivas de crescimento para a economia em 2010, bem como a actual instabilidade dos mercados financeiros, o próximo ano deverá continuar a apresentar um nível moderado de actividade de fusões e aquisições.

É ainda expectável que o volume de negócios do CaixaBI, no mercado secundário de acções, possa conhecer uma evolução positiva no ano de 2010.

Na vertente do Financiamento Estruturado de Activos, normalmente caracterizada por períodos dilatados de maturação das oportunidades, o CaixaBI continuou durante o ano de 2009 a explorar e aprofundar, de forma pró-activa, várias oportunidades com clientes, visando a angariação de novos mandatos, alguns dos quais se espera poder vir a obter e concretizar durante o exercício de 2010.

Na actividade de negociação o mercado deverá registar um período de consolidação no ano de 2010, não sendo expectável um estreitamento de *spreads* como o do ano de 2009. Contudo perspectivam-se períodos de volatilidade, resultantes das incertezas quanto à evolução macroeconómica e à evolução da inflação.

Neste sentido, projectamos um *mix* entre contratação de novas operações em virtude de eventuais subidas das taxas a curto/médio prazo e das expectativas dos nossos clientes nesse sentido, e reestruturações de operações já contratadas com o intuito de extrair complexidade e volatilidade existente no portfolio de dívida dos clientes.

Para reforçar esta componente bastante rentável e redutora de risco de contraparte, o Banco está a investir em novas funcionalidades tecnológicas de suporte que permitirão a avaliação online de estruturas colocadas junto dos Clientes.

Por outro lado, o Banco prossegue novas frentes de contacto para a intermediação de risco entre os grandes *players* internacionais de estruturas de derivados e os principais clientes nacionais, de forma a aumentarmos o potencial de negócio bastante atractivo nesta área.

Paralelamente a estas perspectivas, o Banco não deixa de ter presente o conjunto de riscos que poderão ter impacto no sistema financeiro no próximo ano:

- Desequilíbrios verificados nos Balanços de empresas não financeiras devido a níveis de alavancagem demasiado elevados, reduzida rentabilidade e condições de financiamento significativamente restringidas;
- Incumprimento no segmento de consumo privado acima das expectativas devido a um desemprego crescente;
- Preocupações crescentes com o endividamento publico e sustentabilidade das finanças públicas dos Governos, bem como, a redução do investimento privado;
- Desequilíbrio entre o sistema financeiro e as contas públicas resultante das medidas de política fiscal e monetária tomadas para apoiar e suportar a actividade económica;
- Reaparecimento de tensões e restrições no sector financeiro e vulnerabilidade da recuperação recente;
- Instabilidade das instituições financeiras demasiado expostas a segmentos de crédito com perfil comercial e com exposição a financiamentos a certos países da Europa Central e de Leste que poderão ser intervencionados;
- Recuo da recente recuperação dos mercados financeiros no caso dos dados macroeconómicas ficarem aquém das expectativas.

Todavia, uma consciencialização destes riscos pode bem tornar-se um factor de diferenciação positiva que o CaixaBI acredita poder aproveitar.

Na vertente de capital de risco assume-se um contexto mais favorável ao investimento para os próximos anos, tendo em conta as alterações estruturais requeridas para o relançamento económico e um cenário em que o acesso a fontes alternativas de fundos se torna uma vantagem competitiva para a concretização dos projectos empresariais.

Nesse quadro, para potenciar a captação de novas oportunidades de investimento que permitam melhorar a rendibilidade dos fundos disponíveis, dar-se-á continuidade à articulação estabelecida com outras áreas de negócio do Grupo, nomeadamente com o CaixaBI e com as estruturas comerciais da CGD.

Continuar-se-á a privilegiar os projectos que consubstanciem investimentos em inovação, expansão e desenvolvimento dos negócios, incluindo as operações de MBO, sendo

igualmente incentivadas as operações que se insiram no apoio à internacionalização de empresas nacionais.

Prosseguir-se-ão os objectivos de maior abrangência da actividade em linha com as Prioridades Estratégicas fixadas, estabilizando uma oferta consentânea com as dinâmicas de empreendedorismo e inovação, bem como com a necessidade de corresponder aos desafios que se colocam às empresas de dimensão intermédia.

A participação em reestruturações financeiras ou em operações em que os recursos aportados sejam utilizados para reembolso de dívidas ou cumprimento de outras responsabilidades, incluindo fiscais, continuará a não ser contemplada na política de investimentos em vigor, tendo este ano o Grupo Caixa contribuído para a constituição de um fundo expressamente vocacionado para o efeito.

Em qualquer caso, a aposta na capacidade de gestão da empresa e dos promotores dos projectos, continuará a constituir sempre uma das vertentes fundamentais para a tomada de decisão.

Agradecimentos

O CaixaBI consolidou em 2009 a sua liderança na banca de investimento em Portugal, angariando prémios e distinções internacionais. O Conselho de Administração reconhece e deseja agradecer a confiança depositada no Banco, condição fundamental para o alcance dos resultados conseguidos.

Às Autoridades de Supervisão – Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários -, aos Membros da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, se expressam os agradecimentos pela colaboração institucional prestada ao Banco.

Aos Accionistas e às Empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, deseja-se registar o agradecimento pelo permanente apoio.

Aos colaboradores do Banco, finalmente, o Conselho de Administração reconhece a dedicação e o desempenho meritório evidenciado durante o ano ora findo.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, considerando os níveis de capitais próprios adequados ao desempenho das actividades do CaixaBI, propõe à Assembleia Geral, a seguinte aplicação de resultados do exercício de 2009, no valor global de € 41.969.026:

– para Reserva Legal (10% do Resultado do Exercício)	€ 4.196.903
– para Outras Reservas	€ 12.747.123
– para Dividendos	€ 25.025.000

Lisboa, 22 de Janeiro de 2009

O Conselho de Administração

- Jorge Humberto Correia Tomé

- José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

- Luís Lopes Laranjo

- António Carlos Bastos Martins

- Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho

- Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

- Rui Manuel do Vale Jordão Gonçalves Soares

- José Pedro Cabral dos Santos

- José Manuel Carreiras Carrilho

Titulares de Participações Qualificadas

- **Gerbanca, SGPS, S.A.**
68.348.445 acções
89,24% de direitos de voto
- **Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.**
8.007.635 acções
10,45% de direitos de voto

Nota

Acções próprias detidas a 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2009:

4.658.000 acções
(5,73% do capital social)

Missão e Objectivos

O CaixaBI tem como missão prioritária dinamizar uma plataforma de negócio de banca de investimento entre Espanha, Brasil, África lusófona e Portugal nas diferentes áreas de negócio do Banco prestando um serviço financeiro integrado aos Clientes de qualquer daquelas bases geográficas, com dimensão internacional.

Esta é uma missão horizontal às diferentes áreas de produto, *Corporate Finance* de Dívida, Mercado de Capitais – Acções, Assessoria Financeira, *Project Finance*, *Structured Finance*, Intermediação Financeira, Assessoria e Gestão de Risco para Empresas, Capital de Risco e *Research*. Os serviços financeiros do CaixaBI são fornecidos independentemente da localização geográfica dos Clientes do Banco. Num mundo crescentemente integrado, o CaixaBI acompanha os seus Clientes onde quer que os seus negócios se realizam, privilegiando as transacções *crossborder*.

Os objectivos estratégicos definidos para o triénio 2008-2010, no CaixaBI, incluem:

- Confirmação do CaixaBI como o banco de investimento nacional de referência, e contribuinte de prestígio para o Grupo CGD;
- Prioridade ao *fine tuning* com a Área de Grandes Empresas e ao desenvolvimento de sinergias com as outras unidades de negócio do Grupo CGD;
- Reforço da presença Internacional do Banco, concretamente em Espanha, Brasil e USA, potenciando neste eixo os negócios *cross-border*;
- Incrementar o nível de penetração no mercado espanhol, nas áreas de produto;
- Potenciação da área de sindicância do Banco numa perspectiva ibérica, mas com progressivo alargamento internacional, endereçando as necessidades do Grupo em termos de mercados primário e secundário;
- Aprofundamento de oportunidades de banca de investimento *cross border* em Angola, Moçambique, China e Índia;
- Desenvolvimento da Intermediação Financeira, incluindo a plataforma *online*;
- Dinamização de produtos derivados para Clientes, desenvolvendo a estruturação de produtos para o Grupo CGD;
- Em articulação com a Rede de Empresas, dinamização de produtos de banca de investimento;
- Endereçamento de uma política de recursos humanos que propicie um *commitment* enquadrado nos restantes objectivos;
- Continuar a privilegiar operações de capital de desenvolvimento, alargando a política de investimentos às fases iniciais do ciclo de vida das empresas, investindo em empresas com elevado potencial de crescimento e valorização;
- Incentivar uma política de diversificação do investimento como forma de permitir o acesso a novos mercados e a novas oportunidades de investimento que possibilitem igualmente uma actuação concertada com a CGD e o CaixaBI no domínio dos projectos de expansão/internacionalização actualmente em curso de execução, nomeadamente em Espanha e nos países de língua portuguesa.

Regulamentos a que o CaixaBI está sujeito

O CaixaBI, internamente, encontra-se sujeito aos Estatutos da Sociedade e a um conjunto de normas e procedimentos, que têm vindo a adaptar-se, quer à evolução da legislação europeia e nacional relativa à sua actividade, quer às normas regulamentares emitidas pelas entidades de supervisão. Do conjunto de normativos implementados no CaixaBI, os seguintes constituem a sua espinha dorsal.

1. Códigos de Conduta

Considerando que o exercício da actividade bancária se deve pautar por rigorosos princípios de isenção e transparência, a serem observados por todos os colaboradores, encontram-se em vigor no CaixaBI normas internas sobre deontologia profissional, estabelecendo directivas nesta matéria, agrupadas num **Código de Conduta**, que é do conhecimento de todos os colaboradores. O Banco possui ainda um Manual de Prevenção do Branqueamento de Capitais.

Encontra-se igualmente instituído e em vigor um **Regulamento Interno da Actividade de Intermediação Financeira**, o qual define normas e procedimentos que devem ser observados no exercício da actividade de intermediação financeira, estabelecidos à luz das disposições sobre esta matéria, constantes, designadamente, do Código dos Valores Mobiliários e das disposições emanadas das autoridades de supervisão (Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários). Também este Regulamento é distribuído com carácter vinculativo aos colaboradores.

2. Sistema de normas e procedimentos

O CaixaBI dispõe de um Sistema de Normas e Procedimentos, publicado na intranet, ao qual todos os colaboradores se encontram sujeitos, que abrange os aspectos mais relevantes do funcionamento da empresa e do exercício da sua actividade.. O Sistema de Normas e Procedimentos estabelece as regras e competências relativas à produção, gestão, meios de suporte, divulgação e acesso a normas, nomeadamente sobre a estrutura orgânica, a política de pessoal, as características de produtos e serviços e os procedimentos ou informações relevantes ao desempenho da actividade.

3. Organização e Procedimentos internos para o controlo dos riscos

A Comissão Executiva, tem vindo a dotar o Banco dos meios necessários para assegurar a existência de informação e análise sobre os riscos de balanço do Banco, e sobre os níveis de cobertura ao seu risco operacional.

Compete à sua Direcção de Planeamento, Controlo do Risco e Organização (DPO) assegurar a ligação com as Direcções do Grupo que, de forma centralizada, procedem ao controlo daqueles respectivos riscos, ou seja, com a Direcção de Gestão de Riscos (DGR) e com a Direcção de Consultoria e Organização (DCO).

O CaixaBI tem a função *Compliance* autonomizada num Gabinete com funções aplicadas a toda a Estrutura do Banco e que tem como finalidades fundamentais :

- A supervisão e controlo de um conjunto de procedimentos, regras e regulamentos, que asseguram a preservação dos padrões éticos e a disciplina da organização;
- A elaboração do Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno do Banco, para o Banco de Portugal;
- A elaboração do Relatório de Supervisão e Controlo para a CMVM;

- A elaboração de Relatórios de Compliance sobre os diversos Órgãos de Estrutura do Banco, para a CE.

No âmbito da sua actividade, as duas grandes carteiras de activos do Banco, e a aquisição de serviços, são geridas com os seguintes procedimentos:

3.1. Carteira de Títulos

A gestão da carteira de títulos do Banco está subordinada aos níveis de risco definidos para o Banco e ajustada ao orçamento aprovado pelo Conselho de Administração. São igualmente definidos alguns objectivos de base, nomeadamente:

- A obtenção de uma margem financeira adequada ao perfil do balanço de um banco de investimento;
- A constituição de uma carteira de títulos que permita um normal grau de rotatividade e a obtenção de uma adequada rentabilidade em termos de ganhos de capital;
- A composição da carteira de investimento será limitada a níveis de exposição máximos e mínimos;
- A salvaguarda de um mínimo de liquidez requerida como instituição financeira.

A rentabilidade exigida à carteira corresponde a um nível de ROE definido, e é obtida pela valorização diária da mesma, a preços de mercado, líquida dos custos de financiamento.

No cálculo do capital próprio afecto à actividade, são considerados os requisitos necessários para cobrir os riscos de crédito, de mercado e operacionais, calculados segundo as regras em vigor do Banco de Portugal.

Os instrumentos passíveis de serem transaccionados são obrigações, acções, fundos de *Asset Managers* seleccionados e instrumentos derivados destes – futuros, opções, *swaps* e *forwards* negociados com as mesas de Tesouraria ou de Forex da sala de mercados da CGD.

3.2. Carteira de Crédito

No circuito formal de apresentação de propostas de crédito, foi criado o Conselho de Crédito do CaixaBI (CCC), composto pelos membros da Comissão Executiva e pelos responsáveis das Direcções Comerciais envolvidas de alguma forma em processos de concessão de crédito.

A elaboração de Propostas Comerciais para o Conselho de Crédito é da responsabilidade dos Órgãos de Estrutura (Direcções de Negócio / Produto), que devem obter previamente o parecer de risco da Direcção de Gestão de Risco (DGR) da CGD.

As Propostas são então apresentadas aos Conselhos de Crédito do Grupo, a quem, de acordo com a política de crédito no seio do Grupo CGD, compete as diligências de aprovação de créditos.

3.3. Aquisição de bens e serviços

- Consultas ao mercado – em regra são consultados não menos de 3 fornecedores por produto;
- Selecção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização das despesas – de acordo com as competências delegadas;

- Contratos com os fornecedores de bens / prestadores de serviços – de forma escrita, troca de correspondência ou contrato formal.

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos:

Caixa Geral de Depósitos
Finantech-Sistemas de Informação,Lda
Reuters Europe, S.A. - Sucursal em Portugal

Organização

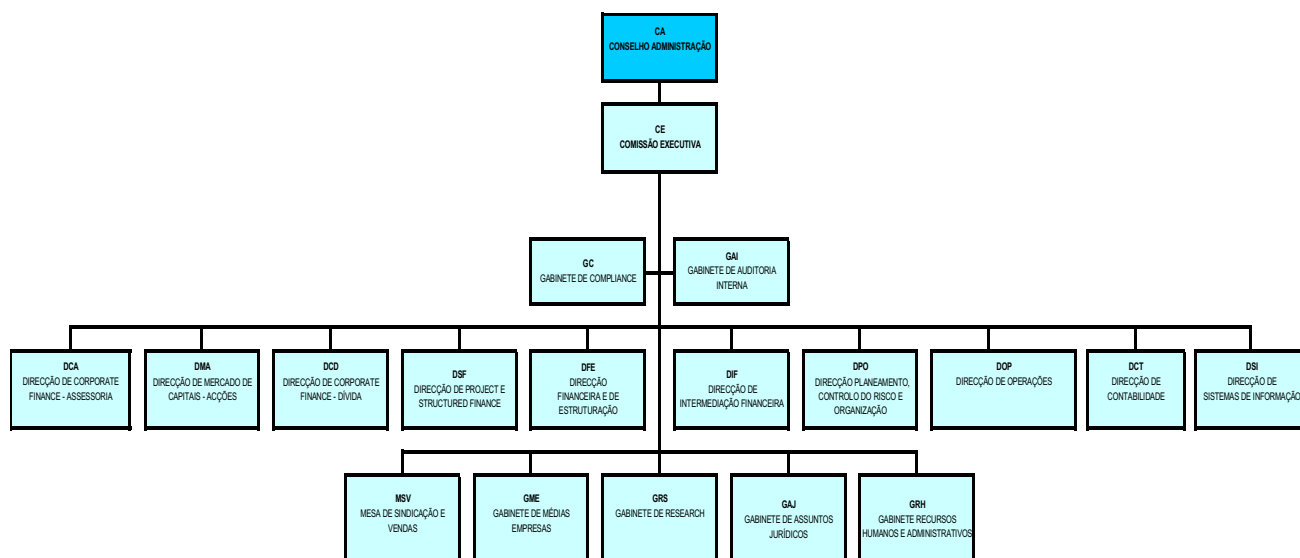
1. Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do CaixaBI são eleitos trienalmente em **Assembleia Geral (AG)**, composta pelos accionistas com direito a voto. Os Órgãos Sociais do Banco, votados em Assembleia Geral, são os seguintes:

- A **Mesa da Assembleia Geral (MAG)** – é composta por um Presidente e dois Secretários.
- O **Conselho de Administração (CA)** – é composto no mínimo por três e no máximo por quinze membros a quem compete assegurar a gestão dos negócios sociais. O CA escolherá o seu Presidente podendo, se assim o deliberar, designar, de entre os seus membros, um ou mais Vice-Presidentes. O CA, nos termos estatutários, delegou numa **Comissão Executiva (CE)**.
- O **Conselho Fiscal (CF)** – é composto por três membros efectivos e um membro suplente.
- O **Revisor Oficial de Contas (ROC)** – é eleito com as competências que lhe estão afixadas na lei, tendo um ROC suplente.
- A **Comissão de Vencimentos (CV)** – é composta por representantes do accionista maioritário, eleita em assembleia Geral.

2. Órgãos de Estrutura

O **Organograma** do CaixaBI é o seguinte:



3. Competências

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente da Sociedade, conferindo-lhe – sem prejuízo da faculdade de avocar qualquer das competências delegadas – os poderes necessários para deliberar sobre todos os assuntos respeitantes ao exercício dessa actividade, com excepção dos relativos às matérias cuja delegação se encontra vedada pelo nº 4 do art.º 407º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração reunirá sempre que convocado pelo Presidente e, pelo menos, uma vez de três em três meses.

As deliberações serão tomadas por maioria absoluta dos membros presentes ou representados, tendo o Presidente, o Vice-Presidente ou o Administrador que o substitua, voto de qualidade.

O Conselho de Administração só pode deliberar validamente estando presentes ou representados mais de metade dos seus membros.

4. Diagrama de Participações do Caixa – Banco de Investimento, S.A.

O Banco possui uma estrutura societária com participações adequadas a responder à sua segmentação de negócio, da mesma forma que lhe permite potenciar a capacidade de intervenção no mercado por parte do Grupo CGD, privilegiando uma constante prestação de serviços de qualidade e valor acrescentado aos seus Clientes, predominantemente Grandes e Médias Empresas. O organograma de participações detidas pelo CaixaBI é o seguinte:

- 100% da Caixa Capital - sociedade que opera no mercado do capital de risco, gerindo 3 Fundos .
- 100% da Caixa Desenvolvimento SGPS - sociedade que, dentro do mercado de capital de risco, se encontra vocacionada para a gestão de participações com elevado potencial de valorização.



5. Utilização de novas tecnologias na divulgação de informação

O CaixaBI tem disponível um conjunto alargado de informações no seu sítio na Internet – **www.caixabi.pt**.

O objectivo é dar a conhecer melhor o Banco, facultando aos seus clientes, analistas e público em geral, o acesso permanente a informação relevante e actualizada.

Para além de poderem ser consultadas informações sobre e da instituição e respectiva actividade, existe, na sua Área de *Research* a possibilidade de acesso a um conjunto de informação, histórica e actual, com relevância para os investidores.

Capital Social e Política de Dividendos

O capital social, inteiramente subscrito e realizado, é representado por oitenta e um milhões duzentos e cinquenta mil acções de valor nominal de um Euro cada.

As acções podem ser nominativas ou ao portador registadas ou não e reciprocamente convertíveis.

Nos aumentos de capital a realizar em dinheiro será atribuído aos accionistas direito de preferência na subscrição das novas acções, na proporção das que possuem, salvo se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral, dentro dos condicionalismos impostos por lei.

O Conselho de Administração poderá deliberar aumentos do capital social, por uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, até o capital social atingir o limite máximo de duzentos e cinquenta milhões de Euros.

Nos termos dos Estatutos do CaixaBI, a Assembleia Geral deliberará sobre a distribuição dos lucros do exercício, sem estar sujeita a qualquer limite mínimo obrigatório.

A Assembleia Geral poderá deliberar que no decurso do exercício sejam feitos aos accionistas adiantamentos sobre os lucros, nos termos da lei.

Exercício do Direito de Voto e representação de Accionistas

Podem participar na Assembleia Geral todos os accionistas que sejam titulares de mil ou mais acções averbadas em seu nome no livro de registo da sociedade (art.º 10º dos Estatutos do CaixaBI), sendo que, conforme o nº 2 do art.º 14º, a cada grupo de mil acções corresponde um voto.

Os accionistas titulares de menos de mil acções poderão agrupar-se de forma a completar esse número, fazendo-se representar por qualquer um dos agrupados, a indicar, por meio de carta, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

No caso de compropriedade de acções, só um dos proprietários poderá participar nas reuniões da Assembleia Geral, munido de poderes de representação dos restantes.

Os accionistas poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral, devendo comunicá-lo por carta ao presidente da mesa até à data da reunião.

Os accionistas que sejam pessoas singulares podem fazer-se representar por outros accionistas ou pelas pessoas a quem a lei imperativa atribua esse direito. As pessoas colectivas far-se-ão representar pela pessoa que, para o efeito, nomearem.

Ao Presidente da Mesa compete convocar extraordinariamente a Assembleia Geral sempre que tal seja solicitado pelos accionistas que possuam, pelo menos, acções correspondentes ao valor mínimo imposto por lei imperativa e que lho requeiram em carta com assinatura reconhecida em que se indiquem, com precisão, os assuntos a incluir na ordem do dia e se justifique a necessidade de reunir a Assembleia.

A Assembleia Geral convocada a requerimento dos accionistas não se realizará se não estiverem presentes requerentes que sejam titulares de acções que totalizem, no mínimo, o valor exigido para a convocação da Assembleia.

Não existem limites ao exercício dos direitos de voto, nem ocorrem direitos especiais de algum accionista, não sendo conhecido qualquer acordo parassocial.

Identificação dos Membros da Administração e da Fiscalização

1. Composição

O **Conselho de Administração** do CaixaBI é composto pelos seguintes membros:

Presidente

Dr. Jorge Humberto Correia Tomé

Vice-Presidente

Dr. José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

Presidente Comissão Executiva

Dr. Luís Lopes Laranjo

Administradores Executivos

Dr. António Carlos Bastos Martins

Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho

Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

Administradores Não Executivos

Dr. Rui Manuel do Vale Jordão Gonçalves Soares

Dr. José Pedro Cabral dos Santos

Dr. José Manuel Carreiras Carrilho

O **Conselho Fiscal** do CaixaBI é composto pelos seguintes membros:

Presidente

Dr. Hernâni da Costa Loureiro

Vogais

Eng. António José Nascimento Ribeiro

Dr. João Sousa Martins

Suplente

Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

O **Revisor Oficial de Contas** (ROC) do CaixaBI é:

Revisor Oficial de Contas Efectivo

Deloitte & Associados, SROC representada por:

Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira

Revisor Oficial de Contas Suplente

Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

A **Comissão de Vencimentos** é composta por:

Gerbanca, SGPS, S.A., representada por:

Dr. Henrique Pereira Melo

Dr. Vitor José Lilaia da Silva

2. Remuneração

Conforme estipulado nos Estatutos do CaixaBI, art.º 23º, a Comissão de Vencimentos fixa as remunerações para os membros dos órgãos de administração e fiscalização.

3. Cargos desempenhados pelos Membros do CA e restantes órgãos sociais

Cargos Exercidos nas Empresas DR. JORGE HUMBERTO CORREIA TOMÉ					
Órgão Social	Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
	PRESIDENTE	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.		14-03-2008	2008/2010
	PRESIDENTE	CREDIP - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	14-04-2008	2007/2009
	PRESIDENTE	GERBANCA, SGPS, S.A.		20-05-2009	2009/2011
	PRESIDENTE	TREM - ALUGUER DE MATERIAL CIRCULANTE, ACE	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	20-03-2002	2000/2009
	PRESIDENTE	TREM II - ALUGUER DE MATERIAL CIRCULANTE, ACE	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	07-03-2002	2001/2009
	VICE - PRESIDENTE	BANCO CAIXA GERAL - BRASIL, S.A.		22-07-2009	2009/2012
	ADMINISTRADOR	BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS, S.A.	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	10-08-2007	2007/2009
	ADMINISTRADOR	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.		10-01-2008	2008/2010
	ADMINISTRADOR	CMFOP - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.		13-05-2009	2009/2012
	ADMINISTRADOR	PARCAIXA, SGPS, S.A.		30-04-2009	2008/2010
	ADMINISTRADOR	PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.		27-03-2009	2009/2011
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTRATÉGIA					
	VOGAL (COMISSÃO)	FOMENT INVEST, SGPS, S.A.	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	26-05-2008	2006/2009

Cargos Exercidos nas Empresas DR. JOSÉ JOAQUIM BERBERAN E SANTOS RAMALHO					
Órgão Social	Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
	VICE-PRESIDENTE	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.		14-03-2008	2008/2010
	ADMINISTRADOR	COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE - MUNDIAL, S.A.		27-03-2009	2009/2011
	ADMINISTRADOR	GERBANCA, SGPS, S.A.	CAIXA - PARTICIPAÇÕES, SGPS, S.A.	20-05-2009	2009/2011
	ADMINISTRADOR	IMPÉRIO BONANÇA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.		15-07-2008	2008/2010
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL					
	PRESIDENTE	CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	30-03-2007	2007/2009

Cargos Exercidos nas Empresas DR. LUÍS LOPES LARANJO					
Órgão Social	Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
	ADM. (COM EXECUTIVA)	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.		14-03-2008	2008/2010

Cargos Exercidos nas Empresas DR. ANTÓNIO CARLOS BASTOS MARTINS					
Órgão Social	Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
	ADM. (COM EXECUTIVA)	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.		14-03-2008	2008/2010

Cargos Exercidos nas Empresas DR. GONÇALO VAZ GAGO DA CÂMARA DE MEDEIROS BOTELHO					
Órgão Social	Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
	ADM. (COM EXECUTIVA)	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.		14-03-2008	2008/2010
	ADM. (NÃO EXECUTIVO)	CORPORACION INTERAMERICANA PARA EL FINANCIAMIENTO DE INFRAESTRUCTURA (CIF) S.A.		12-03-2004	
	ADM.	BANCO CAIXA GERAL - BRASIL, S.A.		22-07-2009	2009/2012

Cargos Exercidos nas Empresas DR. JORGE TELMO MARIA FREIRE CARDOSO					
Órgão Social	Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
	ADM. (COM EXECUTIVA)	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.		14-03-2008	2008/2010
	ADM. (NÃO EXECUTIVO)	ZON - SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA, SGPS, S.A.		31-01-2008	2007/2009

Cargos Exercidos nas Empresas DR. RUI MANUEL DO VALE JORDÃO GONÇALVES SOARES					
Órgão Social	Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
	ADM. (COM EXECUTIVA)	BANCO CAIXA GERAL, S.A.		02-02-2006	2008/2009
	ADMINISTRADOR (NÃO EXECUTIVO)	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.		14-03-2008	2008/2010
	PRESIDENTE	IMOBILIÁRIA CAIXA GERAL, S.L.		09-12-2008	2008/2009
	ADMINISTRADOR	LA SEDA DE BARCELONA	CAIXA CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A.	16-04-2008	2006/2010
	ADMINISTRADOR	HELIOS I HYPERION ENERGY INVESTMENTS S.L.		03-12-2008	
	ADMINISTRADOR	HELIOS II HYPERION ENERGY INVESTMENTS S.L.		03-12-2008	

Cargos Exercidos nas Empresas DR. JOSÉ PEDRO CABRAL DOS SANTOS					
Órgão Social	Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
	ADMINISTRADOR (NÃO EXECUTIVO)	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.		14-03-2008	2008/2010

Cargos Exercidos nas Empresas DR. JOSÉ MANUEL CARREIRAS CARRILHO					
Órgão Social	Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
	ADMINISTRADOR (NÃO EXECUTIVO)	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA		14-03-2008	2008/2010
	ADMINISTRADOR	CAIXA CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SA		12-03-2008	2008/2010
	ADMINISTRADOR	CAIXA DESENVOLVIMENTO, SGPS, SA		12-03-2008	2008/2010
	ADMINISTRADOR	A.SILVA & SILVA - IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS, SA	CAIXA CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SA	14-03-2007	2007/2010
	ADMINISTRADOR	PP3E - Projectos e Participações em Empreendimentos de Energia Eléctrica, SA	CAIXA CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SA		2007/2009
	ADMINISTRADOR	VISABERA IMOBILIÁRIA, SGPS, SA	CAIXA CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SA	19-03-2009	2009
	ADMINISTRADOR	VISABERA INDÚSTRIA, SGPS SA	CAIXA CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SA	19-03-2009	2009
	ADMINISTRADOR	VISABERA PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS, SGPS, SA	CAIXA CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SA	19-03-2009	2009
	ADMINISTRADOR	VISABERA TURISMO, SGPS, SA	CAIXA CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SA	19-03-2009	2009
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL					
	PRESIDENTE	SODAP - SOC. DESENV. AGRICULTURA E PISCAS, SGPS, SA (EM LIQUIDAÇÃO)	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	Liquidada em 21-10-2009	
	VICE-PRESIDENTE	GRUPO PESTANA POUÇADAS - INVESTIMENTO TURÍSTICO, SA	CAIXA CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SA	02-01-2007	2007/2010
COMISSÃO DE VENCIMENTOS					
	MEMBRO	GRUPO PESTANA POUÇADAS - INVESTIMENTO TURÍSTICO, SA	CAIXA CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SA	02-01-2007	2007/2010
	MEMBRO	PRADO - CARTOLINAS DA LOUSÃ, SA	CAIXA CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SA	20-03-2009	2009/2011
	MEMBRO	PRADO KARTON - COMPANHIA DE CARTÃO, SA	CAIXA CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SA	20-03-2009	2009/2011
	MEMBRO	VAA - VISTA ALEGRA ATLANTIS, SGPS, SA		Renunciou em 23-04-2009	
	VOGAL	COMPANHIA DE PAPEL DO PRADO, SA	CAIXA CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, SA	16-03-2007	2007/2009
	VOGAL	EUROFROZEN - IND. E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES, SA		31-01-2007	2007/2010
SÓCIO-GERENTE					
	SÓCIO-GERENTE	SOBREVENTO - ENERGIAS ALTERNATIVAS, LDª		Renunciou em 25-03-2009	

Cargos Exercidos nas Empresas DR. JOSÉ LOURENÇO SOARES					
Órgão Social	Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL					
	PRESIDENTE	BANDERANTES, SGPS, S.A.		31-03-2009	2009/2011
	PRESIDENTE	CAIXA-BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	14-03-2008	2008/2010
	PRESIDENTE	CAIXA - PARTICIPAÇÕES, SGPS, S.A.		23-05-2009	2009/2011
	PRESIDENTE	CAIXA LEASING E FACTORING - IFIC, S.A.		27-03-2009	2009/2011
	PRESIDENTE	CAIXA SEGUROS E SAÚDE, SGPS, S.A.		07-02-2008	2008/2010
	PRESIDENTE	GERBANCA, SGPS, S.A.		20-05-2009	2009/2011
	PRESIDENTE	PARBANCA, SGPS, S.A.		17-06-2009	2009/2011
	PRESIDENTE	PARTANG, SGPS, S.A.		02-07-2009	2009/2011
	VICE-PRESIDENTE	COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE - MUNDIAL, S.A.		27-03-2009	2009/2011
	SECRETÁRIO	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.		10-01-2008	2008/2010
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
	ADMINISTRADOR	BPN - BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.		12-11-2008	2008/2011

Cargos Exercidos nas Empresas DR. JOSÉ FILIPE DE SOUSA MEIRA					
Órgão Social	Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL					
	PRESIDENTE	CARES - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.		28-03-2008	2008/2010
	PRESIDENTE	CARES - RH - COMPANHIA DE ASSISTÊNCIA E REPRESENTAÇÃO DE SEGUROS, S.A.		28-03-2008	2008/2010
	PRESIDENTE	CETRA - CENTRO TÉCNICO DE REPARAÇÃO AUTOMÓVEL, S.A.		27-03-2009	2009/2011
	PRESIDENTE	EPS - GESTÃO DE SISTEMAS DE SAÚDE, S.A.		26-03-2007	2007/2009
	PRESIDENTE	FIDELIDADE-MUNDIAL, SOCIEDADE DE GESTÃO E INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.		26-03-2007	2007/2009
	PRESIDENTE	GEP - GESTÃO DE PERITAGENS AUTOMÓVEIS, S.A.		28-03-2008	2008/2010
	PRESIDENTE	IMPÉRIO BONANÇA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.		28-03-2008	2008/2010
	PRESIDENTE	MULTICARE - SEGUROS DE SAÚDE, S.A.		09-03-2007	2007/2009
	SECRETÁRIO	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.	COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE - MUNDIAL, S.A.	14-03-2008	2008/2010
	SECRETÁRIO	CARES MULTIASSISTANCE, S.A.		24-07-2008	2008/2010
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
	ADMINISTRADOR	VIA DIRECTA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.		27-03-2009	2009/2011

Cargos Exercidos nas Empresas DR. SALOMÃO JORGE BARBOSA RIBEIRO					
Órgão Social	Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL					
	PRESIDENTE	CAIXA - GESTÃO DE ACTIVOS, SGPS, S.A.		07-02-2008	2008/2010
	PRESIDENTE	CAIXA - MOBILIÁRIO, S.A.		18-11-2009	2009/2011
	PRESIDENTE	CAIXANET - TELEMÁTICA E COMUNICAÇÕES, S.A.		14-04-2009	2009/2011
	PRESIDENTE	CAIXATEC - TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO, S.A.		02-01-2007	2007/2009
	PRESIDENTE	FUNDIMO - SOC. GESTORA DE FUNDOS INV. IMOBILIÁRIO, S.A.		07-02-2008	2008/2010
	PRESIDENTE	GESTINSUA - AQUIS., ALIEN. PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO E MOBILIÁRIO, S.A.	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	14-03-2008	2008/2011
	PRESIDENTE	IMOCAIXA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A.		17-07-2009	2009/2011
	PRESIDENTE	SANJMO - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.		14-03-2008	2008/2011
	VICE-PRESIDENTE	CAIXA - PARTICIPAÇÕES, SGPS, S.A.		29-05-2009	2009/2011
	VICE-PRESIDENTE	CAIXAWEB, SGPS, S.A. (EM LIQUIDAÇÃO)		23-02-2006	2006/2009
	VICE-PRESIDENTE	GERBANCA, SGPS, S.A.		20-05-2009	2009/2011
	VICE-PRESIDENTE	PARBANCA, SGPS, S.A.		17-06-2009	2009/2011
	VICE-PRESIDENTE	SOGRUPO IV - GESTÃO DE IMÓVEIS, ACE		07-02-2008	2008/2010
	SECRETÁRIO	A PROMOTORA, SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A.		31-03-2009	2009/2011
	SECRETÁRIO	BANCO COMERCIAL ATLÂNTICO, SARL		31-03-2009	2009/2011
	SECRETÁRIO	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.	GERBANCA, SGPS, S.A.	14-03-2008	2008/2010
	SECRETÁRIO	CAIXAGEST - TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A.		07-02-2008	2008/2010
	SECRETÁRIO	CARES - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.		28-03-2008	2008/2010
	SECRETÁRIO	CARES - RH - COMPANHIA DE ASSISTÊNCIA E REPRESENTAÇÃO DE SEGUROS, S.A.		28-03-2008	2008/2010
	SECRETÁRIO	CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDO DE PENSÕES		30-03-2007	2007/2009
	SECRETÁRIO	GARANTIA - COMPANHIA DE SEGUROS DE CABO VERDE, SARL		31-03-2009	2009/2011
	SECRETÁRIO	SOGRUPO - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, ACE		07-02-2008	2008/2010
	SECRETÁRIO	SOGRUPO - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, ACE		22-01-2009	2009/2011
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO					
	ADMINISTRADOR	BANDERANTES, SGPS, S.A.		31-03-2009	2009/2011
	ADMINISTRADOR	WOLFPART, SGPS, S.A.		14-12-2006	2006/2009
COMISSÃO LIQUIDATÁRIA					
	VOGAL	CAIXAWEB, SGPS, S.A. (EM LIQUIDAÇÃO)		23-02-2006	2006/2009
	VOGAL	CULTURGEST - GESTÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS, S.A. (EM LIQUIDAÇÃO)		05-05-2008	2008/2009
CONSELHO FISCAL					
	VOGAL (SUPLENTE)	BANCO CAIXA GERAL TOTTA DE ANGOLA, S.A.		02-07-2009	2009/2011
COMISSÃO DE VENCIMENTOS					
	MEMBRO	IMOCAIXA - GESTÃO IMOBILIÁRIA, S.A.	CAIXA - PARTICIPAÇÕES, SGPS, S.A.	04-10-2006	2009/2011
	MEMBRO	MULTICARE - SEGUROS DE SAÚDE, S.A.	CAIXA SEGUROS, SGPS, S.A.	28-06-2007	2007/2009
	MEMBRO	SOGRUPO - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, ACE	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	07-02-2008	2008/2010
	MEMBRO	SOGRUPO IV - GESTÃO DE IMÓVEIS, ACE	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	07-02-2008	2008/2009

Cargos Exercidos nas Empresas DR. HERNÂNI DA COSTA LOUREIRO					
Órgão Social	Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
CONSELHO FISCAL					
	PRESIDENTE	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.		14-03-2008	2008/2011
	PRESIDENTE	GERBANCA, SGPS, S.A.		20-05-2009	2009/2011
	PRESIDENTE	REAL VIDA SEGUROS, S.A.			
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL					
	PRESIDENTE	BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, SARL	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	10-10-2008	2008/2010
	PRESIDENTE	ESEGU - EMPRESA DE SEGURANÇA, S.A.	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	23-03-2007	2007/2009
	PRESIDENTE	PARCAIXA, SGPS, S.A.		23-12-2008	2008/2010
	VICE-PRESIDENTE	CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.		30-03-2007	2007/2009
	VICE-PRESIDENTE	GLOBAL - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.			
	VICE-PRESIDENTE	GLOBAL VIDA - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.			
	SECRETÁRIO	BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS, S.A.	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	10-08-2007	2007/2009
SÓCIO-GERENTE					
	SÓCIO-GERENTE	LEXPENTA - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.			

Cargos Exercidos nas Empresas ENG.º ANTÓNIO JOSÉ NASCIMENTO RIBEIRO					
Órgão Social	Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
CONSELHO FISCAL					
	PRESIDENTE	SUMOL + COMPAL, S.A.		22-12-2008	2008/2010
	VICE-PRESIDENTE	BANCO CAIXA GERAL T O T T A D E A N G O L A, S.A.		02-07-2009	2009/2011
	VOGAL	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.		14-03-2008	2008/2010
	VOGAL	GERBANCA, SGPS, S.A.		20-05-2009	2009/2011
	VOGAL	VAA - VISTA ALEGRE AT LANTIS, SGPS, S.A.		28-05-2009	2007/2009

Cargos Exercidos nas Empresas DR. JOÃO DE SOUSA MARTINS					
Órgão Social	Cargo	Empresa	Nomeado por	Data da Nomeação	Mandato
CONSELHO FISCAL					
	VOGAL	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.		14-03-2008	2008/2010
	VOGAL	GERBANCA, SGPS, S.A.		20-05-2009	2009/2011

Relatório de Responsabilidade Social e Sustentabilidade

A responsabilidade social é entendida e praticada no Caixa – Banco de Investimento (CaixaBI) de uma forma transversal ao conjunto da sua actividade. As características de entidade socialmente responsável, adoptadas pelo CaixaBI, são as seguintes:

- Um envolvimento baseado em valores de ética empresarial;
- Uma vontade de progresso contínuo;
- Uma compreensão e uma aceitação da interdependência da empresa com os seus meios envolventes;
- Uma visão a longo termo baseada na responsabilidade face às gerações futuras;
- O princípio de prudência como regra de decisão;
- Uma prática regular de diálogo e de consulta de todas as partes envolvidas, incluindo sobre os temas mais delicados;
- Uma vontade de informação e transparência;
- Uma capacidade de responder pelos seus actos e de prestar contas sobre as consequências directas e indirectas da sua actividade.

O princípio do Desenvolvimento Sustentável é orientativo no desempenho financeiro do Banco, reflectindo-se na preocupação em privilegiar orientações de negócio que salvaguardem os efeitos sociais e ambientais correlacionados. Temas como a protecção de um ambiente limpo, a boa gestão dos recursos naturais e a gestão de recursos humanos atenta à qualidade de vida, fazem parte da noção de sustentabilidade que o CaixaBI aplicada de uma forma interdisciplinar.

Foram várias as operações em que o CaixaBI participou durante o ano de 2009, e que, pela sua dimensão e contribuição para um ambiente sustentável, se podem indicar:

- IberWind: refinanciamento do portfólio eólico da Magnum Capital através de *project bonds* (modalidade de financiamento pioneira em Portugal);
- Hospital de Braga: construção e gestão clínica do novo hospital de Braga, liderado pela Somague, Grupo José de Melo e Edifer, por um prazo de 30 anos;
- Hospital de Loures: construção e gestão clínica do novo hospital de Loures, liderado pela Mota-Engil e Espírito Santo Saúde, por um prazo de 30 anos;
- Subscrição de 10% do capital social da MWH – Gestão de Recursos Naturais, S.A., sociedade que agrega um conjunto de projectos fotovoltaicos detidos anteriormente pela Fomentinvest Energia, pelo New Energy Fund, pela FINF – Fomento, Inovação e Energia e pelo FCR Grupo CGD – Caixa Capital. A tomada desta participação implica um investimento de € 1,3 milhões, repartido entre capital e suprimentos, dos quais € 873.109 foram realizados em 2009.
- Pinewells, S.A. - Foi realizado um aumento de capital de € 3 milhões na proporção das participações actualmente detidas, tendo cabido ao FCR Energias Renováveis um investimento adicional de € 600.000.
- Smartwatt – Eficiência Energética e Microgeração, S.A. - Foram reforçados os suprimentos prestados à Smartwatt, ao abrigo do contrato de suprimentos assinado a 30 de Setembro de 2008, num total de € 50 mil, aumentando o envolvimento para €100 mil.

De relevo ainda, as operações em curso para fecho em 2010:

- Hospital de Todos-os-Santos: assessoria financeira ao consórcio da Teixeira Duarte;
- Hospital de Vila Franca: potencial financiador, estando o *financial close* previsto para Abril de 2010.

Os três P's ou a *triple bottom line*

Na Agenda 21 - o plano de sustentabilidade para o século XXI adoptado na Cimeira do Rio de Janeiro em 1992 - fixaram-se as três áreas do Desenvolvimento Sustentável: a dimensão económica, a dimensão ambiental, e a dimensão social, também conhecidas pela expressão *triple bottom line* ou ainda pelos 3 P's - *People, Planet, Profit*.

Com a crescente consciencialização da sociedade para esta matéria, o CaixaBI surge na fileira das primeiras instituições a sublinhar a importância daquelas três áreas para a comunidade onde está inserido: O eixo económico representa a criação de riqueza para todos pelo modo de produção e de consumo duráveis; o eixo ecológico reporta-se à conservação e gestão de recursos e o eixo social reflecte a equidade e a participação de todos os grupos sociais.

Cada uma destas dimensões é vista no CaixaBI como uma responsabilidade indissociável da boa condução dos negócios:

A dimensão económica

A dimensão económica da sustentabilidade tem como medida o impacto das organizações sobre as condições económicas das suas partes interessadas e sobre o sistema económico a todos os níveis, obedecendo a uma visão de longo prazo que deve abranger as disciplinas do ambiente, do social e dos recursos humanos.

Esta interdisciplinaridade do desempenho económico abrange todos os aspectos das interacções económicas que podem existir entre uma organização e as suas partes interessadas, incluindo os resultados tradicionalmente apresentados nos balanços financeiros. Estes balanços financeiros destacam prioritariamente os indicadores relacionados com a rentabilidade da empresa porque estão vocacionados para informar as direcções e os accionistas.

Mas são os indicadores de Desenvolvimento Sustentável que respondem a outras prioridades e devem permitir perceber quais são as implicações da actividade de uma organização empresarial no bem estar económico dos seus *stakeholders* – Accionistas, Clientes, Fornecedores, Colaboradores, Governo, Bancos e demais parceiros sociais.

É neste sentido que o CaixaBI elabora os seus Planos de Actividade e procura executá-los no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, em que se concilia a obtenção dos rácios de rentabilidade exigidos pelos accionistas, com a dinamização do tecido empresarial que forma a sua clientela, repercutindo assim na comunidade os efeitos positivos da sua saúde económica e financeira. O Banco procura assim novos contextos de eficácia económica, consciente de que a sua missão passa, de uma forma sustentada, pela criação de valor para os seus *stakeholders*, proporcionada pela sua oferta de produtos e serviços financeiros de reconhecida qualidade, apoiado pela sua inserção no maior grupo financeiro português – Grupo Caixa Geral de Depósitos – ostentando o melhor

rating de longo prazo no nosso sistema financeiro – AA- pela Fitch, Aa2 pela Moody's e A+ pela Standard & Poor.

Dentro destes parâmetros comportamentais, o CaixaBI sabe reconhecer e superar as expectativas do cliente, elevar a sua actuação a um nível de exigência de qualidade superior, ser uma referência no mercado pela diferença de propostas baseadas nos padrões éticos e de responsabilidade, o que lhe tem granjeado a confiança dos seus Clientes.

A dimensão ambiental

Embora o sector financeiro não faça parte das áreas de actividade com maiores riscos ambientais, ele pode intervir com um papel, que não deve ser menosprezado, actuando sobre a sua operacionalidade interna – consumos de energia, água, papel, consumíveis, combustíveis, reciclagem, reutilização de materiais, redução de resíduos, selecção de fornecedores, entre outros, estão entre os principais impactos ambientais directos a serem devidamente acautelados.

Para além desta intervenção directa, o sector financeiro assume um papel fundamental a partir do momento em que os promotores dos projectos com impacto ambiental solicitam a sua assessoria e/ou financiamento.

Neste contexto, a actividade desenvolvida pelo CaixaBI traduz um impacto indirecto no ambiente, enquanto entidade que tem apoiado empresas através da concessão de crédito e enquanto investidores no mercado financeiro.

A introdução de critérios ambientais e a aferição dos riscos ambientais na análise de projectos e empresas a apoiar, representa um contributo fundamental para a defesa do ambiente.

Processos de angariação e montagem de operações (sejam de *Corporate Finance* ou de *Project Finance*) são oportunidades que o Banco tem para fazer sentir a preocupação de avaliar o impacto ambiental da actividade das empresas suas clientes e de repercutir a análise dos efeitos ambientais na avaliação das empresas e no preço dos financiamentos contratados.

O CaixaBI tem tido importantes participações em financiamentos a projectos na área ambiental, designadamente projectos de parques eólicos, hídricos, de outras fontes de energia renovável, de tratamento de resíduos e de saneamento básico, projectos de enorme impacto ambiental e que requerem uma complexidade a todos os níveis, incluindo ao nível da aprovação e monitorização ambiental. O Banco, em conjunto com os promotores de energias renováveis, está empenhado no sucesso e na concretização dos objectivos traçados pelas autoridades governamentais de, no final da década, 12% da capacidade de geração eléctrica instalada ser proveniente da componente renovável, excluindo as grandes hídricas.

A dimensão social

A dimensão social é abordada por meio da análise do impacto da organização sobre as suas partes interessadas - colaboradores, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, governo e sociedade em geral - a nível local, nacional e global.

Assim, em relação aos colaboradores, a empresa socialmente responsável favorece o desenvolvimento pessoal através da formação e proporciona um acompanhamento regular da saúde dos mesmos.

Por isso o CaixaBI entende como sua responsabilidade imediata proporcionar aos seus colaboradores um ambiente de trabalho saudável – quer oferecendo um Plano Médico que abrange o agregado familiar directo (cônjuges e filhos), quer acompanhando a saúde dos seus colaboradores através da Medicina no trabalho e respectivos exames anuais (*check up*) – e de elevado perfil profissional, aprovando um Plano de Formação que proporciona múltiplas acções de formação, desde a frequência de seminários até à frequência de pós-graduações e MBA's. O Banco proporciona ainda aos seus colaboradores um plano complementar de reforma.

Dentro da dimensão social, o CaixaBI, torna público o seu Relatório sobre o Governo da Sociedade, assumindo total transparência perante todos os *stakeholders*. Internamente, o Banco possui regulamentos que permitem assegurar um elevado comportamento ético dos seus colaboradores, bem como procedimentos preventivos e fiscalizadores, possuindo um Gabinete de *Compliance* para verificação do cumprimento de normas e regulamentos em vigor. Para além de possuir um Código de Conduta que vincula todos os colaboradores, para prevenir as práticas fraudulentas, o CaixaBI possui ainda um Manual de Prevenção do Branqueamento de Capitais que prevê a colaboração com as autoridades de Supervisão.

Sendo parte integrante do Grupo CGD, o Banco participa ainda, directa ou indirectamente, em diversas acções de mecenato proporcionando, em particular, a realização de eventos artísticos no auditório da Culturgest, e ajudando a promover o património cultural nacional como base para dar continuidade a uma herança cultural rica, a qual se continua a considerar um importante catalisador para a consolidação de uma identidade comunitária.

Demonstrações Financeiras

CAIXA BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

		2009			2008		Notas		2009	2008
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e Amortizações	Valor Líquido	Valor Líquido					
		1	2	3=1-2						
ACTIVO										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	190.010		190.010	1.164.400	Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	17		1.108.928.963	1.237.631.270
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	2.082.998		2.082.998	16.885.360	Recursos de clientes e outros empréstimos	18		139.124.974	119.162.219
Aplicações em instituições de crédito	7	24.401.981		24.401.981	8.563.604	Responsabilidades representadas por títulos			-	-
						Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	10		300.272.162	280.363.729
Carteira de títulos e derivados:										
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	727.408.724		727.408.724	758.216.409	Derivados de cobertura com reavaliação negativa	10		1.703.334	1.483.423
Activos financeiros disponíveis para venda	9	225.520.811		225.520.811	163.095.441	Passivos não correntes detidos para venda			-	-
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	10	936.919		936.919	461.812	Provisões para outros riscos	19		14.129.854	12.313.109
Investimentos a curto até à maturidade	11	916.569.377	37.938.559	878.630.819	865.410.208	Passivos por impostos correntes	15		18.412.651	2.609.956
Crédito a clientes						Passivos por impostos diferidos	15		1.112.807	1.426.821
Activos não correntes detidos para venda						Outros passivos subordinados			-	-
Propriedades de investimento	12	22.723.790		22.723.790		Outros passivos	20		88.248.790	71.535.649
Outros activos tangíveis	13	4.429.245	9.317.030	13.406.759	13.527.455	Total do Passivo			1.671.933.536	1.706.526.176
Activos intangíveis	14		3.979.309	449.936	382.358	CAPITAL				
Investimentos em associadas	15	657.900		657.900	3.487.487	Capital	21		81.250.000	81.250.000
Activos por impostos correntes	15	19.394.538		19.394.538	828.898	Prémio de emissão			-	-
Outros activos	16	54.982.041	17.956.869	37.025.172	5.215.771	Outros instrumentos de capital			-	-
					59.725.310	Acções próprias	21		(5.999.453)	(5.999.453)
						Reservas de justo valor	22		171.472	(45.791.987)
						Outras reservas e resultados transferidos	22		133.207.396	126.531.980
						Resultado do exercício	22		45.606.639	30.242.165
						Dividendos antecipados			-	-
						Interesses minoritários	23		4.336.978	4.205.582
						Total de Capital			258.573.031	190.438.307
Total de Activo		1.990.688.334	69.191.767	1.930.506.567	1.896.964.483	Total do Passivo e de Capital			1.930.506.567	1.896.964.483

CAIXA BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2009	2008
Juros e rendimentos similares	24	255.310.980	294.052.218
Juros e encargos similares	24	(220.022.737)	(260.430.907)
Rendimentos de instrumentos de capital		80.896	150.263
MARGEM FINANCEIRA ALIQUADA		35.358.139	24.768.584
Rendimentos de serviços e comissões	25	93.733.830	67.228.608
Encargos com serviços e comissões	25	(31.200.237)	(7.109.912)
Resultados em operações financeiras	20	17.054.478	(4.444.442)
Outros resultados de exploração	27	4.763.565	9.770.687
PRODUTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA		120.329.775	90.219.724
Custos com pessoal	28	(17.560.939)	(15.246.555)
Outros custos administrativos	29	(10.460.994)	(9.719.534)
Depreciações e amortizações	12 e 13	(1.150.215)	(1.037.017)
Provisões líquidas de reposições e anulações	19	(1.816.745)	(9.245.120)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	30	(23.575.302)	(5.779.162)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	30	(3.928.234)	(3.746.612)
Resultados em empresas associadas	14	-	(2.090.292)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES MINORITÁRIOS		56.831.345	42.349.632
Impostos sobre lucros:			
Correntes	15	(25.099.296)	(12.969.546)
Diferidos	15	15.005.986	612.948
		(11.093.310)	(12.356.598)
RESULTADO CONSOLIDADO ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS		45.738.036	29.993.033
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Interesses minoritários	23	(131.397)	249.152
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		45.606.639	30.242.185
Acções em circulação		76.592.000	76.592.000
Resultado por acção		0,60	0,36

CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	2009	2008
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Juros e comissões recebidas	352.275.887	360.220.087
Juros e comissões pagas	(223.845.871)	(271.460.991)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(28.550.819)	(25.234.638)
Pagamento de impostos sobre lucros	(10.125.633)	(12.964.511)
Outros resultados	3.020.719	1.727.878
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	92.974.084	62.687.827
<i>(Aumentos) Diminuições de activos operacionais</i>		
Activos financeiros ao justo valor por resultados	45.904.633	(133.979.479)
Activos financeiros disponíveis para venda	(17.957.652)	(103.831.605)
Aplicações em instituições de crédito	(15.796.981)	464.019
Crédito a clientes	(40.248.578)	67.806.913
Outros activos	17.028.240	81.927.458
	(11.070.339)	(87.312.694)
<i>Aumentos (Diminuições) de passivos operacionais</i>		
Passivos financeiros de negociação	40.128.344	202.766.308
Recursos de outras instituições de crédito	(128.846.630)	(158.417.787)
Recursos de clientes	19.834.959	40.524.813
Outros passivos	(12.814.802)	(63.053.097)
	(81.698.129)	21.850.238
Caixa líquida das actividades operacionais	205.816	(13.174.628)
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(1.208.969)	(3.475.953)
Alienação de activos tangíveis e intangíveis	122.601	147.508
Aquisição de investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	(0)	(700.000)
Alienação de investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	8.609.873	42.426.257
Dividendos recebidos	60.896	156.263
Caixa líquida das actividades de investimento	7.584.402	38.554.075
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(23.566.769)	(14.140.062)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(23.566.769)	(14.140.062)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(15.776.751)	11.239.385
Caixa e seus equivalentes no início do período	18.049.760	6.810.375
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.273.009	18.049.760

CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Ações próprias	Reserva de justo valor	Outras reservas e resultados transferidos			Lucro do exercício	Instituições financeiras	Total
				Reservas	Resultados transferidos	Total			
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	81.250.000	(5.959.453)	(254.378)	61.066.306	42.534.410	103.630.445	37.041.699	4.454.734	220.122.445
Distribuição do lucro do exercício de 2007:	-	-	-	-	859.938	859.938	(15.000.000)	-	(14.140.062)
Distribuição de dividendos pelo Banco	-	-	-	-	(2.592.463)	(2.592.463)	(23.041.666)	-	-
Transferência para reservas e resultados transferidos	-	-	-	24.634.340	-	24.634.340	(23.041.666)	-	-
Rendimento integral consolidado do exercício de 2008	-	-	(45.537.106)	-	-	-	30.242.185	(249.169)	(15.544.076)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	81.250.000	(5.959.453)	(45.791.397)	65.700.060	40.001.395	126.501.600	30.242.185	4.205.582	199.436.307
Distribuição do lucro do exercício de 2008:	-	-	-	-	1.433.231	1.433.231	(25.300.000)	-	(23.866.769)
Distribuição de dividendos pelo Banco	-	-	-	-	6.250.472	6.250.472	(5.242.185)	-	-
Transferência para reservas e resultados transferidos	-	-	-	(1.003.287)	-	(1.003.287)	(5.242.185)	-	-
Outros	-	-	45.663.458	-	-	45.663.458	-	(1)	(1)
Rendimento integral consolidado de exercício de 2009	-	-	-	-	-	-	45.506.639	131.097	51.701.485
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	81.250.000	(5.959.453)	171.472	64.691.796	46.515.590	133.207.599	45.506.639	4.330.678	253.575.031

CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA

OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2000

(Montantes expressos em Euros)

	2009			2000		
	Atribuível aos accionistas do Banco	Atribuível aos Interesses minoritários	Total	Atribuível aos accionistas do Banco	Atribuível aos Interesses minoritários	Total
Resultado consolidado	45.000.039	131.397	45.739.030	30.242.185	(249.152)	29.993.033
Diferenças de conversão cambial						
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	17.442.954	-	17.442.954	(40.428.441)	-	(40.428.441)
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(1.460.718)	-	(1.460.718)	3.821.984	-	3.821.984
Impacto fiscal	30.962.089	-	30.962.089	(3.374.790)	-	(3.374.790)
Transferência para resultados por alienação	(1.315.058)	-	(1.015.058)	22.777	-	22.777
Impacto fiscal	34.192	-	34.192	3.666.616	-	3.666.616
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	-	-	-	-	-	-
Impacto fiscal	45.963.459	-	45.963.459	(45.537.408)	-	(45.537.408)
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	91.570.068	131.397	91.701.495	(15.394.623)	(249.152)	(15.544.075)
Rendimento integral consolidado						

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Montantes expressos em Euros)

95

CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS PARA
 OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE FEVEREIRO DE 2019 E 2018
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	2019	2018
Juros e rendimentos similares	22	154.768.509	294.625.191
Juros e encargos similares	22	(120.120.328)	(239.657.364)
Margem financeira		34.648.181	24.967.826
Rendimentos de instrumentos de capital	23	80.896	153.305
Rendimentos de serviços e comissões	24	80.433.999	82.632.568
Encargos com serviços e comissões	24	(31.187.540)	(7.093.704)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	25	10.030.213	(6.883.314)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	26	3.762.122	85.362
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	27	441.970	67.769
Resultados de alienação de outros activos		10.828	9.107
Outros resultados de exploração	28	1.838.734	659.382
Produto bancário		109.042.803	77.688.217
Custos com pessoal	29	(15.897.742)	(15.310.364)
Custos gerais administrativos	30	(9.662.253)	(8.602.307)
Depreciações e amortizações	11 e 12	(1.102.312)	(995.333)
Provisões líquidas de reposições e anulações	16	(12.220.699)	(1.372.319)
Concepções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	18	(16.979.895)	(8.509.364)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	(81.175)	(57.400)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	(290.047)	-
Resultado antes de impostos		53.089.922	44.437.302
Impostos			
Correntes	14	(25.279.081)	(12.644.762)
Diferidas	14	14.158.184	718.104
Resultado após impostos		41.969.025	32.511.144
De que: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		41.969.025	32.511.144
Ações em circulação		76.592.008	76.592.300
Resultado por acção		0,55	0,42

CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	2009	2008
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		
Juros e comissões recebidas	347.124.024	355.650.731
Juros e comissões pagas	(223.440.201)	(271.431.774)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(26.107.368)	(25.152.637)
Pagamento de impostos sobre lucros	(9.859.141)	(12.406.735)
Outros resultados	2.511.002	2.056.542
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	60.228.318	53.665.927
<i>(Aumentos) Diminuições de activos operacionais</i>		
Activos financeiros ao justo valor por resultados	16.926.124	(144.151.001)
Activos financeiros disponíveis para venda	(01.155.720)	(75.944.200)
Aplicações em instituições de crédito	(14.404.961)	555.519
Crédito a clientes	(12.748.578)	83.346.913
Outros activos	7.125.144	79.069.028
	(65.258.019)	(56.553.777)
<i>Aumentos (diminuições) de passivos operacionais</i>		
Passivos financeiros de negociação	40.128.344	202.706.308
Recursos de outras instituições de crédito	(120.040.000)	(150.417.707)
Recursos de clientes	15.432.173	50.311.301
Outros passivos	(17.193.234)	(46.582.628)
	(90.479.347)	45.100.894
Caixa líquida das actividades operacionais	(65.509.050)	42.219.044
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(1.131.265)	(3.408.007)
Alienções de activos tangíveis e intangíveis	120.459	141.120
Aquisições de investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntas	-	(13.700.000)
Alienções de investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntas	74.264.245	-
Dividendos recebidos	60.898	150.035
Caixa líquida das actividades de investimento	73.334.325	(16.876.852)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(23.565.769)	(14.140.082)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(23.565.769)	(14.140.082)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(15.741.495)	11.202.130
Caixa e seus equivalentes no início do período	18.003.715	6.801.585
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.262.220	18.003.715

CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital	Ações próprias	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transferidos			Total	Lucro do exercício	Total
				Reserva legal	Reserva livre	Resultados transferidos			
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	81.250.000	(5.999.453)	3.620.388	29.740.030	9.101.324	41.879.833	80.721.187	35.958.023	186.550.145
Distribuição do lucro do exercício de 2007:									
Distribuição de dividendos	21	-	-	-	-	859.938	859.938	(15.000.000)	(14.140.062)
Transferência para reservas e resultados transferidos		-	-	3.595.802	17.473.679	(111.459)	20.958.023	(20.958.023)	-
Rendimento integral do exercício de 2008	8	-	(10.537.422)	-	-	-	-	32.511.144	21.973.722
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	81.250.000	(5.999.453)	(6.917.034)	33.335.832	26.575.004	42.628.312	102.539.146	32.511.144	203.383.805
Distribuição do lucro do exercício de 2008:									
Distribuição de dividendos	21	-	-	-	-	1.433.231	1.433.231	(25.000.000)	(23.566.769)
Transferência para reservas e resultados transferidos		-	-	3.251.114	4.159.184	100.846	7.511.144	(7.511.144)	-
Rendimento integral do exercício de 2009	8	-	4.651.207	-	-	-	-	41.969.026	46.620.233
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	81.250.000	(5.999.453)	(2.265.827)	36.586.946	30.734.189	44.162.389	111.483.524	41.969.026	228.437.269

CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL PARA

OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	2009	2008
Resultado individual	41.969.026	32.511.144
Diferenças de conversão cambial	-	-
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	10.889.105	(14.422.580)
Impacto fiscal	(3.490.834)	3.799.206
Transferência para resultados por alienação	(3.762.122)	85.652
Impacto fiscal	1.015.058	-
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	4.651.207	(10.537.422)
Rendimento Integral Individual	46.620.233	21.973.722

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Caixa - Banco de Investimento, S.A. ("Banco") foi constituído por escritura pública em 12 de Novembro de 1987, tendo absorvido a totalidade dos activos e passivos da Sucursal em Portugal do Manufacturers Hanover Trust Company, nos termos da Portaria conjunta da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças nº 865-A/87, de 6 de Novembro.

O Banco é a unidade do Grupo Caixa Geral de Depósitos especializada na actividade de banca de investimento, abrangendo actividades como Corporate Finance de Dívida Fixa e Variável, Corporate Finance de Acções, Assessoria Financeira, Structured Finance, Project Finance, Intermediação Financeira, Research e Capital de Risco. Para o exercício das suas actividades o Banco dispõe de dois balcões localizados em Lisboa e Porto, de uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira e de uma Sucursal em Espanha.

O Banco participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto de empresas, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Caixa – Banco de Investimento (Grupo).

Conforme descrito na Nota 21, a maioria do capital social do Banco é detida pela Gerbanca, SGPS, S.A., sociedade integrada no Grupo Caixa Geral de Depósitos.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de Janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras do Banco e das suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2009 encontram-se pendentes de aprovação pelas respectivas Assembleias Gerais. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 4).

A nível das empresas participadas, são consideradas "filiais" aquelas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da Norma IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas", o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente, fundos de capital de risco geridos pelo Grupo e em que detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, incluindo a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Concentrações de actividades empresariais e “goodwill”

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes. O goodwill é registado como um activo, não sendo objecto de amortização. No entanto é objecto de testes de imparidade com uma periodicidade mínima anual.

Até 1 de Janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o goodwill era integralmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o goodwill gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permaneceu registado em reservas.

2.4. Investimentos em associadas

Consideram-se empresas “associadas” aquelas sobre as quais o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situa, directa ou indirectamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são valorizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respectivo custo de aquisição, sendo o valor subsequentemente ajustado com base na percentagem efectiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efectuados ajustamentos aos capitais próprios das empresas associadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial, de forma a reflectir a utilização dos princípios contabilísticos do Grupo.

O “goodwill” correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes, permanece reflectido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objecto de testes de imparidade anuais.

Os resultados não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efectiva do Grupo nas entidades em questão.

2.5. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada “moeda funcional”). Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, todas as empresas do Grupo tinham como moeda funcional o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, os quais englobam essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e,
- Activos financeiros classificados como ao justo valor através de resultados.

A utilização da “Fair value option” implica o registo nesta categoria dos instrumentos financeiros de forma irrevogável no reconhecimento inicial, encontrando-se limitada a situações em que a sua aplicação resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:

- a) Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
- b) Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas, e informação sobre o grupo seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
- c) Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
 - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato;
 - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

O Grupo regista nesta categoria os instrumentos de capital relativos à actividade de capital de risco sempre que os instrumentos tenham associados derivados, nomeadamente o direito ou a obrigação contratual de alienar as participadas no âmbito de Acordos Parassociais celebrados na data da tomada das participações e os títulos enquadráveis na alínea b) acima referida.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das categorias de activos financeiros referidas anteriormente. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições financeiras e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade e os investimentos da área de capital de risco do Grupo sem opções associadas, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadram nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Com referência a 1 de Julho de 2008, o Banco efectuou uma reclassificação de títulos de rendimento fixo da categoria de Activos financeiros detidos para negociação para a categoria de Activos financeiros disponíveis para venda, ao abrigo da alteração à Norma IAS 39 aprovada em 13 de Outubro de 2008 (Notas 8 e 9).

Reclassificação de activos financeiros

No âmbito da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, o Banco tem a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Não são permitidas contudo quaisquer reclassificações para categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado, para a generalidade dos activos, por um órgão do Grupo independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - i) Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes;
 - ii) Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
 - iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os instrumentos de capital próprio não cotados detidos no âmbito da actividade de capital de risco são valorizados com base nos seguintes critérios:
 - i) Preços praticados em transacções materialmente relevantes efectuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
 - ii) Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de sector de actividade, dimensão e rentabilidade;
 - iii) Fluxos de caixa descontados;
 - iv) Valor de liquidação, correspondente ao valor líquido do património da participada;
 - v) Custo de aquisição (apenas no caso de participações adquiridas nos doze meses anteriores à data da valorização).

Caso exista o direito ou a obrigação contratual de alienar as participadas no âmbito de Acordos Parassociais celebrados na data da tomada das participações, a respectiva valorização contabilística não poderá exceder o valor actual do preço de saída.

Aos valores obtidos com base nas metodologias de avaliação acima descritas é aplicado, caso se justifique, um factor de desconto de forma a reflectir a falta de liquidez dos títulos e/ou o risco de crédito da contraparte nos acordos celebrados.

- Os restantes instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transacções recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor notional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Grupo a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, estão sujeitas ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o Grupo apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Grupo;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da demonstração de resultados.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da demonstração de resultados.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Grupo efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, Crédito a clientes, Aplicações em instituições de crédito e Outros activos.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição seja significativo e numa base colectiva quanto a activos homogéneos, cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Concessão de facilidades ao devedor em resultado das suas dificuldades financeiras que não seriam concedidas numa situação normal;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal nunca será recuperado na totalidade;
- Dados indicativos de uma redução mensurável no valor estimado dos cash-flows futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu registo inicial, embora essa redução não possa ser identificada nos activos financeiros individuais do grupo.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Os activos que não foram objecto de análise específica foram incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo sido classificados para este efeito em grupos homogéneos com características de risco similares. Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, tal como referido no parágrafo anterior.

Dada a inexistência de um histórico relevante ao nível do Banco, as perdas por imparidade calculadas na análise colectiva foram determinadas com base em parâmetros apurados ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos para tipologias de crédito comparáveis.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos do exercício, sendo reflectido no balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Sempre que aplicável, o Grupo abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da respectiva imparidade acumulada, mediante aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.6. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade considerados na análise de activos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos activos em avaliação. Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objectiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50% face ao respectivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento de capital se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objectiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% do custo de aquisição que se tenham mantido por mais de 9 meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na “Reserva de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Para efeitos de análise de imparidade aos títulos “Tier 1” são aplicados critérios idênticos aos instrumentos de dívida.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.7. Activos não correntes detidos para venda e grupos de activos e passivos a alienar

De acordo com a Norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas”, os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica deverá ser assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Existe a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda.

2.8. Outros activos tangíveis

Excepto quanto aos activos adquiridos até ao exercício de 1998, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Outros gastos administrativos”.

No exercício de 1998 o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito da referida reavaliação, uma vez que o seu resultado, no momento em que foi efectuada, correspondia genericamente ao custo ou custo depreciado de acordo com as IFRS ajustado de forma a reflectir as alterações em índices de preços.

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis	10 - 50
Equipamento:	
Mobiliário e material	4 - 10
Material de transporte	4
Equipamento informático	3 - 4
Instalações interiores	3 - 10
Equipamento de segurança	4 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As obras efectuadas pelo Grupo no edifício-sede entre 2008 e 2009 encontram-se a ser amortizadas por um período de 10 anos.

Periodicamente são realizadas análises de evidência de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

2.9. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no activo e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados como custos financeiros.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

2.10. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no exercício das actividades do Grupo. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período entre 3 e 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.11. Impostos sobre lucros

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais do Banco são integradas nas contas da sede, por forma a apurar o resultado fiscal da actividade global em sede de IRC, sendo que os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da actividade global, nos termos do artigo 85º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior do Banco sediada na Zona Franca da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 34º do EBF, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira.

A Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. (Caixa Desenvolvimento) está sujeita ao regime fiscal das Sociedades Gestoras de Participações Sociais. Ao abrigo deste regime, os lucros distribuídos à Caixa Desenvolvimento pelas suas participadas são integralmente excluídos de tributação em sede de IRC, desde que as participações sejam detidas durante, pelo menos, um ano.

Adicionalmente, a Caixa Desenvolvimento aplicou às mais-valias e menos-valias obtidas nos exercícios de 1999 e 2000, decorrentes da troca ou venda de quotas ou acções de que era titular, o regime de diferimento de tributação destes rendimentos, então estabelecido no Código do IRC. Face ao regime em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2002, as mais-valias obtidas nos referidos anos, afectas a investimentos alienados até 31 de Dezembro de 2004, estão a ser tributadas ao longo de um período de 10 anos, tendo o Grupo registado o respectivo passivo por impostos diferidos.

Nos termos previstos no artigo 32º do EBF, as mais-valias e as menos-valias fiscais realizadas pela Caixa Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Caixa Capital) e Caixa Desenvolvimento mediante a transmissão onerosa de partes de capital, desde que detidas por um período não inferior a um ano, bem como os encargos financeiros suportados com a sua aquisição, não concorrem para a formação do lucro tributável. Este regime não se aplica às mais-valias realizadas e aos encargos financeiros suportados quando as partes de capital tenham sido adquiridas (i) a entidades com as quais existam relações especiais, nos termos previstos no número 4 do artigo 58º do Código do IRC, (ii) a entidades com domicílio, sede ou direcção efectiva em território sujeito a um regime fiscal mais favorável ou (iii) a entidades residentes em território português sujeitas a um regime especial de tributação, e tenham sido detidas por um período inferior a três anos.

Ainda nos termos previstos no número 4 do artigo 32º do EBF, a Caixa Capital pode deduzir à colecta de IRC, e até à sua concorrência, a título de benefício fiscal, uma importância correspondente ao limite da soma das colectas de IRC dos cinco exercícios anteriores àquele a que respeita o benefício, desde que o valor deduzido seja utilizado na realização de investimentos em sociedades com potencial de crescimento e valorização. A importância não deduzida nos termos anteriormente referidos poderá ser posteriormente deduzida, nas mesmas condições, na liquidação dos cinco exercícios seguintes. Nos termos previstos pelo artigo 86º do Código de IRC, o imposto liquidado não pode ser inferior a 60% do montante que seria apurado se a Caixa Capital não usufruísse do benefício fiscal acima referido.

Os rendimentos obtidos pelos Fundos de Capital de Risco estão isentos de IRC nos termos do disposto no artigo 23º do EBF.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes de goodwill;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças temporárias resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Grupo tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a provisões e imparidade não aceites para efeitos fiscais, reavaliação de partes de capital registadas como activos financeiros disponíveis para venda, diferimento de comissões, reavaliações legais de activos tangíveis, mais-valias na alienação de participações (ver acima), bem como benefícios fiscais concedidos à actividade de capital de risco.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.12. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Esta rubrica reflecte provisões para fazer face a responsabilidades com garantias prestadas e outros passivos extrapatrimoniais, sendo determinada com base numa análise do risco das operações e dos respectivos clientes. Inclui ainda outras provisões para fazer face a contingências fiscais, legais e outras, bem como a eventuais desvalorizações em activos financeiros.

2.13. Benefícios dos empregados

Em virtude de não ter aderido ao Acordo Colectivo de Trabalho do sector bancário, o Banco não tem responsabilidades relativas a pensões de reforma dos seus empregados, os quais estão abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

No entanto, e com o objectivo de proporcionar aos seus empregados um complemento de reforma ao regime normal da Segurança Social, o Banco constituiu por sua livre iniciativa em 1987, o Fundo de Pensões Caixa - Banco de Investimento (Fundo). O Fundo tem como objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez e de pensões de sobrevivência aos seus empregados, de acordo com os termos estabelecidos no contrato, sendo a sua gestão efectuada pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A contribuição para o Fundo efectuada pelo Banco equivale a uma percentagem de 3,5% das remunerações anuais pagas a cada um dos empregados. Nos exercícios de 2009 e 2008, os custos registados relativos a pensões ascenderam a 393.986 Euros e 405.169 Euros, respectivamente (Nota 28).

Dado tratar-se de um plano de contribuição definida, o Banco não tem quaisquer responsabilidades para além das contribuições acima referidas.

As restantes empresas do Grupo não têm responsabilidades com pensões.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.14. Comissões

Conforme referido na Nota 2.6, as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas como custos ou proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

A estimativa das comissões que o Banco espera pagar a outras instituições de crédito no âmbito da sindicância de operações de crédito em que participe como líder e em que o Grupo CGD assuma uma exposição inicial acima do objectivo definido são registadas como acréscimo de custo por contrapartida da rubrica "Encargos com serviços e comissões" no exercício em que o Banco regista o proveito relativo à correspondente comissão.

2.15. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.16. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.17. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pelo Grupo são descritas na Nota 2. Na aplicação destas políticas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas incluem as abaixo apresentadas.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

As perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.6. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade com base em análise colectiva foi efectuada segundo parâmetros apurados ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos para tipologias de crédito comparáveis.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, incluindo os instrumentos de capital afectos à actividade de capital de risco, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.6. a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. No entanto, a determinação do justo valor dos instrumentos de capital afectos à actividade de capital de risco reveste-se de alguma subjectividade.

Conforme referido na Nota 2.6. a), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização da generalidade destes instrumentos financeiros, com excepção dos instrumentos de capital afectos à actividade de capital de risco é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Na Nota 32 – Divulgações relativas a instrumentos financeiros, na secção “Justo valor”, é apresentado um resumo das fontes utilizadas pelo Grupo no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Conforme descrito na Nota 2.6. d), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da Reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, incluindo os afectos à actividade de capital de risco, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Grupo determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.6. d)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pelo Grupo.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria (incluindo títulos “Tier I” classificados como instrumentos de capital), as menos-valias são transferidas da Reserva de justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco e das filiais sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

2.18. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 1/IAS 27 – Emendas (Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada)	1-Jan-09	Estas emendas abordam a mensuração do custo de investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas na adopção inicial das IFRS e o reconhecimento do rendimento de dividendos provenientes de subsidiárias, nas demonstrações financeiras separadas da empresa-mãe.
IAS 39 – Emendas (Itens cobertos elegíveis)	1-Jul-09	Trata-se de clarificações relacionadas com os seguintes aspectos da contabilidade de cobertura: (i) identificação da inflação como um risco coberto e (ii) cobertura com opções.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 2 – Emendas (Condições de aquisição e cancelamentos)	1-Jan-09	Consiste na clarificação da definição de condições de atribuição (vesting conditions), na introdução do conceito de non-vesting conditions e no esclarecimento do tratamento de cancelamentos.
IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos (revista)	1-Jan-09	Esta revisão vem introduzir a obrigatoriedade de capitalização dos custos de empréstimos relacionados com activos que se qualificam, sendo, consequentemente, eliminada a opção de registo dos mesmos em resultados no período em que são incorridos.
IAS 32/IAS 1 – Emendas (Instrumentos financeiros com uma opção put e obrigações decorrentes de uma liquidação)	1-Jan-09	Estas emendas vieram alterar o critério de classificação de um instrumento financeiro entre instrumento de capital próprio e passivo financeiro, permitindo que alguns instrumentos financeiros que podem ser recomprados sejam classificados como instrumentos de capital próprio.
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras (revista)	1-Jan-09	A revisão de 2007 da IAS 1 introduziu alterações de terminologia, incluindo novas designações para as peças das demonstrações financeiras, assim como alterações ao nível do formato e conteúdo de tais peças.
IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes	1-Jul-08	Esta interpretação vem dispor que bónus atribuídos a clientes como parte de uma transacção de venda sejam registados como uma componente separada da transacção.
IFRS 8 – Segmentos operacionais	1-Jan-09	A IFRS 8 consiste numa norma que trata exclusivamente de divulgações e que veio substituir a anterior IAS 14. A IFRS implicou uma redefinição dos segmentos relatáveis da entidade e da informação a relatar nos mesmos.
IFRS 7 – Emendas (Divulgações sobre mensurações pelo justo valor e sobre o risco de liquidez)	1-Jan-09	Estas emendas à IFRS 7 vêm alargar as divulgações requeridas relativamente ao justo valor de instrumentos financeiros e ao risco de liquidez.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2007	Várias (usualmente 1-Jan-09)	Este processo envolveu a revisão de 32 normas contabilísticas.

O efeito nas demonstrações financeiras do Grupo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, decorrente da adopção das novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo, salvo no que diz respeito às seguintes situações:

- “IFRS 8 – Segmentos operacionais”. Esta norma tornou-se aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2009 para todas as entidades que tenham emitido títulos (obrigações ou acções) que se encontrem admitidos a cotação em mercados públicos, ou que tenham requerido a admissão destes títulos a cotação em mercados públicos. Apesar de não estar incluído no scope definido, o Grupo optou por efectuar as divulgações de acordo com os requisitos da norma. O IFRS 8 estabelece que o Grupo deverá reportar informação quantitativa e qualitativa sobre os segmentos reportados, os quais correspondem a segmentos operacionais ou agregações de segmentos operacionais. Os segmentos operacionais correspondem a componentes da actividade para os quais o Grupo dispõe de informação financeira autónoma a qual é objecto de análise pelos órgãos de decisão do Grupo nas decisões de afectação de recursos e de medição da performance.
- “IAS 1 (Revisão) – Apresentação das demonstrações financeiras”. Esta norma, de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009, introduz um conjunto de alterações relativamente à denominação das demonstrações financeiras. Os principais impactos desta revisão do IAS 1 para o Grupo são, entre outros, os seguintes:
 - Todos os ganhos e perdas (incluindo os que são contabilizados directamente em capitais próprios) são apresentados:
 - Numa declaração única: demonstração de rendimento integral; ou
 - Em duas declarações (demonstração dos resultados e demonstração de rendimento integral). O Grupo adoptou esta possibilidade nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2009.
 - Deixa de ser permitido apresentar os itens de “other comprehensive income” (por exemplo, ganhos ou perdas na reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda) separadamente na demonstração de alterações nos capitais próprios.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão é de aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009 e vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo.
Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	1-Jan-10	Esta norma foi revista no sentido de agrupar as várias emendas que foram ocorrendo desde a sua primeira versão.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	01-Jan-10	Esta interpretação é de aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e vem introduzir regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado envolvido na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito de concessões do tipo público-para-privado.
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	01-Jan-10	Esta interpretação vem abordar a forma para avaliar se um acordo de construção de um imóvel está no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rêdito e como o correspondente rêdito deve ser reconhecido
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	01-Jul-09	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras.
IFRIC 9 e IAS 39 – Emendas (Reavaliação de derivados embutidos)	Exercícios acabados em ou iniciados após 30-Jun-09	Estas emendas vêm clarificar em que circunstâncias é permitida a reapreciação subsequente da obrigatoriedade de separação de um derivado embutido.
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	01-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a correcta contabilização de activos que não caixa distribuídos aos accionistas como dividendos
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	Transferências efectuadas em ou após 01-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis “dos clientes”.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

3. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Com uma periodicidade mensal, o Conselho de Administração recebe e analisa informação financeira do Grupo, segregada por segmentos de negócio que representam as suas áreas de actividade aglutinadas por natureza de origemação, e que, no seu conjunto, visam assegurar uma plataforma dinâmica de negócio de banca de investimento. A saber:

- Corporate Finance - Inclui a actividade de assessoria financeira para as vertentes de Dívida e de Ações, bem como a actividade de Project Finance.
- Trading and sales - Inclui a actividade de negociação e de gestão de activos e passivos de tesouraria.
- Corretagem - Inclui a actividade de intermediação financeira.
- Banca comercial - Inclui a origemação transversal de negócio quer na vertente nacional quer na internacional.
- Capital de risco - A actividade de capital de risco do Grupo CGD é desenvolvida através da Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (que, para além de concentrar toda a actividade operacional é também a sociedade gestora de quatro fundos de capital de risco) e da Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. (vocacionada principalmente para participar nas operações de carácter estratégico e com maior potencial de valorização).
- Outros – Restantes actividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

Com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a informação relativa aos segmentos operacionais do Grupo pode ser resumida da seguinte forma:

	2009					
	Corporate finance	Trading and sales	Corretagem	Banca comercial	Capital de risco	Outros
Juros e rendimentos similares	30.894.884	210.166.524	56.008	13.304.685	792.732	105.146
Juros e encargos similares	(12.959.451)	(202.811.302)	(34.130)	(4.116.119)	(2.129)	(99.606)
Rendimentos de instrumentos de capital	-	60.896	-	-	-	-
Margem financeira alargada	I. 17.935.433	7.416.118	21.879	9.188.566	790.603	5.540
Rendimentos de serviços e comissões	66.223.109	5.180.859	6.350.089	11.625.561	4.317.737	36.475
Encargos com serviços e comissões	(28.831.795)	(265.507)	(1.460.732)	(629.505)	(12.698)	-
Resultados em operações financeiras	480.659	13.997.304	(159.115)	(84.654)	3.420.284	-
Outros resultados de exploração	1.325.721	159.159	197.443	2.441.052	663.952	(3.762)
Produto bancário	II. 39.197.694	19.071.815	4.927.685	13.352.454	8.389.275	32.713
Provisões líquidas de reposições e anulações	(4.271.616)	(889.158)	(661.767)	(355.242)	4.452.441	(91.403)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(624.207)	-	804	(22.935.751)	-	(16.148)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(318.862)	(70)	(4.534)	(22.632)	(8.548.011)	(34.124)
Total	III. (5.214.685)	(889.228)	(665.497)	(23.313.625)	(4.095.570)	(141.675)
Outros custos e proveitos	51.918.442	25.598.705	4.284.067	(772.605)	5.084.308	(103.421)
Resultado líquido consolidado						86.009.494
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	680.359.382	-	26.266.952	20.782.390	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	138.673.828	-	26.665.185	54.536.858	6.044.940
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	-	936.919	-	-	-	-
Crédito a clientes	538.629.008	-	2.555.317	326.964.860	-	10.481.634
Recursos de outras instituições de crédito	326.044.888	495.780.188	1.546.794	229.960.645	45.592.524	10.003.924
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.907.425	-	30.733.622	102.483.927	-	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	300.272.162	-	-	-	-
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	-	1.703.334	-	-	-	-

2008							
	Corporate finance	Trading and sales	Corretagem	Banca comercial	Capital de risco	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	31.203.626	232.202.805	217.134	28.342.223	1.816.415	270.016	294.052.218
Juros e encargos similares	(17.285.960)	(232.706.024)	(158.403)	(19.027.087)	(5.904)	(256.518)	(269.439.897)
Rendimentos de instrumentos de capital	-	150.035	-	-	6.228	-	156.263
Margem financeira alargada	I. 13.917.665	(353.185)	58.731	9.315.136	1.816.739	13.498	24.768.584
Rendimentos de serviços e comissões	40.025.227	2.633.632	9.219.472	12.989.707	2.337.059	23.512	67.228.608
Encargos com serviços e comissões	(3.883.710)	(588.064)	(1.813.041)	(813.889)	(11.208)	-	(7.109.912)
Resultados em operações financeiras	248.742	(6.535.776)	(387.641)	(158.597)	2.388.830	-	(4.444.442)
Outros resultados de exploração	231.364	71.586	228.996	(59.527)	9.326.127	(21.659)	9.776.887
	II. 36.621.623	(4.418.622)	7.247.786	11.957.694	14.040.808	1.853	65.451.141
	50.539.288	(4.771.807)	7.306.516	21.272.829	15.857.547	15.351	90.219.724
Produto bancário							
Provisões líquidas de reposições e anulações	(659.969)	(190.692)	(587.753)	(988.242)	(6.674.441)	(144.022)	(9.245.120)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(248.299)	189.776	56.370	(5.770.449)	-	(6.560)	(5.779.162)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	(57.487)	(3.689.125)	-	(3.746.612)
	III. (908.268)	(916)	(531.383)	(6.816.178)	(10.363.566)	(150.582)	(18.770.894)
Total	49.631.020	(4.772.723)	6.775.133	14.456.651	5.493.981	(135.231)	71.448.830
Outros custos e proveitos							(41.206.644)
Resultado líquido consolidado							30.242.185
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	668.559.649	1.165.112	43.272.591	45.219.057	-	758.216.409
Activos financeiros disponíveis para venda	-	77.093.788	-	22.658.988	61.280.545	2.062.120	163.095.441
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	-	461.812	-	-	-	-	461.812
Crédito a clientes	456.083.129	-	2.792.796	397.327.054	-	9.207.229	865.410.208
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	315.920.845	516.501.157	2.741.574	320.891.192	73.770.420	7.806.082	1.237.631.270
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.806.115	-	22.488.975	90.867.129	-	-	119.162.219
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	260.363.729	-	-	-	-	260.363.729
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	-	1.483.423	-	-	-	-	1.483.423

A divisão dos juros e encargos similares pelas diversas linhas de negócio é efectuada com base no valor médio dos activos afectos a esses segmentos operacionais.

Em 2009 e 2008, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por país onde o Banco desenvolve a sua actividade é a seguinte:

	2009		
	Portugal	Espanha	Total
Juros e rendimentos similares	230.963.479	24.356.501	255.319.980
Juros e encargos similares	(197.258.295)	(22.764.442)	(220.022.737)
Rendimentos de instrumentos de capital	60.896	-	60.896
Margem financeira alargada	I. 33.766.080	1.592.059	35.358.139
Rendimentos de serviços e comissões	93.278.479	455.351	93.733.830
Encargos com serviços e comissões	(31.188.209)	(12.028)	(31.200.237)
Resultados em operações financeiras	17.654.474	4	17.654.478
Outros resultados de exploração	4.347.229	436.336	4.783.565
	II. 84.091.973	879.663	84.971.636
Produto bancário	117.858.053	2.471.722	120.329.775
Provisões líquidas de reposições e anulações	(2.676.408)	859.663	(1.816.745)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(23.575.302)	-	(23.575.302)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(8.928.234)	-	(8.928.234)
	III. (35.179.944)	859.663	(34.320.281)
Total	82.678.109	3.331.385	86.009.494
Outros custos e proveitos			(40.402.855)
Resultado líquido consolidado			45.606.639
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	727.408.724	-	727.408.724
Activos financeiros disponíveis para venda	225.920.811	-	225.920.811
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	936.919	-	936.919
Crédito a clientes	867.849.591	10.781.228	878.630.819
Recursos de outras instituições de crédito	1.098.151.808	10.777.155	1.108.928.963
Recursos de clientes e outros empréstimos	139.124.974	-	139.124.974
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	300.272.162	-	300.272.162
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	1.703.334	-	1.703.334

2008			
	Portugal	Espanha	Total
Juros e rendimentos similares	284.576.529	9.475.689	294.052.218
Juros e encargos similares	(261.326.064)	(8.113.833)	(269.439.897)
Rendimentos de instrumentos de capital	156.263	-	156.263
Margem financeira alargada	I. 23.406.728	1.361.856	24.768.584
Rendimentos de serviços e comissões	65.716.895	1.511.713	67.228.608
Encargos com serviços e comissões	(7.092.680)	(17.232)	(7.109.912)
Resultados em operações financeiras	(4.444.443)	1	(4.444.442)
Outros resultados de exploração	9.798.543	(21.656)	9.776.887
	II. 63.978.315	1.472.826	65.451.141
Produto bancário	87.385.043	2.834.682	90.219.724
Provisões líquidas de reposições e anulações	(9.126.774)	(118.346)	(9.245.120)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(5.779.162)	-	(5.779.162)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(3.746.612)	-	(3.746.612)
	III. (18.652.548)	(118.346)	(18.770.894)
Total	68.732.495	2.716.336	71.448.830
Outros custos e proveitos			(41.206.644)
Resultado líquido consolidado			30.242.185
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	758.216.409	-	758.216.409
Activos financeiros disponíveis para venda	163.095.441	-	163.095.441
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	461.812	-	461.812
Crédito a clientes	768.695.448	96.714.760	865.410.208
Recursos de outras instituições de crédito	1.140.358.157	97.273.113	1.237.631.270
Recursos de clientes e outros empréstimos	119.162.219	-	119.162.219
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	260.363.729	-	260.363.729
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	1.483.423	-	1.483.423

A informação incluída nos quadros anteriores corresponde ao Balanço e Demonstração de resultados do conjunto de todas as entidades do Grupo sediadas em Portugal (coluna “Portugal”), e da Sucursal de Madrid (coluna “Espanha”). Cada uma das entidades do Grupo desenvolve a sua actividade tendo maioritariamente como clientes ou contrapartes entidades residentes no mesmo país onde estão sediadas.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO PERÍODO

Os dados financeiros retirados das contas individuais provisórias das entidades incluídas no perímetro de consolidação pelo método da integração global, relativos ao último exercício económico, podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	Sede	Percentagem de participação efectiva	Data	Activo	Lucro/ (Prejuízo)	Situação líquida
Caixa - Banco de Investimento, S.A.	Lisboa	100,00%	31-12-2009	1.927.907.922	41.969.026	226.437.269
Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	31-12-2009	28.978.986	(1.721.821)	25.934.725
Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	100,00%	31-12-2009	35.595.287	3.346.254	28.092.240
Fundo de Capital de Risco Energias Renováveis - Caixa Capital	Lisboa	91,00%	31-12-2009	53.263.737	4.544.061	52.992.932

A Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A., constituída no exercício de 1998, é uma sociedade com sede em Portugal, tendo como objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a situação líquida da Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. inclui prestações suplementares concedidas pelo Banco, no montante de 13.000.000 Euros e 87.284.245 Euros, respectivamente.

A Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Caixa Capital) tem sede em Lisboa e foi constituída em 31 de Dezembro de 1990 ao abrigo do Decreto-Lei nº 17/86, de 5 de Fevereiro. A Sociedade tem por objecto o apoio e promoção do investimento e da inovação tecnológica em projectos ou empresas, através da participação temporária no respectivo capital social. Adicionalmente, pode prestar assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial às sociedades em cujo capital participe. Em 31 de Dezembro de 2009 geria quatro fundos de capital de risco.

O Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Energias Renováveis – Caixa Capital (FCR Energias Renováveis) foi constituído em Janeiro de 2006, com um capital subscrito de 50.000.000 Euros, representado por 2.000 unidades de participação. O Fundo tem por objecto investir o seu património na aquisição de participações no capital de sociedades com elevado potencial de crescimento e valorização que desenvolvam a sua actividade na produção de electricidade através de fontes de energia renováveis. O Banco subcreveu 1.820 unidades de participação pelo valor nominal de 45.500.000 Euros, dos quais 18.900.000 Euros se encontram por realizar em 31 de Dezembro de 2009 e 2008. No exercício de 2008 foram realizados 13.700.000 Euros.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa	2.897	3.555
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	187.113	1.160.845
	-----	-----
	190.010	1.164.400
	=====	=====

A rubrica de depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Cheques a cobrar		
· No País	-	50.000
	-----	-----
Depósitos à ordem		
· No País	968.450	15.754.407
· No Estrangeiro	1.114.548	1.080.953
	-----	-----
	2.082.998	16.835.360
	-----	-----
	2.082.998	16.885.360
	=====	=====

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Depósitos a prazo		
· No país	9.281.619	8.484.638
Empréstimos a curto prazo		
· No país	15.000.000	-
Juros a receber	120.362	78.966
	-----	-----
	24.401.981	8.563.604
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a rubrica “Depósitos a prazo – no país” é composta por depósitos junto de instituições financeiras do grupo CGD.

8. ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>			<u>2008</u>		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
<u>Instrumentos de dívida</u>						
- De emissores públicos:						
· Obrigações	41.292.177	2	41.292.179	89.311.803	11.066.325	100.378.128
- De outros emissores:						
· Obrigações e outros títulos:						
De residentes	136.167.769	27.225.637	163.393.406	168.206.920	44.245.719	212.452.639
De não residentes	127.516.724	2.492.596	130.009.320	66.208.742	4.343.558	70.552.300
	<u>304.976.671</u>	<u>29.718.234</u>	<u>334.694.905</u>	<u>323.727.465</u>	<u>59.655.602</u>	<u>383.383.067</u>
<u>Instrumentos de capital</u>						
De residentes	42.968.768	20.782.390	63.751.158	37.291.022	42.516.980	79.808.002
De não residentes	-	-	-	1.420.113	-	1.420.113
	<u>42.968.768</u>	<u>20.782.390</u>	<u>63.751.158</u>	<u>38.711.135</u>	<u>42.516.980</u>	<u>81.228.115</u>
<u>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 10)</u>	<u>328.962.661</u>	<u>-</u>	<u>328.962.661</u>	<u>293.605.227</u>	<u>-</u>	<u>293.605.227</u>
	<u>676.908.100</u>	<u>50.500.624</u>	<u>727.408.724</u>	<u>656.043.827</u>	<u>102.172.582</u>	<u>758.216.409</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Instrumentos de dívida de outros emissores residentes - Detidos para negociação” inclui 92.659.873 Euros e 158.631.452 Euros, respectivamente, relativos a obrigações convertíveis em acções da EDP emitidas pela Parpública – SGPS, S.A..

A rubrica “Activos financeiros ao justo valor através de resultados – instrumentos de capital” apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Instrumentos de capital – Capital de risco:		
. Sumol + Compal, S.A. (Nota 14)	20.444.464	20.503.541
. MWH - Gestão Recursos Naturais, SA	337.926	-
. Visabeira, SGPS, S.A.	-	17.277.058
. Plataforma, SGPS, S.A.	-	2.448.647
. Manuel Inácio & Filhos, SGPS, S.A.	-	1.875.000
. Convento de Belmonte - Investimentos Turísticos, S.A.	-	400.264
. Outros	-	12.470
	-----	-----
	20.782.390	42.516.980
	=====	=====

O Grupo regista os instrumentos de capital relativos à actividade de capital de risco nesta categoria sempre que existam derivados associados (ou seja, exista o direito ou a obrigação contratual de alienar as participadas no âmbito de Acordos Parassociais celebrados na data da tomada das participações).

A participação na Sumol + Compal, S.A., correspondente a 6,9% do capital social, foi recebida no âmbito do processo de alienação da participação na Compal – Companhia Produtos de Conservas Alimentares, S.A. descrito na Nota 14. O valor de balanço em 31 de Dezembro de 2009 corresponde ao valor actual da opção de venda detida pelo Grupo. Nesta data, o valor das acções determinada com base na cotação na Euronext Lisbon ascendia a 10.183.513 Euros.

Em Dezembro de 2009, o Grupo adquiriu 337.926 acções da MWH – Gestão de Recursos Naturais, S.A. através do FCR Energias Renováveis, correspondentes a 10% do capital pelo valor nominal unitário de 1 Euro. Até 31 de Dezembro de 2009 o Grupo realizou 251.305 acções, encontrando-se o remanescente ainda por realizar. Adicionalmente, foram concedidos suprimentos no montante de 621.804 Euros (Nota 16).

Em Abril de 2009, no âmbito de uma operação de reestruturação das carteiras de participações das entidades da área de capital de risco do Grupo CGD, a Caixa Capital alienou as participações na Visabeira, SGPS, S.A. e no Convento de Belmonte - Investimentos Turísticos, S.A. ao FCR Grupo CGD. As transacções foram realizadas com base no justo valor dos activos reflectidos nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008, pelo que o efeito líquido no resultado do Grupo em 2009 foi nulo.

Em Abril de 2009, o Grupo exerceu a opção de venda das acções da Manuel Inácio & Filhos, S.A. prevista no acordo parassocial realizado com os seus accionistas. O valor a receber calculado segundo a metodologia prevista nesse acordo, no montante de 11.629.371 Euros, foi transferido para a rubrica “Outros activos” (Nota 16). Em resultado desta operação, a Sociedade (i) transferiu a menos-valia potencial de 1.875.000 Euros que tinha sido registada na participação para imparidade de devedores e outras aplicações (Nota 30) e (ii) registou uma mais-valia face ao custo de aquisição de 7.878.971 Euros na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” (Nota 26), a qual foi integralmente compensada por imparidade de montante idêntico registada para a conta a receber (Nota 16).

Em Maio de 2009, a Caixa Capital alienou a totalidade da sua participação na Plataforma, SGPS, S.A., correspondente a aproximadamente 9,7% do capital social, pelo montante de 3.176.726 Euros. O ganho realizado no exercício ascendeu a 364.040 Euros. O montante da venda foi registado numa conta de devedores (Nota 16) tendo sido liquidados cerca de 500.000 Euros ainda em 2009.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Activos financeiros ao justo valor através de resultados – instrumentos de capital” inclui participações adquiridas no âmbito do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Capital de Risco PME (FCR PME) cujo custo de aquisição ascendeu a 1.119.944 Euros (Nota 20) e que foram alienados em 2009. Nos termos dos contratos celebrados, as diferenças entre o referido custo de aquisição e os valores que venham a ser recebidos, deverão ser pagas ou restituídas pelos participantes do FCR PME. Em 31 de Dezembro de 2008 a valorização destas participações ascendia a 104.381 Euros (Nota 20).

No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda um conjunto de títulos que estavam registados como activos financeiros detidos para negociação (Nota 9).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco detinha títulos de dívida dados em garantia cujo valor nominal ascendia a 49.366.000 Euros e 44.150.000 Euros, respectivamente (Nota 19).

9. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De outros emissores:		
. Residentes	89.355.228	71.644.521
. Não residentes	57.229.838	18.567.806
	<u>146.585.066</u>	<u>90.212.327</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
Acções		
. Valor bruto		
. Emitidos por residentes		
Valorizados ao justo valor	12.531.338	34.689.853
Valorizados ao custo histórico	153.127	153.127
. Emitido por não residentes		
Valorizados ao justo valor	40.107.235	48.229.155
Valorizados ao custo histórico	-	3.063.720
	<u>52.791.700</u>	<u>86.135.855</u>
. Imparidade (Nota 30)	(5.438.408)	(13.357.047)
	<u>47.353.292</u>	<u>72.778.808</u>
Unidades de participação		
. Valor bruto	21.761.702	104.306
Outros instrumentos de capital		
. Valor bruto	10.220.751	-
	<u>79.335.745</u>	<u>72.883.114</u>
	<u>225.920.811</u>	<u>163.095.441</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as Acções e Unidades de Participação apresentam o seguinte detalhe:

	2009					2008	
	% de participação	Custo de aquisição	Valor de Balanço*	Imparidade	Reserva de Justo Valor	% de participação	Valor de Balanço
Participações - Capital de risco:							
Fundo de Capital de Risco Grupo CGD	6,46%	21.349.747	21.761.702	-	411.955	n.d.	104.306
SICAR NovEnergia II	17,10%	11.907.582	17.712.326	-	5.804.744	17,10%	16.354.554
EDP Renováveis, S.A.	0,25%	17.282.083	14.612.268	-	(2.669.815)	0,25%	11.026.422
Fomentinvest, SGPS, S.A.	15,38%	3.576.923	5.138.081	-	1.561.158	15,38%	4.752.000
Martifer, SGPS, S.A.	0,78%	6.296.316	2.595.508	(3.700.808)	-	0,78%	2.629.700
Pinewells, S.A.	20,00%	900.000	1.096.941	-	196.941	20,00%	300.000
La Seda Barcelona	0,76%	1.795	100	-	(1.695)	7,23%	15.403.770
A. Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A.	-	-	-	-	-	23,90%	14.000.000
Helios I Hyperion Energy Investments, S.L.	-	-	-	-	-	5,00%	791.818
Helios II Hyperion Energy Investments, S.L.	-	-	-	-	-	5,00%	791.818
Eurofrozen - Indústria e Companhia de Produtos Alimentares, S.A.	-	-	-	-	-	32,00%	773.116
MARL Energia - Central Fotovoltaica, Lda	-	-	-	-	-	31,67%	516.656
Outros inferiores a 100.000 Euros	-	-	-	-	-	-	159.984
		<u>61.314.447</u>	<u>62.916.926</u>	<u>(3.700.808)</u>	<u>5.303.287</u>		<u>67.604.145</u>
Outras participações:							
SEIF - South Europe Infrastructure Equity Finance	8,33%	3.688.721	4.052.818	-	364.097	8,33%	3.063.722
Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura	9,26%	3.557.614	1.992.123	(1.737.600)	172.109	9,26%	2.062.119
MTS Portugal, SGM, S.A.	4,67%	153.127	153.127	-	-	4,67%	153.127
		<u>7.399.462</u>	<u>6.198.068</u>	<u>(1.737.600)</u>	<u>536.206</u>		<u>5.278.968</u>
		<u>68.713.909</u>	<u>69.114.994</u>	<u>(5.438.408)</u>	<u>5.839.493</u>		<u>72.883.113</u>

(*) Líquido de imparidade registada

Nos exercícios de 2009 e 2008, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2007	Entradas / (Saídas)	Variação na reserva de justo valor	Imparidade (Nota 30)	Diferenças de câmbio	Saldo em 31.12.2008	Entradas / (Saídas)	Variação na reserva de justo valor	Imparidade (Nota 30)	Diferenças de câmbio	Saldo em 31.12.2009
Participações - Capital de risco:											
Fundo de Capital de Risco Grupo CGD	111.631	-	(7.325)	-	-	104.306	21.249.988	407.408	-	-	21.761.702
SICAR NovEnergia II	14.231.285	-	2.123.269	-	-	16.354.554	-	1.357.772	-	-	17.712.326
EDP Renováveis, S.A.	-	17.541.296	(6.514.874)	-	-	11.026.422	(259.213)	3.845.059	-	-	14.612.268
Fomentinvest, SGPS, S.A.	1.750.000	1.826.923	1.175.077	-	-	4.752.000	-	386.081	-	-	5.138.081
Martifer, SGPS, S.A.	4.911.092	1.241.027	144.197	(3.666.616)	-	2.629.700	-	-	(34.192)	-	2.595.508
Pinewells, S.A.	-	300.000	-	-	-	300.000	600.000	196.941	-	-	1.096.941
La Seda Barcelona	37.602.012	11.294.191	(33.492.433)	-	-	15.403.770	(51.978.652)	36.574.981	-	-	100
A. Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A.	14.000.000	-	-	-	-	14.000.000	(14.000.000)	-	-	-	-
Helios I Hyperion Energy Investments, S.L.	-	791.818	-	-	-	791.818	(791.818)	-	-	-	-
Helios II Hyperion Energy Investments, S.L.	-	791.818	-	-	-	791.818	(791.818)	-	-	-	-
Eurofrozen - Indústria e Companhia de Produtos Alimentares, S.A.											
Alimentares, S.A.	1.502.069	34.956	(763.909)	-	-	773.116	(1.537.026)	763.910	-	-	-
MARL Energia - Central Fotovoltaica, Lda	-	516.656	-	-	-	516.656	(516.656)	-	-	-	-
Parque Eólico da Gardunha, Lda.	1.425.000	(1.357)	(1.423.643)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros inferiores a 100.000 Euros	187.130	991	(28.136)	-	-	159.986	(255.766)	95.780	-	-	-
	<u>75.720.220</u>	<u>34.338.319</u>	<u>(38.787.777)</u>	<u>(3.666.616)</u>	<u>-</u>	<u>67.604.147</u>	<u>(48.280.961)</u>	<u>43.627.932</u>	<u>(34.192)</u>	<u>-</u>	<u>62.916.926</u>
Outras participações:											
SEIF - South Europe Infrastructure Equity Finance	1.801.221	1.262.501	-	-	-	3.063.722	625.000	364.096	-	-	4.052.818
Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura	1.154.712	794.028	-	-	113.379	2.062.119	-	-	-	(69.996)	1.992.123
MTS Portugal, SGM, S.A.	153.127	-	-	-	-	153.127	-	-	-	-	153.127
ENACOL - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.	3.718.940	(3.718.940)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>6.827.999</u>	<u>(1.662.411)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>113.379</u>	<u>5.278.968</u>	<u>625.000</u>	<u>364.096</u>	<u>-</u>	<u>(69.996)</u>	<u>6.198.068</u>
	<u>82.548.220</u>	<u>32.675.908</u>	<u>(38.787.777)</u>	<u>(3.666.616)</u>	<u>113.379</u>	<u>72.883.115</u>	<u>(47.655.961)</u>	<u>43.992.028</u>	<u>(34.192)</u>	<u>(69.996)</u>	<u>69.114.994</u>

Os “Outros instrumentos de capital” correspondem a acções preferenciais sem direito a voto emitidas pela Caixa Geral Finance Limited, que dão direito a um dividendo preferencial trimestral, decidido pela Sociedade, equivalente a uma remuneração anual correspondente à Euribor acrescida de um spread. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso das acções preferenciais a partir de dez anos após a sua emissão (Junho de 2014 e Setembro de 2015), e caso não o faça o spread aplicável aumenta 1%.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as menos-valias potenciais relativas a títulos classificados na rubrica “Instrumentos de dívida” e “Outros instrumentos de capital”, ascendiam a 7.250.328 Euros e 11.697.535 Euros, respectivamente.

A participação na Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura foi adquirida em 2001 por 4.000.000 de Dólares Norte – Americanos. Em Agosto de 2008, o Banco adquiriu 1.000.000 de acções pelo montante total de 1.170.000 Dólares Norte - Americanos. A exposição a risco cambial encontra-se coberta através de tomada de fundos denominados em Dólares Norte-Americanos. No âmbito da aplicação de contabilidade de cobertura, a variação no justo valor em 2009 e 2008 resultante da componente cambial foi reflectida em resultados.

Os principais instrumentos de capital registados como “Activos financeiros disponíveis para venda” tiveram os seguintes movimentos em 2009 e 2008:

La Seda Barcelona

Em Setembro de 2008, a Caixa Capital alienou 4.737.715 acções da La Seda Barcelona através de uma transacção em bolsa. Ainda no mesmo mês, a Caixa Desenvolvimento adquiriu também em bolsa quantidade idêntica de acções. O valor das acções compradas ascendeu a 3.363.778 Euros e a menos valia realizada pela Caixa Capital com esta operação foi de 5.139.385 Euros (Nota 26). Adicionalmente, a Caixa Desenvolvimento adquiriu 23.443.575 acções por 16.433.575 Euros, reforçando a participação na La Seda Barcelona para 7,23%.

Em Janeiro de 2009 a Caixa Desenvolvimento alienou a participação detida na La Seda Barcelona à Caixa Geral de Depósitos, S.A. pelo montante de 45.304.211 Euros. Esta operação gerou uma menos-valia de 6.674.441 Euros (Nota 26), que se encontrava totalmente provisionada em 31 de Dezembro de 2008 (Nota 19).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a participação na La Seda Barcelona, S.A. encontra-se admitida à negociação na Bolsa de Valores de Madrid. No entanto, desde Junho de 2009 que a transacção das acções da La Seda se encontra suspensa, dado estarem em curso negociações com vista à aprovação de um plano de reestruturação da empresa.

EDP Renováveis, S.A.

Em Junho de 2008, o Banco e o FCR Energias Renováveis adquiriram 1.263.962 e 600.000 acções da EDP Renováveis, S.A., respectivamente, no âmbito da Initial Public Offering (IPO) realizada na Euronext Lisboa ao preço unitário de 8 Euros por acção, correspondente ao montante total de 14.911.696 Euros.

Até ao final de 2008 foram ainda adquiridas em Bolsa 340.000 acções pelo montante de 2.629.600 Euros.

Durante o exercício de 2009 o Banco efectuou operações de compra e venda de acções da EDP Renováveis, S.A., tendo mantido inalterado o número de acções face a 31 de Dezembro de 2008. Estas operações geraram uma menos-valia realizada de 136.571 Euros (Nota 26).

Fomentinvest, SGPS, S.A.

Em Dezembro de 2008, a Caixa Capital participou no aumento de capital da Fomentinvest, SGPS, S.A. tendo subscrito 1.826.923 acções ao valor nominal de 1 Euro cada, tendo-se mantido inalterada a sua percentagem de participação.

Martifer, SGPS, S.A.

No exercício de 2008, o FCR Energias Renováveis adquiriu 349.020 acções pelo montante de 1.241.027 Euros.

Pinewells, S.A.

Em Agosto de 2008, o FCR Energias Renováveis adquiriu 60.000 acções da Pinewells, S.A. pelo montante de 300.000 Euros.

Em Julho de 2009, o Fundo participou no aumento do capital social da Pinewells, S.A., tendo reforçado a sua participação em 600.000 Euros, dos quais 200.000 Euros em numerário e 400.000 Euros por incorporação de suprimentos. Em resultado desta operação, o Fundo passou a deter 180.000 acções, tendo mantido inalterada a sua percentagem de participação na Sociedade.

A. Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A.

Em Abril de 2009, a Caixa Desenvolvimento e a Caixa Capital venderam as suas participações na A. Silva & Silva Imobiliário e Serviços, S.A. ao FCR Grupo CGD – Caixa Capital pelo valor de balanço de 14.000.000 Euros.

Helios I/II Hyperion Energy Investments, SL

Em Abril de 2008, foram adquiridas 153 ações da Hyperion Energy Investments, SL, correspondentes a 5% do capital social, pelo montante de 1.583.636 Euros.

No primeiro semestre de 2009, o Fundo reforçou a sua participação na Helios I Hyperion Energy Investments, S.L. e na Helios II Hyperion Energy Investments, S.L. com um investimento que ascendeu a 55.000 Euros em cada participação. Em Dezembro de 2009, o Fundo alienou as duas participações pelo valor total de 1.872.052 Euros, originando uma mais-valia de 178.416 Euros (Nota 26).

Eurofrozen – Indústria e Comércio de Produtos Alimentares, S.A. (Eurofrozen)

Em Agosto de 2008, a Caixa Desenvolvimento e a Caixa Capital adquiriram 1.563 e 156 ações da Eurofrozen, pelo valor unitário de 20,335 Euros. A operação totalizou 34.956 Euros.

Em Abril de 2009, no âmbito de uma operação de reestruturação das participações detidas pela área de capital de risco do Grupo Caixa Geral de Depósitos, o Grupo alienou a sua participação na Eurofrozen ao Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital (FCR CGD) pelo valor de balanço em 31 de Dezembro de 2008 tendo registado uma menos-valia de 763.909 Euros (Nota 26). Adicionalmente, foram alienadas prestações acessórias no montante de 220.000 Euros.

MARL Energia - Central Fotovoltaica, Lda. (MARL Energia)

Em Janeiro de 2008, a Caixa Capital adquiriu 23.750 ações representativas de 47,5% do capital da MARL Energia, pelo montante de 775.000 Euros. Na mesma data, alienou 7.917 ações, pelo seu valor de compra (258.344 Euros) à FomentInvest, SGPS, S.A.. Na sequência destas operações, em 31 de Dezembro de 2008 a participação da Caixa Capital representa 31,67% do capital da MARL Energia.

Em Abril de 2009, no âmbito da operação de reestruturação das carteiras de participações das empresas de capital de risco do Grupo CGD acima referida, a Caixa Capital alienou a participação na MARL Energia ao FCR Grupo CGD pelo valor de balanço em 31 de Dezembro de 2008. Esta operação não gerou qualquer resultado para o Banco.

Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital

Em Abril de 2009 a Sociedade participou no aumento de capital do Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital, tendo subscrito 418 unidades de participação ao preço unitário de 50.837 Euros, totalizando 21.249.987 Euros. Até 31 de Dezembro de 2009 a Sociedade realizou 16.000.000 Euros, devendo o montante remanescente ser realizado até 31 de Dezembro de 2010 (Nota 20).

Sobrevento - Energias Alternativas, Lda

No exercício de 2008 o FCR Energias Renováveis adquiriu uma participação de 19,9% no capital da Sobrevento – Energias Alternativas, Lda. (Sobrevento), por 995 Euros. Esta sociedade foi constituída como um veículo para aquisição da PEA – Parques Eólicos de Arganil, Lda., criada em Abril de 2005, para proceder à construção e exploração de 3 parques eólicos localizados em Arganil e Pampilhosa da Serra.

Na sequência da operação o Fundo concedeu à Sobrevento suprimentos no valor de 3.980.000 Euros, dos quais 1.990.000 Euros já tinham sido reembolsados até 31 de Dezembro de 2008.

Em Março de 2009, foi celebrado um contrato de cessão de quotas com a Ventosga – Produção de Energia, SGPS, S.A., através do qual o Fundo alienou a totalidade da sua participação na Sobrevento – Energias Alternativas, Lda. por 2.010.000 Euros, originando uma mais valia de 2.009.005 Euros (Nota 26). Esta operação englobou também o reembolso dos suprimentos no montante de 1.990.000 Euros.

Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A

No exercício de 2009, foi lançada pela Cerutil, S.A. uma oferta pública geral de aquisição sobre a totalidade das acções da Vista Alegre Atlantis, SGPS, S.A., ("Vista Alegre"), oferecendo como contrapartida 0,092 Euros por cada acção não admitida e 0,072 Euros por cada acção resultante da fusão. No âmbito desta operação, a Caixa Desenvolvimento alienou 7.106.960 acções da Vista Alegre, pelo montante de 523.037 Euros tendo registado uma mais valia de montante idêntico (Nota 26), visto que tinha sido registada imparidade pela totalidade da participação.

South Europe Infrastructure Equity Finance

Em 2009 e 2008, o Banco participou nos aumentos de capital do South Europe Infrastructure Equity Finance (SEIEF), tendo realizado investimentos de 625.000 Euros e 1.262.501 Euros, respectivamente. O Banco tem um compromisso total assumido de efectuar entradas de capital até ao montante de 10.000.000 Euros mediante solicitação do fundo, sempre que este efectue uma nova operação.

Reclassificação de títulos

Com referência a 1 de Julho de 2008, o Banco efectuou uma reclassificação de títulos da categoria de Activos financeiros detidos para negociação para a categoria de Activos financeiros disponíveis para venda, ao abrigo da alteração à Norma IAS 39 aprovada em 13 de Outubro de 2008. Devido à turbulência dos mercados financeiros que se verificou no exercício de 2008, o Banco deixou de ter a expectativa de alienar estes títulos no curto prazo, facto que motivou esta transferência entre categorias.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor, é descrito como segue:

	Valor 31-12-2009	Valor 31-12-2008
Justo valor	12.922.417	37.359.987
Juro corrido	92.090	781.314
Valor de balanço	13.014.507	38.141.301
Reserva de justo valor	(2.161.051)	(1.046.108)
Mais/(menos) Valia reflectida em resultados do exercício	1.598.457	(2.170.534)
Impacto no resultado do exercício caso não tivesse ocorrido a reclassificação	(1.114.943)	(1.046.108)

Os valores apresentados não reflectem o efeito fiscal.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6. c). Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2009						
	Montante nominal			Valor contabilístico			
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura	Total
Instrumentos financeiros derivados							
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>							
. Swaps							
Taxa de juro	9.141.911.242	16.661.158	9.158.572.400	259.588.520	(248.158.494)	(766.415)	10.663.611
Cotações (Equity swaps)	59.892.105	-	59.892.105	17.207.758	-	-	17.207.758
. Forwards sobre mercadorias	9.583.784	-	9.583.784	-	-	-	-
. Forward cambiais	-	-	-	-	-	-	-
. Caps & Floors	2.624.518.740	-	2.624.518.740	39.193.592	(39.132.727)	-	60.866
. Opções							
Sobre taxa de juro	600.000.500	-	600.000.500	11.378.513	(11.386.664)	-	(8.151)
Sobre moeda	39.666.496	-	39.666.496	1.083.613	(1.083.613)	-	-
Sobre mercadorias	4.138.276	-	4.138.276	510.664	(510.664)	-	-
	<u>12.479.711.143</u>	<u>16.661.158</u>	<u>12.496.372.301</u>	<u>328.962.661</u>	<u>(300.272.162)</u>	<u>(766.415)</u>	<u>27.924.084</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>							
. Futuros							
Taxa de juro	114.685.187	-	114.685.187	-	-	-	-
Cotações	1.750.000	-	1.750.000	-	-	-	-
	<u>12.596.146.330</u>	<u>16.661.158</u>	<u>12.612.807.488</u>	<u>328.962.661</u>	<u>(300.272.162)</u>	<u>(766.415)</u>	<u>27.924.084</u>
2008							
	Montante nominal			Valor contabilístico			
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura	Total
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura	Total
Instrumentos financeiros derivados							
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>							
. Swaps							
Taxa de juro	6.899.530.727	17.456.798	6.916.987.525	232.563.060	(226.620.869)	(1.021.611)	4.920.580
Cotações (Equity swaps)	59.892.105	-	59.892.105	24.584.001	-	-	24.584.001
. Forwards cambiais	40.000.000	-	40.000.000	142.451	(134.531)	-	7.920
. Caps & Floors	3.548.185.044	-	3.548.185.044	23.029.569	(23.024.259)	-	5.310
. Opções							
Sobre mercadorias	64.255.227	-	64.255.227	10.584.070	(10.584.070)	-	-
Empresas associadas	-	-	-	2.702.076	-	-	2.702.076
	<u>10.611.863.103</u>	<u>17.456.798</u>	<u>10.629.319.901</u>	<u>293.605.227</u>	<u>(260.363.729)</u>	<u>(1.021.611)</u>	<u>32.219.887</u>
<i>Transaccionados em bolsa</i>							
. Futuros							
Taxa de juro	66.237.091	-	66.237.091	-	-	-	-
	<u>10.678.100.194</u>	<u>17.456.798</u>	<u>10.695.556.992</u>	<u>293.605.227</u>	<u>(260.363.729)</u>	<u>(1.021.611)</u>	<u>32.219.887</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos da rubrica “Swaps – cotações” correspondem a um *Equity Swap* para cobertura do risco de variações de valor de acções registadas na carteira de negociação. Este contrato prevê ainda a existência de um colateral sob a forma de um depósito que a contraparte deve manter junto do Banco que se encontra registado na rubrica “Credores e outros recursos – ajustamentos de cotações” (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Opções em empresas associadas” corresponde à reavaliação de uma opção de venda da participação no Grupo Pestana Pousadas Investimentos Turísticos, S.A. (Nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor contabilístico dos activos classificados como elemento coberto ascende a 13.409.321 Euros e 14.195.957 Euros respectivamente, incluindo 1.578.920 Euros e 1.558.370 Euros (Nota 11), respectivamente, relativos a correcções de valor.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor contabilístico dos passivos classificados como elemento coberto ascende a 6.051.308 Euros e 5.723.912 Euros respectivamente, incluindo 271.060 Euros e 160.731 Euros (Nota 18), respectivamente, relativos a correcções de valor.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante notional):

2009						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Instrumentos financeiros derivados						
Mercado de balcão (OTC)						
. Swaps						
Taxa de juro						
Negociação	150.000.000	96.468.870	320.162.472	4.607.350.293	3.967.929.607	9.141.911.242
Cobertura	-	-	-	5.000.000	11.661.158	16.661.158
	<u>150.000.000</u>	<u>96.468.870</u>	<u>320.162.472</u>	<u>4.612.350.293</u>	<u>3.979.590.765</u>	<u>9.158.572.400</u>
Cotações (Equity swaps)						
Negociação	-	59.892.105	-	-	-	59.892.105
	<u>150.000.000</u>	<u>156.360.975</u>	<u>320.162.472</u>	<u>4.612.350.293</u>	<u>3.979.590.765</u>	<u>9.218.464.505</u>
. Forward mercadorias						
Negociação	-	-	9.583.784	-	-	9.583.784
. Caps & Floors						
Negociação	60.000.000	-	52.506.000	1.426.883.762	1.085.128.978	2.624.518.740
. Opções						
Sobre taxa de juro	-	-	-	-	600.000.500	600.000.500
Sobre moeda	6.598.460	7.825.952	22.003.975	3.238.109	-	39.666.496
Sobre mercadorias	4.138.276	-	-	-	-	4.138.276
	<u>220.736.736</u>	<u>164.186.927</u>	<u>404.256.231</u>	<u>6.042.472.164</u>	<u>5.664.720.243</u>	<u>12.496.372.301</u>
Transaccionados em bolsa						
. Futuros						
Taxa de juro						
Negociação	114.685.187	-	-	-	-	114.685.187
Cotações	1.750.000	-	-	-	-	1.750.000
	<u>337.171.923</u>	<u>164.186.927</u>	<u>404.256.231</u>	<u>6.042.472.164</u>	<u>5.664.720.243</u>	<u>12.612.807.488</u>
2008						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Instrumentos financeiros derivados						
Mercado de balcão (OTC)						
. Swaps						
Taxa de juro						
Negociação	1.320.733.276	66.667	169.305.439	2.413.489.223	2.995.936.122	6.899.530.727
Cobertura	-	-	-	-	17.456.798	17.456.798
	<u>1.320.733.276</u>	<u>66.667</u>	<u>169.305.439</u>	<u>2.413.489.223</u>	<u>3.013.392.920</u>	<u>6.916.987.525</u>
Cotações (Equity swaps)						
Negociação	-	-	-	59.892.105	-	59.892.105
	<u>1.320.733.276</u>	<u>66.667</u>	<u>169.305.439</u>	<u>2.473.381.328</u>	<u>3.013.392.920</u>	<u>6.976.879.630</u>
. Forward cambial						
Negociação	40.000.000	-	-	-	-	40.000.000
. Caps & Floors						
Negociação	-	-	673.200.000	2.526.805.024	348.180.020	3.548.185.044
. Opções sobre mercadorias						
Negociação	7.615.431	13.802.976	38.553.138	4.283.682	-	64.255.227
	<u>1.368.348.707</u>	<u>13.869.643</u>	<u>881.058.577</u>	<u>5.004.470.034</u>	<u>3.361.572.940</u>	<u>10.629.319.901</u>
Transaccionados em bolsa						
. Futuros						
Taxa de juro						
Negociação	66.237.091	-	-	-	-	66.237.091
	<u>1.434.585.798</u>	<u>13.869.643</u>	<u>881.058.577</u>	<u>5.004.470.034</u>	<u>3.361.572.940</u>	<u>10.695.556.992</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2009		2008	
	Valor nacional	Valor contabilístico	Valor nacional	Valor contabilístico
Contratos sobre taxa de juro				
Swaps de taxa de juro				
Instituições Financeiras	4.724.322.177	(187.527.935)	3.715.905.214	(172.619.822)
Clientes	4.434.250.223	198.191.546	3.201.082.311	177.540.402
	<u>9.158.572.400</u>	<u>10.663.611</u>	<u>6.916.987.525</u>	<u>4.920.580</u>
Swaps de Cotações (Equity swaps)				
Clientes	59.892.105	17.207.758	59.892.105	24.584.001
	<u>59.892.105</u>	<u>17.207.758</u>	<u>59.892.105</u>	<u>24.584.001</u>
Forwards de mercadorias				
Instituições Financeiras	4.791.892	-	-	-
Clientes	4.791.892	-	-	-
	<u>9.583.784</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Forward rate agreement				
Instituições Financeiras	-	-	20.000.000	(134.531)
Clientes	-	-	20.000.000	142.450
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40.000.000</u>	<u>7.919</u>
Caps & Floors				
Instituições Financeiras	1.312.259.370	(25.350.892)	1.774.092.522	(18.519.784)
Clientes	1.312.259.370	25.411.758	1.774.092.522	18.525.094
	<u>2.624.518.740</u>	<u>60.866</u>	<u>3.548.185.044</u>	<u>5.310</u>
Opções sobre taxa de juro				
Instituições Financeiras	300.000.000	(11.386.664)	-	-
Administrações Centrais	300.000.000	11.378.513	-	-
Clientes	500	-	-	-
	<u>600.000.500</u>	<u>(8.151)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Opções sobre moeda				
Instituições Financeiras	19.833.248	896.768	-	-
Clientes	19.833.248	(896.768)	-	-
	<u>39.666.496</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Opções sobre mercadorias				
Instituições Financeiras	2.069.138	(134.631)	32.127.618	(1.840.126)
Clientes	2.069.138	134.631	32.127.609	1.840.126
	<u>4.138.276</u>	<u>-</u>	<u>64.255.227</u>	<u>-</u>
Opções - empresas associadas				
Clientes	-	-	-	2.702.076
Futuros				
Em Bolsa	116.435.187	-	66.237.091	-
	<u>12.612.807.488</u>	<u>27.924.084</u>	<u>10.695.556.992</u>	<u>32.219.886</u>

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Crédito interno		
. Empréstimos	413.786.428	385.317.967
. Créditos em conta corrente	26.298.920	26.509.400
. Descobertos em depósitos à ordem	5.678.613	5.943.793
. Outros créditos	10.470.240	9.284.346
Crédito interno titulado		
. Papel comercial	45.800.000	45.500.000
Crédito ao exterior		
. Empréstimos	408.927.704	398.860.789
. Créditos em conta corrente	3.244.880	2.990.775
. Outros créditos	105.990	-
Correcções de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 10)	1.578.920	1.558.370
	915.891.695	875.965.440
Juros a receber	2.932.062	6.803.378
Receitas com rendimento diferido		
. Comissões associadas ao custo amortizado	(4.071.982)	(4.286.005)
. Juros	(9.378)	(129.055)
	914.742.397	878.353.758
Crédito e juros vencidos	1.826.980	1.469.590
	916.569.377	879.823.348
Imparidade (Nota 30)	(37.938.559)	(14.413.141)
	878.630.819	865.410.208
	=====	=====

O movimento na imparidade durante os exercícios de 2009 e 2008 é apresentado na Nota 30.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição, de acordo com os prazos residuais até ao vencimento:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até três meses	65.801.569	45.858.370
De três meses a um ano	2.551	4.007.085
De um a cinco anos	229.669.110	155.445.867
Mais de cinco anos	585.184.042	635.198.139
Descobertos e créditos em conta corrente	35.234.423	35.455.979
	915.891.695	875.965.440
	=====	=====

A imparidade registada em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 foi determinada da seguinte forma:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Análise específica	24.709.087	7.779.275
Análise colectiva	13.229.472	6.633.866
	37.938.559	14.413.141
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor nominal total dos créditos com imparidade específica ascende a 56.677.002 Euros e 37.953.533 Euros, respectivamente, incluindo os montantes registados em crédito vencido.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a distribuição sectorial dos créditos sobre clientes (valor nominal), excluindo créditos vencidos, é a seguinte:

Sector de actividade	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
Indústrias extractivas	-	-	-	-
Indústrias transformadoras				
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	136.503.901	14,9	135.531.667	15,5
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	15.014.835	1,6	13.787.608	1,6
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	8.512.486	0,9	8.074.030	0,9
Indústria têxtil	9.607.544	1,0	9.607.544	1,1
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	6.070.629	0,7	6.572.147	0,8
Fabricação de material de transporte	4.411.704	0,5	7.106.967	0,8
Indústria da pasta de papel, cartão e artigos de edição e impressão	789.468	0,1	2.430.675	0,3
Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	890.489	0,1	967.699	0,1
Indústrias transformadoras	1.588.217	0,2	1.873.401	0,2
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	787.294	0,1	1.300.840	0,1
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas				
Actividades imobiliárias	55.379.659	6,0	50.499.110	5,8
Outras actividades	183.826.975	20,1	187.185.502	21,4
Transportes, armazenagem e comunicações	275.685.222	30,1	246.323.916	28,1
Construção	100.821.357	11,0	97.754.212	11,2
Comércio por grosso/retalho	27.478.122	3,0	27.682.827	3,2
Saúde e segurança social	22.585.671	2,5	23.358.369	2,7
Actividades financeiras	6.000.000	0,7	-	-
Alojamento e restauração	5.007.454	0,5	5.511.589	0,6
Outras actividades e serviços colectivos, sociais e pessoais	42.623.662	4,7	39.184.337	4,5
Crédito a particulares	12.307.007	1,3	11.213.000	1,3
	<u>915.891.696</u>	<u>100</u>	<u>875.965.440</u>	<u>100</u>

12. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	2009					
	Saldo em 31.12.08		Aquisições	Transferências (líquido)	Amortizações do exercício	Abates (líquido)
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Imóveis:						
De serviço próprio	13.093.384	(3.176.903)	460.636	2.646.002	(479.428)	-
Outros imóveis	77.843	(77.843)	-	-	-	-
Equipamento:						
Equipamento informático	1.698.023	(1.461.582)	77.513	-	(162.109)	-
Instalações interiores	1.822.356	(1.745.074)	-	-	(18.403)	(2.133)
Mobiliário e material	1.316.217	(1.049.345)	242.512	-	(93.167)	(98)
Máquinas e ferramentas	546.159	(450.487)	26.912	-	(27.084)	-
Material de transporte	143.375	(96.755)	55.658	5.000	(35.565)	-
Outro equipamento	1.367	(565)	-	-	-	-
Equipamento de segurança	240.087	(240.087)	-	-	-	-
Activos tangíveis em curso	2.646.002	-	-	(2.646.002)	-	-
Imobilizado em locação financeira:						
Material de transporte	737.434	(496.151)	-	(5.000)	(93.800)	(72.138)
	<u>22.322.247</u>	<u>(8.794.792)</u>	<u>863.230</u>	<u>-</u>	<u>(909.557)</u>	<u>(74.368)</u>
						<u>13.406.759</u>

2008						
	Saldo em 31.12.07		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Valor
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				líquido em 31.12.08
Imóveis:						
De serviço próprio	13.093.384	(3.008.139)	-	(168.764)	-	9.916.481
Outros imóveis	77.843	(77.843)	-	-	-	-
Equipamento:						
Equipamento informático	1.419.494	(1.198.926)	288.137	(272.264)	-	236.441
Instalações interiores	1.824.580	(1.712.878)	-	(34.420)	-	77.282
Mobiliário e material	1.062.032	(956.962)	254.846	(93.044)	-	266.872
Máquinas e ferramentas	475.209	(419.092)	71.655	(32.100)	-	95.672
Material de transporte	176.587	(157.434)	53.268	(16.651)	(9.150)	46.620
Outro equipamento	5.259	(4.457)	-	-	-	802
Equipamento de segurança	240.087	(240.087)	-	-	-	-
Activos tangíveis em curso	-	-	2.646.002	-	-	2.646.002
Imobilizado em locação financeira:						
Material de transporte	1.227.762	(660.565)	-	(196.650)	(129.264)	241.283
	<u>19.602.237</u>	<u>(8.436.383)</u>	<u>3.313.908</u>	<u>(813.893)</u>	<u>(138.414)</u>	<u>13.527.455</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, os activos tangíveis em curso correspondem a despesas incorridas na realização de obras no edifício do Caixa – Banco de Investimento, que foram concluídas no exercício de 2009.

13. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

2009							
	Saldo em 31.12.08		Aquisições	Trans-ferências	Regularizações	Amortizações do exercício	Valor líquido em 31.12.09
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Sistemas de tratamento automático de dados	4.046.928	(3.732.651)	87.546	36.578	-	(246.658)	191.744
Activos intangíveis em curso	68.081	-	258.193	(36.578)	(31.503)	-	258.193
	<u>4.115.009</u>	<u>(3.732.651)</u>	<u>345.739</u>	<u>-</u>	<u>(31.503)</u>	<u>(246.658)</u>	<u>449.936</u>

2008						
	Saldo em 31.12.07		Aquisições	Trans-ferências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 31.12.08
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Sistemas de tratamento automático de dados	3.724.553	(3.513.260)	162.045	164.863	(223.924)	314.277
Activos intangíveis em curso	232.944	-	-	(164.863)	-	68.081
	<u>3.957.497</u>	<u>(3.513.260)</u>	<u>162.045</u>	<u>-</u>	<u>(223.924)</u>	<u>382.358</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o imobilizado em curso corresponde a despesas incorridas na aquisição de software, o qual não está ainda a ser utilizado nestas datas.

14. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Investimentos em associadas” era constituída por um investimento no Grupo Pestana Pousadas Investimentos Turísticos, SA. (Grupo Pestana Pousadas) correspondente a 25% do capital social.

No âmbito do contrato parassocial relativo ao investimento no Grupo Pestana Pousadas, o Grupo Caixa – Banco de Investimento detinha uma opção de venda (ver Nota 10) sobre a participação. A opção poderá ser exercida a partir de Maio de 2009 pelo maior dos seguintes preços:

- custo de aquisição;
- valor de avaliação apurado por uma entidade independente. Se a valorização implícita nessa avaliação exceder uma taxa de rendibilidade pré-definida, a parte excedente será repartida entre o Grupo Caixa – Banco de Investimento e o Grupo Pestana de acordo com uma percentagem pré-definida.

Esta participação foi alienada em Abril de 2009 ao FCR Grupo CGD pelo montante de 5.907.796 Euros tendo originado uma mais-valia de 2.420.310 Euros (Nota 27). Adicionalmente, foram alienadas as prestações acessórias e suprimentos concedidos pelo Grupo, pelos montantes de 3.287.500 Euros e 712.500 Euros, respectivamente.

Sumol + Compal, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2007 a Caixa Desenvolvimento detinha uma participação de 49% do capital da Compal – Companhia Produtos de Conservas Alimentares, S.A. (Compal), cujo custo de aquisição ascendia a 61.250.000 Euros, incluindo prestações suplementares no total de 56.350.000 Euros.

Ainda no decorrer do exercício de 2007, o Grupo encetou contactos com a Sumolis com vista à alienação da participação detida na Compal, tendo sido assinado um contrato promessa de compra e venda desta participação no decorrer do primeiro trimestre de 2008.

No exercício de 2008, ocorreram os seguintes desenvolvimentos relativos a esta operação:

- Em 14 de Agosto de 2008, foi decidida a não oposição pela Autoridade da Concorrência à venda da Compal, tendo posteriormente sido alienadas pela Caixa Desenvolvimento acções correspondentes a 29,9% do capital da Compal por 42.426.257 Euros, incluindo prestações acessórias de 34.385.000 Euros;
- Em Dezembro de 2008 foi aprovado, em Assembleia Geral de Accionistas, o projecto de fusão entre a Compal e a Sumol+Compal, Gestão de Marcas, S.A., tendo sido concretizada a escritura de fusão em 23 de Dezembro de 2008, com efeito em 31 de Dezembro de 2008. Conforme previsto contratualmente, a Caixa Desenvolvimento alienou acções correspondentes a 5,0225% do capital da Compal por 7.334.427 Euros, incluindo prestações acessórias de 5.775.875 Euros.
- Após a fusão, a Sumol+Compal, S.A. procedeu à emissão de 20.619.055 novas acções, tendo este aumento de capital sido integralmente subscrito e realizado pela Caixa Desenvolvimento e pelo Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital mediante a entrega das acções da Compal. As acções recebidas foram valorizadas em 20.503.541 Euros.

No exercício de 2008, em resultado destas operações, o Grupo registou mais-valias de 9.031.539 Euros e 6.505.556 Euros, registadas na rubrica “Outros resultados de exploração - Ganhos em associadas” (Nota 27) e “Resultados em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados” (Nota 26).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a participação da Caixa Desenvolvimento na Sumol+Compal representa 6,921% do capital social, encontrando-se registada na rubrica “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” (Nota 8). A Caixa Desenvolvimento detém opção de venda sobre as acções que poderá ser exercida quarenta e três meses após a fusão entretanto ocorrida, a qual se encontra reflectida no valor de balanço do investimento.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2009 e 2008 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras consolidadas pode ser demonstrado da seguinte forma:

	Grupo Pestana	Compal	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	3.114.677	56.493.231	59.607.908
Alienação da participação na Compal	-	(54.727.129)	(54.727.129)
Resultados em associadas	(327.190)	(1.766.102)	(2.093.292)
Realização de prestações suplementares	700.000	-	700.000
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	3.487.487	-	3.487.487
Alienação da participação no Grupo Pestana	(5.907.797)	-	(5.907.797)
Resultados em associadas	2.420.310	-	2.420.310
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 eram os seguintes:

	2009	2008
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	657.900	828.868
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(18.412.651)	(2.609.956)
	<u>(17.754.751)</u>	<u>(1.781.088)</u>
	=====	=====
Activos por impostos diferidos	19.394.538	5.215.771
Passivos por impostos diferidos	(1.112.807)	(1.426.821)
	<u>18.281.731</u>	<u>3.788.950</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Imposto sobre o rendimento a recuperar” inclui 657.900 Euros relativos a uma reclamação efectuada pelo Banco referente ao IRC do exercício de 2000.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	2009			
	Saldo em 31.12.08	Variação em resultados	Variação em capital próprio	Saldo em 31.12.2009
Imparidade e provisões não aceites fiscalmente	1.284.398	7.728.302	-	9.012.700
Comissões	1.214.157	6.857.122	-	8.071.279
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	300.371	(150.186)	-	150.185
Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(184.365)	5.942	-	(178.423)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	958.055	-	(512.205)	445.850
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	475.826	(246.412)	-	229.414
Valorização de outros activos ao justo valor através de resultados	(21.726)	10.863	-	(10.863)
Correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura	(246.499)	123.249	-	(123.250)
Diferimento de tributação de mais valias na alienação de participações financeiras (Nota 2.11)	(543.827)	148.268	-	(395.559)
Benefícios fiscais - Capital de risco (Nota 2.11)	552.562	528.838	-	1.081.400
	<u>3.788.950</u>	<u>15.005.986</u>	<u>(512.205)</u>	<u>18.282.731</u>

	2008				
	Saldo em 31.12.07	Variação em resultados	Variação em capital próprio	Outros	Saldo em 31.12.2008
Imparidade e provisões não aceites fiscalmente	1.275.824	8.574	-	-	1.284.398
Comissões	342.079	872.078	-	-	1.214.157
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	450.557	(150.186)	-	-	300.371
Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(190.306)	5.941	-	-	(184.365)
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	260.693	24.403	1.003.845	(330.886)	958.055
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	486.184	-	-	(10.358)	475.826
Valorização de outros activos ao justo valor através de resultados	(32.589)	10.863	-	-	(21.726)
Correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura	(369.749)	123.250	-	-	(246.499)
Prejuízos fiscais reportáveis	275.526	(275.526)	-	-	-
Diferimento de tributação de mais valias na alienação de participações financeiras (Nota 2.11)	(692.096)	148.269	-	-	(543.827)
Benefícios fiscais - Capital de risco (Nota 2.11)	707.280	(154.718)	-	-	552.562
	<u>2.513.401</u>	<u>612.948</u>	<u>1.003.845</u>	<u>(341.244)</u>	<u>3.788.950</u>

Em 2008 a coluna “Outros” reflecte movimentos em impostos diferidos registados por contrapartida da rubrica de impostos correntes.

O Grupo não reconhece impostos diferidos activos sempre que não seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o respectivo aproveitamento. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, não foram registados impostos diferidos activos na esfera da Caixa Capital no montante de 787.431 Euros e 1.606.441 Euros, respectivamente.

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Com impacto no resultado do exercício</u>		
Impostos correntes		
Do exercício	26.103.823	12.914.013
Correcções relativas a exercícios anteriores	(4.527)	55.533
	<u>26.099.296</u>	<u>12.969.546</u>
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	15 005.986	(612.948)
Total de impostos em resultados	<u>11.093.310</u>	<u>12.356.599</u>
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	<u>56.831.345</u>	<u>42.349.632</u>
Carga fiscal	19,52%	29,18%
	<u>=====</u>	<u>=====</u>
<u>Com impacto em reservas</u>		
Impostos correntes	1.963.571	(2.795.361)
Impostos diferidos	512.205	(1.003.845)
Total de impostos em reservas	<u>2.475.776</u>	<u>(3.799.207)</u>
Total de impostos em capitais próprios	<u>13.569.086</u>	<u>8.557.393</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os impostos correntes reflectidos em reservas no montante de 1.962.571 Euros e 2.795.361 Euros, respectivamente, referem-se ao imposto associado à reavaliação do ano dos títulos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda, que se encontra a ser relevada para efeitos de apuramento do resultado fiscal deste exercício. O imposto diferido registado na mesma rubrica refere-se à reavaliação do ano de partes de capital igualmente classificadas em activos financeiros disponíveis para venda, a qual só irá ser relevada fiscalmente no momento da venda dessas partes de capital.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser demonstrada como se segue:

	2009		2008	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos e interesses minoritários		<u>56.831.345</u>		<u>42.349.632</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	15.060.307	26,50%	11.222.652
Prejuízo fiscal imputado por ACE	(0,59%)	(333.453)	(1,10%)	(464.849)
Impacto do regime de tributação da actividade da Sucursal Financeira Exterior da Madeira (Nota 2.11)	(7,03%)	(3.994.219)	(0,42%)	(177.739)
Benefícios fiscais	(1,75%)	(996.872)	(0,18%)	(78.067)
Valias em participações - regime de tributação da Caixa Capital e Caixa Desenvolvimento	(0,50%)	(283.000)	(5,41%)	(2.292.248)
Instrumentos financeiros com derivados embutidos	-	-	(0,45%)	(190.945)
Resultados em associadas	(1,13%)	(641.382)	1,31%	554.722
Regime fiscal do FCR Energias Renováveis	(0,68%)	(386.891)	1,73%	733.614
Mais - valias fiscais	0,02%	11.656	(0,02%)	(7.748)
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	3,96%	2.249.357	5,69%	2.409.660
Tributação autónoma	0,16%	93.033	0,22%	92.041
Juros não aceites fiscalmente	0,04%	22.491	1,10%	467.920
Outros	0,51%	292.284	0,21%	87.586
	<u>19,52%</u>	<u>11.093.310</u>	<u>29,18%</u>	<u>12.356.599</u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco e das suas subsidiárias relativas aos anos de 2006 a 2009 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável poderá ser objecto de eventuais correcções.

Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

16. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Valor a receber pela venda da Manuel Inácio & Filhos, S.A. (Nota 8)	11.629.371	-
Valor a receber pela venda da Barraqueiro:		
Capital	7.127.212	10.544.834
Juros a receber	83.194	328.099
Suprimentos prestados:		
Suprimentos adquiridos no âmbito da liquidação do FCR PME (Nota 20)	-	125.000
Outros	621.804	18.414.889
Outras aplicações:		
Prestações acessórias adquiridas no âmbito da liquidação do FCR PME (Nota 20)	-	187.500
Outras prestações acessórias	-	411.665
Devedores por operações sobre futuros	2.412.435	1.752.804
Outros saldos devedores adquiridos no âmbito da liquidação do FCR PME (Nota 20)	2.357.806	1.588.519
Outros devedores diversos	6.951.256	4.986.931
	-----	-----
	31.183.078	38.340.241
	-----	-----
<u>Outros activos</u>	48.846	48.846
	-----	-----
<u>Rendimentos a receber</u>		
Outros juros a receber	-	234.119
Outros rendimentos a receber	823.014	33.510
	-----	-----
	823.014	267.629
	-----	-----
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Seguros	9.916	8.892
Rendas de locação operacional	3.812	46.912
Outras despesas com encargo diferido	996.273	1.161.787
	-----	-----
	1.010.001	1.217.591
	-----	-----
<u>Contas de regularização activas</u>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	15.559.066	21.213.953
Outras operações activas a regularizar	385.195	283.249
	-----	-----
	15.944.261	21.497.202
	-----	-----
Crédito e juros vencidos	5.972.841	5.190.311
	-----	-----
	54.982.041	66.561.819
	-----	-----
Imparidade (Nota 30)	(17.956.869)	(6.836.509)
	-----	-----
	37.025.172	59.725.310
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os montantes de 7.127.212 Euros e 10.544.834 Euros, respectivamente, referem-se ao valor a receber no âmbito da alienação em Junho de 2002 da participação que a Caixa Desenvolvimento detinha na Barraqueiro, SGPS, S.A.. Com base no acordo inicial, a parcela do valor de venda não liquidada na data do contrato seria paga em quatro prestações iguais e sucessivas, com vencimento no último dia útil de cada um dos meses de Dezembro de 2003 a Dezembro de 2006. Em 7 de Fevereiro de 2006 foi celebrado um aditamento ao contrato inicial, tendo a Caixa Desenvolvimento recebido 50% do capital em dívida e acordado um novo plano de pagamentos, a realizar em quatro prestações com vencimento no último dia útil de cada um dos meses de Junho de 2007 a Junho de 2010. Os valores em dívida são remunerados a uma taxa de juro de mercado, sendo os juros pagos na data de liquidação de cada prestação. Como garantia dos valores em dívida, a Caixa Desenvolvimento dispõe de penhor sobre as acções vendidas.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Suprimentos ” apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
MWH – Gestão de Recursos Naturais, S.A. (Nota 8)	621.804	-
A. Silva & Silva – Imobiliário e Serviços, S.A. (Nota 9)	-	15.529.055
Sobrevento - Energias Alternativas, Lda.	-	1.990.000
Grupo Pestana – Pousadas Investimentos Turísticos, S.A. (Nota 14)	-	712.500
MARL Energia - Central Fotovoltaica, Lda.	-	183.334
Outros	-	125.000
	-----	-----
	621.804	18.539.889
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os suprimentos são remunerados a taxas de juro de mercado e apresentam os seguintes prazos residuais até ao seu reembolso:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
De três meses a um ano	621.804	-
De um a cinco anos	-	13.756.172
Mais cinco anos	-	4.658.717
Indeterminado	-	125.000
	-----	-----
	621.804	18.539.889
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Outros devedores diversos” inclui 4.181.933 Euros e 3.631.516 Euros, respectivamente, relativos a valores a receber de clientes por facturação de serviços prestados pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Outras despesas com encargo diferido” inclui 708.891 Euros e 932.188 Euros, respectivamente, relativamente aos valores entregues por conta da participação no Agrupamento Complementar de Empresas TREM II – Aluguer de Material Circulante, ACE (TREM II).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Operações sobre valores mobiliários a regularizar” corresponde ao valor de operações de venda de títulos no final do exercício cuja liquidação financeira ocorreu no início do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Crédito e juros vencidos” inclui crédito vencido proveniente da Caixa Valores no montante de 3.551.441 Euros, resultante de operações sobre títulos efectuadas em 1992 por um grupo de clientes. Este crédito tem registada imparidade de igual montante.

Em Setembro de 1994, a Caixa Valores moveu uma acção contra o grupo de clientes aos quais atribuiu a responsabilidade pela realização das referidas operações, ascendendo o montante reclamado a 6.003.180 Euros, acrescido de juros desde Junho de 1993. Dado que o processo se encontra ainda em curso, o Banco não tem registado qualquer activo relacionado com esta situação.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a "Imparidade" apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Outras aplicações e suprimentos:		
. Outros	-	274.495
Devedores		
. Valor a receber pela venda da Manuel Inácio & Filhos, S.A. (Nota 8)	9.754.371	-
. Caixa Valores	3.551.441	3.551.441
. Crédito e juros vencidos	1.311.963	1.227.898
. Facturas vencidas	465.448	384.273
. Facturas de cobrança duvidosa	299.047	-
. Outros	2.574.599	1.398.402
	-----	-----
	17.956.869	6.836.509
	=====	=====

17. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Recursos de instituições de crédito no país		
. Recursos a muito curto prazo	475.945.796	1.109.158.795
. Depósitos a prazo	597.145.000	89.100.000
. Depósitos à ordem	157.106	170.665
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
. Depósitos a prazo	34.585.000	38.250.000
. Depósitos à ordem	1.292	1.364
	-----	-----
	1.107.834.194	1.236.680.824
	-----	-----
Juros a pagar	1.094.769	950.446
	-----	-----
	1.108.928.963	1.237.631.270
	=====	=====

Os prazos residuais de vencimento dos recursos de outras instituições de crédito são os seguintes:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Depósitos à ordem e descobertos	158.398	172.029
Até três meses	1.006.275.796	1.147.408.795
De três meses a três anos	101.400.000	89.100.000
	-----	-----
	1.107.834.194	1.236.680.824
	=====	=====

18. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Depósitos		
. À ordem	53.673.824	41.366.078
. A prazo	83.499.915	76.083.032
	<u>137.173.739</u>	<u>117.449.110</u>
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 10)	271.060	160.731
	<u>137.444.799</u>	<u>117.609.841</u>
Juros a pagar de depósitos	1.680.175	1.552.378
	<u>139.124.974</u>	<u>119.162.219</u>
	=====	=====

Os depósitos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 apresentam a seguinte composição, de acordo com o respectivo prazo residual das operações:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até três meses	93.642.124	100.845.648
De três meses a um ano	32.103.400	4.300.000
De um a cinco anos	5.000.000	-
Mais de cinco anos	6.428.215	12.464.193
	<u>137.173.739</u>	<u>117.609.841</u>
	=====	=====

19. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

O movimento nas “Provisões para outros riscos” nos exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

<u>2009</u>			
	<u>Saldo em 31.12.08</u>	<u>Reforços</u>	<u>Anulações e reposições</u>
Para outros riscos e encargos:			<u>Saldo em 31.12.09</u>
Garantias e compromissos assumidos	377.293	143.294	-
Outros riscos	11.935.816	19.839.666	(18.166.214)
	<u>12.313.109</u>	<u>19.982.959</u>	<u>(18.166.214)</u>
			<u>14.129.854</u>
			=====
<u>2008</u>			
	<u>Saldo em 31.12.07</u>	<u>Reforços</u>	<u>Anulações e reposições</u>
Para outros riscos e encargos:			<u>Saldo em 31.12.08</u>
Garantias e compromissos assumidos	537.003	-	(159.710)
Outros riscos	2.530.986	14.404.830	(5.000.000)
	<u>3.067.989</u>	<u>14.404.830</u>	<u>(5.159.710)</u>
			<u>12.313.109</u>
			=====

As provisões para garantias prestadas e compromissos assumidos são calculadas com base na estimativa de perdas associadas às operações em aberto, de acordo com análise individual e parâmetros apurados ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

As provisões para outros riscos correspondem à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes a depender na resolução de contingências legais, fiscais e outras. Reflecte ainda o efeito de eventuais desvalorizações em activos financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Provisão para outros riscos e encargos – outros riscos” inclui 6.674.441 Euros relativos à desvalorização da participação da La Seda Barcelona, S.A.. Esta provisão foi anulada na sequência da venda ocorrida em 2009 (Nota 9).

Passivos contingentes e compromissos

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Passivos eventuais:</u>		
Garantias e avales prestados	68.226.250	78.850.623
Activos dados em garantia (Nota 8)	49.366.000	44.150.000
	-----	-----
	117.592.250	123.000.623
	=====	=====
<u>Compromissos:</u>		
Linhas de crédito revogáveis	96.773.915	142.973.041
Subscrição de títulos	29.741.054	31.041.679
Outros compromissos irrevogáveis	-	299.524
Responsabilidade potencial para com o		
Sistema de Indemnização aos Investidores	2.052.436	2.052.436
Responsabilidades a prazo de contribuições para o FGD	162.182	162.182
Outros	83.135	83.135
	-----	-----
	128.812.722	176.611.997
	=====	=====
<u>Responsabilidades por prestação de serviços:</u>		
Depósito e guarda de valores	7.314.299.425	4.825.780.957
	=====	=====
Valores administrados pela instituição	342.246.565	195.582.587
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Activos dados em garantia” corresponde ao valor nominal de títulos de dívida dados em garantia pelo Banco (Nota 8) relativamente às seguintes situações:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Sistema de Processamento de Grandes Transacções (SPGT)	44.666.000	40.600.000
Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Euronext	2.500.000	2.000.000
Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)	1.950.000	1.550.000
Fundo de Garantia de Depósito	250.000	.
	-----	-----
	49.366.000	44.150.000
	=====	=====

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objectivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efectuadas contribuições anuais regulares. Parte destas contribuições têm vindo a ser assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite. Estes montantes não são relevados em custos. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 162.182 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica “Valores administrados pela Instituição” corresponde ao valor dos fundos de capital de risco geridos pela Caixa Capital, excluindo o capital ainda não realizado, com o seguinte detalhe:

<u>Fundo</u>	<u>2009</u>	<u>Resultado líquido</u>	<u>2008</u>	<u>Resultado líquido</u>
	<u>Valor do Fundo</u>		<u>Valor do Fundo</u>	
FCR Grupo CGD – Caixa Capital	271.071.134	5.341.566	166.033.717	(16.229.428)
FCR Energias Renováveis - Caixa Capital	34.092.931	4.544.061	29.548.870	(4.651.314)
FCR Mezzanine	29.726.811	(273.189)	-	-
FCR Empreender +	7.355.689	(144.311)	-	-
	-----		-----	
	342.246.565		195.582.587	
	=====		=====	

20. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Ajustamento de cotações – Equity swap (Nota 10)	8.817.254	13.236.577
Capital subscrito a realizar (Nota 9)	5.336.609	-
Sector Público Administrativo		
. Imposto sobre Valor Acrescentado	257.857	2.440.083
. Retenção de impostos na fonte	2.100.939	5.138.035
. Contribuições para a Segurança Social	237.863	261.567
Credores por operações sobre futuros e opções	240.300	-
Juros e dividendos a pagar	183.397	162.454
Credores diversos		
. Valores a liquidar - IRC	884.172	884.172
. Credores por operações sobre valores mobiliários	748.108	754.445
. Fornecedores de bens de locação financeira	96.245	336.529
. Outros fornecedores	681.213	1.303.669
. Custo de aquisição dos activos adquiridos no âmbito da liquidação do FCR PME	896.199	1.696.284
. Outros	1.747.876	180.431
	<u>22.228.032</u>	<u>26.394.246</u>
<u>Encargos a pagar</u>		
Juros a pagar	12	178
Outros encargos a pagar		
. Remunerações adicionais	3.304.924	2.709.829
. Férias e subsídio de férias	1.693.960	1.652.434
. Fundo de pensões	384.975	377.946
. Valias potenciais relativas às empresas participadas adquiridas no âmbito da liquidação do FCR PME (Nota 8)	-	104.381
. Outros	1.791.518	1.077.671
	<u>7.175.389</u>	<u>5.922.439</u>
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões de agenciamento	996.222	913.128
Comissões por garantias prestadas e outros passivos eventuais	11.655	58.612
	<u>1.007.877</u>	<u>971.740</u>
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	20.323.034	27.524.679
Operações passivas a regularizar		
. Comissões a pagar - sindicção de operações de crédito	37.235.743	10.684.598
. Outras	278.715	37.947
	<u>57.837.492</u>	<u>38.247.224</u>
	<u>88.248.790</u>	<u>71.535.649</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo da rubrica “Credores diversos – Valores a liquidar IRC” corresponde a um montante reembolsado no exercício de 2008 pela Direcção Geral de Impostos, no âmbito do processo judicial referente ao IRC do exercício de 1997. Este montante será regularizado após decisão quanto ao montante a pagar pelo Banco referente ao IRC de 1996.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica “Credores por operações sobre valores mobiliários”, refere-se às contas-correntes dos clientes da actividade de corretagem.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Operações sobre valores mobiliários a regularizar” corresponde ao valor de operações de compra de títulos no final do exercício cuja liquidação financeira ocorreu no início do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Comissões a pagar – sindicância de operações de crédito” corresponde a montantes cobrados a clientes no âmbito da montagem de operações de crédito sindicado em que o Grupo CGD toma a totalidade ou uma parte significativa do crédito com o objectivo de colocar posteriormente em outras instituições de crédito. Tal como descrito na Nota 2.14, o Banco regista nesta rubrica a parte da comissão recebida proporcional ao montante total de crédito que o Grupo tem como objectivo syndicar.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o valor do conjunto de activos adquiridos no âmbito do processo de dissolução e liquidação do FCR PME, é descrito conforme detalhe abaixo:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Activos ao justo valor através de resultados (Nota 8):		
. Plataforma, SGPS, S.A.	-	1.119.943
. NG – Negócios e Gestão, S.A.	-	-
. Outros	-	1
	-----	-----
	-	1.119.944
	-----	-----
Outros activos (Nota 16):		
. Devedores	2.357.806	1.588.519
. Valores recebidos ainda não transferidos	227.017	-
. Suprimentos	-	125.000
. Outras aplicações	-	187.500
	-----	-----
	2.584.823	1.901.019
	-----	-----
Imparidade	(1.688.624)	(1.331.943)
	-----	-----
	896.199	1.689.020
	=====	=====

O valor de aquisição dos activos será liquidado na medida em que vão sendo recebidos os activos correspondentes. De acordo com os contratos celebrados, as diferenças entre os montantes de alienação das participações e dos saldos devedores face aos que venham a ser realizados pelo Grupo deverão ser pagas ou restituídas pelos participantes do Fundo. Em 31 de Dezembro de 2008, as valias potenciais relativas aos activos adquiridos ascendem a 104.381 Euros (Nota 8).

21. CAPITAL SUBSCRITO E ACÇÕES PRÓPRIAS

O capital subscrito encontra-se representado por 81.250.000 acções de valor nominal de um Euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a estrutura accionista é a seguinte:

	<u>2009</u>		<u>2008</u>	
	<u>N ° de</u>	<u>%</u>	<u>N ° de</u>	<u>%</u>
	<u>Acções</u>		<u>acções</u>	
Gerbanca, SGPS, S.A.	68.348.445	84,1	68.348.445	84,1
Companhia de Seguros				
Fidelidade - Mundial, S.A.	8.007.635	9,9	8.000.640	9,9
Acções próprias	4.658.000	5,7	4.658.000	5,7
Outros	235.920	0,3	242.915	0,3
	-----		-----	
	81.250.000	100	81.250.000	100,0
	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco detinha 4.658.000 acções próprias com um custo de aquisição de 5.999.453 Euros.

22. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Outras reservas e resultados transitados:		
. Reserva legal	38.001.636	34.750.521
. Reserva livre	42.351.759	46.611.160
. Reserva de reavaliação legal	4.338.403	4.338.403
. Resultados transitados	48.515.598	40.831.896
	<u>133.207.396</u>	<u>126.531.980</u>
Reservas de justo valor		
Valias potenciais	(1.410.835)	(49.850.070)
Efeito fiscal		
Impostos correntes	1.137.457	3.100.028
Impostos diferidos	445.850	958.055
	<u>171.472</u>	<u>(45.791.987)</u>
Lucro do exercício	<u>45.606.639</u>	<u>30.242.185</u>
	<u>178.985.507</u>	<u>110.982.178</u>
	=====	=====

Reserva legal

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002 de 26 de Setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 10% dos lucros líquidos.

Esta reserva só poderá ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a reserva legal registada pelo Grupo ascende a 38.001.636 Euros e 34.750.521 Euros, respectivamente.

Reserva de reavaliação legal

No exercício de 1998 o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. O acréscimo no valor líquido do imobilizado, no montante de 4.338.403 Euros, foi registado na rubrica “Reservas de reavaliação”, das contas individuais.

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Dividendos

Na Assembleia Geral realizada em 20 de Fevereiro de 2009, foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2008 no montante de 25.000.000 de Euros, dos quais 1.433.231 Euros atribuídos a acções próprias.

Lucro do exercício

A determinação do resultado líquido consolidado nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser demonstrada da seguinte forma:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Resultado líquido individual do Banco (Contas estatutárias)	41.969.026	32.511.144
Contribuição para o resultado das filiais:		
. Caixa Capital	3.346.254	(2.738.518)
. Caixa Desenvolvimento	(1.721.821)	1.392.858
. FCR Energias Renováveis – Caixa Capital	4.135.096	(4.232.696)
	5.759.529	(5.578.356)
Resultados em empresas associadas (Nota 14)	2.420.310	(2.093.292)
Correcção das valias reconhecidas relativas a empresas associadas	(303.785)	5.602.397
Resultados em operações entre empresas do Grupo	-	(354.367)
Impacto da conversão das contas individuais para IFRS:		
. Valorização de participadas pela Caixa Capital	(958.474)	(1.070.509)
. Valorização de participadas pelo FCR Energias Renováveis		
- Caixa Capital	(2.806.525)	1.713.491
. Imparidade de crédito concedido	(473.441)	(490.420)
Outros	-	2.097
Resultado líquido consolidado	45.606.639	30.242.185

De acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis ao sector, a Caixa Capital e o FCR Energias Renováveis reflectem no resultado do exercício a valorização de todas as suas participações. No caso de participações classificadas em “Activos financeiros disponíveis para venda” nas contas consolidadas do Grupo, essas valorizações são reflectidas na reserva de justo valor.

23. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica é integralmente composta pelos interesses minoritários correspondentes a 9% das unidades de participação do FCR Energias Renováveis. No exercício de 2009 e 2008, a parcela do lucro ou prejuízo apurado pelo FCR Energias Renováveis atribuível aos accionistas minoritários ascendeu a 131.397 Euros e 249.152 Euros, respectivamente.

24. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de aplicações em instituições de crédito no País	636.845	956.177
Juros de crédito interno	16.346.471	31.615.619
Juros de crédito ao exterior	12.326.706	27.146.182
Juros de activos financeiros detidos para negociação		
. Títulos	9.362.748	11.659.791
. Instrumentos derivados – swaps	209.232.515	213.079.856
. Contratos de garantia de taxa de juro	10.792	-
Juros de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
. Títulos	1.279.486	2.533.382
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	3.979.593	3.291.539
Juros de derivados de cobertura	532.339	865.702
Juros de devedores e outras aplicações		
. Devedores	406.160	671.640
. Suprimentos	375.940	1.101.605
Juros de disponibilidades	63.783	158.055
Outros juros	6.537	74.049
	-----	-----
	254.559.916	293.153.597
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	760.064	898.621
	-----	-----
	255.319.980	294.052.218
	=====	=====
<u>Juros e encargos similares:</u>		
Juros de depósitos		
Do sector público administrativo	472.479	479.207
De outros residentes	1.142.295	4.905.115
De outros não residentes	4	382.623
	-----	-----
	1.614.778	5.766.945
	-----	-----
Juros de recursos de instituições de crédito no País	11.769.615	51.863.289
Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	321.373	366.443
Juros de passivos financeiros de negociação		
. Swaps	205.385.690	210.376.171
Juros de derivados de cobertura	876.095	1.012.014
Outros juros e encargos similares	55.186	55.035
	-----	-----
	218.407.959	263.672.952
	-----	-----
	220.022.737	269.439.897
	=====	=====

25. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por serviços prestados		
. Por montagem de operações	14.534.285	14.257.390
. Gestão de fundos de capital de risco (Caixa Capital)	4.330.446	2.337.067
. Por depósito e guarda de valores	897.183	621.527
. Outros	20.362.838	15.792.954
Por garantias prestadas	488.672	508.868
Por operações realizadas por conta de terceiros	5.896.553	8.219.050
Por compromissos assumidos perante terceiros	125.265	155.251
Outros	47.098.588	25.336.501
	-----	-----
	93.733.830	67.228.608
	=====	=====
 <u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por operações realizadas por terceiros	1.641.596	2.084.480
Por serviços bancários prestados por terceiros	29.471.585	4.642.003
Comissões por operações sobre instrumentos financeiros	76.447	372.326
Outros	10.609	11.103
	-----	-----
	31.200.237	7.109.912
	=====	=====

Nos exercícios de 2009 e 2008, a rubrica "Rendimentos de serviços e comissões – Outras" inclui essencialmente comissões de assessoria financeira. A rubrica "Encargos com serviços e comissões – Por serviços bancários prestados por terceiros" inclui 27.789.474 Euros e 3.073.251 Euros, respectivamente, relativos a comissões a repassar a outras instituições de crédito em sindicâncias futuras, de acordo com a política descrita na Nota 2.14.

26. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Resultados cambiais</u>		
. Reavaliação da posição cambial	442.006	67.269
	-----	-----
<u>Resultados em activos e passivos detidos para negociação</u>		
. Instrumentos de dívida	9.076.399	1.798.064
. Instrumentos de capital	13.053.942	(24.007.039)
. Instrumentos derivados		
Swaps de taxa de juro	2.753.380	2.723.410
Equity swaps	(8.717.473)	24.236.038
Futuros	(6.369.828)	(11.888.424)
Opções	(8.151)	716.848
Contratos de garantia de taxa de juro	183.467	293.851
Forwards cambiais	18	7.919
Forwards sobre mercadorias	15.663	-
Outros	5.251	-
	9.992.668	(6.119.333)
	-----	-----
<u>Resultados em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados</u>		
. Instrumentos de dívida	70.617	(208.344)
. Instrumentos de capital	8.243.918	5.329.026
	8.314.535	5.120.682
	-----	-----
<u>Resultados em activos financeiros disponíveis para venda</u>		
. Instrumentos de dívida	3.898.693	25.322
. Instrumentos de capital	(4.960.242)	(3.600.112)
	(1.061.549)	(3.574.790)
	-----	-----
<u>Resultados em operações de cobertura</u>		
. Swaps de taxa de juro	56.708	(225.243)
	-----	-----
<u>Resultados em outras operações financeiras</u>		
. Correções de valor de activos e passivos que sejam objecto de cobertura	(89.779)	286.850
. Outros	111	123
	(89.890)	286.973
	17.654.478	(4.444.442)
	=====	=====

No exercício de 2009, a rubrica “Resultados em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados” inclui 7.878.971 Euros relativos à alienação da participação na Manuel Inácio & Filhos, SGPS, S.A. (Nota 8), tendo sido registada imparidade pelo mesmo montante para a correspondente conta a receber (Nota 16).

No exercício de 2008, a rubrica “Resultados em outros activos ao justo valor através de resultados” inclui 6.505.556 Euros relativos à participação na Compal (Nota 14).

Nos exercícios de 2009 e 2008, os resultados em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição (Nota 9):

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda</u>		
. Sobrevento – Energias Alternativas, Lda.	2.009.005	-
. Vista Alegre Atlantis	523.037	-
. Helios I Hyperion Energy Investments S.L.	89.208	-
. Helios II Hyperion Energy Investments S.L.	89.208	-
. Prado Cartolinas da Lousã, S.A.	30.204	-
. Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	-	1.478.643
. Enacol - Empresa Nacional de Combustíveis de Cabo Verde, S.A.R.L.	-	60.630
	-----	-----
	2.740.662	1.539.273
	-----	-----
<u>Perdas em activos financeiros disponíveis para venda</u>		
. La Seda Barcelona	(6.674.441)	(5.139.385)
. Eurofrozen - Ind. Com. Prod. Alim., S.A.	(763.909)	-
. EDP Renováveis	(136.571)	-
. Prado Karton, S.A.	(98.862)	-
. Companhia Papel do Prado, S.A.	(27.121)	-
	-----	-----
	(7.700.904)	(5.139.385)
	-----	-----
	(4.960.242)	(3.600.112)
	=====	=====

27. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Ganhos em associadas (Nota 14)	2.420.310	9.031.539
Cedência de pessoal – Grupo CGD	1.412.012	1.178.567
Reembolso de despesas	917.541	360.448
Prestação de serviços diversos	477.690	474.081
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	44.323	-
Ganhos em activos não financeiros:		
Outros activos tangíveis	17.500	13.093
Outros	282.931	219.884
	-----	-----
	5.572.307	11.277.612
	=====	=====
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Impostos		
Impostos indirectos		
Imposto do selo	63.051	337.101
Taxas	82.932	82.650
Impostos sobre transportes rodoviários	1.133	1.892
Outros	6	-
Impostos directos		
Outros impostos	220.359	625.635
	-----	-----
	367.481	1.047.278
	-----	-----
TREM II	223.298	311.288
Donativos e quotizações	33.343	33.066
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	40.698	29.648
Perdas em activos tangíveis	770	3.999
Outros	123.152	75.446
	-----	-----
	421.262	453.447
	-----	-----
	788.743	1.500.725
	=====	=====
Outros resultados de exploração (líquidos)	4.783.565	9.776.887
	=====	=====

28. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	1.887.623	934.177
Remuneração dos empregados	12.404.647	12.265.115
	<u>14.292.270</u>	<u>13.199.292</u>
Encargos sociais obrigatórios:		
· Encargos relativos a remunerações	2.185.929	2.146.026
· Encargos com pensões (Nota 2.13)	393.986	405.169
· Outros encargos sociais obrigatórios	91.408	91.232
	<u>2.671.323</u>	<u>2.642.427</u>
Outros custos com pessoal	597.346	406.836
	<u>17.560.939</u>	<u>16.248.555</u>
	=====	=====

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do Banco e das suas subsidiárias nos anos de 2009 e 2008, excluindo órgãos de administração e fiscalização, foi de 174 e 175 trabalhadores, respectivamente, distribuídos da seguinte forma:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Direcção	75	71
Técnicos e chefias	77	76
Administrativos e pessoal auxiliar	22	28
	<u>174</u>	<u>175</u>
	===	===

29. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Serviços especializados	6.062.264	5.163.027
Rendas e alugueres	1.011.510	1.324.550
Conservação e reparação	1.056.210	1.140.740
Deslocações, estadias e representação	671.008	554.854
Publicidade e edição de publicações	574.071	498.479
Comunicações	476.723	482.017
Água, energia e combustíveis	127.965	108.209
Material de consumo corrente	98.306	107.413
Formação de pessoal	75.775	42.790
Seguros	45.017	61.439
Publicações	59.942	48.614
Outros serviços de terceiros	126.887	143.039
Outros fornecimentos de terceiros	75.316	44.363
	<u>10.460.994</u>	<u>9.719.534</u>
	=====	=====

Os pagamentos mínimos que o Banco irá efectuar em 2010 relativamente a contratos de locação operacional em vigor a 31 de Dezembro de 2009 ascendem a 100.473 Euros.

30. IMPARIDADE

O movimento na imparidade nos exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	2009						
	Saldo em 31.12.08	Reforços	Anulações e reposições	Utilizações	Diferenças cambiais	Outros	Saldo em 31.12.09
Crédito a clientes (Nota 11)	14.413.141	31.948.475	(8.373.173)	-	(49.884)	-	37.938.559
Devedores e outras aplicações (Nota 16)	6.836.509	9.158.613	(264.571)	(317.863)	-	2.544.181	17.956.869
Activos disponíveis para venda (Nota 9)	13.357.047	34.192	-	(7.891.778)	(61.053)	-	5.438.408
	<u>34.606.696</u>	<u>41.141.280</u>	<u>(8.637.744)</u>	<u>(8.209.641)</u>	<u>(110.937)</u>	<u>2.544.181</u>	<u>61.333.835</u>
	2008						
	Saldo em 31.12.07	Reforços	Anulações e reposições	Utilizações	Diferenças cambiais	Outros	Saldo em 31.12.08
Crédito a clientes (Nota 11)	8.553.716	9.216.205	(3.437.043)	-	80.263	-	14.413.141
Devedores e outras aplicações (Nota 16)	6.639.755	203.332	(123.336)	(4.064)	-	120.822	6.836.509
Activos disponíveis para venda (Nota 9)	9.592.196	3.666.616	-	-	98.235	-	13.357.047
	<u>24.785.666</u>	<u>13.086.153</u>	<u>(3.560.379)</u>	<u>(4.064)</u>	<u>178.498</u>	<u>120.822</u>	<u>34.606.696</u>

No exercício de 2009, a coluna "Outros" inclui 1.875.000 Euros relativos à participação na Manuel Inácio & Filhos, SGPS, S.A. (Nota 8).

31. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Grupo todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas e os órgãos de gestão.

Saldos com empresas do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os principais saldos com empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos não incluídas no perímetro de consolidação eram os seguintes:

	2009	2008
Activos		
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	791.230	15.513.418
Banco Caixa Geral, S.A.	574.871	288.361
Aplicações em instituições de crédito		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	9.354.006	8.563.603
Activos financeiros detidos para negociação		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	66.653.291	37.344.881
- dos quais títulos	21.238.330	-
- dos quais derivados de negociação	45.414.961	37.344.881
Locarent	4.108.996	-
Activos financeiros disponíveis para venda		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	16.520.488	34.940.798
Caixa Geral Finance Limited	10.220.751	9.132.668
CGD Finance Limited	4.345.678	4.310.232
FCR Grupo CGD - Caixa Capital	21.761.701	104.306
Crédito a clientes		
Caixa Seguros, SGPS, S.A.	1.690.279	-
Outros activos		
FCR Grupo CGD - Caixa Capital	1.393.698	622.645
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	6.296.759	164.275
BCI Moçambique, S.A.	18.668	105.388
Sogrupos IV - Gestão de Imóveis, ACE	13.827	13.179
Sogrupos - Serviços Administrativos, ACE	27.735	133.419
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, SA	-	36.000
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	1.613	1.572
FCR Empreender Mais	56.819	-
FCR Mezzanine - Caixa Capital	153.135	-
Passivos		
Passivos financeiros de negociação - derivados		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	252.755.943	222.502.608
CGD - Subsidiária Offshore Macau, S.A.	-	2.254.342
Locarent	-	-
Derivados de cobertura com justo valor negativo		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	1.703.334	1.483.423
Recursos de outras instituições de crédito		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	1.073.451.181	1.198.814.237
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	122.271	122.271
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	753.782	396.048
Recursos de clientes		
FCR Grupo CGD - Caixa Capital	2.044.198	21.320.066
Caixa Seguros, SGPS, S.A.	258.280	147.012
Parcaixa SGPS, S.A.	19.111.237	-
Locarent	1	-
Fundo Energias Renováveis		
FCR Empreender Mais	6.000.506	-
FCR Mezzanine - Caixa Capital	29.884.945	-
Outros passivos		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	6.424.486	1.243.103
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	80.214	280.619
FCR Grupo CGD - Caixa Capital	5.251.453	-
Parcaixa SGPS, S.A.	240.300	-

Transacções com empresas do Grupo

Nos exercícios de 2009 e 2008, os principais saldos da demonstração de resultados com empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A. não incluídas no perímetro de consolidação eram os seguintes:

	2009	2008
Margem financeira		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	(60.780.051)	(34.790.657)
- dos quais de activos financeiros detidos para negociação	(50.173.296)	15.145.115
- dos quais de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	10.021
- dos quais de activos financeiros disponíveis para venda	1.252.298	968.686
- dos quais em derivados de cobertura	(406.014)	(120.013)
FCR Grupo CGD - Caixa Capital	(41.784)	(175.206)
CGD Subsidiária Offshore Macau	20.047	390.135
CGD Finance Limited	165.052	343.895
Caixa Geral Finance Limited	312.613	944.256
Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	(3.686)	(20.944)
Banco Caixa Geral, S.A.	(1.498)	(2.401)
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	(6.775)	(21.836)
Caixa Seguros, SGPS, S.A.	128.272	-
Parcaixa SGPS, SA	(34.438)	-
Locarent	4.056.261	-
FCR Empreender Mais	(40.529)	-
FCR Mezzanine - Caixa Capital	(106.591)	-
Rendimentos de instrumentos de capital		
Caixa Geral Finance Limited	60.896	-
Comissões líquidas		
FCR Grupo CGD - Caixa Capital	3.791.908	2.352.828
FCR Empreender Mais	170.891	-
FCR Mezzanine - Caixa Capital	366.798	-
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	423.237	7.190
Caixa Seguros, SGPS, S.A.	85.000	150.000
BCI Moçambique, S.A.	11.836	44.456
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	75.000	305.000
Parcaixa SGPS, SA	30.824	-
Resultados em operações financeiras		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	(23.047.489)	(224.370.008)
- dos quais em activos financeiros detidos para negociação	(25.213.547)	(223.142.562)
- dos quais em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	49.627
- dos quais em activos financeiros disponíveis para venda	2.266.236	(7.578)
- dos quais em derivados de cobertura	(100.178)	(569.495)
CGD - Subsidiária Offshore Macau, S.A.	263.796	(1.312.524)
Caixa Geral Finance Limited	242.049	595.384
CGD Finance Limited	46.500	-
Locarent	(679.209)	-
Outros resultados de exploração		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	853.462	779.354
Sogrupos IV - Gestão de Imóveis, ACE	184.293	175.987
Sogrupos - Serviços Administrativos, ACE	400.804	236.575
BCI Moçambique, S.A.	-	48.691
Caixagest - Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	38.336	22.865
CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	18.000	18.000
Culturgest - Gestão de Espaços Culturais, S.A.	(20.000)	-
Outros gastos administrativos		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	(848.165)	(1.255.474)
Banco Caixa Geral, S.A.	(69.325)	(37.882)
Locarent	(414.670)	-
Banco Caixa Geral Brasil	(344.747)	-

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco tinha uma garantia prestada a favor do Banco Caixa Geral, no montante de 5.988.000 Euros.

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Conforme referido na Nota 9, em 31 de Dezembro de 2008 estavam em curso negociações entre a Caixa Desenvolvimento e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., com vista à alienação da participação na La Seda Barcelona, a qual se veio a concretizar através de contrato de 22 de Janeiro de 2009.

Órgãos de gestão do Banco

Em 2009, os custos suportados relativos à remuneração do Conselho de Administração do Banco ascendem a 1.831.732 Euros, dos quais 17.673 Euros relativos a contribuições para o Fundo de Pensões Caixa - Banco de Investimento, nos termos descritos na Nota 2.13 (884.305 Euros e 18.607 Euros, respectivamente, em 2008).

Em 2009 e 2008 foram pagos prémios aos membros do Conselho de Administração do Banco no montante de 357.500 Euros e 162.500 Euros, respectivamente, relativos ao exercício anterior.

Em 31 de Dezembro de 2009, um dos membros do Conselho de Administração tem contratada uma operação de crédito à habitação junto do Banco no montante de 196.382 Euros (199.351 Euros em 2008), em condições normais de crédito a colaboradores, tendo sido contratada antes do início das suas funções como Administrador. O Banco não tem qualquer responsabilidade adicional ou benefício de longo prazo concedido ao Conselho de Administração, para além dos acima referidos.

Conforme estipulado nos Estatutos do CaixaBI, art.º 23º, a Comissão de Vencimentos fixa as remunerações para os membros dos órgãos de administração e fiscalização. Do Conselho de Administração apenas a Comissão Executiva é remunerada.

Em 2009, as verbas pagas aos membros dos órgãos de gestão foram as que a seguir se discriminam:

Órgão e Titular

Comissão Executiva

Dr. Luís Lopes Laranjo	277.388
Dr. António Carlos Bastos Martins	241.388
Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho	261.388
Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso	261.388
Dr. Alcides Aguiar	234.542
Dr. Antas Teles	214.060
Dr. José Carrilho	189.265
Dr. José Furtado	181.145

	1.860.564

Conselho Fiscal

Dr. Hernâni da Costa Loureiro	25.788
Eng. António José Nascimento Ribeiro	23.688
Dr. João Sousa Martins	23.688

	73.164

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Grupo

O Grupo CGD adoptou, em 2001, um modelo de gestão de risco centralizado que abrange a avaliação e controlo dos riscos de crédito, de mercado, e de liquidez incorridos em todo o Grupo, e que consagra o princípio da segregação de funções entre as atribuídas às áreas comerciais e à área de risco. Assim, o controlo e gestão dos riscos do Grupo Caixa BI está centralizado na Direcção de Gestão de Riscos da CGD. O Banco possui ainda um Regulamento de Gestão que define limites e procedimentos de actuação na gestão dos vários tipos de risco.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Grupo.

Risco cambial

O controlo e a avaliação do risco cambial é efectuada a nível individual, diariamente, para a actividade do Caixa – Banco de Investimento, S.A.. São calculados valores e limites em termos de VaR, assim como por posição aberta total e posição aberta por moeda.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2009				
	Moeda				
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Outras	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	190.010	-	-	-	190.010
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.986.263	37.901	27.561	31.273	2.082.998
Aplicações em instituições de crédito	24.401.981	-	-	-	24.401.981
<u>Carteira de títulos e derivados:</u>					
Activos financeiros ao justo valor através de resultados					
Títulos	388.284.669	10.161.394	-	-	398.446.063
Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	8.646.062.880	555.740.466	-	-	9.201.803.346
Instrumentos financeiros derivados (valor balanço)	238.506.042	21.082.478	-	-	259.588.520
Activos financeiros disponíveis para venda	209.669.072	9.667.761	6.583.978	-	225.920.811
Derivados de cobertura (nacionais)	16.661.158	-	-	-	16.661.158
Crédito a clientes	872.625.703	24.747.336	19.196.338	-	916.569.377
Outros activos	49.448.501	5.461.043	71.874	623	54.982.041
Provisões e imparidade	(54.475.721)	(1.419.707)	-	-	(55.895.428)
	<u>10.393.360.558</u>	<u>625.478.672</u>	<u>25.879.751</u>	<u>31.896</u>	<u>11.044.750.877</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de outras instituições de crédito	(1.038.482.344)	(44.773.441)	(25.673.178)	-	(1.108.928.963)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(138.338.822)	(782.903)	(2.256)	(993)	(139.124.974)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados					
Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	(8.646.062.880)	(555.740.466)	-	-	(9.201.803.346)
Instrumentos financeiros derivados (valor balanço)	(231.305.850)	(16.852.644)	-	-	(248.158.494)
Derivados de cobertura (nacionais)	(16.661.158)	-	-	-	(16.661.158)
Outros passivos	(80.635.337)	(7.405.598)	(207.232)	(623)	(88.248.790)
	<u>(10.151.486.391)</u>	<u>(625.555.052)</u>	<u>(25.882.666)</u>	<u>(1.616)</u>	<u>(10.802.925.725)</u>
Exposição líquida		(76.380)	(2.915)	30.280	(49.015)

	2008				
	Moeda				
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Outras	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.164.400	-	-	-	1.164.400
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.709.507	155.131	7.381	13.341	16.885.360
Aplicações em instituições de crédito	8.563.604	-	-	-	8.563.604
<i>Carteira de títulos e derivados:</i>					
Activos financeiros detidos para negociação					
Títulos	464.611.181	-	-	-	464.611.181
Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	6.725.836.006	233.586.826	-	-	6.959.422.832
Instrumentos financeiros derivados (valor balanço)	168.758.630	63.804.430	-	-	232.563.060
Activos financeiros disponíveis para venda	161.033.321	2.062.120	-	-	163.095.441
Derivados de cobertura (nacionais)	17.456.798	-	-	-	17.456.798
Crédito a clientes	836.615.256	25.262.840	17.945.252	-	879.823.348
Outros activos	66.137.119	369.103	54.840	757	66.561.819
Provisões e imparidade	(19.780.059)	(1.469.591)	-	-	(21.249.650)
	8.447.105.763	323.770.859	18.007.473	14.098	8.788.898.193
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	(1.192.620.570)	(27.161.679)	(17.849.021)	-	(1.237.631.270)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(118.508.762)	(651.493)	(1.077)	(887)	(119.162.219)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados					
Instrumentos financeiros derivados (nacionais)	(6.725.836.006)	(233.586.826)	-	-	(6.959.422.832)
Instrumentos financeiros derivados (valor balanço)	(164.809.541)	(61.811.328)	-	-	(226.620.869)
Derivados de cobertura (nacionais)	(17.456.798)	-	-	-	(17.456.798)
Outros passivos	(70.657.319)	(874.703)	(2.869)	(757)	(71.535.648)
	(8.289.888.996)	(324.086.029)	(17.852.967)	(1.644)	(8.631.829.636)
Exposição líquida		(315.170)	154.506	12.454	(148.210)

Na construção dos mapas acima apresentados, os valores relativos a derivados correspondem ao montante nominal dos swaps de taxa de juro, equity swaps.

Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco de o Grupo ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade do Banco alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

A análise de liquidez do Grupo é integrada na análise de liquidez consolidada em sede do Comité de Gestão de Activos e Passivos (Asset-Liability Committee, ALCO) do Grupo CGD. O Banco dispõe de uma linha de crédito irrevogável contratada com a CGD que responde às necessidades de liquidez até 1 ano. Por outro lado, as políticas do Grupo CGD desaconselham o acesso directo ao mercado de capitais para captação de fundos a médio e longo prazo, sendo da responsabilidade do Grupo CGD essa captação numa forma consolidada e havendo da parte da CGD um compromisso global de gestão e eventual cobertura dos gaps de liquidez do conjunto das suas várias participadas.

De acordo com os requisitos definidos pelo IFRS 7 apresentamos de seguida a totalidade dos “cash-flows” contratuais não descontados para os diversos intervalos temporais, com base nos seguintes pressupostos:

- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” são apresentados no intervalo temporal “à vista”;
- Os descobertos em depósitos à ordem registados na rubrica “Crédito a clientes” são apresentados no intervalo temporal “à vista”;
- A coluna “Outros” corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- O valor apresentado neste quadro relativamente a instrumentos financeiros derivados corresponde ao valor contabilístico;
- As acções e o crédito vencido a clientes foram classificados como a prazo indeterminado; e
- Para as operações cuja remuneração não é fixa, por exemplo, operações indexadas à Euribor, os “cash-flows” futuros são estimados com base no valor de referência em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

2009								
Maturidades contratuais remanescentes								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	190.010	-	-	-	-	-	-	190.010
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.082.998	-	-	-	-	-	-	2.082.998
Aplicações em instituições de crédito	-	24.491.930	-	-	-	-	-	24.491.930
<i>Carteira de títulos e derivados:</i>								
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	14.271.341	558.523	7.886.993	362.062	8.799.923	20.782.390	52.861.230
Activos financeiros disponíveis para venda (saldos brutos)	-	964.680	10.336.169	47.464.311	65.176.773	50.991.395	79.335.744	254.268.072
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
- Títulos	-	3.003.986	22.384.958	85.349.489	179.619.371	64.071.817	42.968.768	397.398.388
- Instrumentos financeiros derivados	-	58.033.632	20.648.714	42.234.608	38.247.648	169.798.059	-	328.962.661
Crédito a clientes (saldos brutos)	5.678.935	88.661.022	107.715.161	208.145.680	207.641.616	413.996.512	1.826.990	1.029.584.544
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	-	-	-	-	938.919	-	-	938.919
Outros Activos	36.915.532	-	7.913.156	-	-	-	9.224.298	55.062.987
	44.867.475	189.426.590	169.556.680	391.081.080	491.984.388	707.657.706	154.138.180	2.145.640.739
Passivo								
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	158.398	1.007.307.016	76.355.969	26.815.549	-	-	-	1.110.636.832
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.291.200	39.989.272	57.649.784	-	6.986.712	11.360.367	-	144.277.285
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	-	54.477.402	3.423.275	42.023.590	36.944.454	163.403.441	-	300.272.162
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	-	-	-	-	-	1.703.334	-	1.703.334
Outros passivos	21.192.349	23.030.152	37.681.803	5.336.609	-	-	1.007.877	88.248.750
	49.641.947	1.124.803.843	175.110.681	74.175.747	43.931.169	176.467.142	1.007.877	1.645.138.404
Gap de Liquidez	(4.774.472)	(935.377.253)	(5.554.001)	316.905.332	448.053.223	531.190.564	154.138.180	500.502.335

2008								
Maturidades contratuais remanescentes								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.164.400	-	-	-	-	-	-	1.164.400
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.885.360	-	-	-	-	-	-	16.885.360
Aplicações em instituições de crédito	-	8.563.604	-	-	-	-	-	8.563.604
<i>Carteira de títulos e derivados:</i>								
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	28.164.568	3.770.652	18.499.149	6.548.098	9.771.369	42.516.980	109.270.816
Activos financeiros disponíveis para venda (saldos brutos)	-	1.201.796	13.153.036	9.004.786	50.777.792	93.412.219	72.883.114	240.432.743
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
- Títulos	-	616.951	15.232.599	75.485.580	64.322.953	239.457.239	38.711.134	433.826.456
- Instrumentos financeiros derivados	-	13.100.754	12.394.303	41.992.292	20.931.554	205.186.325	-	293.605.227
Crédito a clientes (saldos brutos)	5.944.782	72.371.214	107.581.001	185.157.129	230.849.654	595.060.990	1.469.591	1.194.019.300
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	-	-	-	-	-	461.812	-	461.812
Outros Activos	29.909.572	-	5.240.064	13.120.603	13.164.740	5.027.789	5.594.476	73.274.835
	53.904.113	124.018.887	157.371.654	343.259.539	386.594.790	1.148.377.744	161.175.295	2.371.504.553
Passivo								
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	172.029	1.147.590.195	-	98.766.413	-	-	-	1.246.528.637
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.429.682	59.850.228	29.447.575	-	-	19.799.159	-	125.526.643
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	-	13.961.954	9.675.665	17.379.117	20.556.855	198.790.138	-	260.363.729
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	-	-	-	-	-	1.483.423	-	1.483.423
Outros passivos	28.778.245	25.945.971	15.839.692	-	-	-	971.740	71.535.648
	45.379.956	1.247.348.347	54.962.932	116.145.530	20.556.855	220.072.720	971.740	1.705.438.081
Gap de Liquidez	8.524.158	(1.123.329.460)	102.408.722	227.114.009	366.037.935	928.305.024	161.175.295	666.066.472

Tal como referido anteriormente, o Banco dispõe de uma linha de crédito irrevogável junto da CGD, permitindo uma gestão adequada do gap de liquidez até um ano.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumido como segue:

	2009			
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
Activo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	2.082.998	2.082.998
Aplicações em instituições de crédito	-	-	24.401.981	24.401.981
Activos financeiros detidos para negociação				
- Títulos	42.968.768	271.242.852	33.733.819	347.945.439
- Instrumentos financeiros derivados	-	4.578.911.046	4.622.892.300	9.201.803.346
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	20.782.390	2	29.718.232	50.500.624
Derivados de cobertura	-	5.000.000	11.661.158	16.661.158
Activos financeiros disponíveis para venda	79.335.744	25.079.535	121.505.532	225.920.811
Crédito a clientes	(2.254.381)	13.409.321	905.414.437	916.569.377
Outros activos	47.771.635	-	7.210.406	54.982.041
	188.604.155	4.893.642.756	5.758.620.865	10.840.867.776
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	4.632.057.991	4.569.745.355	9.201.803.346
Recursos de outras instituições de crédito	-	158.398	1.108.770.565	1.108.928.963
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	41.609.077	97.515.897	139.124.974
Derivados de cobertura	-	11.661.158	5.000.000	16.661.158
Outros passivos	88.248.790	-	-	88.248.790
	88.248.790	4.685.486.624	5.781.031.817	10.554.767.232
Exposição líquida	100.355.365	208.156.132	(22.410.953)	286.100.544

	2008			
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
Activo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	16.885.360	16.885.360
Aplicações em instituições de crédito	-	-	8.563.604	8.563.604
Activos financeiros detidos para negociação				
- Títulos	38.711.134	278.078.862	45.648.604	362.438.600
- Instrumentos financeiros derivados	-	3.461.034.304	3.498.388.528	6.959.422.832
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	42.516.979	2	59.655.601	102.172.582
Derivados de cobertura	-	5.000.000	12.456.798	17.456.798
Activos financeiros disponíveis para venda	72.883.114	44.936.887	45.275.440	163.095.441
Crédito a clientes	(2.945.470)	14.195.958	868.572.860	879.823.348
Outros activos	37.035.278	688.824	28.837.717	66.561.819
	188.201.035	3.803.934.837	4.584.284.512	8.576.420.384
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	3.504.152.659	3.455.270.173	6.959.422.832
Recursos de outras instituições de crédito	-	172.029	1.237.459.241	1.237.631.270
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	30.033.298	89.128.921	119.162.219
Derivados de cobertura	-	12.456.798	5.000.000	17.456.798
Outros passivos	71.535.648	-	-	71.535.648
	71.535.648	3.546.814.784	4.786.858.335	8.405.208.767
Exposição líquida	116.665.387	257.120.053	(202.573.823)	171.211.617

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Activos financeiros detidos para negociação – Títulos” inclui 92.659.872 Euros e 158.631.452 Euros, respectivamente, relativos a uma obrigação em carteira cuja remuneração inclui uma componente de taxa fixa e uma componente opcional indexada ao comportamento bolsista de uma acção portuguesa.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

2009								
Prazos de refixação de taxa / Maturidade residual								
À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
Activo								
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.082.998	-	-	-	-	-	-	2.082.998
Aplicações em instituições de crédito	-	24.401.981	-	-	-	-	-	24.401.981
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
- Títulos	-	33.733.819	10.550.519	45.472.805	162.975.356	52.244.172	42.968.768	347.945.439
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.619.739.356	3.035.025.328	1.675.037.041	800.899.250	2.071.102.371	-	9.201.803.346
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	24.517.045	5.201.187	-	2	-	20.782.390	50.500.624
Derivados de cobertura	-	-	11.661.158	-	5.000.000	-	-	16.661.158
Activos financeiros disponíveis para venda	-	100.666.907	25.037.216	5.110.407	15.632.287	138.250	79.335.744	225.920.811
Crédito a clientes	5.678.935	524.366.368	375.529.748	-	-	13.248.708	1.826.980	916.569.377
Outros activos	36.915.532	-	7.832.210	-	-	-	9.224.298	54.982.041
	<u>44.677.465</u>	<u>2.327.425.476</u>	<u>3.470.837.366</u>	<u>1.725.620.253</u>	<u>984.506.895</u>	<u>2.136.733.501</u>	<u>154.138.180</u>	<u>10.840.867.776</u>
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.623.768.912	3.049.797.865	1.660.005.795	799.629.023	2.068.601.751	-	9.201.803.346
Recursos de outras instituições de crédito	158.398	1.007.105.156	75.693.131	25.972.278	-	-	-	1.108.928.963
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.291.200	39.982.013	57.533.884	-	6.051.307	7.266.570	-	139.124.974
Derivados de cobertura	-	-	5.000.000	-	-	11.661.158	-	16.661.158
Outros passivos	21.192.349	23.030.513	37.681.442	5.336.609	-	-	1.007.877	88.248.790
	<u>49.641.947</u>	<u>2.693.886.594</u>	<u>3.225.706.323</u>	<u>1.691.314.681</u>	<u>805.680.330</u>	<u>2.087.529.479</u>	<u>1.007.877</u>	<u>10.554.767.232</u>
Exposição líquida	(4.964.482)	(366.461.118)	245.131.044	34.305.572	178.826.565	49.204.022	154.138.180	(4.079.238)
	286.100.544							
2008								
Prazos de refixação de taxa / Maturidade residual								
À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
Activo								
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.885.360	-	-	-	-	-	-	16.885.360
Aplicações em instituições de crédito	-	8.563.604	-	-	-	-	-	8.563.604
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
- Títulos	-	45.648.603	256.749	13.512.195	41.443.116	222.866.801	38.711.136	362.438.600
- Instrumentos financeiros derivados	-	2.068.721.728	2.026.682.709	691.570.585	664.042.118	1.508.405.692	-	6.959.422.832
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	53.580.103	6.075.497	-	2	-	42.516.980	102.172.582
Derivados de cobertura	-	-	12.456.798	-	-	5.000.000	-	17.456.798
Activos financeiros disponíveis para venda	-	41.226.794	4.048.645	-	44.505.976	430.911	72.883.115	163.095.441
Crédito a clientes	5.944.782	537.802.421	324.825.657	-	-	14.195.958	1.469.590	879.823.348
Outros activos	29.909.572	-	3.745.720	10.333.711	11.032.524	4.728.225	5.594.476	66.561.819
	<u>52.739.714</u>	<u>2.755.543.253</u>	<u>2.378.091.775</u>	<u>715.416.491</u>	<u>761.023.736</u>	<u>1.755.627.587</u>	<u>161.175.297</u>	<u>8.576.420.384</u>
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	-	2.078.987.699	1.964.609.636	748.484.160	662.607.766	1.504.733.571	-	6.959.422.832
Recursos de outras instituições de crédito	172.029	1.147.552.016	-	89.907.225	-	-	-	1.237.631.270
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.429.682	59.764.988	29.364.669	-	-	13.602.880	-	119.162.219
Derivados de cobertura	-	-	5.000.000	-	-	12.456.798	-	17.456.798
Outros passivos	28.778.245	19.688.181	20.271.816	1.825.666	-	-	971.740	71.535.648
	<u>45.379.956</u>	<u>3.305.992.884</u>	<u>2.019.246.121</u>	<u>840.217.051</u>	<u>662.607.766</u>	<u>1.530.793.249</u>	<u>971.740</u>	<u>8.405.208.767</u>
Exposição líquida	7.359.758	(550.449.631)	358.845.654	(124.800.560)	98.415.970	224.834.338	161.175.297	(4.169.209)
								171.211.617

Na construção dos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- nos instrumentos de taxa fixa, o valor de balanço foi classificado de acordo com o respectivo prazo até à maturidade;
- nos instrumentos de taxa variável (por exemplo, indexados à Euribor), o valor de balanço foi classificado de acordo com o respectivo prazo até à próxima refixação de taxa;
- o valor de balanço de instrumentos não sujeitos a risco de taxa de juro (por exemplo, acções) foi incluído na coluna "Indeterminado";
- o valor de balanço incluído na coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- nos swaps de taxa de juro e equity swaps são apresentados os valores nocionais de compra (como activo) e de venda (como passivo);
- o crédito vencido a clientes foi considerado como não sujeito a risco de taxa de juro; e
- os depósitos à ordem de clientes não remunerados são considerados como de taxa fixa, sendo incluídos no intervalo "À vista".

Risco de crédito

Risco de crédito corresponde a perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue:

Tipo de instrumento financeiro	2009			2008		
	Valor contabilístico bruto	Provisões/Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Provisões/Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.082.998	-	2.082.998	16.885.360	-	16.885.360
Aplicações em instituições de crédito	24.401.981	-	24.401.981	8.563.604	-	8.563.604
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	663.657.566	-	663.657.566	676.988.294	-	676.988.294
Activos financeiros disponíveis para venda	146.585.066	-	146.585.066	90.212.327	-	90.212.327
Crédito a clientes	916.569.377	37.938.559	878.630.819	879.823.348	14.413.141	865.410.208
Derivados de cobertura	936.919	-	936.919	461.812	-	461.812
Outros activos (excluindo encargos diferidos)	53.972.040	17.956.869	36.015.171	65.344.230	6.836.509	58.507.721
	<u>1.808.205.948</u>	<u>55.895.428</u>	<u>1.752.310.521</u>	<u>1.738.278.975</u>	<u>21.249.650</u>	<u>1.717.029.326</u>
Extrapatrimoniais:						
Garantias prestadas	68.226.250	520.587	67.705.663	78.850.623	374.727	78.475.896
	<u>1.876.432.198</u>	<u>56.416.015</u>	<u>1.820.016.183</u>	<u>1.817.129.598</u>	<u>21.624.377</u>	<u>1.795.505.222</u>

Qualidade de crédito dos activos financeiros

O Banco não dispõe de sistema de rating interno. Os principais procedimentos em vigor ao nível da aprovação e acompanhamento das operações de crédito que permitem assegurar um nível de risco adequado à estratégia do Banco são os seguintes:

- O Banco possui um Conselho de Crédito, composto pelos membros da Comissão Executiva e pelos responsáveis das Direcções Comerciais envolvidas de alguma forma em processos de concessão de crédito. O Conselho de Crédito do Banco reúne semanalmente com a presença mínima de pelo menos dois Administradores e dos responsáveis das Direcções Comerciais envolvidas nos processos de concessão de crédito.
- A elaboração de Propostas Comerciais para o Conselho de Crédito é da responsabilidade dos Órgãos de Estrutura (Direcções de Negócio / Produto), que devem obter previamente o parecer de risco da Direcção de Gestão de Risco da CGD. As propostas aprovadas em Conselho de Crédito do Banco são registadas em Acta, assinada por todos os presentes, para posterior apresentação e deliberação final nos Conselhos de Crédito da CGD.

Parte das operações de crédito a clientes encontram-se garantidas, entre outros, pelos seguintes tipos de colaterais:

- Penhor de valores mobiliários;
- Garantias bancárias;
- Aval do Estado;
- Hipotecas relativamente ao crédito à habitação a colaboradores; e
- Garantias pessoais.

Qualidade de crédito dos títulos de dívida e instrumentos financeiros derivados

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço de títulos de dívida em carteira líquido de imparidade (excluindo títulos vencidos), de acordo com notação de “rating” atribuída pela Standard & Poor’s ou equivalente, por tipo de garante ou emitente e por região geográfica do garante ou emitente, com referencia a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

	2009				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
<u>Activos financeiros detidos para negociação</u>					
AAA	2.007.201	-	-	-	2.007.201
AA- até AA+	162.912.027	18.117.069	2.909.557	5.989.174	189.927.826
A- até A+	12.540.719	45.731.817	3.427.469	15.743.178	77.443.183
Menor que A-	-	27.547.205	-	8.051.256	35.598.461
Sem Rating	-	-	-	-	-
	<u>177.459.946</u>	<u>91.396.090</u>	<u>6.337.026</u>	<u>29.783.608</u>	<u>304.976.671</u>
Emitidos por:					
Corporates	101.931.274	18.164.573	-	4.754.734	124.850.581
Governos e outras autoridades locais	41.292.177	-	-	3.972.919	45.265.096
Instituições financeiras	<u>34.236.496</u>	<u>73.231.517</u>	<u>6.337.026</u>	<u>21.055.955</u>	<u>134.860.994</u>
	<u>177.459.946</u>	<u>91.396.090</u>	<u>6.337.026</u>	<u>29.783.608</u>	<u>304.976.671</u>
<u>Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)</u>					
AA- até AA+	2	-	-	-	2
Sem Rating	<u>27.225.637</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.492.596</u>	<u>29.718.232</u>
	<u>27.225.639</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.492.596</u>	<u>29.718.234</u>
Emitidos por:					
Corporates	27.225.635	-	-	-	27.225.635
Governos e outras autoridades locais	2	-	-	-	2
Instituições financeiras	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.492.596</u>	<u>2.492.597</u>
	<u>27.225.639</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.492.596</u>	<u>29.718.234</u>
<u>Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)</u>					
AAA	5.110.407	1.863.218	-	-	6.973.625
AA- até AA+	19.004.608	7.522.155	-	4.345.678	30.872.441
A- até A+	19.782.471	22.290.610	10.423.801	-	52.496.882
Menor que A-	-	8.603.070	-	-	8.603.070
Sem Rating	<u>47.639.048</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47.639.048</u>
	<u>91.536.534</u>	<u>40.279.054</u>	<u>10.423.801</u>	<u>4.345.678</u>	<u>146.585.067</u>
Emitidos por:					
Corporates	51.841.207	1.496.412	-	-	53.337.619
Governos e outras autoridades locais	3.477.049	-	-	-	3.477.049
Instituições financeiras	<u>36.218.278</u>	<u>38.782.642</u>	<u>10.423.801</u>	<u>4.345.678</u>	<u>89.770.399</u>
	<u>91.536.534</u>	<u>40.279.054</u>	<u>10.423.801</u>	<u>4.345.678</u>	<u>146.585.067</u>

	2008				
	Portugal	Restante União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
AAA	-	-	-	2.321.730	2.321.730
AA- até AA+	247.943.255	32.212.113	2.023.615	11.295.915	293.474.898
A- até A+	8.731.419	4.091.002	2.388.174	9.305.254	24.515.849
Menor que A-	844.049	2.570.939	-	-	3.414.988
Total	257.518.723	38.874.054	4.411.789	22.922.899	323.727.465
Emitido Por:					
Corporates	-	2.312.342	-	1.554.905	3.867.247
Governos ou outras autoridades locais	89.311.803	-	-	-	89.311.803
Instituições financeiras	168.206.920	36.561.712	4.411.789	21.367.994	230.548.414
Total	257.518.723	38.874.054	4.411.789	22.922.899	323.727.465
Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)					
AAA	-	11.066.323	-	-	11.066.323
AA- até AA+	973.128	-	-	-	973.128
A- até A+	6.075.497	-	-	-	6.075.497
Menor que A-	37.197.096	1.978.699	-	2.364.860	41.540.654
Total	44.245.721	13.045.022	-	2.364.860	59.655.602
Emitidos Por:					
Corporates	43.272.591	-	-	-	43.272.591
Governos ou outras autoridades locais	973.128	11.066.323	-	-	12.039.451
Instituições financeiras	1	1.978.699	-	2.364.860	4.343.560
Total	44.245.721	13.045.022	-	2.364.860	59.655.602
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
AAA	-	-	-	-	-
AA- até AA+	39.251.030	-	-	-	39.251.030
A- até A+	16.671.354	2.498.286	-	9.132.668	28.302.308
Sem Rating	22.658.988	-	-	-	22.658.988
Total	78.581.373	2.498.286	-	9.132.668	90.212.327
Emitido Por:					
Corporates	39.330.343	-	-	-	39.330.343
Instituições financeiras	39.251.030	2.498.286	-	9.132.668	50.881.984
Total	78.581.373	2.498.286	-	9.132.668	90.212.327

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2009 o Banco tinha registado em Outros devedores diversos um montante de 1.079.632 Euros relativos a juros de Instrumentos Financeiros Derivados cujo pagamento se encontra em atraso há menos de 3 meses. O valor de balanço registado em Activos financeiros detidos para negociação relativo a estas operações ascende a 5.056.555 Euros.

Qualidade de crédito das aplicações em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009, as contrapartes com as quais o Banco tinha contratado “Aplicações em instituições de crédito” correspondiam a entidades do Grupo CGD (9.401.981 Euros), as quais apresentavam um rating externo de AA-, e outra instituição financeira sediada em Portugal (15.000.000 Euros), sendo esta última operação garantida pelo Estado Português.

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as operações com incumprimento e /ou imparidade individual são apresentados no seguinte quadro:

	2009			2008		
	Créditos com Imparidade Colectiva	Créditos com Imparidade Individual	Total	Créditos com Imparidade Colectiva	Créditos com Imparidade Individual	Total
Crédito a empresas						
Análise Colectiva						
Vincendo	848.638.463	54.850.022	903.488.485	830.229.835	36.483.942	866.713.777
Vencido	-	1.826.980	1.826.980	-	1.469.590	1.469.590
Imparidade	(13.133.757)	(24.709.087)	(37.842.844)	(6.554.579)	(7.779.275)	(14.333.854)
	<u>835.504.706</u>	<u>31.967.915</u>	<u>867.472.621</u>	<u>823.675.256</u>	<u>30.174.257</u>	<u>853.849.513</u>
Crédito à habitação						
Vincendo	10.128.029	-	10.128.029	8.701.976	-	8.701.976
Vencido	-	-	-	-	-	-
Imparidade	(91.659)	-	(91.659)	(74.576)	-	(74.576)
	<u>10.128.029</u>	<u>-</u>	<u>10.128.029</u>	<u>8.701.976</u>	<u>-</u>	<u>8.701.976</u>
Credito ao consumo						
Vincendo	448.201	-	448.201	549.686	-	549.686
Vencido	-	-	-	-	-	-
Imparidade	(4.056)	-	(4.056)	(4.711)	-	(4.711)
	<u>448.201</u>	<u>-</u>	<u>448.201</u>	<u>549.686</u>	<u>-</u>	<u>549.686</u>
Total crédito vincendo	<u>859.214.693</u>	<u>54.850.022</u>	<u>914.064.715</u>	<u>839.481.497</u>	<u>36.483.942</u>	<u>875.965.439</u>
Total crédito vencido	<u>-</u>	<u>1.826.980</u>	<u>1.826.980</u>	<u>-</u>	<u>1.469.590</u>	<u>1.469.590</u>
Total imparidade	<u>(13.229.472)</u>	<u>(24.709.087)</u>	<u>(37.938.559)</u>	<u>(6.633.866)</u>	<u>(7.779.275)</u>	<u>(14.413.141)</u>
Total de crédito	<u>845.985.221</u>	<u>31.967.915</u>	<u>877.953.136</u>	<u>832.847.631</u>	<u>30.174.257</u>	<u>863.021.888</u>

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- “Créditos sem incumprimento” – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- “Créditos com incumprimento” – créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Grupo foi reclassificada para esta categoria.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço dos empréstimos a clientes que teriam prestações vencidas caso não tivessem sido renegociados ascendia a 22.091.449 Euros e 36.483.942 Euros, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco tinha registado imparidade para estes empréstimos no valor de 17.155.261 Euros e 6.309.684 Euros respectivamente.

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos “cash-flows” dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e de preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- Value-at-Risk” (VaR) relativamente à carteira de “trading”. Esta carteira inclui os seguintes elementos: carteira de títulos e instrumentos financeiros derivados.
- Análise de sensibilidade relativamente aos restantes activos e passivos registados nas demonstrações financeiras individuais do Banco. Esta análise de sensibilidade é efectuada com base nos pressupostos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução 19/2005.

O Grupo não dispõe de informação quantitativa relativamente à análise de sensibilidade para os restantes activos e passivos das empresas subsidiárias.

Carteira de "trading"

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de activos, num determinado período de detenção e dado um nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é da simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- período de detenção: 10 dias;
- nível de confiança: 99%;
- período da amostra de preços: 720 dias de calendário;
- *decay factor*=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efectuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são empíricas.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

	2009	2008
VaR de mercado:		
Taxa de juro	374	221
Cambial	87	17
Preço	50	34
Efeito diversificação	(105)	(40)
	<u>406</u>	<u>232</u>

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

Para a carteira de negociação e para as posições de Tesouraria, calculam-se bpvs (*basis point value*), variações do valor de mercado de posições em taxa de juro devida ao deslocamento paralelo de 1 ponto base nas curvas de rendimento. São também calculados outros indicadores de sensibilidade comumente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos).

Mensalmente realizam-se avaliações do impacto nos resultados de variações extremas dos factores de risco de mercado (*stress-testing*).

São efectuadas, diariamente, análises de *backtesting* teórico (comparação da medida de VaR com os resultados teóricos) e, mensalmente, de *backtesting* real (comparação da medida de VaR com os resultados reais). O número de excepções obtidas, (isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR), permite avaliar a qualidade do modelo de VaR e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

Carteira non trading

A análise de sensibilidade relativamente à carteira "non trading" foi efectuada de forma a determinar o potencial impacto na Margem Financeira do Banco (excluindo as restantes empresas pertencentes ao perímetro de consolidação) no exercício de 2010, considerando uma variação das taxas de juro de referência em 50 basis points (bps) e assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro. Para este efeito foram considerados os activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras individuais do Banco, excluindo:

- instrumentos financeiros derivados; e
- papel comercial.

Os principais pressupostos relacionados com o “pricing” das operações foram os seguintes:

- operações a taxa variável: considerou-se a taxa de mercado acrescida do respectivo spread contratual;
- novas operações a taxa fixa: considerou-se a taxa de mercado acrescida de um spread equivalente à diferença entre a taxa média das operações vivas em 31 Dezembro de 2009 e a respectiva taxa de mercado;
- novas operações a taxa variável: considerou-se a taxa de mercado acrescida do spread médio contratual das operações vivas em 31 Dezembro de 2009.

Com base nos pressupostos acima referidos, o impacto potencial positivo na Margem financeira projectada para 2010 da descida das taxas de juro de referência em 50 basis points ascende a 639.092 Euros e (2.359.820 Euros em 31 de Dezembro de 2008). Caso se verifique uma subida das taxas de juro de referência em 50 basis points, o impacto potencial negativo na Margem financeira projectada para 2010 ascende a 1.348.133 Euros (2.388.738 Euros em 31 de Dezembro de 2008).

Justo valor

Em 31 de Dezembro de 2009, o Grupo mantém uma parte significativa do seu activo registada ao justo valor através de resultados, nomeadamente toda a carteira de títulos e os instrumentos financeiros derivados.

Relativamente aos principais activos e passivos financeiros que se encontram reflectidos ao custo, devem ser salientados os seguintes aspectos:

- As aplicações e recursos com outras instituições de crédito são na sua quase totalidade remuneradas a taxas de juro indexadas e com prazos de refixação curtos;
- Conforme evidenciado acima na secção relativa ao risco de taxa de juro, os depósitos de clientes são na sua quase totalidade remunerados a taxas indexadas à Euribor, com prazos de refixação curtos. Uma operação de longo prazo com taxa de juro fixa encontra-se coberta por um derivado de cobertura, pelo que a variação no justo valor atribuível ao risco de taxa de juro já se encontra reflectida no valor de balanço do depósito (ver Nota 18).

Face ao exposto, o Banco considera que o valor de balanço destes activos financeiros, líquidos de provisões, e dos seus passivos financeiros, constitui uma aproximação fiável ao respectivo justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue:

Tipo de instrumento financeiro	2009				
	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total
		Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em: Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)	
<i>Activos</i>					
Activos financeiros detidos para negociação	-	231.782.327	445.125.773	-	676.908.100
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2	958.684	49.541.938	50.500.624
Activos financeiros disponíveis para venda	153.127	95.187.997	35.236.453	95.343.234	225.920.811
Derivados de cobertura	-	-	936.919	-	936.919
	<u>153.127</u>	<u>326.970.326</u>	<u>482.257.829</u>	<u>144.885.172</u>	<u>954.266.454</u>
<i>Passivos</i>					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(300.272.162)	-	(300.272.162)
Derivados de cobertura	-	-	(1.703.334)	-	(1.703.334)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(301.975.496)</u>	<u>-</u>	<u>(301.975.496)</u>

Tipo de instrumento financeiro	2008				
	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total
		Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:		
			Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)	
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação	-	177.008.218	320.404.157	158.631.452	656.043.827
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	11.066.325	7.892.361	83.213.897	102.172.582
Activos financeiros disponíveis para venda	19.617.141	29.490.806	63.073.781	50.913.713	163.095.441
Derivados de cobertura	-	-	461.812	-	461.812
	<u>19.617.141</u>	<u>217.565.349</u>	<u>391.832.111</u>	<u>292.759.061</u>	<u>921.773.662</u>
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(260.363.729)	-	(260.363.729)
Derivados de cobertura	-	-	(1.483.423)	-	(1.483.423)
	-	-	(261.847.152)	-	(261.847.152)

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa, bem como obrigações com elevada liquidez (Nível 1);
- A valorização dos instrumentos financeiros derivados é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado (Nível 2);
- Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a *bids* indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Grupo foram também considerados em “Técnicas de valorização – Dados de mercado (Nível 2)”
- Os títulos valorizados com base em modelos internos do Grupo CGD são apresentados em “Técnicas de valorização – outras” (Nível 3). Esta coluna inclui:
 - Em 31 de Dezembro de 2008, 158.631.452 Euros relativos a obrigações convertíveis em acções da EDP emitidas pela Parpública SGPS, S.A., que estavam a ser valorizadas de acordo com um modelo interno definido pelo Banco. No exercício de 2009, o Banco optou por passar a valorizar este título com base nos preços indicativos fornecidos por contrapartes externas.
 - Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, 1.992.123 Euros e 2.062.120 Euros, respectivamente, relativos a uma participação financeira valorizada com base num modelo interno de actualização de cash flows previsionais projectados.
 - Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, 76.401.609 e 67.404.550 Euros, respectivamente, relativos a obrigações a taxa fixa ou taxa variável emitidas por empresas financeiras e não financeiras portuguesas, relativamente às quais não existe cotação em mercado activo nem existem preços indicativos a ser fornecidos por contrapartes externas. O Banco valoriza estes títulos através de um modelo de actualização de cash flows futuros, utilizando como taxa de desconto as taxas de juro de mercado, adicionadas de um spread que o Banco considera adequado face ao risco de crédito do emitente.
- Os activos valorizados ao custo de aquisição correspondem a participações financeiras detidas pelo Banco com carácter de estabilidade, para as quais não existe mercado activo.
- Relativamente às empresas participadas detidas no âmbito da actividade de capital de risco, os valores são apresentados como se segue:
 - Custo de aquisição: no caso de participações adquiridas nos doze meses anteriores à data da valorização;
 - Cotações em mercado activo: no caso de empresas cotadas em Bolsa; e
 - Outros: no caso das restantes empresas participadas.

O movimento ocorrido no exercício de 2009 relativamente aos títulos valorizados através de “Técnicas de valorização – Outras” (Nível 3) pode ser resumido como se segue:

	Valias reconhecidas em:							
	Saldo 31.12.2008	Alterações no método de valorização	Aquisições / Alienações	Reserva de Justo Valor	Resultado do exercício		Variação Cambial	Saldo 31.12.2009
					Potenciais	Efectivas		
Activos financeiros detidos para negociação	158.631.452	(158.631.452)	-	-			-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	83.213.897	-	(33.151.464)	-	(520.495)	761.045	-	49.541.938
Activos financeiros disponíveis para venda	50.913.713	300.000	36.260.398	7.178.075			(69.997)	95.343.234
	<u>292.759.061</u>	<u>(158.331.452)</u>	<u>3.108.934</u>	<u>7.178.075</u>	<u>(520.495)</u>	<u>761.045</u>	<u>(69.997)</u>	<u>144.885.172</u>

33. GESTÃO DE CAPITAL

Relativamente à gestão de capital, o Banco está sujeito à supervisão pelo Banco de Portugal em base individual, estando igualmente sujeito à supervisão em base consolidada do Grupo CGD.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o rácio de solvabilidade ao nível das demonstrações financeiras individuais do Banco ascende a 8,85% e 8,67%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Caixa - Banco de Investimento, S.A. ("Banco") foi constituído por escritura pública em 12 de Novembro de 1987, tendo absorvido a totalidade dos activos e passivos da Sucursal em Portugal do Manufacturers Hanover Trust Company, nos termos da Portaria conjunta da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças nº 865-A/87, de 6 de Novembro.

O Banco é a unidade do Grupo Caixa Geral de Depósitos especializada na actividade de banca de investimento, abrangendo actividades como Corporate Finance de Dívida Fixa e Variável, Corporate Finance de Acções, Assessoria Financeira, Structured Finance, Project Finance, Intermediação Financeira, Research e Capital de Risco. Para o exercício das suas actividades o Banco dispõe de dois balcões localizados em Lisboa e Porto, de uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira e de uma Sucursal em Espanha.

O Banco participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto de empresas, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Caixa – Banco de Investimento (Grupo).

Conforme descrito na Nota 21, a maioria do capital social do Banco é detida pela Gerbanca, SGPS, S.A., sociedade integrada no Grupo Caixa Geral de Depósitos.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de Janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras do Banco e das suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2009 encontram-se pendentes de aprovação pelas respectivas Assembleias Gerais. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 4).

A nível das empresas participadas, são consideradas "filiais" aquelas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da Norma IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas", o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente, fundos de capital de risco geridos pelo Grupo e em que detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, incluindo a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Concentrações de actividades empresariais e “goodwill”

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes. O goodwill é registado como um activo, não sendo objecto de amortização. No entanto é objecto de testes de imparidade com uma periodicidade mínima anual.

Até 1 de Janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o goodwill era integralmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o goodwill gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permaneceu registado em reservas.

2.4. Investimentos em associadas

Consideram-se empresas “associadas” aquelas sobre as quais o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situa, directa ou indirectamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são valorizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respectivo custo de aquisição, sendo o valor subsequentemente ajustado com base na percentagem efectiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efectuados ajustamentos aos capitais próprios das empresas associadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial, de forma a reflectir a utilização dos princípios contabilísticos do Grupo.

O “goodwill” correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes, permanece reflectido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objecto de testes de imparidade anuais.

Os resultados não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efectiva do Grupo nas entidades em questão.

2.5. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada “moeda funcional”). Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, todas as empresas do Grupo tinham como moeda funcional o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, os quais englobam essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e,
- Activos financeiros classificados como ao justo valor através de resultados.

A utilização da “Fair value option” implica o registo nesta categoria dos instrumentos financeiros de forma irrevogável no reconhecimento inicial, encontrando-se limitada a situações em que a sua aplicação resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:

- d) Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“accounting mismatch”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
- e) Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas, e informação sobre o grupo seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
- f) Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
 - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato;
 - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

O Grupo regista nesta categoria os instrumentos de capital relativos à actividade de capital de risco sempre que os instrumentos tenham associados derivados, nomeadamente o direito ou a obrigação contratual de alienar as participadas no âmbito de Acordos Parassociais celebrados na data da tomada das participações e os títulos enquadráveis na alínea b) acima referida.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das categorias de activos financeiros referidas anteriormente. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições financeiras e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade e os investimentos da área de capital de risco do Grupo sem opções associadas, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadram nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Com referência a 1 de Julho de 2008, o Banco efectuou uma reclassificação de títulos de rendimento fixo da categoria de Activos financeiros detidos para negociação para a categoria de Activos financeiros disponíveis para venda, ao abrigo da alteração à Norma IAS 39 aprovada em 13 de Outubro de 2008 (Notas 8 e 9).

Reclassificação de activos financeiros

No âmbito da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, o Banco tem a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Não são permitidas contudo quaisquer reclassificações para categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado, para a generalidade dos activos, por um órgão do Grupo independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - i) Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes;
 - ii) Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
 - iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os instrumentos de capital próprio não cotados detidos no âmbito da actividade de capital de risco são valorizados com base nos seguintes critérios:
 - i) Preços praticados em transacções materialmente relevantes efectuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
 - ii) Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de sector de actividade, dimensão e rentabilidade;
 - iii) Fluxos de caixa descontados;
 - v) Valor de liquidação, correspondente ao valor líquido do património da participada;
 - v) Custo de aquisição (apenas no caso de participações adquiridas nos doze meses anteriores à data da valorização).

Caso exista o direito ou a obrigação contratual de alienar as participadas no âmbito de Acordos Parassociais celebrados na data da tomada das participações, a respectiva valorização contabilística não poderá exceder o valor actual do preço de saída.

Aos valores obtidos com base nas metodologias de avaliação acima descritas é aplicado, caso se justifique, um factor de desconto de forma a reflectir a falta de liquidez dos títulos e/ou o risco de crédito da contraparte nos acordos celebrados.

- Os restantes instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transacções recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor notional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Grupo a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, estão sujeitas ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o Grupo apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Grupo;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da demonstração de resultados.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da demonstração de resultados.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Grupo efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, Crédito a clientes, Aplicações em instituições de crédito e Outros activos.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição seja significativo e numa base colectiva quanto a activos homogéneos, cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Concessão de facilidades ao devedor em resultado das suas dificuldades financeiras que não seriam concedidas numa situação normal;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal nunca será recuperado na totalidade;
- Dados indicativos de uma redução mensurável no valor estimado dos cash-flows futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu registo inicial, embora essa redução não possa ser identificada nos activos financeiros individuais do grupo.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Os activos que não foram objecto de análise específica foram incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo sido classificados para este efeito em grupos homogéneos com características de risco similares. Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, tal como referido no parágrafo anterior.

Dada a inexistência de um histórico relevante ao nível do Banco, as perdas por imparidade calculadas na análise colectiva foram determinadas com base em parâmetros apurados ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos para tipologias de crédito comparáveis.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos do exercício, sendo reflectido no balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Sempre que aplicável, o Grupo abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da respectiva imparidade acumulada, mediante aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.6. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade considerados na análise de activos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Banco uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos activos em avaliação. Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objectiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50% face ao respectivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento de capital se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objectiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% do custo de aquisição que se tenham mantido por mais de 9 meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na “Reserva de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Para efeitos de análise de imparidade aos títulos “Tier 1” são aplicados critérios idênticos aos instrumentos de dívida.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.7. Activos não correntes detidos para venda e grupos de activos e passivos a alienar

De acordo com a Norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas”, os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica deverá ser assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Existe a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda.

2.8. Outros activos tangíveis

Excepto quanto aos activos adquiridos até ao exercício de 1998, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Outros gastos administrativos”.

No exercício de 1998 o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito da referida reavaliação, uma vez que o seu resultado, no momento em que foi efectuada, correspondia genericamente ao custo ou custo depreciado de acordo com as IFRS ajustado de forma a reflectir as alterações em índices de preços.

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis	10 - 50
Equipamento:	
Mobiliário e material	4 - 10
Material de transporte	4
Equipamento informático	3 - 4
Instalações interiores	3 - 10
Equipamento de segurança	4 - 10
Máquinas e ferramentas	5 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As obras efectuadas pelo Grupo no edifício-sede entre 2008 e 2009 encontram-se a ser amortizadas por um período de 10 anos.

Periodicamente são realizadas análises de evidência de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – “Imparidade de activos”. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

2.9. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no activo e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados como custos financeiros.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

2.10. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no exercício das actividades do Grupo. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período entre 3 e 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.11. Impostos sobre lucros

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais do Banco são integradas nas contas da sede, por forma a apurar o resultado fiscal da actividade global em sede de IRC, sendo que os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da actividade global, nos termos do artigo 85º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior do Banco sediada na Zona Franca da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 34º do EBF, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira.

A Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. (Caixa Desenvolvimento) está sujeita ao regime fiscal das Sociedades Gestoras de Participações Sociais. Ao abrigo deste regime, os lucros distribuídos à Caixa Desenvolvimento pelas suas participadas são integralmente excluídos de tributação em sede de IRC, desde que as participações sejam detidas durante, pelo menos, um ano.

Adicionalmente, a Caixa Desenvolvimento aplicou às mais-valias e menos-valias obtidas nos exercícios de 1999 e 2000, decorrentes da troca ou venda de quotas ou acções de que era titular, o regime de diferimento de tributação destes rendimentos, então estabelecido no Código do IRC. Face ao regime em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2002, as mais-valias obtidas nos referidos anos, afectas a investimentos alienados até 31 de Dezembro de 2004, estão a ser tributadas ao longo de um período de 10 anos, tendo o Grupo registado o respectivo passivo por impostos diferidos.

Nos termos previstos no artigo 32º do EBF, as mais-valias e as menos-valias fiscais realizadas pela Caixa Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Caixa Capital) e Caixa Desenvolvimento mediante a transmissão onerosa de partes de capital, desde que detidas por um período não inferior a um ano, bem como os encargos financeiros suportados com a sua aquisição, não concorrem para a formação do lucro tributável. Este regime não se aplica às mais-valias realizadas e aos encargos financeiros suportados quando as partes de capital tenham sido adquiridas (i) a entidades com as quais existam relações especiais, nos termos previstos no número 4 do artigo 58º do Código do IRC, (ii) a entidades com domicílio, sede ou direcção efectiva em território sujeito a um regime fiscal mais favorável ou (iii) a entidades residentes em território português sujeitas a um regime especial de tributação, e tenham sido detidas por um período inferior a três anos.

Ainda nos termos previstos no número 4 do artigo 32º do EBF, a Caixa Capital pode deduzir à colecta de IRC, e até à sua concorrência, a título de benefício fiscal, uma importância correspondente ao limite da soma das colectas de IRC dos cinco exercícios anteriores àquele a que respeita o benefício, desde que o valor deduzido seja utilizado na realização de investimentos em sociedades com potencial de crescimento e valorização. A importância não deduzida nos termos anteriormente referidos poderá ser posteriormente deduzida, nas mesmas condições, na liquidação dos cinco exercícios seguintes. Nos termos previstos pelo artigo 86º do Código de IRC, o imposto liquidado não pode ser inferior a 60% do montante que seria apurado se a Caixa Capital não usufruísse do benefício fiscal acima referido.

Os rendimentos obtidos pelos Fundos de Capital de Risco estão isentos de IRC nos termos do disposto no artigo 23º do EBF.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias resultantes de goodwill;
- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças temporárias resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Grupo tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a provisões e imparidade não aceites para efeitos fiscais, reavaliação de partes de capital registadas como activos financeiros disponíveis para venda, diferimento de comissões, reavaliações legais de activos tangíveis, mais-valias na alienação de participações (ver acima), bem como benefícios fiscais concedidos à actividade de capital de risco.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.12. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Esta rubrica reflecte provisões para fazer face a responsabilidades com garantias prestadas e outros passivos extrapatrimoniais, sendo determinada com base numa análise do risco das operações e dos respectivos clientes. Inclui ainda outras provisões para fazer face a contingências fiscais, legais e outras, bem como a eventuais desvalorizações em activos financeiros.

2.13. Benefícios dos empregados

Em virtude de não ter aderido ao Acordo Colectivo de Trabalho do sector bancário, o Banco não tem responsabilidades relativas a pensões de reforma dos seus empregados, os quais estão abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

No entanto, e com o objectivo de proporcionar aos seus empregados um complemento de reforma ao regime normal da Segurança Social, o Banco constituiu por sua livre iniciativa em 1987, o Fundo de Pensões Caixa - Banco de Investimento (Fundo). O Fundo tem como objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez e de pensões de sobrevivência aos seus empregados, de acordo com os termos estabelecidos no contrato, sendo a sua gestão efectuada pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A contribuição para o Fundo efectuada pelo Banco equivale a uma percentagem de 3,5% das remunerações anuais pagas a cada um dos empregados. Nos exercícios de 2009 e 2008, os custos registados relativos a pensões ascenderam a 393.986 Euros e 405.169 Euros, respectivamente (Nota 28).

Dado tratar-se de um plano de contribuição definida, o Banco não tem quaisquer responsabilidades para além das contribuições acima referidas.

As restantes empresas do Grupo não têm responsabilidades com pensões.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.14. Comissões

Conforme referido na Nota 2.6, as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas como custos ou proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

A estimativa das comissões que o Banco espera pagar a outras instituições de crédito no âmbito da sindicância de operações de crédito em que participe como líder e em que o Grupo CGD assuma uma exposição inicial acima do objectivo definido são registadas como acréscimo de custo por contrapartida da rubrica "Encargos com serviços e comissões" no exercício em que o Banco regista o proveito relativo à correspondente comissão.

2.15. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.16. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

2.17. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pelo Grupo são descritas na Nota 2. Na aplicação destas políticas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas incluem as abaixo apresentadas.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

As perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.6. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade com base em análise colectiva foi efectuada segundo parâmetros apurados ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos para tipologias de crédito comparáveis.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, incluindo os instrumentos de capital afectos à actividade de capital de risco, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.6. a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. No entanto, a determinação do justo valor dos instrumentos de capital afectos à actividade de capital de risco reveste-se de alguma subjectividade.

Conforme referido na Nota 2.6. a), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização da generalidade destes instrumentos financeiros, com excepção dos instrumentos de capital afectos à actividade de capital de risco é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Na Nota 32 – Divulgações relativas a instrumentos financeiros, na secção “Justo valor”, é apresentado um resumo das fontes utilizadas pelo Grupo no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Conforme descrito na Nota 2.6. d), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da Reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, incluindo os afectos à actividade de capital de risco, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Grupo determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.6. d)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pelo Grupo.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria (incluindo títulos “Tier I” classificados como instrumentos de capital), as menos-valias são transferidas da Reserva de justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco e das filiais sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

2.18. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 1/IAS 27 – Emendas (Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada)	1-Jan-09	Estas emendas abordam a mensuração do custo de investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas na adopção inicial das IFRS e o reconhecimento do rendimento de dividendos provenientes de subsidiárias, nas demonstrações financeiras separadas da empresa-mãe.
IAS 39 – Emendas (Itens cobertos elegíveis)	1-Jul-09	Trata-se de clarificações relacionadas com os seguintes aspectos da contabilidade de cobertura: (i) identificação da inflação como um risco coberto e (ii) cobertura com opções.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 2 – Emendas (Condições de aquisição e cancelamentos)	1-Jan-09	Consiste na clarificação da definição de condições de atribuição (vesting conditions), na introdução do conceito de non-vesting conditions e no esclarecimento do tratamento de cancelamentos.
IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos (revista)	1-Jan-09	Esta revisão vem introduzir a obrigatoriedade de capitalização dos custos de empréstimos relacionados com activos que se qualificam, sendo, consequentemente, eliminada a opção de registo dos mesmos em resultados no período em que são incorridos.
IAS 32/IAS 1 – Emendas (Instrumentos financeiros com uma opção put e obrigações decorrentes de uma liquidação)	1-Jan-09	Estas emendas vieram alterar o critério de classificação de um instrumento financeiro entre instrumento de capital próprio e passivo financeiro, permitindo que alguns instrumentos financeiros que podem ser recomprados sejam classificados como instrumentos de capital próprio.
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras (revista)	1-Jan-09	A revisão de 2007 da IAS 1 introduziu alterações de terminologia, incluindo novas designações para as peças das demonstrações financeiras, assim como alterações ao nível do formato e conteúdo de tais peças.
IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes	1-Jul-08	Esta interpretação vem dispor que bónus atribuídos a clientes como parte de uma transacção de venda sejam registados como uma componente separada da transacção.
IFRS 8 – Segmentos operacionais	1-Jan-09	A IFRS 8 consiste numa norma que trata exclusivamente de divulgações e que veio substituir a anterior IAS 14. A IFRS implicou uma redefinição dos segmentos relatáveis da entidade e da informação a relatar nos mesmos.
IFRS 7 – Emendas (Divulgações sobre mensurações pelo justo valor e sobre o risco de liquidez)	1-Jan-09	Estas emendas à IFRS 7 vêm alargar as divulgações requeridas relativamente ao justo valor de instrumentos financeiros e ao risco de liquidez.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2007	Várias (usualmente 1-Jan-09)	Este processo envolveu a revisão de 32 normas contabilísticas.

O efeito nas demonstrações financeiras do Grupo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, decorrente da adopção das novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo, salvo no que diz respeito às seguintes situações:

- “IFRS 8 – Segmentos operacionais”. Esta norma tornou-se aplicável a partir de 1 de Janeiro de 2009 para todas as entidades que tenham emitido títulos (obrigações ou acções) que se encontrem admitidos a cotação em mercados públicos, ou que tenham requerido a admissão destes títulos a cotação em mercados públicos. Apesar de não estar incluído no scope definido, o Grupo optou por efectuar as divulgações de acordo com os requisitos da norma. O IFRS 8 estabelece que o Grupo deverá reportar informação quantitativa e qualitativa sobre os segmentos reportados, os quais correspondem a segmentos operacionais ou agregações de segmentos operacionais. Os segmentos operacionais correspondem a componentes da actividade para os quais o Grupo dispõe de informação financeira autónoma a qual é objecto de análise pelos órgãos de decisão do Grupo nas decisões de afectação de recursos e de medição da performance.
- “IAS 1 (Revisão) – Apresentação das demonstrações financeiras”. Esta norma, de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009, introduz um conjunto de alterações relativamente à denominação das demonstrações financeiras. Os principais impactos desta revisão do IAS 1 para o Grupo são, entre outros, os seguintes:
 - Todos os ganhos e perdas (incluindo os que são contabilizados directamente em capitais próprios) são apresentados:
 - Numa declaração única: demonstração de rendimento integral; ou
 - Em duas declarações (demonstração dos resultados e demonstração de rendimento integral). O Grupo adoptou esta possibilidade nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2009.
 - Deixa de ser permitido apresentar os itens de “other comprehensive income” (por exemplo, ganhos ou perdas na reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda) separadamente na demonstração de alterações nos capitais próprios.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão é de aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009 e vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo.
Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	1-Jan-10	Esta norma foi revista no sentido de agrupar as várias emendas que foram ocorrendo desde a sua primeira versão.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	01-Jan-10	Esta interpretação é de aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e vem introduzir regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado envolvido na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito de concessões do tipo público-para-privado.
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	01-Jan-10	Esta interpretação vem abordar a forma para avaliar se um acordo de construção de um imóvel está no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rédito e como o correspondente rédito deve ser reconhecido
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	01-Jul-09	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras.
IFRIC 9 e IAS 39 – Emendas (Reavaliação de derivados embutidos)	Exercícios acabados em ou iniciados após 30-Jun-09	Estas emendas vêm clarificar em que circunstâncias é permitida a reapreciação subsequente da obrigatoriedade de separação de um derivado embutido.
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	01-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a correcta contabilização de activos que não caixa distribuídos aos accionistas como dividendos
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	Transferências efectuadas em ou após 01-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis “dos clientes”.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

3. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Com uma periodicidade mensal, o Conselho de Administração recebe e analisa informação financeira do Grupo, segregada por segmentos de negócio que representam as suas áreas de actividade aglutinadas por natureza de origemação, e que, no seu conjunto, visam assegurar uma plataforma dinâmica de negócio de banca de investimento. A saber:

- Corporate Finance - Inclui a actividade de assessoria financeira para as vertentes de Dívida e de Ações, bem como a actividade de Project Finance.
- Trading and sales - Inclui a actividade de negociação e de gestão de activos e passivos de tesouraria.
- Corretagem - Inclui a actividade de intermediação financeira.
- Banca comercial - Inclui a origemação transversal de negócio quer na vertente nacional quer na internacional.
- Capital de risco - A actividade de capital de risco do Grupo CGD é desenvolvida através da Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (que, para além de concentrar toda a actividade operacional é também a sociedade gestora de quatro fundos de capital de risco) e da Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. (vocacionada principalmente para participar nas operações de carácter estratégico e com maior potencial de valorização).
- Outros – Restantes actividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

Com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a informação relativa aos segmentos operacionais do Grupo pode ser resumida da seguinte forma:

	2009					
	Corporate finance	Trading and sales	Corretagem	Banca comercial	Capital de risco	Outros
Juros e rendimentos similares	30.894.884	210.166.524	56.008	13.304.685	792.732	105.146
Juros e encargos similares	(12.959.451)	(202.811.302)	(34.130)	(4.116.119)	(2.129)	(99.606)
Rendimentos de instrumentos de capital	-	60.896	-	-	-	-
Margem financeira alargada	I. 17.935.433	7.416.118	21.879	9.188.566	790.603	5.540
Rendimentos de serviços e comissões	66.223.109	5.180.859	6.350.089	11.625.561	4.317.737	36.475
Encargos com serviços e comissões	(28.831.795)	(265.507)	(1.460.732)	(629.505)	(12.698)	-
Resultados em operações financeiras	480.659	13.997.304	(159.115)	(84.654)	3.420.284	-
Outros resultados de exploração	1.325.721	159.159	197.443	2.441.052	663.952	(3.762)
Produto bancário	II. 39.197.694	19.071.815	4.927.685	13.352.454	8.389.275	32.713
Provisões líquidas de reposições e anulações	(4.271.616)	(889.158)	(661.767)	(355.242)	4.452.441	(91.403)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(624.207)	-	804	(22.935.751)	-	(16.148)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(318.862)	(70)	(4.534)	(22.632)	(8.548.011)	(34.124)
Total	III. (5.214.685)	(889.228)	(665.497)	(23.313.625)	(4.095.570)	(141.675)
Outros custos e proveitos	51.918.442	25.598.705	4.284.067	(772.605)	5.084.308	(103.421)
Resultado líquido consolidado						45.606.639
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	680.359.382	-	26.266.952	20.782.390	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	138.673.828	-	26.665.185	54.536.858	6.044.940
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	-	936.919	-	-	-	-
Crédito a clientes	538.629.008	-	2.555.317	326.964.860	-	10.481.634
Recursos de outras instituições de crédito	326.044.888	495.780.188	1.546.794	229.960.645	45.592.524	10.003.924
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.907.425	-	30.733.622	102.483.927	-	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	300.272.162	-	-	-	-
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	-	1.703.334	-	-	-	-

2008							
	Corporate finance	Trading and sales	Corretagem	Banca comercial	Capital de risco	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	31.203.626	232.202.805	217.134	28.342.223	1.816.415	270.016	294.052.218
Juros e encargos similares	(17.285.960)	(232.706.024)	(158.403)	(19.027.087)	(5.904)	(256.518)	(269.439.897)
Rendimentos de instrumentos de capital	-	150.035	-	-	6.228	-	156.263
Margem financeira alargada	I. 13.917.665	(353.185)	58.731	9.315.136	1.816.739	13.498	24.768.584
Rendimentos de serviços e comissões	40.025.227	2.633.632	9.219.472	12.989.707	2.337.059	23.512	67.228.608
Encargos com serviços e comissões	(3.883.710)	(588.064)	(1.813.041)	(813.889)	(11.208)	-	(7.109.912)
Resultados em operações financeiras	248.742	(6.535.776)	(387.641)	(158.597)	2.388.830	-	(4.444.442)
Outros resultados de exploração	231.364	71.586	228.996	(59.527)	9.326.127	(21.659)	9.776.887
	II. 36.621.623	(4.418.622)	7.247.786	11.957.694	14.040.808	1.853	65.451.141
	50.539.288	(4.771.807)	7.306.516	21.272.829	15.857.547	15.351	90.219.724
Produto bancário							
Provisões líquidas de reposições e anulações	(659.969)	(190.692)	(587.753)	(988.242)	(6.674.441)	(144.022)	(9.245.120)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(248.299)	189.776	56.370	(5.770.449)	-	(6.560)	(5.779.162)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	-	-	-	(57.487)	(3.689.125)	-	(3.746.612)
	III. (908.268)	(916)	(531.383)	(6.816.178)	(10.363.566)	(150.582)	(18.770.894)
Total	49.631.020	(4.772.723)	6.775.133	14.456.651	5.493.981	(135.231)	71.448.830
Outros custos e proveitos							(41.206.644)
Resultado líquido consolidado							30.242.185
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	668.559.649	1.165.112	43.272.591	45.219.057	-	758.216.409
Activos financeiros disponíveis para venda	-	77.093.788	-	22.658.988	61.280.545	2.062.120	163.095.441
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	-	461.812	-	-	-	-	461.812
Crédito a clientes	456.083.129	-	2.792.796	397.327.054	-	9.207.229	865.410.208
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	315.920.845	516.501.157	2.741.574	320.891.192	73.770.420	7.806.082	1.237.631.270
Recursos de clientes e outros empréstimos	5.806.115	-	22.488.975	90.867.129	-	-	119.162.219
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	260.363.729	-	-	-	-	260.363.729
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	-	1.483.423	-	-	-	-	1.483.423

A divisão dos juros e encargos similares pelas diversas linhas de negócio é efectuada com base no valor médio dos activos afectos a esses segmentos operacionais.

Em 2009 e 2008, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por país onde o Banco desenvolve a sua actividade é a seguinte:

	2009		
	Portugal	Espanha	Total
Juros e rendimentos similares	230.963.479	24.356.501	255.319.980
Juros e encargos similares	(197.258.295)	(22.764.442)	(220.022.737)
Rendimentos de instrumentos de capital	60.896	-	60.896
Margem financeira alargada	I. 33.766.080	1.592.059	35.358.139
Rendimentos de serviços e comissões	93.278.479	455.351	93.733.830
Encargos com serviços e comissões	(31.188.209)	(12.028)	(31.200.237)
Resultados em operações financeiras	17.654.474	4	17.654.478
Outros resultados de exploração	4.347.229	436.336	4.783.565
	II. 84.091.973	879.663	84.971.636
Produto bancário	117.858.053	2.471.722	120.329.775
Provisões líquidas de reposições e anulações	(2.676.408)	859.663	(1.816.745)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(23.575.302)	-	(23.575.302)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(8.928.234)	-	(8.928.234)
	III. (35.179.944)	859.663	(34.320.281)
Total	82.678.109	3.331.385	86.009.494
Outros custos e proveitos			(40.402.855)
Resultado líquido consolidado			45.606.639
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	727.408.724	-	727.408.724
Activos financeiros disponíveis para venda	225.920.811	-	225.920.811
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	936.919	-	936.919
Crédito a clientes	867.849.591	10.781.228	878.630.819
Recursos de outras instituições de crédito	1.098.151.808	10.777.155	1.108.928.963
Recursos de clientes e outros empréstimos	139.124.974	-	139.124.974
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	300.272.162	-	300.272.162
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	1.703.334	-	1.703.334

2008			
	Portugal	Espanha	Total
Juros e rendimentos similares	284.576.529	9.475.689	294.052.218
Juros e encargos similares	(261.326.064)	(8.113.833)	(269.439.897)
Rendimentos de instrumentos de capital	156.263	-	156.263
Margem financeira alargada	I. 23.406.728	1.361.856	24.768.584
Rendimentos de serviços e comissões	65.716.895	1.511.713	67.228.608
Encargos com serviços e comissões	(7.092.680)	(17.232)	(7.109.912)
Resultados em operações financeiras	(4.444.443)	1	(4.444.442)
Outros resultados de exploração	9.798.543	(21.656)	9.776.887
	II. 63.978.315	1.472.826	65.451.141
Produto bancário	87.385.043	2.834.682	90.219.724
Provisões líquidas de reposições e anulações	(9.126.774)	(118.346)	(9.245.120)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(5.779.162)	-	(5.779.162)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(3.746.612)	-	(3.746.612)
	III. (18.652.548)	(118.346)	(18.770.894)
Total	68.732.495	2.716.336	71.448.830
Outros custos e proveitos			(41.206.644)
Resultado líquido consolidado			30.242.185
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	758.216.409	-	758.216.409
Activos financeiros disponíveis para venda	163.095.441	-	163.095.441
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	461.812	-	461.812
Crédito a clientes	768.695.448	96.714.760	865.410.208
Recursos de outras instituições de crédito	1.140.358.157	97.273.113	1.237.631.270
Recursos de clientes e outros empréstimos	119.162.219	-	119.162.219
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	260.363.729	-	260.363.729
Derivados de cobertura com reavaliação negativa	1.483.423	-	1.483.423

A informação incluída nos quadros anteriores corresponde ao Balanço e Demonstração de resultados do conjunto de todas as entidades do Grupo sediadas em Portugal (coluna "Portugal"), e da Sucursal de Madrid (coluna "Espanha"). Cada uma das entidades do Grupo desenvolve a sua actividade tendo maioritariamente como clientes ou contrapartes entidades residentes no mesmo país onde estão sediadas.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Caixa	1.897	2.555
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	187.113	1.160.845
	-----	-----
	189.010	1.163.400
	=====	=====

A rubrica de depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui os depósitos constituídos junto do Banco de Portugal para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

5. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Cheques a cobrar		
. No País	-	50.000
	-----	-----
Depósitos à ordem		
. No País	958.732	15.709.432
. No Estrangeiro	1.114.478	1.080.883
	-----	-----
	2.073.210	16.790.315
	-----	-----
	2.073.210	16.840.315
	=====	=====

6. ACTIVOS FINANCIEROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ACTIVOS FINANCIEROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009			2008		
	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação	Ao justo valor através de resultados	Total
<u>Instrumentos de dívida</u>						
- De emissores públicos:						
. Obrigações	41.292.177	2	41.292.179	89.311.803	11.066.325	100.378.128
- De outros emissores:						
. Obrigações e outros títulos:						
De residentes	136.167.769	27.225.637	163.393.406	168.206.920	44.245.719	212.452.639
De não residentes	127.516.724	2.492.596	130.009.320	66.208.742	4.343.558	70.552.300
	<u>304.976.671</u>	<u>29.718.234</u>	<u>334.694.905</u>	<u>323.727.465</u>	<u>59.655.602</u>	<u>383.383.067</u>
<u>Instrumentos de capital</u>						
De residentes	42.968.768	-	42.968.768	37.291.022	-	37.291.022
De não residentes	-	-	-	1.420.112	-	1.420.112
	<u>42.968.768</u>	<u>-</u>	<u>42.968.768</u>	<u>38.711.134</u>	<u>-</u>	<u>38.711.134</u>
<u>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 7)</u>						
	328.962.661	-	328.962.661	290.903.151	-	290.903.151
	<u>676.908.100</u>	<u>29.718.234</u>	<u>706.626.334</u>	<u>653.341.750</u>	<u>59.655.602</u>	<u>712.997.352</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Instrumentos de dívida – de outros emissores” inclui 92.659.873 Euros e 158.631.452 Euros, respectivamente, relativos a obrigações convertíveis em acções da EDP emitidas pela Parpública, SGPS, S.A..

No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda um conjunto de títulos que estavam registados como activos financeiros detidos para negociação (Nota 8).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco detinha títulos de dívida dados em garantia cujo valor nominal ascendia a 49.366.000 Euros e 44.150.000 Euros, respectivamente (Nota 31).

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3. d). Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

2009						
Montante nominal			Valor contabilístico			
Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura	Total
			(Nota 6)			
Instrumentos financeiros derivados						
Mercado de balcão (OTC)						
. Swaps						
Taxa de juro	9.141.911.242	16.661.158	9.158.572.400	259.588.520	(248.158.494)	(766.415) 10.663.611
Cotações (Equity swaps)	59.892.105	-	59.892.105	17.207.758	-	- 17.207.758
. Forwards sobre mercadorias	9.583.784	-	9.583.784	-	-	- -
. Caps & Floors	2.624.518.740	-	2.624.518.740	39.193.592	(39.132.727)	- 60.866
. Opções						
Sobre taxa de juro	600.000.500	-	600.000.500	11.378.513	(11.386.664)	- (8.151)
Sobre moeda	39.666.496	-	39.666.496	1.083.613	(1.083.613)	- -
Sobre mercadorias	4.138.276	-	4.138.276	510.664	(510.664)	- -
	<u>12.479.711.143</u>	<u>16.661.158</u>	<u>12.496.372.301</u>	<u>328.962.661</u>	<u>(300.272.162)</u>	<u>(766.415) 27.924.084</u>
Transaccionados em bolsa						
. Futuros						
Taxa de juro	114.685.187	-	114.685.187	-	-	- -
Cotações	<u>1.750.000</u>	<u>-</u>	<u>1.750.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>- -</u>
	<u>12.596.146.330</u>	<u>16.661.158</u>	<u>12.612.807.488</u>	<u>328.962.661</u>	<u>(300.272.162)</u>	<u>(766.415) 27.924.084</u>
2008						
Montante nominal			Valor contabilístico			
Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura	Total
			(Nota 6)			
Instrumentos financeiros derivados						
Mercado de balcão (OTC)						
. Swaps						
Taxa de juro	6.899.530.727	17.456.798	6.916.987.525	232.563.060	(226.620.869)	(1.021.611) 4.920.580
Cotações (Equity swaps)	59.892.105	-	59.892.105	24.584.001	-	- 24.584.001
. Forward cambiais	40.000.000	-	40.000.000	142.451	(134.531)	- 7.920
. Caps & Floors	3.548.185.044	-	3.548.185.044	23.029.569	(23.024.259)	- 5.310
. Opções sobre mercadorias	64.255.227	-	64.255.227	10.584.070	(10.584.070)	- -
	<u>10.611.863.103</u>	<u>17.456.798</u>	<u>10.629.319.901</u>	<u>290.903.151</u>	<u>(260.363.729)</u>	<u>(1.021.611) 29.517.811</u>
Transaccionados em bolsa						
. Futuros						
Taxa de juro	66.237.091	-	66.237.091	-	-	- -
	<u>10.678.100.194</u>	<u>17.456.798</u>	<u>10.695.556.992</u>	<u>290.903.151</u>	<u>(260.363.729)</u>	<u>(1.021.611) 29.517.811</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os saldos da rubrica “Cotações (Equity swaps)” correspondem a um *Equity Swap* para cobertura do risco de variações de valor de acções registadas na carteira de negociação. Este contrato prevê ainda a existência de um colateral sob a forma de um depósito que a contraparte deve manter junto do Banco e que se encontra registado na rubrica “Credores e outros recursos – ajustamentos de cotações” (Nota 19).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor contabilístico dos activos classificados como elemento coberto ascende a 13.409.321 Euros e 14.195.957 Euros respectivamente, incluindo 1.578.920 Euros e 1.558.370 Euros (Nota 10), respectivamente, relativos a correcções de valor.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor contabilístico dos passivos classificados como elemento coberto ascende a 6.051.308 Euros e 5.723.912 Euros respectivamente, incluindo 271.060 Euros e 160.731 Euros (Nota 17), respectivamente, relativos a correcções de valor.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante notional):

2009						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Instrumentos financeiros derivados						
Mercado de balcão (OTC)						
. Swaps						
Taxa de juro						
Negociação	150.000.000	96.468.870	320.162.472	4.607.350.293	3.967.929.607	9.141.911.242
Cobertura	-	-	-	5.000.000	11.661.158	16.661.158
	<u>150.000.000</u>	<u>96.468.870</u>	<u>320.162.472</u>	<u>4.612.350.293</u>	<u>3.979.590.765</u>	<u>9.158.572.400</u>
Cotações (Equity swaps)						
Negociação	-	59.892.105	-	-	-	59.892.105
	<u>150.000.000</u>	<u>156.360.975</u>	<u>320.162.472</u>	<u>4.612.350.293</u>	<u>3.979.590.765</u>	<u>9.218.464.505</u>
. Forward mercadorias						
Negociação	-	-	9.583.784	-	-	9.583.784
. Caps & Floors						
Negociação	60.000.000	-	52.506.000	1.426.883.762	1.085.128.978	2.624.518.740
. Opções						
Sobre taxa de juro	-	-	-	-	600.000.500	600.000.500
Sobre moeda	6.598.460	7.825.952	22.003.975	3.238.109	-	39.666.496
Sobre mercadorias	4.138.276	-	-	-	-	4.138.276
	<u>220.736.736</u>	<u>164.186.927</u>	<u>404.256.231</u>	<u>6.042.472.164</u>	<u>5.664.720.243</u>	<u>12.496.372.301</u>
Transaccionados em bolsa						
. Futuros						
Taxa de juro						
Negociação	114.685.187	-	-	-	-	114.685.187
Cotações	1.750.000	-	-	-	-	1.750.000
	<u>337.171.923</u>	<u>164.186.927</u>	<u>404.256.231</u>	<u>6.042.472.164</u>	<u>5.664.720.243</u>	<u>12.612.807.488</u>
2008						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Instrumentos financeiros derivados						
Mercado de balcão (OTC)						
. Swaps						
Taxa de juro						
Negociação	1.320.733.276	66.667	169.305.439	2.413.489.223	2.995.936.122	6.899.530.727
Cobertura	-	-	-	-	17.456.798	17.456.798
	<u>1.320.733.276</u>	<u>66.667</u>	<u>169.305.439</u>	<u>2.413.489.223</u>	<u>3.013.392.920</u>	<u>6.916.987.525</u>
Cotações (Equity swaps)						
Negociação	-	-	-	59.892.105	-	59.892.105
	<u>1.320.733.276</u>	<u>66.667</u>	<u>169.305.439</u>	<u>2.473.381.328</u>	<u>3.013.392.920</u>	<u>6.976.879.630</u>
. Forward cambial						
Negociação	40.000.000	-	-	-	-	40.000.000
. Caps & Floors						
Negociação	-	-	673.200.000	2.526.805.024	348.180.020	3.548.185.044
. Opções sobre mercadorias						
Negociação	7.615.431	13.802.976	38.553.138	4.283.682	-	64.255.227
	<u>1.368.348.707</u>	<u>13.869.643</u>	<u>881.058.577</u>	<u>5.004.470.034</u>	<u>3.361.572.940</u>	<u>10.629.319.901</u>
Transaccionados em bolsa						
. Futuros						
Taxa de juro						
Negociação	66.237.091	-	-	-	-	66.237.091
	<u>1.434.585.798</u>	<u>13.869.643</u>	<u>881.058.577</u>	<u>5.004.470.034</u>	<u>3.361.572.940</u>	<u>10.695.556.992</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2009		2008	
	Valor nocional	Valor contabilístico	Valor nocional	Valor contabilístico
Contratos sobre taxa de juro				
Swaps de taxa de juro				
Instituições Financeiras	4.724.322.177	(187.527.935)	3.715.905.214	(172.619.822)
Clientes	4.434.250.223	198.191.546	3.201.082.311	177.540.402
	<u>9.158.572.400</u>	<u>10.663.611</u>	<u>6.916.987.525</u>	<u>4.920.580</u>
Swaps de Cotações (Equity swaps)				
Instituições Financeiras	-	-	-	-
Clientes	59.892.105	17.207.758	59.892.105	24.584.001
	<u>59.892.105</u>	<u>17.207.758</u>	<u>59.892.105</u>	<u>24.584.001</u>
Forwards de mercadorias				
Instituições Financeiras	4.791.892	-	-	-
Clientes	4.791.892	-	-	-
	<u>9.583.784</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Forward rate agreement				
Instituições Financeiras	-	-	20.000.000	(134.531)
Clientes	-	-	20.000.000	142.450
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>40.000.000</u>	<u>7.919</u>
Caps & Floors				
Instituições Financeiras	1.312.259.370	(25.350.892)	1.774.092.522	(18.519.784)
Clientes	1.312.259.370	25.411.758	1.774.092.522	18.525.094
	<u>2.624.518.740</u>	<u>60.866</u>	<u>3.548.185.044</u>	<u>5.310</u>
Opções sobre taxa de juro				
Instituições Financeiras	300.000.000	(11.386.664)	-	-
Administrações Centrais	300.000.000	11.378.513	-	-
Clientes	500	-	-	-
	<u>600.000.500</u>	<u>(8.151)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Opções sobre moeda				
Instituições Financeiras	19.833.248	896.768	-	-
Clientes	19.833.248	(896.768)	-	-
	<u>39.666.496</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Opções sobre mercadorias				
Instituições Financeiras	2.069.138	(134.631)	32.127.618	(1.840.126)
Clientes	2.069.138	134.631	32.127.609	1.840.126
	<u>4.138.276</u>	<u>-</u>	<u>64.255.227</u>	<u>-</u>
Futuros				
Em Bolsa	116.435.187	-	66.237.091	-
	<u>12.612.807.488</u>	<u>27.924.084</u>	<u>10.695.556.992</u>	<u>29.517.810</u>

8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
Emitidos por residentes	89.355.228	71.644.521
Emitidos por não residentes	57.229.838	18.567.806
	<u>146.585.066</u>	<u>90.212.327</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
<u>Acções</u>		
· Valor Bruto		
· Emitidos por residentes		
Valorizados ao custo histórico	153.127	153.127
· Emitidos por não residentes		
Valorizados ao custo histórico	-	3.063.721
Valorizados ao justo valor	14.425.009	8.385.721
	<u>14.578.136</u>	<u>11.602.569</u>
<u>Outros instrumentos de capital</u>		
· Valor Bruto	10.220.751	-
	<u>24.798.887</u>	<u>11.602.569</u>
	<u>171.383.953</u>	<u>101.814.896</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Instrumentos de capital - acções” apresenta o seguinte detalhe:

	2009				2008	
	% de participação	Custo de aquisição (*)	Valor de balanço	Reserva de justo valor	% de participação	Valor de balanço
EDP Renováveis, S.A.	0,14%	9.852.483	8.380.068	(1.472.415)	0,14%	6.323.602
SEIF - South Europe Infrastructure Equity Finance	8,33%	3.688.721	4.052.818	364.097	n.d.	3.063.721
Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura	9,26%	1.820.014	1.992.123	172.109	9,26%	2.062.119
MTS Portugal, SGMR, S.A.	4,67%	153.127	153.127	-	4,67%	153.127
		15.514.345	14.578.136	(936.209)		11.602.569

(*) Líquido de imparidade registada.

Nos exercícios de 2009 e 2008, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	<u>2009</u>				
Título	Saldo em 31.12.2008	Compras/ (Vendas)	Variação da Reserva de justo valor	Diferenças de câmbio	Saldo em 31.12.2009
EDP Renováveis, S.A.	6.323.602	(259.213)	2.315.679	-	8.380.068
SEIF - South Europe Infrastructure Equity Finance	3.063.721	625.000	364.097	-	4.052.818
Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura	2.062.119	-	-	(69.996)	1.992.123
MTS Portugal, SGMR, S.A.	153.127	-	-	-	153.127
	<u>11.602.569</u>	<u>365.787</u>	<u>2.679.776</u>	<u>(69.996)</u>	<u>14.578.136</u>

Título	2008				
	Saldo em 31.12.2007	Compras/ (Vendas)	Variação da Reserva de justo valor	Diferenças de câmbio	Saldo em 31.12.2008
EDP Renováveis, S.A.	-	10.111.696	(3.788.094)	-	6.323.602
SEIF - South Europe Infrastructure Equity Finance	1.801.221	1.262.500	-	-	3.063.721
Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura	1.154.712	794.028	-	113.379	2.062.119
MTS Portugal ,SGMR, S.A.	153.127	-	-	-	153.127
ENACOL - Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.	3.718.940	(3.718.940)	-	-	-
	<u>6.828.000</u>	<u>8.449.284</u>	<u>(3.788.094)</u>	<u>113.379</u>	<u>11.602.569</u>

Os “Outros instrumentos de capital” correspondem a acções preferenciais sem direito a voto emitidas pela Caixa Geral Finance Limited, que dão direito a um dividendo preferencial trimestral, decidido pela Sociedade, equivalente a uma remuneração anual correspondente à Euribor acrescida de um spread. A Caixa Geral Finance pode proceder ao reembolso das acções preferenciais a partir de dez anos após a sua emissão (Junho de 2014 e Setembro de 2015), e caso não o faça o spread aplicável aumenta 1%.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as menos-valias potenciais relativas a títulos classificados nas rubricas “Instrumentos de dívida” e “Outros instrumentos de capital”, ascendiam a 7.250.328 Euros e 11.697.535 Euros, respectivamente.

Em 2009 e 2008, o Banco participou nos aumentos de capital do South Europe Infrastructure Equity Finance (SEIEF), tendo realizado um investimento de 625.000 Euros e 1.262.500 Euros, respectivamente. O Banco tem um compromisso total assumido de efectuar entradas de capital até ao montante de 10.000.000 Euros mediante solicitação do fundo, sempre que este efectue uma nova operação.

Em Junho de 2008, o Banco adquiriu 1.263.962 acções da EDP Renováveis, S.A. no âmbito da Initial Public Offering (IPO) realizada na Euronext Lisboa ao preço unitário de 8 Euros por acção.

A participação na Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura foi adquirida em 2001 por 4.000.000 de Dólares Norte – Americanos. Em Agosto de 2008, o Banco adquiriu 1.000.000 de acções pelo montante total de 1.170.000 Dólares Norte - Americanos. A exposição a risco cambial encontra-se coberta através de tomada de fundos denominados em Dólares Norte-Americanos. No âmbito da aplicação de contabilidade de cobertura, a variação no justo valor em 2009 e 2008 resultante da componente cambial foi reflectida em resultados.

Com referência a 1 de Julho de 2008, o Banco efectuou uma reclassificação de títulos da categoria de Activos financeiros detidos para negociação para a categoria de Activos financeiros disponíveis para venda, ao abrigo da alteração da Norma IAS 39 aprovada em 13 de Outubro de 2008. Devido à turbulência dos mercados financeiros que se verificou no exercício de 2008, o Banco deixou de ter a expectativa de alienar estes títulos no curto prazo, facto que motivou esta transferência entre categorias.

O impacto da reclassificação desses títulos, em resultados e na reserva de justo valor, excluindo o efeito fiscal, é descrito como segue:

	Valor 31-12-2009	Valor 31-12-2008
Justo valor	12.922.417	37.359.987
Juro corrido	92.090	781.314
Valor de balanço	13.014.507	38.141.301
Reserva de justo valor	(2.161.051)	(1.046.108)
Mais/(menos) Valia reflectida em resultados do exercício	1.598.457	(2.170.534)
Impacto no resultado do exercício caso não tivesse ocorrido a reclassificação	(1.114.943)	(1.046.108)

Os valores apresentados não reflectem o efeito fiscal.

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Depósitos a prazo		
· No país	22.189.619	7.784.638
Juros a receber	120.223	78.539
	-----	-----
	22.309.842	7.863.177
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as “Aplicações em instituições de crédito” tinham vencimento no primeiro trimestre do exercício seguinte, eram denominadas em Euros, e remuneradas à taxa de juro média anual de 2,54% e 3,65%, respectivamente.

10. CRÉDITOS A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Crédito interno não titulado		
. Empréstimos	413.786.428	385.317.967
. Créditos em conta corrente	26.298.920	54.009.400
. Descobertos em depósitos à ordem	5.678.613	5.943.793
. Outros créditos	10.470.240	9.284.345
Crédito interno titulado		
. Papel comercial	45.800.000	45.500.000
Crédito ao exterior		
. Empréstimos	408.927.704	398.860.789
. Créditos em conta corrente	3.244.880	2.990.775
. Outros créditos	105.990	-
Correcções de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 7)	1.578.920	1.558.370
	<u>915.891.695</u>	<u>903.465.439</u>
Juros a receber	2.932.062	6.983.371
Receitas com rendimento diferido		
. Comissões associadas ao custo amortizado	(4.071.981)	(4.286.005)
. Juros	(9.379)	(129.055)
	<u>914.742.397</u>	<u>906.033.750</u>
Crédito e juros vencidos	1.826.980	1.469.591
	<u>916.569.377</u>	<u>907.503.341</u>
Provisões para crédito de cobrança duvidosa (Nota 18)	(23.128.219)	(6.309.684)
Provisões para crédito vencido (Nota 18)	(1.580.868)	(1.469.591)
	<u>(24.709.087)</u>	<u>(7.779.275)</u>
	<u>891.860.290</u>	<u>899.724.067</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Para fazer face aos riscos de realização do crédito concedido, o Banco tem ainda constituída uma provisão para riscos gerais de crédito a qual, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, ascende a 14.690.998 Euros e 8.596.235 Euros, respectivamente (Nota 18).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica apresenta a seguinte composição, de acordo com os prazos residuais até ao vencimento:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Até três meses	65.801.569	45.858.370
De três meses a um ano	2.551	4.007.085
De um a cinco anos	229.669.110	155.445.867
Mais de cinco anos	585.184.042	635.198.139
Descobertos e créditos em conta corrente	35.234.423	62.955.978
	<u>915.891.695</u>	<u>903.465.439</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a distribuição sectorial dos créditos sobre clientes, excluindo créditos vencidos, é a seguinte:

Sector de actividade	2009		2008	
	Valor	%	Valor	%
Indústrias extractivas	-	-	-	-
Indústrias transformadoras				
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	136.503.901	14,9	135.531.667	15,0
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	15.014.835	1,6	13.787.608	1,5
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	8.512.486	0,9	8.074.030	0,9
Indústria têxtil	9.607.544	1,0	9.607.544	1,1
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	6.070.629	0,7	6.572.147	0,7
Fabricação de material de transporte	4.411.704	0,5	7.106.967	0,8
Indústria da pasta de papel, cartão e artigos de edição e impressão	789.468	0,1	2.430.675	0,3
Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	890.489	0,1	967.699	0,1
Indústrias transformadoras	1.588.217	0,2	1.873.401	0,2
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	787.294	0,1	1.300.840	0,1
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas				
Actividades imobiliárias	55.379.659	6,0	50.499.110	5,6
Outras actividades	183.826.975	20,1	205.685.502	22,8
Transportes, armazenagem e comunicações	275.685.222	30,1	246.323.916	27,3
Construção	100.821.357	11,0	97.754.212	10,8
Comércio por grosso/retalho	27.478.122	3,0	27.682.827	3,1
Saúde e segurança social	22.585.671	2,5	23.358.369	2,6
Actividades financeiras	6.000.000	0,7	9.000.000	1,0
Alojamento e restauração	5.007.454	0,5	5.511.589	0,6
Outras actividades e serviços colectivos, sociais e pessoais	42.623.661	4,7	39.184.336	4,3
Crédito a particulares	12.307.007	1,3	11.213.001	1,2
	<u>915.891.695</u>	<u>100</u>	<u>903.465.440</u>	<u>100</u>

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	2009						
	Saldo em 31.12.08		Aquisições	Transferências (líquido)	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Valor líquido em 31.12.09
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Imóveis:							
De serviço próprio	13.093.382	(3.176.903)	460.636	2.646.002	(479.428)	-	12.543.689
Outros imóveis	77.843	(77.843)	-	-	-	-	-
Equipamento:							
Mobiliário e material	1.295.871	(1.031.041)	164.828	-	(79.497)	-	350.161
Material de transporte	143.374	(96.755)	55.658	5.000	(35.565)	-	71.712
Equipamento informático	1.655.518	(1.432.641)	77.512	-	(156.062)	-	144.327
Instalações interiores	1.810.124	(1.734.973)	-	-	(18.403)	-	56.748
Equipamento de segurança	240.087	(240.087)	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	540.902	(445.231)	26.912	-	(27.084)	-	95.499
Imobilizado em locação financeira:							
Material de transporte	609.239	(427.778)	-	(5.000)	(59.615)	(72.136)	44.710
Activos tangíveis em curso	2.646.002	-	-	(2.646.002)	-	-	-
	22.112.342	(8.663.252)	785.545	-	(855.654)	(72.136)	13.306.844

2008						
	Saldo em 31.12.07		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Valor líquido em 31.12.08
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Imóveis:						
De serviço próprio	13.093.382	(3.008.139)	-	(168.764)	-	9.916.479
Outros imóveis	77.843	(77.843)	-	-	-	-
Equipamento:						
Mobiliário e material	1.043.094	(938.331)	252.777	(92.710)	-	264.830
Material de transporte	176.587	(157.435)	53.268	(16.651)	(9.150)	46.619
Equipamento informático	1.373.258	(1.167.336)	282.261	(265.306)	-	222.877
Instalações interiores	1.810.122	(1.701.619)	-	(33.354)	-	75.149
Equipamento de segurança	240.087	(240.087)	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	469.248	(413.236)	71.655	(31.995)	-	95.672
Imobilizado em locação financeira:						
Material de transporte	1.067.567	(600.779)	-	(162.463)	(122.864)	181.461
Activos tangíveis em curso	-	-	2.646.002	-	-	2.646.002
	<u>19.351.188</u>	<u>(8.304.805)</u>	<u>3.305.963</u>	<u>(771.243)</u>	<u>(132.014)</u>	<u>13.449.090</u>

Em 31 de Dezembro de 2008, os activos tangíveis em curso correspondiam a despesas incorridas na realização de obras no edifício do Banco, que foram concluídas no exercício de 2009.

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

2009							
	Saldo em 31.12.08		Aquisições	Transferências	Regularizações	Amortizações do exercício	Valor líquido em 31.12.09
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Sistemas de tratamento automático de dados	4.045.481	(3.731.204)	87.546	36.578	-	(246.658)	191.744
Activos intangíveis em curso	68.081	-	258.193	(36.578)	(31.503)	-	258.192
	<u>4.113.562</u>	<u>(3.731.204)</u>	<u>345.739</u>	<u>-</u>	<u>(31.503)</u>	<u>(246.658)</u>	<u>449.936</u>

2008						
	Saldo em 31.12.07		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor líquido em 31.12.08
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Sistemas de tratamento automático de dados	3.718.574	(3.507.414)	162.044	164.863	(223.790)	314.277
Activos intangíveis em curso	232.944	-	-	(164.863)	-	68.081
	<u>3.951.518</u>	<u>(3.507.414)</u>	<u>162.044</u>	<u>-</u>	<u>(223.790)</u>	<u>382.358</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os activos intangíveis em curso correspondem a despesas incorridas na aquisição e desenvolvimento de software que ainda a ser utilizado nestas datas.

13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.	15.500.000	89.784.245
Fundo de Capital de Risco		
Energias Renováveis – Caixa Capital	45.500.000	45.500.000
Caixa Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	14.575.724	14.575.724
	-----	-----
	75.575.724	149.859.969
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço dos investimentos na Caixa Desenvolvimento inclui prestações suplementares concedidas pelo Banco no montante de 13.000.000 Euros e 87.284.245 Euros, respectivamente. No exercício de 2009 foram reembolsadas prestações suplementares no montante de 74.284.245 Euros.

Os dados financeiros, retirados das contas individuais das filiais relativos ao último exercício económico podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	Sede	Percentagem de participação (%)		Data	Activo	Lucro/ (Prejuízo)	Situação líquida
		Directa	Efectiva				
Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	31-12-2009	28.978.986	(1.721.821)	25.934.725
FCR Energias Renováveis - Caixa Capital	Lisboa	91,00%	91,00%	31-12-2009	53.263.737	4.544.061	52.992.932
Caixa Capital, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	31-12-2009	35.595.287	3.346.254	28.092.240

A Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A., (Caixa Desenvolvimento) constituída no exercício de 1998, é uma sociedade com sede em Portugal, tendo como objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A Caixa Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Caixa Capital) tem sede em Lisboa e foi constituída em 31 de Dezembro de 1990 ao abrigo do Decreto-Lei nº 17/86, de 5 de Fevereiro. A Caixa Capital tem por objecto o apoio e promoção do investimento e da inovação tecnológica em projectos ou empresas, através da participação temporária no respectivo capital social. Adicionalmente, pode prestar assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial às sociedades em cujo capital participe. Em 31 de Dezembro de 2009 geria quatro fundos de capital de risco.

O Fundo de Capital de Risco Energias Renováveis – Caixa Capital (FCR Energias Renováveis) foi constituído em Janeiro de 2006, com um capital subscrito de 50.000.000 Euros, representado por 2.000 unidades de participação. O Fundo tem por objecto investir o seu património na aquisição de participações no capital de sociedades com elevado potencial de crescimento e valorização que desenvolvam a sua actividade na produção de electricidade através de fontes de energia renováveis. O Banco subscreveu 1.820 unidades de participação pelo valor nominal de 45.500.000 Euros, dos quais 18.900.000 Euros (Nota 19) se encontram por realizar em 31 de Dezembro de 2009 e 2008. No exercício de 2008 foram realizados 13.700.000 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2007 a Caixa Desenvolvimento detinha uma participação de 49% do capital da Compal – Companhia Produtos de Conservas Alimentares, S.A. (Compal), cujo custo de aquisição ascendia a 61.250.000 Euros, incluindo prestações suplementares no total de 56.350.000 Euros. Ainda no decorrer do exercício de 2007, o Grupo encetou contactos com a Sumolis com vista à alienação da participação detida na Compal, tendo sido assinado um contrato promessa de compra e venda desta participação no decorrer do primeiro trimestre de 2008.

No exercício de 2008, ocorreram os seguintes desenvolvimentos relativos a esta operação:

- Em Agosto de 2008, foi decidida a não oposição pela Autoridade da Concorrência à venda da Compal, tendo posteriormente sido alienadas pela Caixa Desenvolvimento acções correspondentes a 29,9% do capital da Compal;
- Em Dezembro de 2008 foi aprovado, em Assembleia Geral de Accionistas, o projecto de fusão entre a Compal e a Sumol+Compal, Gestão de Marcas, S.A., tendo sido concretizada a escritura de fusão em 23 de Dezembro de 2008, com efeito em 31 de Dezembro de 2008. Conforme previsto contratualmente, a Caixa Desenvolvimento alienou acções correspondentes a 5,0225% do capital da Compal;
- Após a fusão, a Sumol+Compal, S.A. procedeu à emissão de 20.619.055 novas acções, tendo este aumento de capital sido integralmente subscrito e realizado pela Caixa Desenvolvimento e pelo Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital mediante a entrega das acções da Compal.

Em resultado destas operações, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a participação da Caixa Desenvolvimento na Sumol+Compal representa 6,921% do capital social.

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 eram os seguintes:

	2009	2008
Activos por impostos correntes		
· Imposto sobre o rendimento a recuperar	657.900	657.900
Passivos por impostos correntes		
· Imposto sobre o rendimento a pagar	(17.886.487)	(2.466.548)
	<u>(17.228.587)</u>	<u>(1.808.648)</u>
	=====	=====
Activos por impostos diferidos		
· Por diferenças temporárias	18.313.138	4.663.208
Passivos por impostos diferidos	(467.900)	(462.949)
	<u>17.845.238</u>	<u>4.200.259</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Imposto sobre o rendimento a recuperar” corresponde ao valor de uma reclamação efectuada pelo Banco referente ao IRC do exercício de 2000.

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	2009		
	Saldo em 31.12.08	Variação Resultados Capital Próprio	Saldo em 31.12.2009
Provisões não aceites fiscalmente	1.703.443	7.557.607	9.261.050
Comissões	1.214.156	6.857.121	8.071.277
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados de cobertura	300.372	(150.186)	150.186
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	959.055	-	445.850
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	475.826	(246.412)	229.414
Valorização de outros activos ao justo valor através de resultados	(21.727)	10.864	(10.863)
Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(184.366)	5.941	(178.425)
Correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura	(246.499)	123.249	(123.250)
	<u>4.200.259</u>	<u>14.158.184</u>	<u>17.845.238</u>

	2008				Saldo em 31.12.2008
	Saldo em 31.12.07	Variação Resultados	Capital Próprio	Outros	
Provisões não aceites fiscalmente	1.872.687	(143.841)	-	(25.403)	1.703.443
Comissões	342.078	872.078	-	-	1.214.156
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados de cobertura	450.558	(150.186)	-	-	300.372
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	259.695	-	1.003.845	(304.485)	959.055
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda	486.184	-	-	(10.358)	475.826
Valorização de outros activos ao justo valor através de resultados	(32.590)	10.863	-	-	(21.727)
Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(190.306)	5.940	-	-	(184.366)
Correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura	(369.749)	123.250	-	-	(246.499)
	<u>2.818.556</u>	<u>718.104</u>	<u>1.003.845</u>	<u>(340.246)</u>	<u>4.200.259</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 a coluna “Outros” refere-se a reclassificações entre imposto diferido e imposto corrente.

Os gastos com impostos sobre lucros registados em capitais próprios, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Com impacto no resultado do exercício</u>		
Impostos correntes		
Do exercício	25.283.608	12.589.229
Correcções relativas a exercícios anteriores	(4.527)	55.533
	<u>25.279.081</u>	<u>12.644.762</u>
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(14.158.184)	(718.104)
Total de impostos em resultados	<u>11.120.896</u>	<u>11.926.658</u>
Resultado antes de impostos	<u>53.089.922</u>	<u>44.437.802</u>
Carga fiscal em resultados	20,95% =====	26,84% =====
<u>Com impacto em reservas</u>		
Impostos correntes	1.962.570	(2.795.361)
Impostos diferidos	513.205	(1.003.845)
Total de impostos em reservas	<u>2.475.776</u>	<u>(3.799.206)</u>
Total de impostos em capitais próprios	<u>13.596.672</u> =====	<u>8.127.452</u> =====

No exercício de 2009 e 2008, os impostos correntes de 1.962.570 Euros e o crédito de imposto corrente no montante de 2.795.361 Euros, respectivamente, ambos reflectidos em reservas, referem-se ao imposto associado à reavaliação do ano dos títulos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda, que se encontra a ser relevada para efeitos de apuramento do resultado fiscal deste exercício. O imposto diferido registado na mesma rubrica refere-se à reavaliação do ano de partes de capital igualmente classificadas em activos financeiros disponíveis para venda, a qual só irá ser relevada fiscalmente no momento da venda dessas partes de capital.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco relativas aos anos de 2006 a 2009 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável poderá ser objecto de eventuais correcções.

Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser demonstrada como se segue:

	2009		2008	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		<u>53.089.922</u>		<u>44.437.802</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	14.068.829	26,50%	11.776.018
Impacto do regime de tributação da actividade da Sucursal Financeira Exterior da Madeira (Nota 2.8)	(7,52%)	(3.994.219)	(0,40%)	(177.739)
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	3,21%	1.705.981	1,44%	640.933
Prejuízo fiscal imputado por ACE	(0,63%)	(333.453)	(1,05%)	(464.849)
Tributação autónoma	0,15%	81.681	0,19%	82.769
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00%	-	0,12%	55.533
Outros custos não aceites	0,02%	8.587	0,04%	16.605
Mais - valias fiscais	0,02%	11.656	(0,02%)	(7.748)
Benefícios fiscais	(1,33%)	(707.819)	(0,00%)	(1.860)
Outros	0,53%	279.652	0,02%	6.996
	<u>20,95%</u>	<u>11.120.896</u>	<u>26,84%</u>	<u>11.926.658</u>

15. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Devedores por operações sobre futuros e opções	2.412.435	1.752.804
Outros devedores diversos	4.297.695	3.810.753
	-----	-----
	6.710.130	5.563.557
	-----	-----
<u>Outros activos</u>	48.846	48.848
	-----	-----
<u>Rendimentos a receber</u>	827.169	37.223
	-----	-----
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Seguros	1.146	1.034
Rendas de locação operacional	3.812	46.912
Outras despesas com encargo diferido	993.133	1.112.017
	-----	-----
	998.091	1.159.963
	-----	-----
<u>Contas de regularização activas</u>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	15.559.066	21.213.953
Outras operações activas a regularizar	380.566	278.272
	-----	-----
	15.939.632	21.492.225
	-----	-----
Crédito e juros vencidos	4.016.889	3.935.714
	-----	-----
	28.540.757	32.237.528
	-----	-----
Imparidade de outros activos (Nota 18)	(4.315.936)	(3.935.714)
	-----	-----
	24.224.821	28.301.814
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Outros devedores diversos” corresponde essencialmente a valores a receber de clientes por facturação de serviços prestados pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Outras despesas com encargo diferido” inclui 708.891 Euros e 932.188 Euros, respectivamente, relativamente aos valores entregues por conta da participação no Agrupamento Complementar de Empresas TREM II – Aluguer de Material Circulante, ACE (TREM II).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Operações sobre valores mobiliários a regularizar” corresponde ao valor de operações de venda de títulos no final do exercício cuja liquidação financeira ocorreu no início do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Crédito e juros vencidos” inclui crédito vencido proveniente da Caixa Valores no montante de 3.551.441 Euros, resultante de operações sobre títulos efectuadas em 1992 por um grupo de clientes. Este crédito encontra-se integralmente provisionado.

Em Setembro de 1994, a Caixa Valores moveu uma acção contra o grupo de clientes aos quais atribuiu a responsabilidade pela realização das referidas operações, ascendendo o montante reclamado a 6.003.180 Euros, acrescido de juros desde Junho de 1993. Dado que o processo se encontra ainda em curso, o Banco não tem registado qualquer activo relacionado com esta situação.

16. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
À vista		
. Depósitos à ordem		
Instituições de crédito no país	133.620	170.665
Instituições de crédito no estrangeiro	1.292	1.364
A prazo		
Recursos do mercado monetário interbancário	-	-
Depósitos a prazo	597.145.000	89.100.000
Recursos a muito curto prazo	475.945.796	1.109.158.795
Outros recursos – Descobertos em depósitos à ordem	23.486	-
. Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos a prazo	34.585.000	38.250.000
	<u>1.107.834.194</u>	<u>1.236.680.824</u>
Juros a pagar		
. Recursos de instituições de crédito no país	1.082.057	905.821
. Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	12.712	44.625
	<u>1.108.928.963</u>	<u>1.237.631.270</u>
	=====	=====

Os prazos residuais de vencimento dos recursos de outras instituições de crédito são os seguintes:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Depósitos à ordem e descobertos	158.398	172.029
Até três meses	1.006.275.796	1.147.408.795
De três meses a três anos	101.400.000	89.100.000
	<u>1.107.834.194</u>	<u>1.236.680.824</u>
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os recursos de outras instituições de crédito, excluindo depósitos à ordem eram remunerados à taxa de juro média anual de 0,61% e 2,49%, respectivamente.

17. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Depósitos		
. À ordem	53.676.147	41.431.488
. A prazo	90.815.715	87.738.532
	<u>144.491.862</u>	<u>129.170.020</u>
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura (Nota 7)	271.060	160.731
	<u>144.762.922</u>	<u>129.330.751</u>
Juros a pagar de depósitos	1.681.175	1.554.711
	<u>146.444.097</u>	<u>130.885.462</u>
	=====	=====

Os recursos de clientes e outros empréstimos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 apresentam a seguinte estrutura de acordo com os respectivos prazos residuais até ao vencimento:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
À vista	53.676.147	41.431.488
Até três meses	44.542.100	71.135.070
De três meses a um ano	34.845.400	4.300.000
De um a cinco anos	5.000.000	-
Mais de cinco anos	6.428.215	12.303.462
	<u>144.491.862</u>	<u>129.170.020</u>
	=====	=====

18. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	2009					Saldo em 31.12.09
	Saldo em 31.12.08	Reforços	Anulações e reposições	Utilizações	Diferenças cambiais	
Provisões para créditos sobre clientes (Nota 10):						
· Cobrança duvidosa	6.309.684	23.128.219	(6.309.684)	-	-	23.128.219
· Crédito vencido	1.469.591	161.161	-	-	(49.884)	1.580.868
	<u>7.779.275</u>	<u>23.289.380</u>	<u>(6.309.684)</u>	<u>-</u>	<u>(49.884)</u>	<u>24.709.087</u>
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 10)	8.596.235	8.158.253	(2.063.490)	-	-	14.690.998
Provisões para outros riscos e encargos	5.261.374	17.617.666	(11.491.773)	-	-	11.387.267
	<u>13.857.609</u>	<u>25.775.919</u>	<u>(13.555.263)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>26.078.265</u>
Imparidade de outros activos (Nota 15)	3.935.714	550.893	(170.671)	-	-	4.315.936
	<u>25.572.599</u>	<u>49.616.192</u>	<u>(20.035.618)</u>	<u>-</u>	<u>(49.884)</u>	<u>55.103.289</u>

	2008					Saldo em 31.12.08
	Saldo em 31.12.07	Reforços	Anulações e reposições	Utilizações	Diferenças cambiais	
Provisões para créditos sobre clientes (Nota 10):						
· Cobrança duvidosa	-	6.309.684	-	-	-	6.309.684
· Crédito vencido	1.389.328	-	-	-	80.263	1.469.591
	<u>1.389.328</u>	<u>6.309.684</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>80.263</u>	<u>7.779.275</u>
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 10)	9.953.705	2.079.573	(3.437.043)	-	-	8.596.235
Provisões para outros riscos e encargos	2.530.985	7.730.389	(5.000.000)	-	-	5.261.374
	<u>12.484.690</u>	<u>9.809.962</u>	<u>(8.437.043)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.857.609</u>
Imparidade de outros activos (Nota 15)	3.878.226	57.488	-	-	-	3.935.714
	<u>17.752.245</u>	<u>16.177.134</u>	<u>(8.437.043)</u>	<u>-</u>	<u>80.263</u>	<u>25.572.599</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco dispõe de Provisões para cobrança duvidosa e Provisões para riscos gerais de crédito acima dos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, para fazer face ao risco associado a um conjunto de operações de crédito a clientes.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Provisões para outros riscos e encargos” inclui provisões constituídas para fazer face a contingências fiscais e eventuais perdas ou desvalorizações em activos financeiros.

19. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Ajustamentos de cotações – Equity swap (Nota 7)	8.817.254	13.236.577
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	2.088.017	5.128.077
. Imposto sobre o valor acrescentado	208.393	2.411.386
. Contribuições para a Segurança Social	219.669	247.786
Juros e dividendos a pagar	183.397	162.454
Credores por operações sobre valores mobiliários	748.108	754.445
Credores diversos		
. FCR Energias Renováveis – capital não realizado (Nota 13)	18.900.000	18.900.000
. Valores a liquidar - IRC	884.172	884.172
. Fornecedores de bens de locação financeira	60.212	265.508
. Outros	1.977.197	1.317.139
Credores por operações sobre futuros e opções	240.300	-
	<u>34.326.719</u>	<u>43.307.544</u>
<u>Encargos a pagar</u>		
Remunerações adicionais	2.925.924	2.559.829
Férias e subsídio de férias	1.575.500	1.554.900
Fundo de pensões	384.975	377.946
Outros	625.380	
	<u>6.517.357</u>	<u>5.118.055</u>
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões de operações de crédito (Nota 2.3. a))		
. Comissões de agenciamento	996.222	913.128
Comissões por garantias prestadas	11.656	58.612
	<u>1.007.878</u>	<u>971.740</u>
<u>Outras contas de regularização</u>		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	20.323.034	27.524.679
Operações passivas a regularizar		
Comissões a pagar - sindicância de operações de crédito	37.235.743	10.684.598
Outras	278.715	37.947
	<u>57.837.492</u>	<u>38.247.224</u>
	<u>99.689.446</u>	<u>87.644.563</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica “Credores por operações sobre valores mobiliários”, refere-se às contas-correntes dos clientes da actividade de corretagem.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo da rubrica “Credores diversos – Valores a liquidar IRC” corresponde a um montante reembolsado no exercício de 2008 pela Direcção Geral de Impostos, no âmbito do processo judicial referente ao IRC do exercício de 1997. Este montante será regularizado após decisão quanto ao montante a pagar pelo Banco referente ao IRC de 1996.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Operações sobre valores mobiliários a regularizar” corresponde ao valor de operações de compra de títulos no final do exercício cuja liquidação financeira ocorreu no início do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Comissões a pagar – sindicacão de operações de crédito” corresponde a montantes cobrados a clientes no âmbito da montagem de operações de crédito sindicado em que o Grupo CGD toma a totalidade ou uma parte significativa do crédito com o objectivo de colocar posteriormente em outras instituições de crédito. Tal como descrito na nota 2.11, o Banco regista nesta rubrica uma parte da comissão recebida proporcional ao montante total de crédito que o Grupo tem como objectivo syndicar.

20. CAPITAL SUBSCRITO E ACÇÕES PROPRIAS

O capital subscrito encontra-se representado por 81.250.000 acções de valor nominal de um Euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a estrutura accionista é a seguinte:

	2009		2008	
	N ° de Acções	%	N ° de acções	%
Gerbanca, SGPS, S.A.	68.348.445	84,1	68.348.445	84,1
Companhia de Seguros				
Fidelidade - Mundial, S.A.	8.007.635	9,9	8.000.640	9,9
Acções próprias	4.658.000	5,7	4.658.000	5,7
Outros	235.920	0,3	242.915	0,3
	-----	-----	-----	-----
	81.250.000	100,0	81.250.000	100,0
	=====	=====	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco detinha 4.658.000 acções próprias com um custo de aquisição de 5.999.453 Euros.

21. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição

	2009	2008
Reservas de reavaliação		
. Reserva de reavaliação de imobilizado	4.338.403	4.338.403
. Reserva de justo valor		
Valias potenciais	(8.186.537)	(15.313.520)
Efeito fiscal	1.582.307	4.058.083
	-----	-----
	(2.265.827)	(6.917.034)
	-----	-----
Outras reservas e resultados transitados		
. Reserva legal	36.586.946	33.335.832
. Reserva livre	30.734.188	26.575.004
. Resultados transitados	44.162.390	42.628.312
	-----	-----
	111.483.524	102.539.148
	-----	-----
Lucro do exercício	41.969.026	32.511.144
	-----	-----
	151.186.722	128.133.258
	=====	=====

Reservas de reavaliação

Reservas de reavaliação de imobilizado

No exercício de 1998 o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. O acréscimo no valor líquido do imobilizado, no montante de 4.338.403 Euros, foi registado na rubrica “Reservas de reavaliação”.

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Reserva legal

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002 de 26 de Setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 10% dos lucros líquidos. Esta reserva só poderá ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Dividendos

Na Assembleia Geral realizada em 20 de Fevereiro de 2009, foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2008 no montante de 25.000.000 de Euros, dos quais 1.433.232 Euros atribuídos a acções próprias.

22. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Juros e rendimentos similares</u>		
Juros de disponibilidades	63.750	158.055
Juros de aplicações em instituições de crédito	626.085	918.748
Juros de crédito a clientes		
. Crédito interno	16.587.732	34.005.006
. Crédito ao exterior	12.326.706	27.146.181
Juros de activos detidos para negociação		
. Títulos	9.362.748	11.659.790
. Swaps de taxa de juro	209.232.515	213.079.856
. Contratos de garantia de taxa de juro	10.792	-
Juros de outros activos ao justo valor através de resultados	1.279.486	2.533.382
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	3.979.593	3.291.540
Juros de derivados de cobertura	532.339	865.702
Juros de devedores e outras aplicações	6.698	68.310
	-----	-----
	254.008.444	293.726.570
	-----	-----
Comissões recebidas associadas a operações de crédito	760.065	898.620
	-----	-----
	254.768.509	294.625.191
	=====	=====
<u>Juros e encargos similares</u>		
Juros de recursos de instituições de crédito	12.089.693	52.228.305
Juros de depósitos de clientes	1.714.498	5.990.938
Juros de passivos financeiros de negociação		
. Swaps de taxa de juro	205.385.690	210.376.171
Juros de derivados de cobertura	876.096	1.012.014
Outros juros e encargos		
. Juros de credores e outros recursos	3.589	20.330
. Outros	50.762	30.226
	-----	-----
	220.120.328	269.657.984
	-----	-----
	220.120.328	269.657.984
	=====	=====

23. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2009 e 2008, o saldo desta rubrica é composto por dividendos recebidos durante o respectivo exercício relativos a Activos financeiros disponíveis para venda.

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Comissões por garantias prestadas	488.672	508.867
Comissões por compromissos assumidos perante terceiros	125.265	155.251
Comissões por serviços prestados		
. Montagem de operações	14.534.285	14.257.390
. Agenciamento	2.329.110	1.754.975
. Depósito e guarda de valores	897.183	621.527
. Administração de valores	765.222	427.013
. Cobrança de valores	30.113	84.434
. Outros serviços prestados	17.268.260	13.540.984
Comissões por operações realizadas por conta de terceiros	5.896.701	8.245.142
Outras comissões recebidas	47.098.588	25.336.503
	=====	=====
	89.433.399	64.932.086
	=====	=====
<u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Comissões por serviços bancários prestados por terceiros	29.471.553	4.641.969
Comissões por operações realizadas por terceiros	1.639.540	2.084.409
Comissões por operações sobre instrumentos financeiros	76.447	372.326
	=====	=====
	31.187.540	7.098.704
	=====	=====

Nos exercícios de 2009 e 2008, a rubrica "Outras comissões recebidas" inclui essencialmente comissões de assessoria financeira.

Nos exercícios de 2009 e 2008, a rubrica "Encargos com serviços e comissões – por serviços bancários prestados por terceiros" inclui 27.789.474 Euros e 3.073.251 Euros, respectivamente, relativos a comissões a repassar a outras instituições de crédito em syndicações futuras, de acordo com a política descrita na Nota 2.11.

25. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Resultados em activos e passivos detidos para negociação</u>		
Instrumentos de capital	13.053.942	(24.007.040)
Instrumentos de dívida	9.076.399	1.798.064
Instrumentos derivados		
. Equity swaps	(8.717.473)	24.236.038
. Futuros	(6.369.828)	(11.888.424)
. Swaps de taxa de juro	2.753.380	2.723.410
. Contratos de garantia de taxa de juro	183.467	293.852
. Opções	(8.151)	(3.697)
. FRA	18	7.918
. Forwards sobre mercadorias	15.663	-
. Outros	5.250	-
	<u>9.992.667</u>	<u>(6.839.879)</u>
<u>Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados</u>		
Instrumentos de dívida	70.617	(208.344)
<u>Resultados em operações de cobertura</u>	56.708	(225.243)
<u>Correcções de valor de activos e passivos objecto de operações de cobertura</u>	(89.779)	286.852
	<u>10.030.213</u>	<u>(6.986.614)</u>
	=====	=====

26. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda</u>		
Instrumentos de dívida	3.913.984	263.746
Instrumentos de capital	-	60.630
	<u>3.913.984</u>	<u>324.376</u>
	=====	=====
<u>Perdas em activos financeiros disponíveis para venda</u>		
Instrumentos de capital	(136.572)	-
Instrumentos de dívida	(15.290)	(238.424)
	<u>(151.862)</u>	<u>(238.424)</u>
	<u>3.762.122</u>	<u>85.952</u>
	=====	=====

27. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Reavaliação da posição cambial à vista	441.970	62.784
Reavaliação da posição cambial a prazo	-	4.485
	-----	-----
	441.970	67.269
	=====	=====

28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Outros proveitos de exploração</u>		
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
. Cedência de pessoal – Grupo CGD	1.487.348	1.620.408
. Reembolso de despesas	838.479	360.304
. Outros	265.849	194.221
	-----	-----
	2.591.676	2.174.933
	-----	-----
Outros ganhos em operações financeiras	480	752
	-----	-----
	2.592.156	2.175.685
	=====	=====
<u>Outros custos de exploração</u>		
Outros encargos e gastos operacionais		
. TREM II	223.298	311.288
. Quotizações e donativos	25.411	27.266
. Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	40.698	29.648
. Outros	122.684	73.437
Outras perdas em operações financeiras	591	634
Outros impostos		
. Impostos indirectos	122.381	147.897
. Impostos directos	220.359	625.635
	-----	-----
	755.422	1.215.804
	=====	=====
Outros resultados de exploração	1.836.734	959.882
	=====	=====

29. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	1.041.934	933.878
Remuneração dos empregados	11.498.485	11.509.734
Encargos sociais obrigatórios		
. Encargos relativos a remunerações	2.037.987	2.012.595
. Fundo de Pensões (Nota 2.10)	393.986	405.169
. Outros encargos sociais obrigatórios	86.446	86.672
Outros custos com o pessoal	548.904	362.936
	-----	-----
	15.607.742	15.310.984
	=====	=====

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do Banco nos anos de 2009 e 2008, excluindo órgãos de administração e fiscalização, foi de 159 e 162 trabalhadores, respectivamente, distribuídos da seguinte forma:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Direcção	69	66
Técnicos	70	70
Administrativos	20	26
	-----	-----
	159	162
	===	===

30. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Serviços especializados	5.437.994	4.155.828
Rendas e alugueres	943.192	1.277.149
Conservação e reparação	1.045.561	1.135.982
Deslocações, estadias e representação	632.474	530.740
Publicidade e edição de publicações	558.542	497.919
Comunicações	466.629	471.723
Material de consumo corrente	92.433	104.495
Água, energia e combustíveis	120.272	102.008
Seguros	41.039	55.663
Publicações	56.911	45.702
Formação de pessoal	69.811	40.421
Outros fornecimentos de terceiros	71.439	42.458
Outros serviços de terceiros	125.956	142.219
	-----	-----
	9.662.253	8.602.307
	=====	=====

Os pagamentos mínimos que o Banco irá efectuar em 2010 relativamente a contratos de locação operacional em vigor a 31 de Dezembro de 2009 ascendem a 100.473 Euros.

31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
<u>Passivos eventuais:</u>		
Garantias e avales prestados	70.083.663	78.850.623
Activos dados em garantia (Nota 6)	49.366.000	44.150.000
	-----	-----
	119.449.663	123.000.623
	=====	=====
<u>Compromissos:</u>		
Linhas de crédito revogáveis	96.773.915	142.973.041
Subscrição de títulos	29.741.053	31.041.679
Outros compromissos irrevogáveis	-	299.526
Responsabilidade potencial para com o		
Sistema de Indemnização aos Investidores	2.052.436	2.052.436
Responsabilidades a prazo de		
contribuições para o FGD	162.182	162.182
	-----	-----
	128.729.586	176.528.864
	=====	=====
Responsabilidades por prestação		
de serviços:		
Depósito e guarda de valores	7.314.299.425	4.825.780.957
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Activos dados em garantia” corresponde ao valor nominal de títulos de dívida dados em garantia pelo Banco (Nota 6) relativamente às seguintes situações:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Sistema de Processamento de Grandes Transacções (SPGT)	44.666.000	40.600.000
Caixa Geral de Depósitos, S.A. – Euronext	2.500.000	2.000.000
Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)	1.950.000	1.550.000
Fundo de Garantia de Depósitos	250.000	-
	-----	-----
	49.366.000	44.150.000
	=====	=====

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objectivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efectuadas contribuições anuais regulares. Parte destas contribuições têm vindo a ser assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite. Estes montantes não são relevados em custos. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 162.182 Euros.

32. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas e os órgãos de gestão do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2009		2008	
	Filiais	Outras empresas do Grupo CGD	Filiais	Outras empresas do Grupo CGD
<u>Activos:</u>				
Crédito a clientes	-	1.690.279	27.679.993	-
Aplicações em instituições de crédito	-	7.261.867	-	7.863.177
Activos financeiros detidos para negociação	-	70.762.287	-	37.344.881
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	31.086.917	-	40.154.983
Outros activos	43.703	6.356.870	-	411.905
<u>Passivos:</u>				
Passivos financeiros de negociação	-	(252.755.943)	-	(224.756.947)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(1.074.327.234)	-	(1.199.332.556)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(7.319.123)	(57.299.167)	(11.723.243)	(21.467.078)
Derivados de cobertura	-	(1.703.334)	-	(1.483.423)
Outros passivos	-	(6.071.547)	-	(340.886)
<u>Proveitos e custos:</u>				
Margem financeira	141.542	(56.655.579)	2.165.395	(34.310.355)
Resultados em operações financeiras	-	(23.412.765)	-	(224.982.531)
Rendimentos de instrumentos de capital	-	60.896	-	-
Rendimentos de serviços e comissões (líquido)	17.306	638.544	40.536	506.700
Resultados de exploração	154.369	1.395.802	518.106	1.205.062
Gastos gerais administrativos	-	(1.480.566)	-	740.890

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Órgãos de gestão

Em 2009, os custos suportados relativos à remuneração do Conselho de Administração do Banco ascendem a 986.043 Euros, dos quais 17.673 Euros relativos a contribuições para o Fundo de Pensões Caixa - Banco de Investimento, nos termos descritos na Nota 2.10 (884.305 Euros e 18.607 Euros, respectivamente, em 2008).

Em 2009 e 2008 foram pagos prémios aos membros do Conselho de Administração do Banco no montante de 195.000 Euros e 162.500 Euros, respectivamente, relativos ao exercício anterior.

Em 31 de Dezembro de 2009, um dos membros do Conselho de Administração tem contratada uma operação de crédito à habitação junto do Banco no montante de 196.382 Euros (199.351 em 2008), em condições normais de crédito a colaboradores, tendo sido contratada antes do início das suas funções como administrador. O Banco não tem qualquer responsabilidade adicional ou benefício de longo prazo concedido ao Conselho de Administração, para além dos acima referidos.

Conforme estipulado nos Estatutos do CaixaBI, art.º 23º, a Comissão de Vencimentos fixa as remunerações para os membros dos órgãos de administração e fiscalização. Do Conselho de Administração apenas a Comissão Executiva é remunerada.

Em 2009, as verbas pagas aos membros dos órgãos de gestão e de fiscalização foram as que a seguir se discriminam:

<u>Órgão e Titular</u>	<u>Montante (€)</u>
<u>Comissão Executiva</u>	
Dr. Luís Lopes Laranjo	277.388
Dr. António Carlos Bastos Martins	241.388
Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho	261.388
Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso	261.388

	1.041.552

<u>Conselho Fiscal</u>	
Dr. Hernâni da Costa Loureiro	25.788
Eng. António José Nascimento Ribeiro	23.688
Dr. João Sousa Martins	23.688

	73.164

33. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco

O controlo e gestão dos riscos está centralizado na Direcção de Gestão de Riscos da CGD. O Banco possui ainda um Regulamento de Gestão que define limites e procedimentos de actuação na gestão dos vários tipos de risco.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Banco.

Risco cambial

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2009				
	Moeda				
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Outras	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	189.010	-	-	-	189.010
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.976.475	37.901	27.561	31.273	2.073.210
Activos financeiros detidos para negociação					
Títulos	337.784.045	10.161.394	-	-	347.945.439
Derivados (nacionais)	8.646.062.880	555.740.466	-	-	9.201.803.346
Derivados (valor balanço)	238.506.042	21.082.478	-	-	259.588.520
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	29.718.234	-	-	-	29.718.234
Activos financeiros disponíveis para venda	155.132.214	9.667.761	6.583.978	-	171.383.953
Aplicações em instituições de crédito	22.309.842	-	-	-	22.309.842
Derivados de cobertura (nacionais)	16.661.158	-	-	-	16.661.158
Crédito a clientes	872.625.703	24.747.336	19.196.338	-	916.569.377
Outros activos	23.007.217	5.461.043	71.874	623	28.540.757
Provisões e imparidade	(27.605.316)	(1.419.707)	-	-	(29.025.023)
	<u>10.316.367.504</u>	<u>625.478.672</u>	<u>25.879.751</u>	<u>31.896</u>	<u>10.967.757.823</u>
<u>Passivo</u>					
Passivos financeiros detidos para negociação					
Derivados (nacionais)	(8.646.062.880)	(555.740.466)	-	-	(9.201.803.346)
Derivados (valor balanço)	(231.305.850)	(16.852.644)	-	-	(248.158.494)
Recursos de outras instituições de crédito	(1.038.482.344)	(44.773.441)	(25.673.178)	-	(1.108.928.963)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(145.657.945)	(782.903)	(2.256)	(993)	(146.444.097)
Derivados de cobertura (nacionais)	(16.661.158)	-	-	-	(16.661.158)
Outros passivos	(92.075.993)	(7.405.598)	(207.232)	(623)	(99.689.446)
	<u>(10.170.246.170)</u>	<u>(625.555.052)</u>	<u>(25.882.666)</u>	<u>(1.616)</u>	<u>(10.821.685.504)</u>
Exposição líquida		(76.380)	(2.915)	30.280	(49.015)

	2008				
	Moeda				
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libra esterlina	Outras	Total
<u>Activo</u>					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.163.400	-	-	-	1.163.400
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.664.462	155.131	7.381	13.341	16.840.315
Activos financeiros detidos para negociação					
Títulos	362.438.599	-	-	-	362.438.599
Derivados (nacionais)	6.725.836.006	233.586.826	-	-	6.959.422.832
Derivados (valor balanço)	168.758.630	63.804.430	-	-	232.563.060
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	59.655.602	-	-	-	59.655.602
Activos financeiros disponíveis para venda	99.752.776	2.062.120	-	-	101.814.896
Aplicações em instituições de crédito	7.863.177	-	-	-	7.863.177
Derivados de cobertura (nacionais)	17.456.798	-	-	-	17.456.798
Crédito a clientes	864.295.249	25.262.840	17.945.252	-	907.503.341
Outros activos	31.812.828	369.103	54.840	757	32.237.528
Provisões e imparidade	(10.245.398)	(1.469.591)	-	-	(11.714.989)
	<u>8.345.452.129</u>	<u>323.770.859</u>	<u>18.007.473</u>	<u>14.098</u>	<u>8.687.244.559</u>
<u>Passivo</u>					
Passivos financeiros detidos para negociação					
Derivados (nacionais)	(6.725.836.006)	(233.586.826)	-	-	(6.959.422.832)
Derivados (valor balanço)	(164.809.541)	(61.811.328)	-	-	(226.620.869)
Recursos de outras instituições de crédito	(1.192.620.570)	(27.161.679)	(17.849.021)	-	(1.237.631.270)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(130.232.005)	(651.493)	(1.077)	(887)	(130.885.462)
Derivados de cobertura (nacionais)	(17.456.798)	-	-	-	(17.456.798)
Outros passivos	(86.766.234)	(874.703)	(2.869)	(757)	(87.644.563)
	<u>(8.317.721.154)</u>	<u>(324.086.029)</u>	<u>(17.852.967)</u>	<u>(1.644)</u>	<u>(8.659.661.794)</u>
Exposição líquida		(315.170)	154.506	12.454	(148.210)

Na construção dos mapas acima apresentados, os valores relativos a derivados correspondem a swaps de taxa de juro.

Risco de liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco de o Banco ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade do Banco alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

A análise de liquidez do Banco é integrada na análise de liquidez consolidada em sede do Comité de Gestão de Activos e Passivos (Asset-Liability Committee, ALCO) do Grupo CGD. O Banco dispõe de uma linha de crédito irrevogável contratada com a CGD que responde às necessidades de liquidez até 1 ano. Por outro lado, as políticas do Grupo CGD desaconselham o acesso directo ao mercado de capitais para captação de fundos a médio e longo prazo, sendo da responsabilidade do Grupo CGD essa captação duma forma consolidada e havendo da parte da CGD um compromisso global de gestão e eventual cobertura dos gaps de liquidez do conjunto das suas várias participadas.

De acordo com os requisitos definidos pelo IFRS 7 apresentamos de seguida a totalidade dos “cash-flows” contratuais não descontados para os diversos intervalos temporais, com base nos seguintes pressupostos:

- Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” são apresentados no intervalo temporal “à vista”;
- Os descobertos em depósitos à ordem registados na rubrica “Crédito a clientes” são apresentados no intervalo temporal “à vista”;
- A coluna “Outros” corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- O valor apresentado neste quadro relativamente a instrumentos financeiros derivados corresponde ao valor contabilístico;
- As acções e o crédito vencido a clientes foram classificados como a prazo indeterminado; e
- Para as operações cuja remuneração não é fixa, por exemplo, operações indexadas à Euribor, os “cash-flows” futuros são estimados com base no valor de referência em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

	2009								
	Maturidades contratuais remanescentes								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	189.010	-	-	-	-	-	-	-	189.010
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.073.210	-	-	-	-	-	-	-	2.073.210
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Títulos	-	3.003.986	22.384.958	85.349.489	179.619.371	64.071.817	42.968.768	-	397.398.388
- Instrumentos financeiros derivados	-	58.033.632	20.648.714	42.234.608	38.247.648	169.798.059	-	-	328.962.661
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	14.271.341	558.523	7.886.993	362.062	8.799.923	-	-	31.878.840
Activos financeiros disponíveis para venda	-	964.680	10.336.169	47.464.311	65.176.773	50.991.395	24.798.886	-	199.732.214
Aplicações em instituições de crédito	-	22.399.405	-	-	-	-	-	-	22.399.405
Crédito a clientes	5.678.935	88.661.022	107.715.161	208.145.680	207.641.616	413.996.512	1.826.980	(4.081.361)	1.029.584.544
Derivados de cobertura	-	-	-	-	936.919	-	-	-	936.919
Outros Activos	23.525.778	-	-	-	-	-	4.016.889	998.091	28.540.757
	<u>31.466.932</u>	<u>187.334.065</u>	<u>161.643.524</u>	<u>391.081.080</u>	<u>491.984.388</u>	<u>707.657.706</u>	<u>73.611.523</u>	<u>(3.083.271)</u>	<u>2.041.695.948</u>
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	-	54.477.402	3.423.275	42.023.590	36.944.454	163.403.441	-	-	300.272.162
Recursos de outras instituições de crédito	158.398	1.007.307.016	76.355.869	26.815.549	-	-	-	-	1.110.636.832
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.293.523	44.563.690	60.398.654	-	6.986.712	11.360.367	-	-	151.602.946
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	1.703.334	-	-	1.703.334
Outros passivos	21.192.349	21.840.009	36.749.210	18.900.000	-	-	-	1.007.877	99.689.446
	<u>49.644.271</u>	<u>1.128.188.117</u>	<u>176.927.008</u>	<u>87.739.139</u>	<u>43.931.166</u>	<u>176.467.142</u>	<u>-</u>	<u>1.007.877</u>	<u>1.663.904.720</u>
Gap de Liquidez	<u>(18.177.338)</u>	<u>(940.854.053)</u>	<u>(15.283.483)</u>	<u>303.341.941</u>	<u>448.053.222</u>	<u>531.190.564</u>	<u>73.611.523</u>	<u>(4.091.148)</u>	<u>377.791.228</u>

2008								
Maturidades contratuais remanescentes								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros
Activo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.163.400	-	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.840.315	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
- Títulos	-	616.951	15.232.599	75.485.580	64.322.953	239.457.239	38.711.134	-
- Instrumentos financeiros derivados	-	13.100.754	9.692.226	41.992.292	20.931.554	205.186.325	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	28.164.568	3.770.652	18.499.149	6.548.098	9.771.369	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.201.796	13.153.036	9.004.786	50.777.792	93.412.219	11.602.569	-
Aplicações em instituições de crédito	-	7.927.594	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	5.944.782	72.371.214	136.403.603	185.157.129	230.849.654	595.060.990	1.469.591	(4.415.060)
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	461.812	-	-
Outros activos	27.141.861	-	-	-	-	-	3.935.714	1.159.953
	51.090.357	123.382.876	178.252.116	330.138.936	373.430.050	1.143.349.955	55.719.008	(3.255.107)
Passivo								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	-	13.961.954	9.675.665	17.379.117	20.556.855	198.790.138	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	172.029	1.147.590.195	-	98.766.413	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.495.827	71.528.237	29.447.575	-	-	19.799.159	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	1.483.423	-	-
Outros passivos	28.707.224	25.051.572	32.914.027	-	-	-	-	971.740
	45.375.080	1.258.131.959	72.037.267	116.145.530	20.556.855	220.072.720	971.740	1.733.291.151
Gap de Liquidez	5.715.277	(1.134.749.082)	106.214.849	213.993.406	352.873.194	923.277.235	55.719.008	(4.226.848)

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

2009			
Não sujeito ao risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
Activo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	2.073.210	2.073.210
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
- Títulos	42.968.768	271.242.852	314.211.620
- Instrumentos financeiros derivados	-	4.578.911.046	4.578.911.046
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2	2
Derivados de cobertura	-	11.661.158	11.661.158
Activos financeiros disponíveis para venda	24.798.886	121.505.532	146.304.418
Aplicações em instituições de crédito	-	22.309.842	22.309.842
Crédito a clientes	(2.254.381)	905.414.437	903.160.056
Outros activos	28.540.757	-	28.540.757
	94.054.030	5.749.308.531	5.843.362.561
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-
- Instrumentos financeiros derivados	-	4.569.745.355	4.569.745.355
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.108.770.565	1.108.770.565
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	104.832.697	104.832.697
Derivados de cobertura	-	5.000.000	5.000.000
Outros passivos	99.689.446	-	99.689.446
	99.689.446	5.788.348.617	5.888.038.063
Exposição líquida	(5.635.416)	(239.040.086)	(244.675.502)

2008				
	Não sujeito ao risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
Activo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	16.840.315	16.840.315
Activos financeiros detidos para negociação				
- Títulos	38.711.134	278.078.862	45.648.603	362.438.599
- Instrumentos financeiros derivados	-	3.461.034.304	3.498.388.528	6.959.422.832
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2	59.655.601	59.655.602
Derivados de cobertura	-	5.000.000	12.456.798	17.456.798
Activos financeiros disponíveis para venda	11.602.569	44.936.887	45.275.439	101.814.896
Aplicações em instituições de crédito	-	-	7.863.177	7.863.177
Crédito a clientes	(2.945.470)	14.195.958	896.252.853	907.503.341
Outros activos	32.237.528	-	-	32.237.528
	79.605.762	3.803.246.013	4.582.381.314	8.465.233.089
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	3.504.152.659	3.455.270.173	6.959.422.832
Recursos de outras instituições de crédito	-	172.029	1.237.459.241	1.237.631.270
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	30.098.708	100.786.754	130.885.462
Derivados de cobertura	-	12.456.798	5.000.000	17.456.798
Outros passivos	87.644.563	-	-	87.644.563
	87.644.563	3.546.880.194	4.798.516.168	8.433.040.925
Exposição líquida	(8.038.801)	256.365.819	(216.134.854)	32.192.164

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Activos financeiros detidos para negociação – Títulos” inclui 92.659.873 Euros e 158.631.452 Euros, respectivamente, relativos a uma obrigação em carteira cuja remuneração inclui uma componente de taxa fixa e uma componente opcional indexada ao comportamento bolsista de uma acção portuguesa.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

2009									
Prazos de refixação de taxa / Maturidade residual									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
Activo									
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.073.210	-	-	-	-	-	-	-	2.073.210
Activos financeiros detidos para negociação									
- Títulos	-	33.733.819	10.550.519	45.472.805	162.975.356	52.244.172	42.968.768	-	347.945.439
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.619.739.356	3.035.025.328	1.675.037.041	800.899.250	2.071.102.371	-	-	9.201.803.346
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	24.517.045	5.201.187	-	2	-	-	-	29.718.234
Derivados de cobertura	-	-	11.661.158	-	5.000.000	-	-	-	16.661.158
Activos financeiros disponíveis para venda	-	100.666.907	25.037.216	5.110.407	15.632.287	138.250	24.798.886	-	171.383.953
Aplicações em instituições de crédito	-	22.309.842	-	-	-	-	-	-	22.309.842
Crédito a clientes	5.678.935	524.366.368	375.529.748	-	-	13.248.708	1.826.980	(4.081.361)	916.569.377
Outros activos	23.525.778	-	-	-	-	-	4.016.889	998.091	28.540.757
	31.277.922	2.325.333.337	3.463.005.156	1.725.620.253	984.506.895	2.136.733.501	73.611.523	(3.083.271)	10.737.005.317
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação									
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.623.768.912	3.049.797.865	1.660.005.795	799.629.023	2.068.601.751	-	-	9.201.803.346
Recursos de outras instituições de crédito	158.398	1.007.105.156	75.693.131	25.972.278	-	-	-	-	1.108.928.963
Recursos de clientes e outros empréstimos	28.293.523	44.556.079	60.276.618	-	6.051.307	7.266.570	-	-	146.444.097
Derivados de cobertura	-	-	5.000.000	-	-	11.661.158	-	-	16.661.158
Outros passivos	21.192.349	21.840.009	36.749.210	18.900.000	-	-	-	1.007.877	99.689.446
	49.644.271	2.697.270.155	3.227.516.824	1.704.878.073	805.680.330	2.087.529.479	-	1.007.877	10.573.527.010
Exposição líquida	(18.366.349)	(371.936.819)	235.488.332	20.742.180	178.826.565	49.204.022	73.611.523	(4.091.148)	163.478.307
2008									
Prazos de refixação de taxa / Maturidade residual									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros	Total
Activo									
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.840.315	-	-	-	-	-	-	-	16.840.315
Activos financeiros detidos para negociação									
- Títulos	-	45.648.603	256.749	13.512.195	41.443.116	222.866.801	38.711.134	-	362.438.599
- Instrumentos financeiros derivados	-	2.068.721.728	2.026.682.709	691.570.585	664.042.118	1.508.405.692	-	-	6.959.422.832
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	53.580.103	6.075.497	-	2	-	-	-	59.655.602
Derivados de cobertura	-	-	12.456.798	-	-	5.000.000	-	-	17.456.798
Activos financeiros disponíveis para venda	-	41.226.794	4.048.645	-	44.505.976	430.911	11.602.569	-	101.814.896
Aplicações em instituições de crédito	-	7.863.177	-	-	-	-	-	-	7.863.177
Crédito a clientes	5.944.782	537.802.421	352.505.650	-	-	14.195.958	1.469.591	(4.415.060)	907.503.341
Outros activos	27.141.861	-	-	-	-	-	3.935.714	1.159.953	32.237.528
	49.926.958	2.754.842.827	2.402.026.048	705.082.780	749.991.213	1.750.899.362	55.719.008	(3.255.107)	8.465.233.089
Passivo									
Passivos financeiros detidos para negociação									
- Instrumentos financeiros derivados	-	2.078.987.699	1.964.609.636	748.484.160	662.607.766	1.504.733.572	-	-	6.959.422.832
Recursos de outras instituições de crédito	172.029	1.147.552.016	-	89.907.225	-	-	-	-	1.237.631.270
Recursos de clientes e outros empréstimos	16.495.627	71.422.084	29.364.669	-	-	13.602.881	-	-	130.885.462
Derivados de cobertura	-	-	5.000.000	-	-	12.456.798	-	-	17.456.798
Outros passivos	28.707.224	18.793.783	20.271.816	18.900.000	-	-	-	971.740	87.644.563
	45.375.080	3.316.755.581	2.019.246.121	857.291.385	662.607.766	1.530.793.251	-	971.740	8.433.040.925
Exposição líquida	4.551.877	(561.912.754)	382.779.927	(152.208.605)	87.383.447	220.106.111	55.719.008	(4.226.848)	32.192.163

Na construção dos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- . nos instrumentos de taxa fixa, o valor de balanço foi classificado de acordo com o respectivo prazo até à maturidade;
- . nos instrumentos de taxa variável (por exemplo, indexados à Euribor), o valor de balanço foi classificado de acordo com o respectivo prazo até à próxima refixação de taxa;
- . o valor de balanço de instrumentos não sujeitos a risco de taxa de juro (por exemplo, acções) foi incluído na coluna "Indeterminado";
- . o valor de balanço incluído na coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- . nos swaps de taxa de juro são apresentados os valores nocionais de compra (como activo) e de venda (como passivo);
- . o crédito vencido a clientes e os valores já recebidos ou pagos foram considerados como não sujeitos a risco de taxa de juro; e
- . os depósitos à ordem de clientes não remunerados são considerados como de taxa fixa, sendo incluídos no intervalo "À vista".

Risco de crédito

Risco de crédito corresponde a perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue:

Tipo de instrumento financeiro	2009			2008		
	Valor contabilístico bruto	Provisões/ Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Provisões/ Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.073.210	-	2.073.210	16.840.315	-	16.840.315
Activos financeiros detidos para negociação	633.939.332	-	633.939.332	614.630.616	-	614.630.616
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	29.718.234	-	29.718.234	59.655.602	-	59.655.602
Activos financeiros disponíveis para venda	146.585.066	-	146.585.066	90.212.327	-	90.212.327
Aplicações em instituições de crédito	22.309.842	-	22.309.842	7.863.177	-	7.863.177
Crédito a clientes	916.569.377	24.709.087	891.860.290	907.503.341	7.779.275	899.724.067
Derivados de cobertura	936.919	-	936.919	461.812	-	461.812
Outros activos (excluindo encargos diferidos)	27.542.666	4.315.936	23.226.730	31.077.565	3.935.714	27.141.851
	1.779.674.647	29.025.023	1.750.649.624	1.728.244.755	11.714.989	1.716.529.767
Extrapatrimoniais:						
Garantias prestadas	70.083.663	-	70.083.663	78.850.623	-	78.850.623
	1.849.758.310	29.025.023	1.820.733.287	1.807.095.378	11.714.989	1.795.380.390

Qualidade de crédito dos activos financeiros

O Banco não dispõe de rating interno. Os principais procedimentos em vigor ao nível da aprovação e acompanhamento das operações de crédito que permitem assegurar um nível de risco adequado à estratégia do Banco são os seguintes:

- O Banco possui um Conselho de Crédito, composto pelos membros da Comissão Executiva e pelos responsáveis das Direcções Comerciais envolvidas de alguma forma em processos de concessão de crédito. O Conselho de Crédito do Banco reúne semanalmente com a presença mínima de pelo menos dois Administradores e dos responsáveis das Direcções Comerciais envolvidas nos processos de concessão de crédito.
- A elaboração de Propostas Comerciais para o Conselho de Crédito é da responsabilidade dos Órgãos de Estrutura (Direcções de Negócio / Produto), que devem obter previamente o parecer de risco da Direcção de Gestão de Risco da CGD. As propostas aprovadas em Conselho de Crédito do Banco são registadas em Acta, assinada por todos os presentes, para posterior apresentação e deliberação final nos Conselhos de Crédito da CGD.

Parte das operações de crédito a clientes encontram-se garantidas, entre outros, pelos seguintes tipos de colaterais:

- Penhor de valores mobiliários;
- Garantias bancárias;
- Aval do Estado;
- Hipotecas relativamente ao crédito à habitação a colaboradores; e
- Garantias pessoais.

Qualidade de crédito dos títulos de dívida e instrumentos financeiros derivados

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço de títulos de dívida em carteira líquido de imparidade (excluindo títulos vencidos), de acordo com notação de “rating” atribuída pela Standard & Poor’s ou equivalente, por tipo de garante ou emitente e por região geográfica do garante ou emitente, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

	2009				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
<u>Activos financeiros detidos para negociação</u>					
AAA	2.007.201	-	-	-	2.007.201
AA- até AA+	162.912.027	18.117.069	2.909.557	5.989.174	189.927.826
A- até A+	12.540.719	45.731.817	3.427.469	15.743.178	77.443.183
Menor que A-	-	27.547.205	-	8.051.256	35.598.461
Sem Rating	-	-	-	-	-
	<u>177.459.946</u>	<u>91.396.090</u>	<u>6.337.026</u>	<u>29.783.608</u>	<u>304.976.671</u>
Emitidos por:					
Corporates	101.931.274	18.164.573	-	4.754.734	124.850.581
Governos e outras autoridades locais	41.292.177	-	-	3.972.919	45.265.096
Instituições financeiras	34.236.496	73.231.517	6.337.026	21.055.955	134.860.994
	<u>177.459.946</u>	<u>91.396.090</u>	<u>6.337.026</u>	<u>29.783.608</u>	<u>304.976.671</u>
<u>Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)</u>					
AA- até AA+	2	-	-	-	2
Sem Rating	27.225.637	-	-	2.492.596	29.718.232
	<u>27.225.639</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.492.596</u>	<u>29.718.234</u>
Emitidos por:					
Corporates	27.225.635	-	-	-	27.225.635
Governos e outras autoridades locais	2	-	-	-	2
Instituições financeiras	1	-	-	2.492.596	2.492.597
	<u>27.225.639</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.492.596</u>	<u>29.718.234</u>
<u>Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)</u>					
AAA	5.110.407	1.863.218	-	-	6.973.625
AA- até AA+	19.004.608	7.522.155	-	4.345.678	30.872.441
A- até A+	19.782.471	22.290.610	10.423.801	-	52.496.882
Menor que A-	-	8.603.070	-	-	8.603.070
Sem Rating	47.639.048	-	-	-	47.639.048
	<u>91.536.534</u>	<u>40.279.054</u>	<u>10.423.801</u>	<u>4.345.678</u>	<u>146.585.067</u>
Emitidos por:					
Corporates	51.841.207	1.496.412	-	-	53.337.619
Governos e outras autoridades locais	3.477.049	-	-	-	3.477.049
Instituições financeiras	36.218.278	38.782.642	10.423.801	4.345.678	89.770.399
	<u>91.536.534</u>	<u>40.279.054</u>	<u>10.423.801</u>	<u>4.345.678</u>	<u>146.585.067</u>

	2008				
	Portugal	Restante União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
AAA	-	-	-	2.321.730	2.321.730
AA- até AA+	247.943.255	32.212.113	2.023.615	11.295.915	293.474.898
A- até A+	8.731.419	4.091.002	2.388.174	9.305.254	24.515.849
Menor que A-	844.049	2.570.939	-	-	3.414.988
Total	257.518.723	38.874.054	4.411.789	22.922.899	323.727.465
Emitido Por:					
Corporates	-	2.312.342	-	1.554.905	3.867.247
Governos ou outras autoridades locais	89.311.803	-	-	-	89.311.803
Instituições financeiras	168.206.920	36.561.712	4.411.789	21.367.994	230.548.414
Total	257.518.723	38.874.054	4.411.789	22.922.899	323.727.465
Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)					
AAA	-	11.066.323	-	-	11.066.323
AA- até AA+	973.128	-	-	-	973.128
A- até A+	6.075.497	-	-	-	6.075.497
Menor que A-	37.197.096	1.978.699	-	2.364.860	41.540.654
Total	44.245.721	13.045.022	-	2.364.860	59.655.602
Emitidos Por:					
Corporates	43.272.591	-	-	-	43.272.591
Governos ou outras autoridades locais	973.128	11.066.323	-	-	12.039.451
Instituições financeiras	1	1.978.699	-	2.364.860	4.343.560
Total	44.245.721	13.045.022	-	2.364.860	59.655.602
Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
AA- até AA+	39.251.030	-	-	-	39.251.030
A- até A+	16.671.354	2.498.286	-	9.132.668	28.302.308
Sem Rating	22.658.988	-	-	-	22.658.988
Total	78.581.373	2.498.286	-	9.132.668	90.212.327
Emitido Por:					
Corporates	39.330.343	-	-	-	39.330.343
Instituições financeiras	39.251.030	2.498.286	-	9.132.668	50.881.984
Total	78.581.373	2.498.286	-	9.132.668	90.212.327

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2009 o Banco tinha registado em “Outros devedores diversos um montante de 1.079.632 Euros relativo a juros de Instrumentos Financeiros Derivados cujo pagamento se encontra em atraso há menos de 3 meses. O valor de balanço registado em Activos financeiros detidos para negociação relativo a estas operações ascende a 5.056.555 Euros.

Qualidade de crédito das aplicações em instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009, as contrapartes com as quais o Banco tinha contratado “Aplicações em instituições de crédito” correspondiam a entidades do Grupo CGD (7.189.619 Euros), as quais apresentavam um rating externo de AA-, e outra instituição financeira sediada em Portugal (15.000.000 Euros), sendo esta última operação garantida pelo Estado Português.

Qualidade de crédito concedido a clientes

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as operações com crédito vencido são apresentados no seguinte quadro:

	2009				2008		
	Créditos sem incumprimento	Créditos com incumprimento	Créditos em "default"	Total Crédito	Créditos sem incumprimento	Créditos em "default"	Total Crédito
Crédito a empresas							
Vincendo	873.379.436	23.833.131	8.102.898	905.315.465	894.193.107	-	894.193.107
Vencido	-	84.951	1.742.029	1.826.980	-	1.469.591	1.469.591
	<u>873.379.436</u>	<u>23.918.082</u>	<u>9.844.927</u>	<u>907.142.445</u>	<u>894.193.107</u>	<u>1.469.591</u>	<u>895.662.698</u>
Crédito à habitação							
Vincendo	10.128.029	-	-	10.128.029	8.722.647	-	8.722.647
Crédito ao consumo							
Vincendo	448.201	-	-	448.201	549.685	-	549.685
Total crédito vincendo	<u>883.955.666</u>	<u>23.833.131</u>	<u>8.102.898</u>	<u>915.891.695</u>	<u>903.465.439</u>	<u>-</u>	<u>903.465.439</u>
Total crédito vencido	<u>-</u>	<u>84.951</u>	<u>1.742.029</u>	<u>1.826.980</u>	<u>-</u>	<u>1.469.591</u>	<u>1.469.591</u>
Provisões para cobrança duvidosa	(11.901.345)	(7.175.425)	(4.051.449)	(23.128.219)	(6.309.684)	-	(6.309.684)
Provisões para crédito vencido	-	-	(1.580.868)	(1.580.868)	-	(1.469.591)	(1.469.591)
Valor líquido	<u>872.054.321</u>	<u>16.742.657</u>	<u>4.212.610</u>	<u>893.009.588</u>	<u>897.155.755</u>	<u>-</u>	<u>897.155.755</u>

Na preparação dos quadros apresentados acima foram consideradas as seguintes classificações:

- “Créditos sem incumprimento” – créditos sem prestações vencidas ou com saldos vencidos até 30 dias;
- “Créditos com incumprimento” - créditos com saldos vencidos entre 30 dias e 90 dias;
- “Créditos em default” – créditos com saldos vencidos superiores a 90 dias. No que respeita a créditos concedidos a empresas, caso o cliente apresente pelo menos uma operação com prestações vencidas há mais de 90 dias, a totalidade da exposição perante o Grupo foi reclassificada para esta categoria.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor de balanço dos empréstimos a clientes que teriam prestações vencidas caso não tivessem sido renegociados ascendia a 22.091.449 Euros e 36.483.942 Euros, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco tinha registado provisões para cobrança duvidosa para estes empréstimos no valor de 9.979.837 Euros e 6.309.684 Euros respectivamente.

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação adversa do justo valor ou dos “cash-flows” dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e de preço.

O risco de mercado do Banco é avaliado com base nas seguintes metodologias:

- Value-at-Risk” (VaR) relativamente à carteira de “trading”, a qual inclui a carteira de títulos e os instrumentos financeiros derivados.
- Análise de sensibilidade relativamente aos restantes activos e passivos do Banco. Esta análise de sensibilidade é efectuada com base nos pressupostos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução 19/2005.

Carteira de “trading”

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de activos, num determinado período de detenção e dado um nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é da simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- período de detenção: 10 dias;
- nível de confiança: 99%;
- período da amostra de preços: 720 dias de calendário;
- *decay factor*=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso;

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efectuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são empíricas.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

	2009	2008
VaR de mercado:		
Taxa de juro	374	221
Cambial	87	17
Preço	50	34
Efeito diversificação	(105)	(40)
	<u>406</u>	<u>232</u>

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

Para a carteira de negociação e para as posições de Tesouraria, calculam-se bpvs (*basis point value*), variações do valor de mercado de posições em taxa de juro devida ao deslocamento paralelo de 1 ponto base nas curvas de rendimento. São também calculados outros indicadores de sensibilidade comumente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos).

Mensalmente realizam-se avaliações do impacto nos resultados de variações extremas dos factores de risco de mercado (*stress-testing*).

São efectuadas, diariamente, análises de *backtesting* teórico (comparação da medida de VaR com os resultados teóricos) e, mensalmente, de *backtesting* real (comparação da medida de VaR com os resultados reais). O número de excepções obtidas, (isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR), permite avaliar a qualidade do modelo de VaR e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

Carteira non trading

A análise de sensibilidade relativamente à carteira “non trading” foi efectuada de forma a determinar o potencial impacto na Margem Financeira do Banco no exercício de 2010 considerando uma descida das taxas de juro de referência em 50 basis points (bps) e assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro. Para este efeito foram considerados os activos e passivos financeiros do Banco, excluindo:

- instrumentos financeiros derivados; e
- papel comercial.

Os principais pressupostos relacionados com o “pricing” das operações foram os seguintes:

- operações a taxa variável: considerou-se a taxa de mercado acrescida do respectivo spread contratual;
- novas operações a taxa fixa: considerou-se a taxa de mercado acrescida de um spread equivalente à diferença entre a taxa média das operações vivas em 31 Dezembro de 2009 e a respectiva taxa de mercado;
- novas operações a taxa variável: considerou-se a taxa de mercado acrescida do spread médio contratual das operações vivas em 31 Dezembro de 2009.

Com base nos pressupostos acima referidos, o impacto potencial positivo na Margem financeira projectada para 2010 da descida das taxas de juro de referência em 50 basis points ascende a 639.092 Euros (2.359.820 Euros em 31 de Dezembro de 2008). Caso se verifique uma subida das taxas de juro de referência em 50 basis points, o impacto potencial negativo na Margem financeira projectada para 2010 ascende a 1.348.133 Euros e (2.388.738 Euros em 31 de Dezembro de 2008).

Justo valor

O Banco mantém uma parte significativa do seu activo registada ao justo valor através de resultados, nomeadamente toda a carteira de títulos e os instrumentos financeiros derivados.

Relativamente aos principais activos e passivos financeiros que se encontram reflectidos ao custo, devem ser salientados os seguintes aspectos:

- As aplicações e recursos com outras instituições de crédito são na sua quase totalidade remuneradas a taxas de juro indexadas e com prazos de refinação curtos;
- Conforme evidenciado acima na secção relativa ao risco de taxa de juro, os depósitos de clientes são na sua quase totalidade remunerados a taxas indexadas à Euribor, com prazos de refinação curtos. Uma operação de longo prazo com taxa de juro fixa encontra-se coberta por um derivado de cobertura, pelo que a variação no justo valor atribuível ao risco de taxa de juro já se encontra reflectida no valor de balanço do depósito (ver Nota 17).

Face ao exposto, o Banco considera que o valor de balanço destes activos financeiros, líquidos de provisões, e dos seus passivos financeiros, constitui uma aproximação fiável ao respectivo justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros pode ser resumida como segue:

Tipo de instrumento financeiro	2009				
	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total
		Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:		
			Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)	
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação	-	231.782.327	445.125.773	-	676.908.100
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	2	958.684	28.759.548	29.718.234
Activos financeiros disponíveis para venda	153.127	86.360.190	35.236.453	49.634.184	171.383.953
Derivados de cobertura	-	-	936.919	-	936.919
	<u>153.127</u>	<u>318.142.519</u>	<u>482.257.829</u>	<u>78.393.732</u>	<u>878.947.206</u>
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(300.272.162)	-	(300.272.162)
Derivados de cobertura	-	-	(1.703.334)	-	(1.703.334)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(301.975.496)</u>	<u>-</u>	<u>(301.975.496)</u>

Tipo de instrumento financeiro	2008				
	Activos valorizados ao custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total
		Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em:		
			Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)	
Activos					
Activos financeiros detidos para negociação		177.008.218	317.702.080	158.631.452	653.341.750
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		11.066.326	7.892.361	40.696.915	59.655.602
Activos financeiros disponíveis para venda	3.216.848	6.754.513	63.073.782	28.769.753	101.814.896
Derivados de cobertura	-	-	461.812	-	461.812
	<u>3.216.848</u>	<u>194.829.057</u>	<u>389.130.035</u>	<u>228.098.120</u>	<u>815.274.060</u>
Passivos					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	(260.363.729)	-	(260.363.729)
Derivados de cobertura	-	-	(1.483.423)	-	(1.483.423)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(261.847.152)</u>	<u>-</u>	<u>(261.847.152)</u>

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa, bem como obrigações com elevada liquidez (Nível 1);
- A valorização dos instrumentos financeiros derivados é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado (Nível 2);
- Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a *bids* indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Grupo foram também considerados em “Técnicas de valorização – Dados de mercado” (Nível 2)
- Os títulos valorizados com base em modelos internos do Grupo CGD são apresentados em “Técnicas de valorização – outras” (Nível 3). Esta coluna inclui:
 - Em 31 de Dezembro de 2008, 158.631.452 Euros relativos a obrigações convertíveis em acções da EDP emitidas pela Parpública SGPS, S.A., que estavam a ser valorizadas de acordo com um modelo interno definido pelo Banco. No exercício de 2009, o Banco optou por passar a valorizar este título com base nos preços indicativos fornecidos por contrapartes externas.
 - Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, 1.992.123 Euros e 2.062.120 Euros, respectivamente, relativos a uma participação valorizada com base num modelo interno de actualização de cash flows previsionais projectados.
 - Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, 76.401.609 Euros e 67.404.550 Euros relativos a obrigações a taxa fixa ou taxa variável emitidas por empresas financeiras e não financeiras portuguesas, relativamente às quais não existe cotação em mercado activo nem existem preços indicativos por contrapartes externas. Estes títulos são valorizados com base num modelo de actualização de cash flows futuros, utilizando como taxa de desconto as taxas de juro de mercado, adicionadas de um spread que o Banco considera adequado face ao risco de crédito do emitente.
- Os activos valorizados ao custo de aquisição correspondem a participações financeiras detidas pelo Banco com carácter de estabilidade, para as quais não existe mercado activo.

Durante o exercício de 2009, o movimento ocorrido nos títulos em carteira valorizados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 através de “Técnicas de valorização – outras”, bem como as valias potenciais e realizadas reconhecidas na Reserva de justo valor e em Resultados de operações financeiras, pode ser resumido como se segue:

	Valias reconhecidas em:							
	Saldo 31.12.2008	Alterações no método de valorização	Aquisições / Alienações	Reserva de Justo Valor	Resultado do exercício		Variação Cambial	Saldo 31.12.2009
					Potenciais	Efectivas		
Activos financeiros detidos para negociação	158.631.452	(158.631.452)	-	-	-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	40.696.915	4.940.535	(16.300.000)	-	(213.282)	(364.621)	-	28.759.548
Activos financeiros disponíveis para venda	28.769.753	-	16.203.200	4.829.872	-	(98.645)	(69.997)	49.634.184
	<u>228.098.120</u>	<u>(153.690.917)</u>	<u>(96.800)</u>	<u>4.829.872</u>	<u>(213.282)</u>	<u>(463.266)</u>	<u>(69.997)</u>	<u>78.393.732</u>

34. GESTÃO DE CAPITAL

O Banco desenvolve a actividade de banca de investimento com um rigoroso controlo da relação entre as suas necessidades de gestão de activos e as suas disponibilidades de capital. Esta acção de gestão sobre o capital do Banco tem o propósito de precaver qualquer incumprimento dos requisitos de capital, ultrapassando as obrigações de reporte, e tornando possível simular os impactos de hipotéticas decisões de gestão, sobre os diversos rácios prudenciais.

A gestão do capital tem subjacente a optimização da relação acima referida, com uma margem prudencial que possa acomodar as decisões a tomar na gestão do Activo do Banco.

A Administração recebe reportes internos periódicos que permitem, não só o acompanhamento das consequências das decisões tomadas na gestão do Activo, mas também a monitorização dos espaços entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital para as mesmas.

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Banco são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o apuramento do rácio de solvabilidade é efectuado conforme segue:

	31.12.2009	31.12.2008
Capital Realizado	81.250.000	81.250.000
(-) Acções Próprias	(5.999.453)	(5.999.453)
Reservas Legais, Estatutárias e Outras	67.321.134	59.910.835
Resultados Transitados de exercícios anteriores	44.162.390	42.628.313
Outras deduções	(6.815.974)	(4.098.796)
Fundos Próprios de Base	179.918.096	173.690.899
Reservas de reavaliação do activo imobilizado	4.338.403	4.338.403
Provisões para Riscos Gerais de Crédito	8.889.558	-
Diferenças de reavaliação de Activos Disponíveis para Venda - Justo Valor Positivo	241.293	77.449
Fundos Próprios Complementares	13.469.254	4.415.852
Fundos Próprios Elegíveis (Base+Complementares)	193.387.350	178.106.751
Risco de Crédito e Risco de Crédito de Contraparte	122.031.977	122.252.526
(-) 8% Provisões para Riscos Gerais de Crédito - parte não elegível para Fundos Próprios	(464.115)	(687.699)
Riscos de Posição - Instrumentos de Dívida	36.107.812	26.362.005
Riscos de Posição - Títulos de Capital	5.402.612	4.645.336
Risco de Mercadorias	287.514	963.828
Risco Operacional - Método do Indicador Standard	11.434.059	-
Risco Operacional - Método do Indicador Básico	-	10.805.814
Requisitos de Fundos Próprios	174.799.858	164.341.811
Rácio de solvabilidade	8,85%	8,67%

**CAIXA – BANCO DE INVESTIMENTO, S. A.
EXERCÍCIO DE 2009**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Caixa – Banco de Investimento, S. A. apresenta o seu Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, bem como o Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas do mesmo exercício, tanto individuais como consolidadas, e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração, nos termos do disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º, no artigo 452º e no artigo 508º-D do Código das Sociedades Comerciais.

2. No decurso do exercício em apreciação, o Conselho Fiscal acompanhou o desenvolvimento da actividade do Banco, com a extensão e periodicidade consideradas adequadas, tendo procedido à análise sistemática da informação para o efeito obtida, incluindo, no que respeita não apenas ao Banco, mas igualmente às demais Sociedades englobadas na consolidação, a informação constante do reporte financeiro mensal.

Apreciou, designadamente, os critérios utilizados na constituição e reforço de provisões e no apuramento de imparidades, relativamente aos activos do Banco e, quanto às primeiras, às respectivas responsabilidades. Realizou o Conselho contactos frequentes com a Comissão Executiva, para recolha de elementos sobre a evolução da situação da Sociedade, assistindo às reuniões do Conselho de Administração em que foram apreciados os Reportes Financeiros e da Actividade referentes a cada período trimestral.

O Conselho efectuou, no decurso do ano transacto, treze reuniões formais e, para além de outros contactos estabelecidos, reuniu com o Representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, para análise conjunta de matérias inseridas no âmbito da competência de ambos os Órgãos.

Por outro lado, em complemento da informação documental recolhida, efectuou contactos sistemáticos com Responsáveis por Departamentos internos do Banco – em especial, os Gabinetes de Auditoria e de Compliance, bem como com a Direcção de Sistemas de Informação –, analisando os relatórios periódicos referentes ao desenvolvimento da actividade de Auditoria Interna.

O Conselho Fiscal reuniu, ainda, com responsáveis pela Direcção de Gestão de Riscos e do Gabinete de Apoio à Função Compliance da Caixa Geral de Depósitos, recolhendo elementos sobre a articulação das correspondentes funções ao nível do Grupo CGD, em particular, no que respeita à actividade do Caixa – Banco de Investimento.

3. Em cumprimento do disposto na alínea a) do nº 5 do artigo 25º do Aviso do Banco de Portugal nº 5/2008, de 25 de Junho, e tendo em conta o cronograma estabelecido para o efeito no âmbito do Grupo Caixa Geral de Depósitos, o Conselho Fiscal emitiu, em 22 de Maio de 2009, o seu Parecer sobre o Sistema de Controlo Interno do Banco.

4. Manteve-se em 2009 a vigência, entre o Banco e a Deloitte, de um contrato de prestação de serviços para apoio às funções cometidas ao Gabinete de Auditoria Interna, contrato que o Conselho Fiscal já examinara no ano transacto.

Reitera-se, a tal respeito, a posição então expressa de que, atendendo à natureza e dimensão dos serviços contratados e à forma como, segundo a informação obtida, os mesmos são exercidos, não se afigura que esta relação seja susceptível de afectar a independência do Revisor Oficial de Contas no exercício da respectiva função.

5. O Conselho Fiscal entende dever realçar os seguintes factos referentes à boa performance do Banco em 2009, que evidenciam a consistência do seu desempenho associada à capacidade de inovação e de desenvolvimento do negócio:

- Atribuição pela “Global Finance” do galardão de “Melhor Banco de Investimento em Portugal”;
- Reconhecimento pela “Euromoney” como melhor Banco de Equity em Portugal”;
- Classificação pela “Bloomberg”, como “primeiro Bookrunner” de emissões obrigacionistas em euros, para emitentes nacionais;
- O posicionamento como um importante player mundial, na área de Project Finance;
- O crescimento de 31,8% do produto bancário, relativamente ao ano anterior;
- A significativa melhoria de eficiência, traduzida na passagem do rácio “cost-to-income” para 23.4% (28,4%, em 2008);
- O bom resultado líquido apurado de 45,6 milhões de euros.

6. Em termos de contas consolidadas do Banco, salientam-se os seguintes indicadores, caracterizadores da actividade no exercício:

- O Activo líquido consolidado atingiu o montante de 1 930 milhões de euros, mais 33,5 milhões que no exercício anterior. Das variações verificadas merecem especial destaque os crescimentos dos Activos financeiros disponíveis para venda (62,8 milhões), das Aplicações em instituições de crédito (15,8 milhões), dos Activos por impostos diferidos (14,2 milhões) e do Crédito a clientes (13,2 milhões), bem como as diminuições dos Activos financeiros ao justo valor através de resultados (-30,8 milhões), dos Outros activos (-22,7 milhões) e das Disponibilidades em outras instituições de crédito (-14,8 milhões).
- No Passivo merecem referência os aumentos dos Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (39,9 milhões), dos Recursos de clientes e outros empréstimos (20 milhões), dos Outros passivos (16,7 milhões) e dos Passivos por impostos correntes (15,8 milhões), bem como a diminuição dos Recursos de outras instituições de crédito (-128,7 milhões).
- Os Capitais próprios consolidados registaram um aumento de 68,1 milhões de euros (+35,8%) em relação ao exercício anterior, devido à variação positiva das Reservas de justo valor (+46 milhões) e do Resultado do exercício (+15,4 milhões).
- O Produto bancário atingiu o montante de 118 milhões de euros – mais 28,5 milhões do que em 2008. Para este crescimento contribuíram a margem financeira, com mais 10,7 milhões, os resultados de operações financeiras, com 22 milhões, e as comissões líquidas, com mais 2,4 milhões.
- O Resultado líquido consolidado (45,6 milhões de euros, como já referido) correspondeu a mais 15,4 milhões do que o obtido em 2008, tendo o Cash-Flow atingido o montante de 92,2 milhões de euros – mais 29,8 milhões que no exercício transacto.

7. Em relação às contas individuais do Banco, destacam-se os seguintes indicadores que espelham a actividade no exercício:

- O Activo líquido do Banco ascendeu a 1 927,9 milhões de euros – menos 10,3 milhões que em 31 de Dezembro de 2008. Para esta variação contribuíram as diminuições em Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (-74,3 milhões), em Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados (-29,9 milhões) e em Disponibilidades em outras instituições de crédito (-16,8 milhões). Em contrapartida, verificou-se o crescimento dos Activos financeiros disponíveis para venda (+69,6 milhões), dos Activos financeiros detidos para negociação (+23,6 milhões), e das Aplicações em instituições de crédito (+14,4 milhões).
- No Passivo também se verificou uma quebra de 33,3 milhões de euros em relação ao ano transacto, como resultado da diminuição nos Recursos de outras instituições de crédito (-128,7 milhões), parcialmente compensada pelos aumentos dos Passivos financeiros detidos para negociação (+39,9 milhões), dos Recursos de clientes e outros empréstimos (+15,5 milhões), das Provisões (+12,2 milhões), dos Passivos por impostos correntes (+15,4 milhões) e dos Outros passivos (+12 milhões).
- Os Capitais próprios totalizaram 226,4 milhões de euros – mais 23 milhões que em igual data do ano anterior. Este crescimento decorre do efeito positivo conjugado das variações das Outras reservas e resultados transitados (9 milhões), das Reservas de reavaliação (4,6 milhões) e do Resultado do exercício (9,4 milhões).
- O Rácio de solvabilidade, calculado de acordo com as regras do Banco de Portugal, atingiu 8,85%, sendo superior ao obtido no ano anterior (8,67%).

- O Produto bancário ascendeu a 107,2 milhões de euros – mais 31,1 milhões (+ 40,8%) do que em 2008 –, devido sobretudo ao bom desempenho dos resultados em Operações financeiras – mais 21 milhões – e da Margem financeira – mais 9,7 milhões.
- O Resultado líquido, no montante de 42 milhões de euros, foi superior em 9,5 milhões (+29,2%) ao apurado no exercício anterior.

8. O Conselho Fiscal procedeu ao exame do Relatório de Gestão e as Contas, tanto individuais como consolidadas, referentes ao exercício de 2009, apresentados pelo Conselho de Administração e fiscalizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira.

Reuniu, ainda, com o Representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para apreciação conjunta daqueles documentos e para avaliação das conclusões do trabalho de revisão das contas, tanto individuais como consolidadas, tendo apreciado o conteúdo da Certificação Legal de Contas, à qual, por cumprir os requisitos legais, dá o seu acordo.

9. Em conformidade com o exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório de Gestão e as Contas, tanto individuais como consolidadas, referentes ao exercício de 2009, apresentados pelo Conselho de Administração;
- Aprove a proposta de aplicação do resultado líquido individual do exercício constante do mesmo Relatório;
- Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e retire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho agradece ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, ao Revisor Oficial de Contas e aos Serviços do Banco a colaboração dispensada no exercício das suas funções.

Lisboa, 3 de Fevereiro de 2010

O Conselho Fiscal

Hernâni da Costa Loureiro
Presidente

António José Nascimento Ribeiro
Vogal

João de Sousa Martins
Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Caixa - Banco de Investimento, S.A. (Banco) e Subsidiárias, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um total de 1.930.506.567 Euros e capitais próprios de 258.573.031 Euros, incluindo um resultado líquido de 45.606.639 Euros, as Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral, de Resultados, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações dos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Caixa – Banco de Investimento, S.A. e Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 3 de Fevereiro de 2010

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Caixa – Banco de Investimento, S.A. (Banco), as quais compreendem a Demonstração da posição financeira individual em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um activo total de 1.927.907.922 Euros e capitais próprios de 226.437.269 Euros, incluindo um resultado líquido de 41.969.026 Euros, as Demonstrações Individuais do Rendimento Integral, de Resultados, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os objectivos indicados no parágrafo 5 abaixo, a posição financeira do Caixa – Banco de Investimento, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

Ênfase

5. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade do Banco a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e dos requisitos do Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual do Banco, as participações maioritárias que detém encontram-se registadas ao custo de aquisição. O Banco vai apresentar separadamente contas consolidadas, que incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos totais.

Lisboa, 3 de Fevereiro de 2010

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira